

**Inovação em Serviço Social: Potencialidades e Limites do
Empreendedorismo (Social) como estratégia de integração social**

Antonela Filipa Spínola Rodrigues Pereira Jesus

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Serviço Social

Orientadora:
Professora Doutora Maria Inês Amaro, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Abril, 2019

**Inovação em Serviço Social: Potencialidades e Limites do
Empreendedorismo (Social) como estratégia de integração social**

Antonela Filipa Spínola Rodrigues Pereira Jesus

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Serviço Social

Júri:

Doutor Luís Capucha, Diretor do Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas do
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Portugal (Presidente)

Doutor David Alonso González, Professor Contratado, Facultad de Trabajo Social,
Universidad Complutense de Madrid, Espanha

Doutor Miguel da Conceição Bento, Professor Adjunto da Escola Superior de Educação do
Instituto Politécnico de Beja, Portugal

Doutora Elsa Rocha de Sousa Justino, Professora Auxiliar Convidada da Universidade de
Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Doutora Maria Júlia Faria Cardoso, Professora Auxiliar Convidada do Departamento de
Ciência Política e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL),
Portugal

Doutora Maria Inês Martinho Antunes Amaro, Professora Auxiliar do Departamento de
Ciência Política e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL),
Portugal (Orientadora)

Abril, 2019

**Inovação em Serviço Social: Potencialidades e Limites do
Empreendedorismo (Social) como estratégia de integração social**

Antonela Filipa Spínola Rodrigues Pereira Jesus

**Abril,
2019**

Agradecimentos

Este é o espaço de honrar todos/as aqueles/as que me permitem cá estar e terminar uma etapa tão importante do meu percurso.

Um primeiro agradecimento ao ISCTE-IUL e ao CIES.

À Equipa de Serviço Social do ISCTE-IUL, pelos momentos de aprendizagem e partilha.

À Professora Maria Inês Amaro, orientadora, companheira e confidente. Um agradecimento eterno e profundo.

A todas as pessoas que participaram na investigação e lhe deram substância.

À minha família, por todo o apoio e compreensão pelas ausências. Avós, tias/os e primos, sinto-Vos uma extensão de mim.

Às amigas e aos amigos de sempre, que se mantiveram independentemente do mar entre nós.

Às amizades que Lisboa me trouxe. Que o Universo nos mantenha juntas pela vida fora.

Às colegas do NUDLA, é uma honra partilhar este ‘espaço’ convosco!

À Equipa de Serviço Social da FCH-UCP, sintam a minha gratidão. É uma concretização importante aquela que me permitem.

A toda a equipa SEA, pela oportunidade e compreensão.

Ao Nuno, meu amigo e companheiro... está quase! Pronto para os próximos desafios?

À minha Mãe, por tudo! Deste-me estrutura para chegar aqui. Nunca questiones.

Sou grata a/por cada um/a de Vocês.

“É preciso sair da ilha para ver a ilha. Não nos vemos se não saímos de nós”

José Saramago

Dedicatória

A vocês, Zélia Prioste e Sandra Silva,

Pela sabedoria e força de viver.

Resumo

A presente investigação problematiza e reflete as implicações da incorporação da retórica empreendedora nas políticas sociais com a pretensão de contribuir para a apreensão da relação Serviço Social-Empreendedorismo na (re)descoberta e desenvolvimento de potencialidades da população, e de como tal ligação coopera para a (re)construção de orientações teórico-práticas para a profissão.

Orientados por um raciocínio abduutivo seguimos uma metodologia mista que compreende dados: quantitativos, através da aplicação de inquérito por questionário a participantes de programas de formação de empreendedorismo, e qualitativos, por via da análise documental, da realização de grupos focais – a assistentes sociais, académicos e interventores – e entrevistas semiestruturadas – a (potenciais) empreendedores e a gestores ligados a projetos de empreendedorismo.

Os resultados permitiram compreender a efetivação da atividade empreendedora e as representações dos sujeitos sobre o respetivo acesso, operacionalização e adequação. Explorou-se também o posicionamento do Serviço Social em torno desta atividade, permitindo-nos reconhecer potencialidades e constrangimentos na efetivação de uma maior proximidade entre os dois campos.

Propõem-se três domínios de implicação do empreendedorismo social para o Serviço Social: (i) na prática profissional, demonstrando a necessidade e o potencial do espírito intraempreendedor nas organizações profissionais; (ii) na dimensão política, numa lógica de *policy practice*, demonstrando os reais efeitos das (novas) orientações políticas; (iii) na formação e produção de conhecimento, propondo uma (re)formulação do currículo académico com a introdução do empreendedorismo (social) em módulos académicos e práticas pedagógicas, que promovam a atitude proactiva dos alunos, a capacidade de inovação, e a capacidade de potencializar recursos capazes de gerar valor social.

Palavras-chave: Empreendedorismo Social, Integração Social, Inovação Social, *Policy Practice*, Serviço Social; Valor Social.

Abstract

The present research problematizes and reflects the implications of incorporating entrepreneurial rhetoric in social policies with the aim of contributing to the apprehension of the Social Work-Entrepreneurship relationship in the (re)discovery and development of population potentialities, and how such a connection cooperates for the (re)construction of theoretical-practical guidelines for the profession.

Guided by an abductive reasoning, we follow a mixed methodology that includes data: quantitative, through the application of a questionnaire survey to participants in entrepreneurship training programs, and qualitative, through documentary analysis, of the realization of focus groups - to academic social workers and interventors - and semi-structured interviews - to (potential) entrepreneurs and managers linked to entrepreneurship projects. The results allowed to understand the effectiveness of the entrepreneurial activity and the representations of the subjects about the respective access, operationalization and adequacy. We also explored the positioning of Social Work around this activity, allowing us to recognize potentialities and constraints in the accomplishment of a closer proximity between the two fields.

Three areas of social entrepreneurship are proposed for Social Work: (i) in professional practice, demonstrating the need and potential of the intrapreneur spirit in professional organizations; (ii) in the policy dimension, in a policy practice logic, demonstrating the real effects of (new) policy orientations; (iii) in the formation and production of knowledge, proposing a (re)formulation of the academic curriculum with the introduction of (social) entrepreneurship in academic modules and pedagogical practices that promote students' proactive attitude, capacity for innovation, and capacity resources that can generate social value.

Key-Words: Social Entrepreneurship, Social Integration, Social Innovation, Policy Practice, Social Work; Social Value.

Índice

Índice de Quadros.....	vii
Índice de Figuras	ix
Glossário de Siglas	x
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I. EMPREENDEDORISMO: A MUDANÇA DE PARADIGMA (RE)DESCOBERTA PELA (QUASI) PROVIDÊNCIA	5
1.1. Sobre o Estado-Providência: de um ideal de bem-estar à individuação	6
1.2. Empreendedorismo e empreendedorismo social: solução, oportunidade ou escape?.....	20
1.2.1. O empreendedorismo social.....	27
1.2.2. O perfil do Empreendedor (Social).....	32
1.3. Inovação: paradigma ou paradoxo?	42
1.5. Síntese do Capítulo	54
CAPÍTULO II. SOBRE A ATIVIDADE EMPREENDEDORA NO ESPAÇO UE-28	57
2.1. O Empreendedorismo na agenda (Supra)Nacional.....	58
2.1.1. O Empreendedorismo Social em Portugal: contextos de aplicação e objetos de análise	75
2.2. Síntese do Capítulo	84
CAPÍTULO III. SERVIÇO SOCIAL E EMPREENDEDORISMO: (N)UMA SIMBIOSE PERFEITA?	87
3.1. (Re)Afirmação do Serviço Social: contributos da inovação na (re)construção da sua intervenção	88
3.2. Empreendedorismo no Serviço Social: ao (des)encontro de valores.....	98
3.3. Síntese do Capítulo	108
CAPÍTULO IV. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO: DESAFIOS, PROBLEMATIZAÇÕES E PERSPETIVAS	111
4.1. Planeamento e definição das estratégias da investigação	114
4.1.1. Operacionalização da investigação: da recolha de dados, às técnicas e aos participantes	119
CAPÍTULO V. AS POTENCIALIDADES E OS LIMITES DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL COMO ESTRATÉGIA PARA A INTEGRAÇÃO SOCIAL	131
5.1. Análise Quantitativa	133
5.1.1. Formação em empreendedorismo: Que representações?	133
5.2. Análise Qualitativa	154
5.2.1. O empreendedorismo por (potenciais) empreendedores: entre representações e significados	154
5.2.2. Serviço Social e empreendedorismo (social): Representações dos Assistentes Sociais Académicos	171
5.2.3. Serviço Social e empreendedorismo (social): Representações dos Assistentes Sociais “Interventores”	182

5.2.4. Um olhar de fora sobre o Serviço Social e o empreendedorismo (social):	
Representações de Profissionais da Gestão	188
5.3. Reconstruir e inovar (n)o Serviço Social: que horizontes?.....	199
CONCLUSÕES	223
BIBLIOGRAFIA	235
FONTES	247
ANEXOS	I
Anexo A. Inquérito por Questionário Participantes em formação de empreendedorismo (social)	II
Anexo B. Guião de Entrevista a Participantes de Formação em Empreendedorismo E Empreendedorismo Social.....	IX
Anexo C. Guião de entrevista Profissão de Empreendedorismo (Social) - Gestão	X
Anexo D. Guião do <i>Focus Group</i> Assistentes Sociais Académicos	XI
Anexo E. Guião do <i>Focus Group</i> Assistentes Sociais Interventores.....	XIII
Anexo F. Termo de Consentimento Informado Documento modelo	XV
Anexo G. Termos de Consentimento Informado Utilização do nome das entidades participantes	XVI

Índice de Quadros

Quadro I.1 - Diferentes concetualizações de empreendedorismo	23
Quadro I.2 - Concetualizações de empreendedorismo social.....	30
Quadro I.3 - Características empreendedoras.....	34
Quadro I.4 - Os seis segredos do «self-made sucess»	35
Quadro I.5 - Perspetivas internacionais do conceito Empreendedor Social.....	37
Quadro I.6 - Os dez D's do Empreendedor social.....	39
Quadro I.7 - Diferentes concetualizações de inovação	44
Quadro II.1 - Medidas de apoio ao empreendedorismo (IEFP)	64
Quadro II.2 - Frequência da palavra “empreendedorismo” nos programas de governo	66
Quadro II.3 - Empreendedorismo Social: Principais marcos europeus.....	76
Quadro III.1 - Serviço Social: perigos internos e externos	95
Quadro III.2 - Serviço Social, Empreendedorismo Social e Empreendedorismo: Analogias e dissemelhanças	103
Quadro IV.1 - Momentos de aplicação do questionário.....	123
Quadro IV.2 - Serviço Social nas Instituições de Ensino Superior portuguesas: proximidade a lógicas de empreendedorismo (social)	124
Quadro V.1 - Participantes «potenciais empreendedores».....	132
Quadro V.2 - Idade dos inquiridos	133
Quadro V.3 - Habilitações dos participantes.....	133
Quadro V.4 - Motivação para frequentar a formação	136
Quadro V.5 - Situação profissional antes da formação	136
Quadro V.6 - Situação face ao mercado de trabalho antes da formação <i>versus</i> Motivação para frequentar a formação.....	137
Quadro V.7 - Medidas de Simetria: V de Cramer	138
Quadro V.8 - Experiência de trabalho por sector	139
Quadro V.9 - Área profissional dominante	140
Quadro V.10 - Contactos com a entidade formadora pós-formação.....	142
Quadro V.11 - Situação profissional antes da formação <i>versus</i> Situação profissional depois da formação.....	143
Quadro V.12 - Situação profissional alterada	144
Quadro V.13 - Função desempenhada atualmente + Área profissional atual	144
Quadro V.14 - Função e Área Profissional: Antes da formação <i>versus</i> Depois da formação	145
Quadro V.15 - Estratégias de procura de emprego	145
Quadro V.16 - Duração da situação de desemprego	146
Quadro V.17 - Contributos da formação	147
Quadro V.18 – Satisfação com as competências adquiridas	148
Quadro V.19 - Aspetos negativos da formação.....	151
Quadro V.20 - Categorias conceptuais.....	151
Quadro V.21 - Avaliação global da formação.....	153
Quadro V.22 - Competências e características empreendedoras <i>versus</i> Universalidade de competências	159
Quadro V.23 - Obstáculos à atividade empreendedora	160
Quadro V.24 - "Saga para criar o próprio emprego" – Diário de Bordo.....	163
Quadro V.25 - Avaliação global ao processo empreendedor.....	167
Quadro V.26 - Situação profissional antes da formação <i>versus</i> nível de habilitações.....	201

Quadro V.27 - Formação de empreendedorismo (social) sujeitas a taxa de inscrição: situação profissional por nível de escolaridade	202
Quadro V.28 - Síntese da análise dos discursos dos (potenciais) empreendedores	207
Quadro V.29 - Síntese da análise dos discursos dos Académicos do Serviço Social	212
Quadro V.30 - Síntese da análise dos discursos dos assistentes sociais interventores.....	215
Quadro V.31 - Síntese da análise dos discursos dos gestores - profissionais com atividade na área do empreendedorismo social	217
Quadro V.32 - Matriz de indicadores de empreendedorismo potenciadores de trajetórias de integração	230

Índice de Figuras

Figura I.1 - Vertentes do empreendedorismo	26
Figura I.2 - Novo modelo potencial do empreendedor	35
Figura I.3 - Dotações orçamentais públicas para I&D	46
Figura I.4 - Dotações orçamentais públicas para I&D em % do PIB.....	47
Figura I.5 - Despesas em I&D em % do PIB - Portugal no Espaço UE 28	48
Figura II.1 - Evolução da TAE (%).....	72
Figura III.1 - Empreendedorismo Social: enquadramento conceptual.....	104
Figura IV.1 - Sobre o desenvolvimento empírico	130
Figura V.1 - Área de formação.....	134
Figura V.2 - Ano de frequência da formação	135
Figura V.3 - Avaliação da formação	141
Figura V.4 - Contributos da formação.....	147
Figura V.5 - Satisfação com as competências adquiridas	149
Figura V.6 - Aspectos mais importantes da formação	150
Figura V.7 - Desafios na aplicação do projeto	152
Figura V.8 - Sobre recomendar a formação	153
Figura V.9 - Modelo analítico de partida para a entrevista – Empreendedores	155
Figura V.10 - Conceitos-chave circundantes à «Revolução Empreendedora»	174
Figura V.11 - Mapa conceptual: O perfil do Assistente Social Empreendedor	177
Figura V.12 – PIB (Euro): União Europeia 28 – Zona Euro - Portugal.....	203
Figura V.13 - Taxa de desemprego (%), dos 15 aos 74 anos (2000-2017).....	204

Glossário de Siglas

AS – Assistente Social

APSS – Associação de Profissionais do Serviço Social

CDAS – Código Deontológico do Assistente Social

CE – Comissão Europeia

CEE – Comunidade Económica Europeia

CESE – Comité Económico e Social Europeu

CIES - Centro de Investigação de Estudos de Sociologia

CISWH - Center for Innovation in Social Work and Health

CNEI - Conselho Nacional para o Empreendedorismo e Inovação

EAPN - European Anti Poverty Network

EEE – Estratégia Europeia de Emprego

ES – Empreendedorismo Social

EUA – Estados Unidos da América

FEEI - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FSE – Fundo Social Europeu

GEM – Global Entrepreneurship Monitor

IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.

IASSW – International Association of Schools of Social Work

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IES - Social Business School

IFSW – International Federation of Social Work

I&D – Investigação e Desenvolvimento

LEED - Local Economic and Employment Development

MEE – Ministério da Economia e do Emprego

NUDLA – Núcleo de Doutorandos em Serviço Social Latino-América

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONG – Organização Não-Governamental

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequenas e Médias Empresas

SEA – Agência de Empreendedores Sociais

SS – Serviço Social

TAE – Taxa de Atividade Empreendedora

UC – Unidade Curricular

UE – União Europeia

INTRODUÇÃO

*What after all has maintained the human race
on this old globe despite all the calamities of nature
and all the tragic failings of [humankind],
if not faith in new possibilities and
courage to advocate them?
(Jane Addams, 1860-1935)*

Reflexo do seu próprio tempo, o Serviço Social contemporâneo trabalha em sentidos diversos. A sociedade evolui e (re)ajusta-se continuamente a par daquela que é a imprevisibilidade dos climas económicos, sociais e políticos, locais e globais. Os problemas sociais adquirem, por conseguinte, diferentes níveis de expressão e complexidade, e é neste âmbito que se coloca incessantemente à profissão a necessidade de renovar as suas competências e práticas profissionais. Paralelamente, vive-se a exigência em se criar valor que garanta a sustentabilidade da intervenção, a sua eficiência e eficácia. Neste âmbito, acompanha-se aqui as tendências da última década do século XX, aos níveis da redefinição das políticas públicas em geral e das sociais em particular, da valorização das políticas económicas em prejuízo das políticas sociais, do interesse pelo empreendedorismo e pela inovação, tendências tais que vão além da academia e se apresentam nos diversos círculos políticos e públicos. A isto acresce a crise da dívida pública de 2007/2008, que expôs e intensificou um conjunto de fragilidades das economias e a necessidade de se desenvolver diferentes formas de abordar as novas expressões da pobreza, desigualdade social e exclusão social (Berzin, 2012).

“Para retomar o crescimento e níveis mais elevados de emprego, a Europa precisa de mais empreendedores” (Comissão Europeia, 2013), é uma das atuais premissas do discurso político, num contexto em que o empreendedorismo tem sido considerado estratégia privilegiada para a introdução de inovação nas economias e para estimular a reestruturação nos mercados.

Pensar o Serviço Social nestas dimensões decorre, então, de um conjunto de inquietações pessoais e profissionais face a tais cenários de mudança de paradigma social, mas também das proximidades que se identificaram entre o conceito de empreendedorismo social e o próprio Serviço Social num processo de investigação anterior em torno da atividade empreendedora no Terceiro Setor, nomeadamente: o compromisso com a capacitação e o empoderamento das pessoas, a orientação para projetos participados e democráticos, o foco sobre a satisfação de necessidades sociais. Transversalmente, face ao reconhecimento da

inovação como ‘parte’ específica e integrante da matriz empreendedora (Drucker, 1985), fizeram-se emergir três pensamentos: (i) se – Serviço Social e empreendedorismo social – perfilham elementos, por que não andam de mãos dadas? (ii) estará nessa potencial relação o caminho para se renovar no Serviço Social? (iii) o Serviço Social tem historicamente envolvimento na atividade empreendedora e tal abordagem integra o currículo do Serviço Social quando se estuda o *Settlements Movement* e a *Charity Organization Society*, como se poderá dar substância a tais conteúdos ao longo da formação?

Neste seguimento, a presente investigação intitula-se “Inovação em Serviço Social: potencialidades e limites do empreendedorismo (social) para a integração social” e sustenta uma problematização ao empreendedorismo social como uma nova estratégia de intervenção do assistente social, que, não obstante as suas semelhanças com o Serviço Social, não deixa de ser uma atividade que agrega influências de lógicas mercantis, orientadas pelo individualismo e lucro.

Tendo em conta a temática apresentada definiu-se como pergunta de partida:

- De que forma o empreendedorismo social se apresenta como uma estratégia para a intervenção do assistente social com grupos vulneráveis?

De modo a clarificar a operacionalização da pergunta orientadora colocada, definimos um conjunto de questões de investigação que nos permitem circunscrever a pesquisa:

- O empreendedorismo é uma forma alternativa de Serviço Social no quadro das políticas neoliberais para a integração social de grupos vulneráveis?

- O empreendedorismo social assume-se como uma estratégia de intervenção do Serviço Social que promove práticas inovadoras experienciadas em trajetórias/situações de exclusão social, vulnerabilidade, desigualdade e precariedade?

- A adoção de estratégias/programas de empreendedorismo e empreendedorismo social pelo Serviço Social produz efeitos positivos nos seus destinatários – diretos e indiretos – ao nível da atitude e intenção empreendedora/«intra» empreendedora, do sucesso na procura de emprego, e da consciencialização e aproveitamento de oportunidades?

A partir daqui construímos o nosso objetivo central:

- Relacionar o Serviço Social e o empreendedorismo social, contribuindo para a (re)construção de um (novo) quadro teórico-prático do Serviço Social.

Por conseguinte, pretende-se com o estudo: (i) analisar o posicionamento do empreendedorismo (social) nas práticas do Serviço social ativo; (ii) relacionar o perfil e os princípios orientadores do assistente social com o perfil e princípios do empreendedor social;

(iii) analisar o potencial de mudança e/ou efeitos nos percursos individuais e profissionais dos beneficiários de programas de empreendedorismo social; (iv) criar uma matriz de indicadores de Empreendedorismo potenciadores de trajetórias de integração; (v) demonstrar as potencialidades e limitações de utilização do empreendedorismo (social) como estratégia de intervenção do assistente social.

De modo a se consubstanciar os nossos desígnios realizámos, num primeiro momento, uma revisão bibliográfica que nos permitiu estabelecer o quadro teórico de referência. Orientado em três níveis centrou-se: (i) numa dimensão de análise macro, onde se examinaram as configurações do Estado Social e das políticas sociais; (ii) num nível meso, procurou-se aprofundar os “grandes chavões” do nosso trabalho - empreendedorismo, empreendedorismo social e inovação; e ao (iii) nível micro, procurámos conciliar os níveis anteriores e perspetivá-los no domínio do Serviço Social. Este processo de revisão complementou-se com um processo de análise documental, com a intenção de se perceber efetivamente como se tem apresentado a atividade empreendedora no quadro europeu e no contexto português.

Daqui estabelecemos uma base sólida que nos permitiu conhecer, apreender e problematizar quais as representações dos participantes de programas de formação em empreendedorismo e/ou empreendedorismo social sobre tal experiência. Visou-se também recolher e analisar discursos de assistentes sociais sobre a reflexão que fazem da potencial ligação Serviço Social-empreendedorismo, mas também de gestores em entidades que trabalham especificamente projetos de empreendedorismo (social), em torno das suas perceções sobre a participação do Serviço Social na atividade empreendedora.

Sobre a sua estruturação, a presente tese, para além da introdução, integra seis capítulos.

No capítulo I começámos por tratar os desenvolvimentos do Estado Social, desde a coexistência de lógicas bismarkianas e Beveridgianas que caracterizam os Estados de bem-estar modernos ao atual debate político e social em torno dos desígnios de Keynes que pautou a origem do Welfare State nos anos 30 do século XX na Europa. Tratámos também os desenvolvimentos da atividade empreendedora no quadro das transformações das políticas sociais nos anos 90, problematizando-o como solução, oportunidade ou escape face a tais reconfigurações societárias. Neste sentido, abriu-se espaço ao tratamento do empreendedorismo social, enquanto atividade orientada para a satisfação de necessidades sociais, inscrita no Terceiro Setor. A inovação e a inovação social são igualmente abordadas nesta secção por se apresentarem como dimensões que caminham lado a lado com o empreendedorismo e o empreendedorismo social, respetivamente.

Feito o enquadramento teórico, o capítulo II começa por situar o empreendedorismo na agenda supranacional, com base numa análise documental a medidas de empreendedorismo europeias a partir de 1997, ano em que foi referenciada pela primeira vez a atividade empreendedora nas políticas europeias, no âmbito da Estratégia Europeia de Emprego. Daqui passámos ao seu enquadramento no contexto português, alicerçadas numa análise a programas do Governo Português, com a mesma referência temporal. Posteriormente, focámo-nos no empreendedorismo social e nas diretrizes que o sustentam na Europa e em Portugal.

Já no capítulo III discutimos as coincidências e descoincidências do empreendedorismo e empreendedorismo social com o Serviço Social, procurando apreender as potencialidades desta ligação e do seu potencial para a definição de uma nova estratégia de intervenção social, pois, à luz das dinâmicas societárias atuais, a relação entre os valores da profissão e o sentido de gestão darão contributos relevantes para assegurar a sustentabilidade das organizações. Todavia, problematizam-se também os limites desta abordagem, sobretudo ao considerarmos as influências neoliberais na atividade empreendedora e a sua orientação pelos valores do materialismo económico.

O capítulo IV expõe e explica o percurso e as opções metodológicas da componente empírica da investigação, a amostra e a descrição dos procedimentos seguidos, dando conta também dos constrangimentos que se apresentaram ao longo do caminho.

Já no capítulo V apresentam-se os resultados da pesquisa: numa primeira dimensão surgem os resultados quantitativos, centrados nas representações dos sujeitos participantes em formações de empreendedorismo (social); posteriormente, demonstram-se também os resultados da pesquisa qualitativa, obtidos através das narrativas de (potenciais) empreendedores, de assistentes sociais interventores e assistentes sociais académicos, e de profissionais da Gestão com atividade profissional em entidades promotoras de projetos de empreendedorismo e empreendedorismo social. Para encerrar esta secção, e face aos resultados obtidos, discute-se e reflete-se o lugar do Serviço Social no empreendedorismo social, mas também as contribuições do empreendedorismo social para a profissão, com a intenção de se lançar pistas fundamentadas para os caminhos que se almejam renovar no Serviço Social.

Finalmente, nas conclusões, revisitámos os principais resultados da investigação e integrámos um conjunto de reflexões que procura articular elementos teóricos e empíricos, deixando em aberto sugestões para investigações futuras.

CAPÍTULO I. EMPREENDEDORISMO: A MUDANÇA DE PARADIGMA (RE)DESCOBERTA PELA (QUASI) PROVIDÊNCIA

“Ideas shape the course of history”

(J. Keynes, 1883-1946)

No capítulo que aqui se inicia analisamos os desenvolvimentos da atividade empreendedora no quadro das transformações societárias, e em particular do Estado Social. Se na base dos Estados de bem-estar modernos coexistem lógicas devedoras das tradições *bismarkianas* e *beveridgeanas* de proteção social, constata-se que o desígnio de Keynes, instituído nos anos 30 do séc. XX, ao considerar o Estado agente indispensável para a dinamização da economia volta a ser questionado e objeto de intenso debate político e social. Com as (re)configurações nos mercados de trabalho – sobretudo a partir da década de 90 – assiste-se a toda uma reconfiguração dos Estados Sociais, ao caminhar numa lógica de ativação, individualização e territorialização das suas políticas (Branco, 2008). Aliado a estas transformações está o impulso do empreendedorismo, atividade que incita a criação do (auto)emprego, acordado na crença dos seus contributos para o crescimento económico. Efetivamente, se as Empresas enfrentam constrangimentos em manter a sua sustentabilidade económico-financeira, também o Estado se vê incapaz de cumprir com as responsabilidades que lhe são atribuídas.

Com efeito, é similarmente nestes períodos que se testemunha uma “ramificação” do «empreendedorismo mercantil», dissociando-se da lógica de produção de riqueza em prol de fundamentos sociais, traduzindo-se, por conseguinte, num processo de criação de valor social, assente numa perspetiva inovadora de combinar recursos, com o objetivo de responder a necessidades sociais, consubstanciado naquele que é o termo de empreendedorismo social (Mair & Marti, 2006). É no deambular de tais transformações que se parece colocar aos indivíduos a responsabilidade sobre a sua situação de fragilidade e sobre a sua resolução; é também aqui que o «Trabalho» parece-nos deixar de ser perspetivado como Direito Social e o empreendedorismo se apresenta, aparentemente, enquanto estratégia acessível a todos nós, como panaceia ou antídoto para o “mal” do desemprego e da precariedade laboral; quanto ao empreendedorismo social espera-se uma aniquilação das lógicas individualistas e que responda às brechas deixadas pelo Estado e pelo Mercado; reforça-se a importância e a urgência em inovar, enquanto caminho “privilegiado” para responder às novas necessidades sociais.

Será problematizando estas grandes questões que se vai dar substância a esta parte da investigação, depreendendo o empreendedorismo e o empreendedorismo social no quadro das políticas neoliberais.

1.1. Sobre o Estado-Providência: de um ideal de bem-estar à individuação

Numa breve resenha e aproximação ao conceito de Estado de Bem-estar, transportamo-nos a 1860, ano em que foi utilizada a expressão «Estado-Providência» por Émile Ollivier. O deputado republicano francês recorreu ao termo quando criticou “o aumento de atribuições do Estado¹, na esteira de uma conceção em voga na época, subordinada a uma filosofia social que só reconhecia o interesse particular de cada indivíduo e o interesse geral” (Nogueira, 2001: 90). Por outro lado, Rosanvallon (1984) aponta-nos que o termo alemão «Wohlfahrstaat» vem sendo aplicado desde 1870, para denominar as reformas realizadas por Bismarck, numa lógica de seguros sociais. Desta forma, foi na Alemanha que surgiram os primeiros elementos de política social que culminaram nos Estados de Bem-estar modernos, Estados aos quais foram atribuídas maiores responsabilidades na provisão e garantia do bem-estar dos cidadãos. Bem mais recentemente, foi criada, na década de 40, a expressão inglesa «Welfare State» para designar o Estado de Bem-Estar. O Plano de Beveridge² foi o primeiro documento que marcou os

¹ Para Mozzicafreddo (1997) o conceito de Estado consubstancia algo mais do que governos e aparelhos institucionais. Estado refere-se a um sistema de funcionamento em que se organizam as relações entre a sociedade civil e a autoridade política, mas, sobretudo, um sistema onde se organizam as relações de poder fundamentais dentro da sociedade política.

² O Beveridge Report – elaborado por William Beveridge –, oficialmente designado de Social Insurance and Allied Service, apresentado no Parlamento Britânico em 1942, no decurso da IIª Guerra Mundial, resulta da aliança entre o Labor Party e o Conservative Party. Foi seu desígnio compensar a população britânica dos sacrifícios sofridos nesse período de guerra, mas também do rescaldo das profundas transformações desencadeadas a partir do séc. XIX, nomeadamente de todo o “fenómeno” de industrialização. Segundo as diretrizes de Beveridge, o Welfare State corresponde a: (i) um sistema generalizado que atinge toda a população, independentemente do seu estatuto profissional e rendimento; (ii) é unificado, com quotização única; (iii) é uniforme, uma vez que as prestações são regulares, seja qual for o nível de rendimentos; e (iv) é um sistema centralizado, pois preconiza a criação de um serviço público único (Rosanvallon, 1984; Mozzicafreddo, 2017). Entre Beveridge e Bismarck ficam, então, estabelecidas as duas tradições do Estado de bem-estar: a (i) beveridgiana, mais universalista, financiada por impostos com um sistema público e universal de segurança social de base ocupacional e a (ii) bismarkiana, mais corporativista, centrada no seguro social de baixa provisão pública direta, mas forte colaboração da sociedade civil (Branco, 2017).

princípios do «Welfare State». A influência deste plano refletiu-se em diversos países que, por sua vez, passaram a adotar as diretrizes Beveridgeanas para organizar a sua política de segurança social.

Mas explicar a emergência e consolidação do *Welfare State*³ é um processo complexo. Não obstante a diversidade de estudos e argumentos existentes, vamos centrar-nos em Arretche (1995), que nos apresenta duas perspetivas: uma de ordem económica – derivada do desenvolvimento industrial e do processo de acumulação de capital; outra de ordem política – derivada da ampliação de direitos.

Dentro dos argumentos económicos, são apontados o crescimento económico e o demográfico como justificativos da emergência generalizada do Estado de Bem-Estar. Tal afirmação parte da constatação de que

“(…) os padrões mínimos sob fiança governamental, de renda, nutrição, saúde, educação, asseguradas como direito político, e não como caridade para todos os habitantes do país, estão relacionados aos problemas e possibilidades advindos do processo de inovação industrial” (Nogueira, 2001: 91).

Perante os efeitos da industrialização na população e da crescente complexidade que o processo de modernização coloca às próprias estruturas sociais - intensificação da individualidade, estratificação social, consubstanciação das sociedades de mercado unicamente focadas no lucro -, impõe-se a criação de um novo tipo de solidariedade. É neste contexto que a emergência do Estado-Providência ocorre, associada à necessidade de coesão e integração sociais. “O Estado-Providência é caracterizado como sendo um fenómeno geral da modernização, como um produto (...) da «crescente diferenciação», desenvolvimento e extensão das sociedades (...)” (Mozzicafreddo, 1997: 5). O conceito de solidariedade constituiu-se, então, como elemento estratégico para a resolução da “questão social”, a partir de uma associação entre uma conceção renovada da intervenção do Estado e uma nova elaboração da realidade do coletivo estabelecida pela “solidariedade orgânica” de Durkheim. Neste contexto, esta ideia não se traduz num conjunto de valores ancorados no amor social, mas

³ O termo traduz o conceito anglo-saxónico de Estado de Bem-Estar sob influência do termo de origem francófona «État Providence»: refere-se à intervenção do Estado nos domínios da Segurança Social, do Emprego, da Educação e da Saúde.

na ideia de função social. Ou seja, a construção político-filosófica solidarista⁴ abre caminho para uma sociedade democrática, na qual o Estado deve intervir, de modo a que, independentemente das diferenças, seja proporcionada justiça a cada um dos seus membros (Albuquerque & Luz, 2016).

Com uma abordagem próxima, Giddens (1996) refere que os elementos basilares e constitutivos do Estado de Bem-Estar já eram evidentes antes da Primeira Grande Guerra e relacionavam-se com a necessidade de enfrentar o problema do desemprego em massa. Como tal, o autor propõe três objetivos centrais do Estado-Providência: (i) percecionar o trabalho como elemento central nas sociedades industriais; (ii) promover a solidariedade nacional; e (iii) administrar os riscos subordinados à relação trabalho-salário.

Não obstante, é no pós-Segunda Guerra Mundial que os Estados Europeus de Bem-Estar se estabelecem, incorporando os ensinamentos das grandes crises económicas e financeiras, como a crise bolsista de outubro de 1929 (Amaro, 2009). A esta crise seguiram-se os primeiros cortes na despesa social e a convicção de que (i) não é possível haver sustentabilidade nos esquemas de segurança social em condições de recessão económica; (ii) a procura de apoios sociais é inversamente proporcional à capacidade da economia em financiá-la; (iii) responder ao problema com cortes na despesa social, intensifica paralelamente o problema e a recessão económica (Silva, 2013).

Foi também na conjuntura desta depressão que um outro fator estruturante da configuração do Estado-Providência, sobretudo em matéria de regulação das relações económicas, se originou (Mozzicafreddo, 1997). Conhecida como «equação keynesiana», “esta perspetiva considerava que o desemprego está ligado à insuficiência do consumo combinado com a insuficiência do investimento” (Mozzicafreddo, 1997: 8). Opondo-se à visão de livre-mercado, Keynes aponta o Estado como agente indispensável no controlo económico, com o objetivo e necessidade de dinamizar a criação de emprego. Cria-se, desta forma, um compromisso de equilíbrio entre o desenvolvimento de uma economia capitalista e a garantia de direitos e proteção social para os cidadãos. Dito isto, nas palavras de Silva (2013: 22), “a verdade é que a Segunda Guerra Mundial marca um ponto de viragem na história do Estado-Providência”.

⁴ “O «solidarismo» de Léon Bourgeois (1896; 1903), constituindo-se como a tradução operacional do conceito de solidariedade durkheimiano, é, para muitos autores, a primeira filosofia do Estado Republicano Moderno” (Albuquerque & Luz, 2016: 5).

Foi então o começo de uma época que viria a ficar conhecida como “Era Dourada” do Estado-Providência, que se estende até meados dos anos 70⁵. De um modo geral, foram estas reformas políticas que caminharam no sentido da criação de um Estado de Bem-Estar Social que chegasse a todos, construído sobre princípios de cidadania social, ou seja, uma cidadania fundada em direitos sociais de caráter tendencialmente universal (Silva, 2013). Daqui, é-nos possível fazer ponte para a outra dimensão postulada por Arretche (1995): a de ordem política.

Para Marshall & Bottomore (1992) a construção da cidadania social configura-se como base nuclear do Estado Social, cidadania esta que se estrutura sobre três elementos que, cronologicamente, se apresentam: civil, político e social.

Num primeiro momento, entre o século XVIII e inícios do século XIX, foi assegurada a cidadania civil, no qual foram “atribuídos” direitos que protegem o exercício da liberdade individual, da propriedade privada e de associação. Posteriormente, nos finais do século XIX e começo do século XX, foi assegurado o direito de participação na vida política e exercício do poder político. Por fim, o elemento social corresponde ao conjunto de direitos que procuram garantir o bem-estar socioeconómico dos indivíduos, desde a saúde, ensino, segurança e também o acesso à segurança social (Marshall & Bottomore, 1992; Casa-Nova, 2004).

Partindo deste enquadramento, importa-nos, dentro desta dimensão, compreender de que modo as relações entre indivíduo e Estado se constituem como relações de cidadania. Segundo Silva (2002), nos Estados Modernos, a relação dos indivíduos com o Estado é então concebida de três modos distintos:

- I) Os indivíduos, ainda que de forma difusa, são os criadores e representantes da soberania. Estes, através de um contrato social, transferem para o Estado parte da sua autonomia, o que vai assegurar uma coexistência pacífica entre ambos;
- II) Com esta transferência, o Estado adquire o monopólio ao nível da execução de leis e, sequentemente, os indivíduos tornam-se alvo da coerção estatal. A liberdade e os direitos civis são garantidos pela existência de uma esfera privada, livre dos constrangimentos da lei;
- III) Os indivíduos dependem daquilo que são as provisões do Estado (serviços e bens públicos).

⁵ Época em que as bases do Estado-Providência começam a ser postas em causa, em resultado do choque petrolífero de 1973 e da subsequente recessão económica (Silva, 2013).

São estas três dimensões que consolidam o estatuto de cidadão que, por sua vez, remetem para as diferentes fases do seu desenvolvimento (Silva, 2002). Sobre este desenvolvimento, Marshall & Bottomore (1992) diz-nos que o mesmo não resulta apenas do desenvolvimento da sociedade industrial. É, igualmente, resultado da própria estrutura que o Estado moderno vai adotando e do modo como este influencia a determinação das relações sociais. O cidadão é, deste modo, visto como um indivíduo inserido numa esfera pública, em que o exercício da cidadania resulta na orientação adquirida com o conhecimento e proteção do Estado (Casa-Nova, 2004).

Ainda que os argumentos explicativos da constituição do Estado Bem-Estar possam ser analisados de uma forma “quase geral”, Esping-Andersen (1990) aponta-nos outro conceito-chave, o de «desmercadorização»: “grau segundo o qual aos indivíduos ou às famílias é possível manter um nível de vida socialmente aceitável, independentemente da participação no mercado” (Esping-Andersen, 1990: 37). O grau de «desmercadorização» não é uniforme entre países, sendo a partir daqui - e numa comparação dos padrões de proteção social entre países europeus - identificados três percursos de desenvolvimento de Estado-Providência, que culminam nos seguintes modelos: o liberal, o corporativista e o social-democrata. No tipo liberal, a intervenção do Estado procura garantir mínimos e ocorre sempre que os indivíduos, as famílias, a comunidade e o mercado não têm possibilidade de resolver os riscos sociais. Este modelo dá prioridade ao crescimento económico. O regime corporativista ou continental parte do pressuposto que a proteção social é de responsabilidade individual, consoante o mérito e capacidade produtiva de cada um, dando prioridade à coesão social e à vinculação ao trabalho assalariado. A terceira modalidade respeita à social-democrata, onde as políticas sociais são vistas com carácter universal, incluindo a esfera económica e a esfera social, e dá prioridade à redistribuição.

Posto isto, onde se coloca Portugal e os restantes países da Europa do Sul?

A não consideração deste conjunto de países é apontada por Silva (2002) como um dos limites à proposta de “categorização” de Esping-Andersen. Ainda que este grupo de países fosse, tradicionalmente, considerado uma versão menos consolidada do modelo continental, Silva (2002), secundando a proposta de Ferrera (2006), defende ser necessário concetualizar um quarto submodelo do Modelo Social Europeu: o do Sul. Deste submodelo fazem parte países como Portugal, Espanha, Grécia e Itália, cujas especificidades são: esquemas de proteção social dualistas, gerando a sobre proteção dos sectores centrais da força de trabalho e, simultaneamente, níveis rudimentares de proteção para largos sectores da população (Ferrera,

2006); um baixo nível de produtividade, elevada mão-de-obra não qualificada (Hespanha, 2000); uma forte tradição centralista, associada à presença de períodos autoritários longos, forte presença da Igreja e, ainda, particularismos e clientelismos, devido à escassa penetração do Estado nas instituições de bem-estar (Santos & Ferreira, 2001). Por sua vez, Portugal⁶ apresenta características distintivas dos restantes países: um menor grau de fragmentação, aproximando-se aos países social-democratas; ao nível da proteção dos trabalhadores, apresenta um nivelamento por baixo, tal como os países mais ricos; a mulher apresenta uma grande taxa de participação no mercado de trabalho, distanciando-se aqui também dos países do Sul⁷.

Sobre isto, Hespanha (2000) fala-nos do “Síndrome do Sul”, onde a presença da Igreja e da família são características e o Estado ostenta baixo grau de penetração nas esferas de proteção social (*sofness*).

Compreende-se assim quando Santos & Ferreira (2001) argumentam que Portugal tem um “semi” Estado-Providência ou um “quasi-Estado-Providência” e Hespanha (2000) nos fala da “Natureza Híbrida do Estado Português”: “o Estado Português não é um Estado-Providência no sentido pleno do termo (...) é ainda um quase-Estado-Providência que se consolidou num período de crise política e económica do modelo em que se inspirou” (Santos & Ferreira: 2001: 191). Por este motivo, Portugal enfrenta uma situação contraditória: o país atravessa uma crise do Estado-Providência sem realmente nunca ter tido um (Santos, 1999). Ao contrário dos outros países da Europa Ocidental, as formas de atuação do Estado-Providência português nunca foram muito perceptíveis.

Não obstante, Santos (2002) refere-nos ainda que se Portugal não tem um Estado-Providência, possui antes uma forte sociedade-providência que colmata, em parte, as lacunas da providência estatal. Assente numa lógica de solidariedade social, esta sociedade-providência

⁶ Sobre as características do Estado-Providência em Portugal, Pereirinha & Carolo (2009) vêm reforçar e referir ainda que tal configuração resulta da influência de fatores: i) a criação de previdência social em 1935 e as várias reformas ocorridas durante o período do Estado Novo; ii) após a revolução de 25 de abril de 74, onde a restauração do regime democrático se traduziu numa consolidação dos direitos sociais, conduzindo a uma “quase universalidade” deles, provocando assim um aumento da despesa pública; iii) adesão de Portugal à CEE em 1986, que contribuiu para a plena realização dos direitos sociais.

⁷ Além destes, parece-nos, hoje, tematizar-se um potencial quinto submodelo - «estados pós-soviéticos» - que retrata uma nova realidade a partir da combinação entre a origem soviética comum a países integrantes dos grupos de Estados pós-soviéticos: Eurásia, Ásia Central, Leste Europeu, Estados Bálticos e Transcaucásia (Tomé, 2007).

- onde a família ocupa um lugar central - exprime os universos simbólicos das sociedades rurais que, no entanto, reproduzem-se sob novas formas nas sociedades urbanas. Há então uma ajuda mútua assente em laços de parentesco, de redes de vizinhança, por meio de pequenos grupos sociais, que trocam bens e serviços, numa lógica de reciprocidade, que segundo o autor aproxima-se da noção de Dádiva de Marcel Mauss⁸.

Desde as grandes crises dos anos 30 e 70, a juntar agora à crise financeira de 2008, o modelo de Estado bem-estar europeu vê-se confrontado com um conjunto de desafios, sobretudo uma grande indefinição sobre a sua sustentabilidade.

Rosanvallon (1984; 1995) aponta uma tríade de fatores que articulados demonstram as fragilidades do modelo social europeu. Tais debilidades resultam da conjugação de aspetos de natureza económico-financeira, ideológica e filosófica. As de natureza financeira respeitam ao desequilíbrio entre receitas e despesas. Na mesma linha de pensamento, Soulet (1996) faz aqui uma ramificação e situa-a em dois níveis: i) uma crise de financiamento, para a qual cooperam o fosso crescente entre as despesas sociais cada vez maiores e os recursos fornecidos pelos impostos, a crise global que atravessa a economia e faz redobrar este financiamento, e o aumento do desemprego a par das dificuldades de manutenção das prestações sociais aqui inerentes; ii) uma crise de eficácia, associada pelo autor à manutenção e/ou ao ressurgimento das desigualdades ou da marginalidade. Mais especificamente, Soulet (1996) considera que dentro dos efeitos perversos das políticas sociais, estas muitas vezes produzem efeitos opostos aos seus objetivos fundamentais. Acrescenta ainda que as políticas sociais são “(...) um amontoado de medidas sem coerência entre si (...) [que] apresentam limites claros ao nível dos seus efeitos distribuidores (...)” (Soulet, 1996: 110).

Dentro da dimensão ideológica, Rosanvallon (1995) associa a fragilidade do modelo social europeu à perda de legitimidade e a ideia crescentemente vulgarizada do Estado como gestor incompetente. Igualmente próximo desta abordagem, Soulet (1996) considera que a crise ideológica que o Estado-Providência atravessa gira em torno de uma dupla interrogação. Por um lado, a dúvida sobre a igualdade como finalidade social, e por outro, os limites da solidariedade pública. Discutindo sobre a igualdade, o autor relembra que o programa de Estado-Providência assentava, ideologicamente, na libertação da sociedade da necessidade e do risco. E, tal como enuncia, mais do que o abrandamento do crescimento económico, é a crise

8 A dádiva como obrigação social coletiva na relação simbólica: Dar, Receber e Retribuir (Mauss, 1950 *apud* Martins, 2005).

das representações do futuro que suscita problemas. O desígnio de igualdade social tem hoje um preço económico pesado sem compensação ideológica e visibilidade social. Já quando se refere aos limites da solidariedade, o autor apresenta o Estado como agente central, que se substitui aos indivíduos e aos grupos, e a interrogação recai exatamente “(...) sobre o fundamento de um tal monopólio” (Soulet, 1996: 111).

Retomando o pensamento de Rosanvallon (1995), a fragilidade que se apresenta em terceiro lugar é de ordem filosófica, associada à incapacidade do Estado de reduzir a incerteza e à propensão para a redução da cobertura de riscos.

Ao encontro da exposição feita, afirmam Branco & Amaro (2011: 660) que tais fragilidades “(...) formam o pano de fundo a partir do qual toda a política social enfrenta desafios e mudanças”. Efetivamente, com toda a reconfiguração societal desde o final dos anos 90, são notórias as alterações que se têm vindo a realizar nos sistemas de bem-estar europeus, caminhando numa ótica de ativação, territorialização e individualização da política social (Soulet, 1996; Branco & Amaro, 2011).

Neste contexto, a ativação surge como uma nova forma de se compreender a conceção de solidariedade, o compromisso, os direitos e deveres, e o pacto social. Aqui está subentendida a obrigação do indivíduo ritmar por si próprio o seu percurso de vida, definindo as suas etapas e normas (Albuquerque & Luz, 2016)⁹. Isto é, se a universalidade, a garantia e a efetivação de direitos sociais estimulam uma certa acomodação e passividade nos seus beneficiários, a nova geração de políticas sociais, vem contrariar tal questão: “ninguém deve beneficiar de uma medida de política social sem que ativamente realize alguma ação no sentido de alterar as circunstâncias que o levaram a necessitar de recorrer ao sistema de bem-estar” (Branco & Amaro, 2011: 660). Nesta lógica de ativação, o mercado de trabalho apresenta-se como principal constructo de integração social, daí alguns autores defenderem que no modelo social europeu assiste-se a uma passagem do *welfare* para o *workfare* (de um sistema onde os apoios sociais são garantidos a todos os cidadãos para outro onde os apoios só estão disponíveis a quem está inserido na esfera laboral) (Paugam, 2007; Branco & Amaro, 2011; Silva, 2013).

⁹ O conceito de Foucault de “biopolítica” permite compreender a ação do Estado contemporâneo como uma espécie de ação biográfica, ancorando-se num olhar de si sobre si, sob mediação de uma lupa sociopolítica: é a singularidade de cada pessoa que se torna base da intervenção sociopolítica contemporânea. Neste sentido, o homem e as suas condutas constituem-se como objeto de ação política e de novas estratégias socioeconómicas, dando origem a um “biopoder” (in Albuquerque & Luz, 2016).

Subjacente a esta transição está a conceção de cidadania ativa. Tal conceito, compreendido e avaliado em termos de participação no mercado de trabalho, apresenta-nos uma abordagem individualista dos problemas sociais.

O processo de territorialização surge em oposição a esquemas centralizados e universais. Baseado numa tendência de estruturação de programas e medidas de política social assentes numa delimitação e administração territorial, neste processo é privilegiada uma lógica de discriminação positiva das populações e territórios (Castel, 1998).

Dentro da conceção de que o “Estado Social¹⁰ se transformou em Estado da «ativação» do indivíduo em dificuldade” (Soulet, 2008: 1), a individuação¹¹ é hoje a dimensão mais reforçada nas políticas sociais. Quer isto dizer que a prioridade da ação pública se centra no indivíduo e na sua singularidade. Mais concretamente, desde os anos 70, a autonomia e responsabilização individual são, cada vez mais, um requisito normativo nas esferas da vida social e no campo da política social (Breviglieri, 2008; Cantelli & Genard, 2007). Surge assim um “novo conceito de indivíduo”, onde sê-lo significa ser ator, com capacidade de ação, autónomo, ser sujeito de direitos e deveres. Não obstante, para Castel (2009) existem dois tipos de indivíduos: o hipermoderno por excesso e o hipermoderno por defeito. O primeiro caracteriza-se pela perda da noção de vida em sociedade e de bem-comum. O indivíduo é visto como um fim em si mesmo, sendo aqui considerada a existência de uma lei geral de

¹⁰ A expressão “Estado Social” tem uma fundamentação histórica. Em Portugal, foi a designação atribuída pelos socialistas para a transição do Estado para o socialismo. É também a designação apresentada na Constituição da República Portuguesa de 1976. Autores como Boaventura de Sousa Santos (1992-1995); Filipe Carreira da Silva (2013), Pedro Adão e Silva & Mariana Pereira (2015) e Soulet (2008), utilizam a expressão Estado Social como sinónima de Estado-Providência. Todavia, Mozzicafreddo (2017) diz-nos que as políticas sociais, além de se configurarem como elemento de compensação em situações desfavorecidas e desiguais, são também elemento complementar ao desenvolvimento do mercado e da indústria, que, por seu turno, também favorece o capital e o investimento. São, por isso, um mecanismo que providencia a promoção social e a organização económica. Ou seja, por intermédio da aplicação de políticas sociais, o efeito da sua ação vai além da dimensão social. Daí defende a utilização do conceito “Estado-providência”. Todavia, no presente estudo vamos aplicar ambos os conceitos indistintamente.

¹¹ A sociologia da individuação procura compreender como uma determinada singularidade sociohistórica produz determinado tipo de indivíduos. Esta é uma sociologia que permite a dissociação entre ator e sistema, estrutura e ação, objetivismo e subjetivismo. A sociologia centrada nos indivíduos corresponde, por conseguinte, a um novo olhar sociológico que remete para uma nova representação da constituição dos laços sociais. O social perdeu a sua unidade e a sua consistência, ganhou terreno a fluidez, o risco, a ambivalência (Bauman, 1997; Martins, 2015).

autossuficiência. O indivíduo hipermoderno por defeito tem uma profunda falta de capitais sociais de suporte e ausência de capacidade de aceder ou criar recursos que cooperem para a construção da sua individualidade. Daqui podemos fazer ligação com o conceito de «desafiliação» postulado por Castel (1998; 2009), associada à desconexão na relação entre indivíduos e indivíduos-sociedade.

Foi dentro desta perspetiva que o autor desenvolveu a ideia de um individualismo positivo e de um individualismo de mercado ou negativo como referencial das sociedades contemporâneas (Castel, 1998): no indivíduo positivo a sua individualidade surge como expressão do seu sucesso e resultado da efetivação de todas as condições necessárias para se apresentar como tal, sejam elas: possibilidade de autonomia e emancipação, garantia de direitos e liberdades e capacidade de contratualização. Já o indivíduo negativo apresenta-se como aquele que, sem capacidade de se autonomizar, é deixado sozinho, responsabilizando-o pelas próprias circunstâncias de privação, de falta de segurança de bens garantidos e de vínculos estáveis. Como nos cita Castel (1998: 597) “o vagabundo representa-lhe o paradigma. Só pertence a si mesmo e não é homem de ninguém, nem pode se inserir em nenhum coletivo”. A este nível, destaca-se, inevitavelmente, o referencial de Beck (1992) sobre a questão da individualização¹², o qual perspetiva os problemas sociais como problemas individuais, em função de disposições psicológicas e familiares. Nesta ótica, as crises sociais apresentam-se como crises individuais, não sendo, por isso, ancoradas ao domínio social.

Este individualismo das sociedades atuais carrega consigo um conjunto de condicionantes que dificultam a manutenção do laço social, com repercussões que se fazem sentir a nível societal e individual. Neste contexto, dentro da tradição francófona, um dos fenómenos que tem vindo a ganhar maior expansão é o da *souffrance social* (Soulet, 2005; Amaro, 2012). Este sofrimento social manifesta-se quando o ser psicológico é afetado pelas dinâmicas sociais que o envolvem, ou seja, pelo ser social. Este fenómeno vem dar conta da situação de

¹² Neste âmbito considera-se pertinente estabelecer a distinção entre individuação e individualização. Se a primeira se associa a uma dinâmica societária em que os indivíduos se vêem confrontados com a produção de si próprios – “missão essencial será a de apetrechar as pessoas (...)” (Branco, 2008: 84) –, a segunda apresenta-se quase como uma derivação da primeira, integrando o quadro de princípios e orientações que presidem às atuais medidas de política social. Refere-se então a processos que tornam a perceção dos problemas sociais como problemas individuais, em detrimento da referenciação a coletivos e solidariedades de pertença, e independentes das “forças” sistémicas (Beck, 1992; Branco, 2008; Mitjavila & Jesus, 2004).

enfraquecimento do laço social, fundado no ideal de integração, e de transição para uma situação de desligamento social. A *souffrance social* refere-se, então, a uma perda de confiança extrema que conduz à incapacidade individual de responder aos movimentos de subjetivação e que produz uma enorme ansiedade nos indivíduos. O indivíduo contemporâneo enfrenta, portanto, uma angústia significativa perante a vida, por sua vez, associada a uma fragilização dos pontos de apoio e a uma precarização das condições de confiança que, numa corrente encadeada, produz situações de sofrimento (Amaro, 2012). A esta dificuldade acresce um contexto marcado pela hegemonia das políticas neoliberais que determinam na sua ideologia a “necessidade” de retração do Estado em direção a um Estado mínimo, em prol de uma determinada ideia de “sustentabilidade” da “despesa pública” estatal (Jobert, 1994).

É transportando esta última análise em concreto para o caso português, que Branco & Amaro (2011) consideram colocar-se sérias questões sobre o futuro e a sustentabilidade do Estado-Providência, intensificadas e aceleradas pelo pedido de ajuda externa em 2011 e pela atmosfera generalizada de crise, incerteza e vulnerabilidade. Concomitantemente, e relativo às tendências do Estado-Providência português, Silva (2013) afirma que o fim é um cenário que se impõe nos dias de hoje. Para sustentar tal afirmação, o investigador apoia-se em 4 argumentos: 1) este modelo de providência é inútil e/ou indesejável por acarretar consigo situações de dependência; 2) é insustentável; 3) não é suscetível a reforma; 4) é injusto.

Sobre o primeiro argumento, o autor começa por nos dizer que os principais pontos de crítica se relacionam com o facto de o Estado-Providência induzir a situações de dependência dos seus apoios. O que se coloca aqui é uma perpetuação das situações de pobreza e exclusão social. Aqui vê-se subjacente a transição do *welfare* para o *workfare*, que se iniciou nos países anglo-saxónicos e, posteriormente, se generalizou em muitos outros, Portugal inclusive. Outro aspeto é que o Estado Social é apontado como promotor de um modelo de sociedade que não se coaduna com a mudança, com o risco e com a inovação. Nesta lógica, mais do que dependentes do *welfare*, aos indivíduos não seria reconhecida a capacidade de empreender a mudança que se torna necessária nos desafios que hoje se apresentam. Este tipo de crítica é mais notório em países de “orientação liberal”, não obstante, é um argumento presente em decisores políticos de outros países, no qual Portugal se inclui novamente. Em terceiro lugar, é tendência entre os beneficiários de prestações sociais tomá-las como adquiridas, descurando assim a natureza do contrato social que está por detrás do Estado-Providência: para que uns possam beneficiar de determinados direitos sociais, outros deverão ter contribuído por via de impostos e descontos para tal (Silva, 2013).

O segundo argumento, de que o Estado-Providência é insustentável respeita, logo à partida, à questão *sine qua non* de que sem crescimento económico, não há receita que o sustente. Por trás deste argumento estão várias considerações: a primeira é de que o aumento da esperança média de vida, ainda que se apresente como uma colossal conquista civilizacional, coloca ao Estado-Providência um problema sobre a sua sustentabilidade: viver mais anos, não significa trabalhar mais anos. Pelo contrário, são mais anos a usufruir de pensões de reforma e de gastos crescentes de saúde; ao mesmo tempo, assiste-se a uma diminuição progressiva da taxa de natalidade (Portugal, entre 1960 e 2011, apresentou o segundo valor mais baixo entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) na taxa de natalidade, com uma descida na média de 3 filhos por casal para 1,3). Esta combinação de alterações demográficas traduz-se numa significativa deterioração do rácio entre população ativa e população já fora do mercado de trabalho, como também um aumento da despesa pública em pensões (Silva, 2013).

Outra consideração dentro do argumento da insustentabilidade do Estado-Providência respeita às condições políticas e sociais em que se instaurou e se desenvolveu, mais concretamente, ao consenso entre as populações nacionais em torno deste projeto político:

“uma parte considerável do eleitorado da Europa Ocidental não desejava nem uma solução de tipo liberal-capitalista, nem uma solução de tipo comunista, e parecia convencida de que a solução intermédia de um Estado Social podia conciliar o melhor dos dois mundos – uma economia de mercado (...) sem abrir mão da proteção social” (Silva, 2013: 39).

Associado ao aumento do número de emigrantes e das migrações internas, que tornaram as sociedades mais multiétnicas, nos últimos 30/40 anos, este consenso foi-se abatendo gradualmente, com novas clivagens a redefinir o debate político. Como exemplo, Silva (2013) refere-nos que há, atualmente, um número acentuado de jovens que deseja simultaneamente pagar menos impostos e viver em sociedades progressistas do ponto de vista dos costumes: “sociedades pós-industriais”. Para o autor, falar em sociedades “pós-industriais” é o mesmo que se falar em sociedades globalizadas, sociedades que sofrem os efeitos da “globalização económica”, que se iniciou com a queda do Muro de Berlim. Por seu turno, o processo de globalização económica contém dois aspetos fundamentais: (i) a produção económica deixa de estar baseada num território único e passa a organizar-se globalmente; (ii) os mercados financeiros deixam de se assumir como estruturas nacionais para se tornarem em sistemas

planetários. Nestes dois aspetos, o primeiro foi o que trouxe consigo grandes desafios à sustentabilidade dos Estados Sociais.

“Nenhum Estado-Providência é idêntico a outro, é evidente que o impacto da globalização económica (...) varia significativamente de país para país (...). [No entanto,] uma tendência geral pode ser identificada (...) é cada vez menos possível para cada Estado-nação regular e controlar a atividade económica e os fluxos financeiros que ocorrem nos seus territórios” (Silva, 2013: 41).

O outro argumento apontado por Silva (2013), de que o Estado-Providência português não é suscetível de reforma, no sentido de um ajustamento às transformações e desafios demográficos, sociais, políticos e económicos, tal como aponta também, já foi mencionado por Esping-Andersen (1996). «Paisagem congelada» é o termo que utiliza para se referir às tendências dos Estados-Sociais: há uma grande resistência à mudança e transformação nas/das políticas sociais já institucionalizadas enquanto direito. A isto, Silva (2013: 43) acrescenta: “incapaz de se reformar, o modelo do Estado-Providência parecia condenado a desaparecer”.

Relativamente ao argumento de este modelo de providência ser injusto, Silva (2013) associa-o à desigualdade e estratificação social que o próprio modelo promove e reproduz nas relações entre Estado-sociedade-economia. Tal cenário é notório nos países em que a proteção social se estabelece na associação entre nível de apoios sociais e nível de rendimento auferido, como acontece em certa medida em Portugal. Mais concretamente, a crescente perceção de que, por um lado, (i) o grupo de população com emprego estável, com perspetivas de crescimento, está protegido, por outro, (ii) quem se encontra desprotegido neste nível, está condenado a soluções intermitentes e precárias, pode conduzir a uma profunda perceção de injustiça, acarretando conseqüentemente uma crise de legitimação do Estado-Social e do regime de direitos sociais que lhe está inerente.

A par destas transformações e tendências, assiste-se a um peso e reconhecimento crescentes das instituições do Terceiro Setor na provisão do bem-estar em vários domínios. Neste contexto, o Estado-Providência é hoje uma realidade plural – *welfare mix* – (Pereirinha, 2003), onde, de um modo generalizado, encontramos o Estado, o Mercado e o Terceiro Setor a garantir conjuntamente o bem-estar social. Ou seja, ao mesmo tempo que a intervenção do Estado, por um lado, se retrai por referências a domínios tradicionais ligados à consecução de direitos sociais, por outro, se alarga em domínios que almejam a promoção do capital humano e social. Tal facto consubstancia a passagem de uma lógica de “governo”, através de formas diretas de produção de respostas sociais e de controlo, para uma lógica de “governança”, assente

na colaboração das instâncias estatais com atores no espaço público, privado e voluntário (Albuquerque & Luz, 2016).

Daqui é-nos possível fazer um paralelismo ao ponto seguinte, dedicado ao empreendedorismo e ao empreendedorismo social, fenómenos estes associados às alterações no mercado de trabalho e às transformações do Estado-Providência, respetivamente.

1.2. Empreendedorismo e empreendedorismo social: solução, oportunidade ou escape?

O conceito de empreendedorismo não é novo e a sua aplicabilidade tem sido notada em diversos contextos, em múltiplas áreas do conhecimento e com uma heterogeneidade de significados. Todavia, este é um conceito cujo reconhecimento e popularidade se potenciaram nos últimos tempos, sobretudo na última década, resultante das profundas mudanças nos modos de produção, na economia e no mercado de trabalho, chegando efetivamente a constituir-se para alguns indivíduos como uma alternativa às formas de emprego mais tradicionais, e como meio para a resolução de problemas de competitividade e produtividade, associados a conjunturas de instabilidade económica e financeira. Conforme nos diz Dornelas (2008), persiste a crença de que os empreendedores estão “eliminando barreiras comerciais, e culturais, encurtando distâncias, globalizando e renovando os conceitos económicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riqueza para a sociedade” (Dornelas, 2008: 6). Dito de outra forma, a crescente valorização e exaltação da atividade empreendedora vem privilegiar um modelo específico de desenvolvimento económico e social, marcado pela existência de um mercado livre capitalista (Costa *et al.*, 2012). Posto isto, será a partir de uma análise histórica que procuraremos desenvolver um quadro teórico-concetual do empreendedor(ismo).

A conceção do termo empreendedorismo deriva do francês “*entreprendre*”, conceito aplicado pelo economista francês Richard Cantillon, na segunda metade do século XVIII, referindo-se a “estar no mercado entre o fornecedor e o consumidor” (Sarkar, 2014). Não será por acaso que a conceção do termo ocorre, historicamente, no mesmo período que a Revolução Industrial, momento marcado pela consolidação do sistema capitalista, sustentado nos “ideais” de capital e de trabalho assalariado. Foi no seu livro “*Essai sur la Nature du Commerce en Général*” (1755), que Cantillon associa, então, o conceito de empreendedorismo ao indivíduo que compra, transforma e vende matérias-primas a terceiros, acabando por identificar aqui oportunidades de negócio. Nesse contexto, desenvolve uma abordagem sistemática sobre o processo empreendedor, estruturando-o em três dimensões: 1) sobre a produção, distribuição e consumo; 2) foca-se no dinheiro e no lucro; 3) centra-se no comércio internacional e no ciclo de negócio (Caetano, Santos & Costa, 2012).

No mesmo período histórico, Adam Smith - considerado o pai da Economia Moderna -, na sua obra “*A riqueza das nações*” (1776), faz alusão ao empreendedor, considerando-o num

dos três tipos de empresário que estabelece. Clarificando a sua categorização: 1) o empresário aventureiro que investe o seu capital em empreendimentos de elevado risco; 2) o empresário projetor que planeia e produz invenções de forma arriscada; 3) o empresário empreendedor que realiza projetos medindo os riscos associados e atuando de forma refletida e ponderada. Na mesma obra, Smith define os empreendedores como agentes económicos que reagem às mudanças económicas, com capacidade de transformar a procura em oferta (Carvalho & Costa, 2015).

Na viragem para o século XIX, Jean-Baptiste Say (1767-1832) escreveu o “Tratado de Economia Política” (1803), obra que viria a configurar-se como um forte contributo para este campo de estudo. Nela o economista francês definiu o empreendedor como o empresário que pretende criar valor económico e equilibrar esse processo de criação de valor ao mover recursos destinados a áreas de baixa produtividade para áreas que possam dar maior retorno (Dees, 2001).

Já nos anos 30 do século XX, Joseph Schumpeter (1883-1950) deu o seu contributo com novas reflexões para a discussão do empreendedorismo. Na obra “The theory of economic development” concetualizou o empreendedor como um agente de mudança do *status quo* económico, com força para liderar o progresso da economia e capacidade para identificar uma oportunidade material, de produto ou negócio. O economista defendia que ao conceito de empreendedorismo está subjacente a noção de inovação, produzindo com essa associação um “avanço” neste domínio concetual. Portanto, para Schumpeter os empreendedores são indivíduos também capazes de introduzir inovações e, através de “processos de destruição criativa”, de modificar o passado e gerar novas oportunidades de criação de riqueza para o futuro (Portela, 2008: 26). Tais inovações, por seu turno, podem apresentar-se sob várias formas, nomeadamente: (i) introdução de um novo produto, (ii) introdução de um novo método de produção, (iii) abertura de um novo mercado, (iv) aquisição de uma nova fonte de oferta de materiais, (v) criação de uma nova empresa/organização. Desta feita, são estas inovações que colocam as economias na senda do desenvolvimento (Parente *et al.*, 2011; Sarkar, 2014).

Igualmente no século XX, mas datando à década de 80, importa igualmente salientar o contributo de Peter Drucker, que “alargou” a definição de empreendedorismo de Say introduzindo a noção de oportunidade (Dees, 2001). A partir dessa ampliação do conceito, o empreendedor é visto como um agente capaz de explorar as oportunidades que as mudanças tecnológicas, económicas, sociais, e das próprias preferências dos consumidores, criam. Para Drucker, o empreendedor “always searches for change, responds to it, and exploits it as an

opportunity” (Drucker, *s/d apud* Dees, 2001: 1). Mas o contributo de Drucker não fica por aqui. À semelhança de Schumpeter, associa o empreendedorismo à inovação, defendendo que nem todos os novos negócios podem ser considerados empreendedores: empreendedorismo implica risco, implica a aplicação de conceitos e de técnicas de gestão (Sarkar, 2014). Nesta lógica de associação entre empreendedorismo e risco, Stevenson (1983) acrescentou, na mesma década, que os empreendedores não se deixam limitar pela escassez de recursos, bem pelo contrário: aproveitam as oportunidades e potencializam os recursos.

Ainda sobre a noção de oportunidade, Dees (2001) considera que a mesma passou a ser central em muitas das definições atuais de empreendedorismo. Nesta ótica, e considerando a perspectiva apresentada por Shane & Venkataraman (2000: 220) o empreendedorismo é compreendido como uma “análise de como, por quem e com que efeitos, as oportunidades para criar bens e serviços futuros são descobertas, avaliadas e exploradas”. Aqui “oportunidade” vem aludir às atividades que obrigam a um investimento de recursos, que apesar de limitados, possam futuramente dar retorno desse mesmo investimento.

Tomando como referência esta nova relação entre empreendedorismo-inovação-oportunidade, outros autores sustentam que os empreendedores, num contexto de recursos finitos, procuram e analisam as oportunidades que surgem no/do quotidiano. São, deste modo, encarados como agentes inovadores orientados para as oportunidades de mercado e para a criação de valor (Drucker, 1985; Dees, 2001; Martin & Osberg, 2007).

Outros contributos têm sido dados para a definição de empreendedorismo. Sendo-nos impossível cobrir todos, passamos a destacar:

Quadro I.1 - Diferentes concetualizações de empreendedorismo

Centro de Empreendedorismo da Universidade de Miami (s/d)	“Empreendedorismo é o processo de identificação, desenvolvimento e captação de uma ideia para a vida. A visão pode ser uma ideia inovadora, uma oportunidade ou simplesmente uma forma melhor de fazer algo”.
Quintão (2004)	O Empreendedorismo expressa-se segundo três ideias centrais, são elas: 1) a criação de valor, 2) a inovação e 3) a capacidade de aproveitamento de oportunidades de criação de atividade económica.
Parks (2006)	“Real entrepreneurship is about building something that is bigger than just the founder. It’s about creating a lasting and successful business – that will still be lasting and successful even when the entrepreneur has moved onto a new project” (p.4)
OCDE (2007)	O empreendedorismo é um fenómeno associado com a atividade empreendedora, sendo a atividade empreendedora toda a ação humana empresarial em busca da criação de valor através da criação ou expansão da atividade económica pela identificação e exploração de novos produtos, processos ou mercados.
Caetano, Santos & Costa (2012)	“O empreendedorismo é um processo cíclico que se inicia na geração de uma ideia que pode traduzir-se numa oportunidade de negócio que é convertida numa proposta de valor acrescentado para uma atividade económica”.
GEM (2012)	No GEM são distinguidos dois tipos de empreendedorismo: por necessidade e por oportunidade. O empreendedorismo por necessidade refere-se aos empreendedores que procuram o autoemprego para assegurar a sua sobrevivência. Já o empreendedorismo por oportunidade refere-se aos empreendedores que identificam e exploram oportunidades de mercado.
Fargion <i>et. al</i> (2011)	O empreendedorismo define-se como a habilidade de examinar dificuldades e encontrar nelas novas oportunidades e soluções inovadoras.

Fonte: Elaboração própria (2019).

Da exposição feita até aqui é notória a ausência de conformidade sobre a concetualização de empreendedorismo. Como já advertira Bourdieu (1998), nas sociedades contemporâneas, as palavras não possuem um sentido neutro, são antes investidas de sentidos sociais pelos atores que as mobilizam. Ora, se na sua génese, o empreendedorismo surgiu mais relacionado com as características e/ou competências pessoais do indivíduo, inteiramente desassociado de condições estruturais, Sarkar (2009) vem contrariar este argumento, considerando que o risco assumido para a consubstanciação deste tipo de iniciativas concilia a predisposição dos empreendedores e o contexto em que se inserem. Desta forma, Ferreira (2006) propõe uma articulação entre estas duas visões: existem, realmente, estrangimentos societais que se sobrepõem à capacidade de ação dos indivíduos no sentido da mudança, mas, é-lhes conferida,

igualmente, a capacidade de transformar as condições estruturais das situações em que estão envolvidos.

Certificando os conteúdos expostos e procurando aplicá-los no atual contexto social e económico, Saraiva (2011) argumenta que criar e gerir organizações de forma competitiva no séc. XXI obriga a um conjunto de conhecimento e competências. São os empreendedores que lideram a criação de valor, de postos de trabalho e o desenvolvimento social e económico. Esta atitude proativa associa o empreendedorismo a um conjunto articulado de (i) estímulos, (ii) atitudes, (iii) ambientes, (iv), metodologias, e (v) culturas que, por sua vez, cooperam para a efetivação de novos projetos. Torna-se assim evidente o modo como o encorajamento do espírito empreendedor estabelece estreitas associações com o espírito que subjaz ao capitalismo contemporâneo (Almeida & Chaves, 2015).

Apesar da pluralidade de significados atribuídos à atividade empreendedora e do reconhecimento de “constituintes” que a circunscrevem, a verdade é que o empreendedorismo pode assumir determinadas especificidades conforme o contexto em que se aplica/desenvolve. Como tal, vamos procurar conciliar as propostas de Dornelas (2003), Saraiva (2011) e Sarkar (2014), autores que nos elucidam dos formatos que o empreendedorismo contemporâneo abarca, designadamente:

- I. Empreendedorismo de Base Tecnológica: assume particular importância na atual situação da sociedade portuguesa, pois, é a partir desta que se criam novas realidades empresariais. Nesta atividade, em vez da identificação de uma necessidade de mercado, o que se tem geralmente é uma tecnologia, que devemos saber avaliar, estudando a melhor forma de a converter em produto, direcionado para os correspondentes mercados. Esta tipologia de empreendedorismo exige uma maior aposta na análise/gestão do risco, bem como das tecnologias de suporte ao negócio (Saraiva, 2011);
- II. «Impreendedorismo», intraempreendedorismo ou empreendedorismo corporativo: a atividade empreendedora não se cinge à criação de novas organizações e, nesta vertente, o autor introduz-nos o «impreendedorismo», ou seja, a concretização da capacidade empreendedora dentro de organizações já existentes, fomentando novas linhas de atividade, unidades de negócio, produtos, serviços ou diferentes tipos de inovação. A promoção do empreendedorismo dentro das organizações depende de aspetos, como: orientação estratégica da organização e compromisso com a identificação e exploração de novas oportunidades, isto é, a forma como são

mobilizados os recursos nesse contexto exploratório; controlo de recursos, numa tentativa de minimizar os recursos necessários para a exploração das oportunidades identificadas; estrutura organizacional e filosofia de recompensa; e orientação para o crescimento e para uma cultura organizacional (Saraiva, 2011);

- III. Empreendedorismo cultural: o autor destaca também o empreendedorismo cultural, atividade que tem vindo a adquirir reconhecimento pelo contributo que dá ao desenvolvimento social e económico de um país. Mais do que saber gerir uma organização, o empreendedor cultural combina planos inovadores com as necessidades da cultura e da sociedade como um todo;
- IV. Microempreendedorismo: associa-se à criação de pequenas unidades de negócio, sendo designadas como microempresas aquelas com (i) menos de 10 trabalhadores; (ii) volume de negócios ou valor do ativo não superiores a 2 milhões de euros;
- V. Empreendedorismo jovem: assume especial pertinência no quadro geral do empreendedorismo, nomeadamente numa perspetiva a médio-longo prazo, pois, por um lado, surge cada vez mais gente jovem qualificada a dinamizar novas oportunidades de negócio, por outro, a afirmação de uma cultura empreendedora que se pretende perspetivar depende das apostas hoje realizadas nos grupos etários mais jovens;
- VI. Empreendedorismo social: com a crescente complexidade da realidade social, assistimos a uma migração de características de um campo que antes tinha só como objetivo o lucro e que agora se centra na criação de valor social. Ou seja, os impactos mais alargados que o empreendedorismo tem na sociedade, surgem nesta forma de empreender (Sarkar, 2014). Caracteriza-se como um processo de identificação de oportunidades, de organização de recursos e de disponibilização de lideranças para resolver problemas sociais, ao mesmo tempo que se cria valor social e económico (Saraiva, 2011).

De modo a sintetizar os aspetos previamente aduzidos, apresentamos abaixo a Figura I.1, que nos permite, de forma mais imediata, olhar para o que é o empreendedorismo e as suas vertentes:

Figura I.1 - Vertentes do empreendedorismo

Empreendedorismo			
O que é?	O que envolve?	Formas	Como se operacionaliza?
<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de ideia • Criação de valor • Inovação • Nova organização 	<ul style="list-style-type: none"> • Características pessoais • Liderança • Criatividade • Oportunidade • Risco e incerteza 	<ul style="list-style-type: none"> • Intra-Empreendedorismo • Empreendedorismo social • Empreendedorismo de base tecnológica • Empreendedorismo cultural • Microempreendedorismo • Empreendedorismo jovem 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de riqueza • Criação de empresa • Criação de inovação • Criação de mudança • Criação de emprego • Criação de valor • Criação de crescimento

Fonte: Adaptado de Sarkar (2013: 58) e Dornelas (2003)

Mediante os conteúdos explicitados, e retomando o título desta secção – “empreendedorismo e empreendedorismo social: solução, oportunidade ou escape?” –, parece-nos que a resposta a essa questão é dada pelas formas de que o empreendedorismo se pode revestir. Todavia, ainda que a narrativa do empreendedorismo se focalize fortemente em torno das capacidades, do sucesso e do espírito de iniciativa de cada um, vemos, entre as diferentes formas de empreendedorismo, uma atenção sobre a dimensão social e um distanciamento do lucro enquanto principal objetivo no empreendedorismo social. Dados os propósitos do nosso estudo, será sobre essa forma de empreender que nos vamos debruçar com maior atenção no subtópico que se segue.

1.2.1. O empreendedorismo social

“A apropriação do conceito de empreendedorismo pelo empreendedorismo social prende-se com a migração de características associadas àquele num espaço cuja finalidade não é a da acumulação da riqueza ou lucro” (Parente *et al.*, 2011: 271). Nesta modalidade, ou forma de empreender, os empreendedores já não se reportam apenas aos fundamentos associados ao lucro, são também indivíduos e/ou grupos motivados pelas necessidades sociais. Efetivamente, a adjetivação de «social» ao termo empreendedorismo acentua o caráter ambivalente dos conteúdos e significados em causa. De tal forma, o termo empreendedorismo social assume hoje uma conceção múltipla, que vai desde a criação de uma organização não lucrativa, passando pela empresa lucrativa que apoia projetos sociais por via de ações de responsabilidade social, até à empresa que se dedica a negócios de cariz social (Melo Neto & Froes, 2002).

A linha que separa o conceito do “tradicional” empreendedor do empreendedor social é ténue. Algumas das “noções-chave” do empreendedorismo transportam-se para o empreendedorismo social, designadamente: a criação de valor, postulada por Say; a inovação, argumentada por Schumpeter; a identificação e exploração de oportunidades e de recursos, apresentadas por Drucker e Stevenson respetivamente. No entanto, e procurando clarificar o parágrafo supra, o empreendedor “de mercado” foca-se no desenvolvimento das organizações e na maximização do lucro fortemente associada à sua própria capacidade de inovar. É, por isso, uma ação de caráter individual. O empreendedor social envolve-se na comunidade onde se insere e o seu desempenho é medido pelo impacto social criado. A esta forma de empreender atribui-se uma natureza coletiva (Melo Neto, 2002; Zahra *et al.*, 2008). O impacto social aqui inerente alude à capacidade de transformar positivamente a sociedade a nível local. Aliada a este impacto, a escalabilidade apresenta-se como o segundo dos dois requisitos do empreendedorismo social. Por escalabilidade entenda-se a replicação geográfica do impacto da iniciativa (Martin & Osberg, 2007; Parente & Quintão, 2014).

Mas, falemos sobre a expansão do conceito. A noção de empreendedorismo social¹³ conta com 30 anos de existência efetiva. Começou por surgir a partir das décadas de 1980, e vulgariza-

¹³ Olhando o próprio conceito de Empreendedorismo social, verificamos que este reúne dois “subconceitos”, um diretamente associado à abordagem mais geral do tema do empreendedorismo e outro, mais complexo e difuso, relacionado com a dimensão social (Parente *et al.*, 2011; Carvalho & Costa, 2015).

se nos anos 1990 nos Estados Unidos da América (EUA), nas áreas disciplinares da gestão e economia e, posteriormente, na Europa. Destacam-se os contributos de autores como Dees (2001), Mair & Marti (2006) que, a partir de uma abordagem ao empreendedorismo clássico, aplicam o conceito no campo das novas práticas sociais que emergiam um pouco por toda a parte do mundo. Esta extensão do conceito de empreendedorismo não estaria centrada nas empresas, mas nas organizações do Terceiro Setor. Porém, foi desde os anos 2000 que veio a adquirir maior predominância, sobretudo a partir de 2008, num período difícil, de crise social e económica, onde as dificuldades do Estado e do Mercado na resposta aos problemas sociais (não só conjunturais mas igualmente estruturais) se revelaram (Campos & Soeiro, 2016; Drayton, 2002; Parente & Quintão, 2014): “o empreendedorismo social tem atualmente um papel preponderante na sociedade, especialmente quando os setores público e privado não conseguem alcançar um nível de satisfação adequado, de forma a superar as necessidades e os problemas sociais” (Dumitru *et al.*, 2012).

Em consonância, um conjunto de fatores podem ser citados como justificativos da relevância atual do empreendedorismo social, são eles: (i) desenvolvimento económico, (ii) crescimento de problemas sociais, (iii) crescente escassez de recursos, (iv) crescimento de instituições sem fins lucrativos e o seu atual papel em variadas áreas de intervenção social, (v) necessidade de uma nova lógica de gestão para a sustentabilidade das instituições sem fins lucrativos, (vi) retirada do Estado na resolução dos problemas sociais (Carvalho & Costa, 2015; Lopes, 2012). Esta combinação de fatores é determinante para a qualidade do desenvolvimento económico, desenvolvimento este que depende do processo de renovação do capital humano, quer das empresas, quer das organizações, e da sua capacidade de se adequarem a um novo paradigma económico-social. Posto isto, será então possível afirmar que este tipo de atividade empreendedora torna possível a renovação da intervenção social, as oportunidades do mercado de trabalho e a criação de formas alternativas de produção económica e de participação social (Carvalho & Costa, 2015).

Nesta ordem de ideias, Carvalho & Costa (2015) propõem uma categorização das abordagens de empreendedorismo social em três vertentes: 1) empreendedorismo social respeita às atividades das organizações sociais que buscam a criação de valor ou estratégias de financiamento alternativo; 2) empreendedorismo social como atividade de empreendedores sociais individuais que procuram resolução para um problema social; 3) empreendedorismo social como práticas de responsabilidade social de empresas (Alvord *et al.*, 2004; Dees, 2001;

Waddock, 1988). A esta categorização parece-nos haver um quarto sentido de empreendedorismo social, que se prende à questão da solução para empregabilidade própria¹⁴.

Outro dos debates em torno do empreendedorismo social prende-se com a forma como as organizações, os programas e/ou projetos gerem os seus recursos materiais, humanos e relacionais, e à conseqüente garantia da sua sustentabilidade. Esta é, desde logo, a dimensão “macroestrutural” que envolve o empreendedorismo social. É o reconhecimento dos limites dos setores dominantes na construção de um modelo de resposta às necessidades de públicos mais vulneráveis, bem como de novos agentes na regulação dos campos económico, social e ambiental (Parente & Quintão, 2014). Com efeito, as práticas de empreendedorismo social, de acordo com a sua construção teórica e empírica, procuram incorporar conceitos de negócio, a fim de superar os (novos) desafios sociais, sem resposta pelo Estado ou pelo Mercado. É desta forma que se inicia uma procura de novos “instrumentos” que permitam alcançar o impacto pretendido, capaz de promover a sustentabilidade das próprias iniciativas. O lucro é o pilar para garantir a sustentabilidade de qualquer negócio. No empreendedorismo social essa sustentabilidade fundamenta-se em parcerias, consideradas como “chave” para a manutenção de negócios economicamente sustentáveis, sem perder o seu posicionamento na sociedade. O trabalho em rede e a criação de sinergias são então basilares para consubstanciar o trabalho nesta área. De tal modo, o empreendedor social enfrenta a dupla tarefa de atingir os objetivos afetos com a missão e manter uma condição financeira saudável para garantir a sustentabilidade da solução. Para que isto ocorra, as receitas da sua iniciativa deverão ser iguais ou maiores que as despesas, tendo por isso que se certificar que o produto é o mais diversificado possível (Carrol & Stater, 2009).

Não obstante os conteúdos até aqui expostos, são múltiplas as definições de empreendedorismo social e que, por sua vez, enfatizam diferentes aspetos. Procuraremos sistematizar no quadro abaixo algumas de referências nacionais e internacionais, que cronologicamente se apresentam:

¹⁴ Aqui torna-se pertinente apresentarmos a distinção entre motivações extrínsecas e intrínsecas, enquanto categorização dos conteúdos motivacionais no empreendedorismo. Enquanto as primeiras se relacionam a uma eventual recompensa externa seguida de um determinado comportamento, as primeiras referem-se ao interesse pessoal na tarefa empreendedora (Carsrud & Brannback, 2011).

Quadro I.2 - Concetualizações de empreendedorismo social

Autores	Concetualização
Fowler (2000)	Criação de estruturas, relações, instituições e práticas viáveis do ponto de vista socioeconómico, que fornecem e mantêm benefícios sociais.
Dees (2001)	Respeita aos novos empreendimentos sem finalidade lucrativa, mas também empreendimentos de negócios de propósitos sociais.
Melo Neto (2002)	Paradigma emergente de um novo modelo de desenvolvimento.
Mair & Marti (2006: 37)	Processo de criação de valor social, por via da combinação inovadora de recursos e de oportunidades com o objetivo de responder a necessidades sociais.
Saraiva (2011)	Processo de identificação de oportunidades, organização de recursos, disponibilização de lideranças para resolver problemas das pessoas/do planeta, ao mesmo tempo que se cria valor social/económico; Situa-se na esfera do preenchimento de franjas não ocupadas nos espaços de sobreposição ou interligação entre a Sociedade Civil, o Estado e o Mercado.
Caetano <i>et al.</i> (2012)	Constitui-se como outra forma de empreendedorismo, onde o objetivo principal é encontrar soluções inovadoras para determinados problemas sociais. Ainda que o lucro não seja aqui o foco, aplica-se-lhe também grande parte dos princípios e técnicas do empreendedorismo empresarial, destacando aqui a inovação.
Sarkar (2014)	Impactos mais alargados que o empreendedorismo tem na/para a sociedade.
Alves, Pereira & Bucha (2015)	Aproveitar novas oportunidades e explorar novos mercados, que não tenham sido objeto dos setores público e privado.
Carvalho & Costa (2015)	Viabiliza a renovação da intervenção social, as oportunidades do mercado de trabalho, a criação de formas alternativas de produção económica e a participação social.

Fonte: Elaboração própria (2019).

Melo Neto & Froes (2002) concetualizam o empreendedorismo social de uma forma que nos parece agregar todos os aspetos presentes nas definições supra apresentadas. Os autores referem-se ao conceito como:

- I) Um novo paradigma de intervenção social, ao demonstrar uma nova abordagem e leitura da integração e relação entre os vários atores e segmentos da sociedade.
- II) Um processo de gestão social, ao estruturar-se como uma cadeia sucessiva e ordenada de ações, que podem ser resumidas em três fases: a conceção da ideia; institucionalização e maturação da ideia; e multiplicação da ideia.

- III) Uma arte e uma ciência: uma arte, porque cada empreendedor aplica as suas competências na elaboração do processo de empreendedorismo social; uma ciência, pois recorre a procedimentos técnicos e científicos para ler, planear, elaborar e agir sobre/nas dinâmicas humanas e sociais.
- IV) Uma nova tecnologia social: a capacidade de inovação e de empreender faz gerar outras ações que afetam o processo de gestão social, deixando de lado a sua visão assistencialista, valorizando a emancipadora e transformadora.
- V) Um indutor de auto-organização social, pois não se constitui como uma ação isolada, mas como uma ação que necessita da articulação e participação constantes da sociedade para se institucionalizar e apresentar resultados que respondam às necessidades da população diagnosticadas; a principal característica é a possível multiplicação da ideia ou ação.

Com uma abordagem díspar, e na senda dos conteúdos apresentados até aqui, Campos & Soeiro (2016: 41) colocam a questão: “estaria este «empreendedorismo» a desvincular-se da noção de «empresa», no sentido capitalista?”. Procurando responder, os autores começam por salientar que o conceito de empreendedor e o de empresário são distintos. Ainda que a criação de uma empresa comporte similarmente uma dose de risco, muita da atividade dos empresários é motivada pela obtenção do lucro, e é também uma atividade rotineira, assente em burocracia. Já o empreendedor motiva-se pelas finalidades de descoberta, pelo prazer e reconhecimento. No caso dos empreendedores sociais, como acabámos de ver, movem-se pela criação de valor social e do bem comum. No entanto, coexistem diferentes lógicas e/ou perspetivas no modo como é acolhido o conceito do empreendedorismo social. Enquanto no contexto europeu as instituições que o desenvolvem encontram raiz nas formas ancestrais de provisão, como as desenvolvidas pela Igreja ou pelas formas embrionárias de proteção social originadas com o movimento mutualista, já na América Latina, por exemplo, o sucesso do conceito ganha uma conotação mais politizada e menos tecnocrática, associada a práticas alternativas ao paradigma mercantil. Contudo, é claro para os autores que esta pluralidade de tradições não anula a origem da noção dentro do contexto capitalista, reconhecendo na sua matriz a ideologia ligada ao esforço individual e à exaltação de competências empresariais. Então, surgem-nos as seguintes questões: qual o perfil de um empreendedor? E de um empreendedor social? Podemos ser todos empreendedores e empreendedores sociais?

1.2.2. O perfil do Empreendedor (Social)

“Quem é o empreendedor?”. Esta é uma das perguntas mais recorrentes dentro da pesquisa sobre o empreendedorismo. Porém, a resposta à mesma é das mais difíceis de se alcançar, pois, a partir dela, é-nos possível compreender quais as características mais comuns aos empreendedores (Caetano, Santos & Costa, 2012). Questionamos também: será que o empreendedor social apresenta características, motivações e atitudes distintas do empreendedor tradicional de mercado? À luz do que temos vindo a analisar, se o conceito de empreendedorismo social se apropria de algumas das particularidades do conceito tradicional de empreendedorismo, o mesmo acontecerá quando nos referimos a quem se dedica e desenvolve a própria atividade. Será, portanto, em concordância com esta linha de pensamento que nos vamos orientar para a concretização deste ponto do trabalho.

O processo empreendedor, conforme as concetualizações anteriormente apresentadas, surge fortemente associado às características do indivíduo. É ele o agente principal no processo de tomada de decisão para implementar a iniciativa e o responsável pelo desempenho das atividades que daí resultam. Nessa perspetiva, as características comumente atribuídas ao empreendedor - como a proatividade, a iniciativa, a assertividade e a orientação para os resultados -, dependem das particularidades do indivíduo. Todavia, os discursos que hoje predominam distanciam-se destas abordagens, pois consideram que as mesmas acabam por negligenciar a influência do ambiente externo sobre o indivíduo e a sua capacidade de aprendizagem (Caetano, Santos & Costa, 2012; Campos & Soeiro, 2016).

O debate em torno das abordagens focalizadas nos traços da personalidade não é novo, mas é um dos mais discutidos. Aqui é possível aludir às teorias ecológicas, que colocam o foco nos determinantes ambientais. Contudo, progressivamente, a atenção sobre as características da personalidade tem vindo a adquirir, novamente, consistência teórica, “uma vez que se verificou que o efeito preditivo dos traços da personalidade é mais significativo se tivermos em consideração a interação destes com os fatores situacionais” (Caetano, Santos & Costa, 2012: 50). Paralelamente, Sarkar (2014) considera que para melhor compreendermos estas questões será interessante sustentarmo-nos no que a própria psicologia humana revela. É neste seguimento que o autor nos introduz McClelland (1972), um professor de Psicologia da Universidade de Harvard, que com a sua obra *The Achieving Society* foi pioneiro ao lançar-nos para a associação entre “necessidades de realização” e o próprio empreendedorismo.

Suportados, então, pela obra de McClelland (1972), é-nos possível certificar logo à partida que o autor dedica um capítulo ao que fundamenta a realização pessoal, como é medida essa realização e quais os seus efeitos económicos. Com efeito, estabelece como hipótese: a motivação é em parte responsável pelo crescimento económico. É a partir daqui que faz referência ao empreendedorismo e nomeia três tipos de necessidade motivacional:

- 1) A necessidade de realização: a pessoa é motivada e orientada pela realização, e procura essa mesma realização a partir da definição de objetivos desafiantes e da promoção do seu trabalho. É uma pessoa com grande necessidade de *feedback* para a sua realização;
- 2) A necessidade de autoridade: a pessoa é motivada pelo poder. Tem necessidade de ser influente, de aumentar o seu estatuto pessoal e de ter prestígio;
- 3) A necessidade de afiliação: a pessoa é motivada pelas relações de amizade e pela necessidade de se sentir “desejado” pelos outros.

É sobre a necessidade de realização que McClelland se centra. As pessoas com maior necessidade de realização pessoal enfrentam de forma mais eficaz as oportunidades que surgem quando comparadas com tarefas rotineiras, considerando estes fatores como essenciais para o sucesso no mundo empresarial. Tal pensamento vai realmente ao encontro de Drucker (1985) que, como já mencionado, refere-se ao empreendedor como alguém capaz de aproveitar e explorar as oportunidades (Dees, 2001).

Por outro lado, Saraiva (2011) identifica oito características que distinguem os empreendedores: (i) ousadia saudável/sustentável, sabendo lidar com riscos calculados; (ii) sentido de responsabilidade individual/social; (iii) capacidade de decisão; (iv) capacidade de iniciativa: planeamento, improviso criativo, boa dose de determinação; (v) saber viver/lidar com imprevistos; (vi) espírito sonhador, concretizador, irreverente; (vii) capacidade de mobilização, de gestão, delegação de competências e atividades; (viii) resiliência. Considera ainda como motivações para a atividade empreendedora: demonstrar capacidade de implementar os projetos idealizados; vontade de reforçar níveis de autonomia; existência de uma oportunidade considerada “interessante”; contribuir para o meio envolvente; dificuldade em encontrar emprego por conta de outrem. Dentro das razões que promovem o empreendedorismo, é aqui notório um balanço entre a realização pessoal como força motriz e, por outro lado, o “empreendedorismo por necessidade”.

Ainda assim, são vários os autores que defendem que o facto de se ser empreendedor não resulta de uma característica inata, nem interna ao sujeito. É antes uma característica desenvolvida ao longo de um processo de aprendizagem (Gaspar 2009). Na mesma linha,

Saraiva (2011) considera que a existência de determinados aspetos podem inibir ou estimular o potencial empreendedor, como sejam: a cultura, a educação e a atitude. Quando estes aspetos se apresentam como inibidores, devemos – como familiares, cidadãos, agentes educativos –, passar, em primeiro lugar, a divulgar boas práticas e casos de sucesso, em segundo, a fomentar a capacidade de arriscar, e em terceiro, a aceitar/compreender o fracasso. De acordo com o autor, estes três elementos constituem o eixo central para fomentar uma cultura mais favorável ao empreendedorismo.

Procurando conciliar as propostas apresentadas, sejam elas mais clássicas ou atuais, em torno das características empreendedoras e das dimensões mais operativas do empreendedorismo, identificam-se como principais traços do/de um empreendedor:

Quadro I.3 - Características empreendedoras

	Inventor /Inovador	Proprietário ou gestor	Criador de nova organização	Capacidade de assumir riscos	Foco no lucro	Independente	Identifica oportunidades
Cantillon (1755)				x	x		x
Smith (1776)	x	x		x			
Say (1803)				x	x		x
Schumpeter (1934)	x						x
McClelland (1961)		x		x		x	
Drucker (1985)	x		x		x		

Fonte: Elaboração própria (2018).

Tais características aproximam-se daquilo que Santos et al. (2010) nos introduz como “modelo potencial empreendedor”, sustentado em quatro dimensões: motivações empreendedoras, competências de gestão, competências psicológicas e competências sociais. O IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., por seu turno, apresenta-nos no Manual do Empreendedor (2016) um conjunto de competências transversais ao ato de empreender que nos parecem estar em harmonia com a proposta do autor, também elas reunidas em quatro eixos: competências pessoais, relacionais, de conhecimentos e técnicas. Assim sendo, propusemo-nos a construir um “novo modelo potencial do empreendedor”, que articulasse ambas as propostas:

Figura I.2 - Novo modelo potencial do empreendedor



Fonte: Elaboração própria, tendo por base Santos *et al.* (2010) e IAPMEI (2016)

Fruto desta articulação de competências ou aptidões, Parks (2006) identificou seis áreas chave – Os seis segredos do «self-made sucess» –, onde os empreendedores apresentam “forças” particulares com efeitos claros no sucesso das suas iniciativas:

Quadro I.4 - Os seis segredos do «self-made sucess»

Atitude	É a alavanca para tudo. Ser bem-sucedido na maioria das atividades é largamente associado à atitude individual, nomeadamente ao sentido de responsabilidade, de abertura, de resiliência, ao empenho depositado no que faz e o método de trabalho.
Oportunidade	Os empreendedores são "peritos" a identificar e a criar oportunidades, em todos os níveis de desenvolvimento do negócio.
Foco	A capacidade de se focar naquilo que é determinante para o plano pessoal e profissional.
Talento	Os empreendedores procuram constantemente novas aprendizagens, que lhes permitam desenvolver as suas capacidades.
Construção	Os empreendedores optam por construir o seu negócio, a sua marca, a sua equipa, os seus recursos e a sua segurança, ao invés de trabalharem por conta de outrem.
Comunicação	O dom da comunicação é outra característica que lhes é atribuída: comunicar de forma consistente para diferentes audiências, onde a capacidade de ouvir é tão importante como a de falar. É a partir daqui que se constrói uma comunidade que siga o negócio.

Fonte: Parks (2006: 7)

Pelas palavras do autor, a expressão “*self-made success*” parece-nos emergir, de facto, da ideologia liberal do *self-made man*, do homem que se fez por si mesmo, com o seu próprio esforço e dedicação. Não é nova a expressão, mas vem ganhar fôlego nas sociedades modernas, apologistas do *Homo Faber*¹⁵, da autodeterminação e do “homem como dono de si” (Amaro, 2012).

Sobre o empreendedor social, o próprio termo em si foi empregado pela primeira vez nos anos 70, tendo ganho notoriedade a partir dos anos 80 com Bill Drayton, fundador da Ashoka, a principal organização internacional a trabalhar neste âmbito. A visibilidade do conceito foi consolidada com a atribuição do Prémio Nobel da Paz ao economista bengalês Muhammad Yunus, o “banqueiro dos pobres”, no ano de 2006, pela sua atividade à frente do Grameen Bank (*in* Manual de Empreendedorismo, 2012). Apesar destes aspetos, Nicholls (2006) afirma que várias ações de empreendedorismo social podem ser encontradas ao longo da história. São Francisco de Assis, pelo século XIII, com a criação da Ordem Franciscana; no campo do Serviço Social, a assistente social norte-americana Jane Addams, ao fundar em 1889 a Hull House, um centro comunitário para os trabalhadores imigrantes pobres de Chicago; a inglesa Florence Nightingale, que fundou a primeira escola de enfermagem e desenvolveu práticas de saúde na Segunda Guerra Mundial; a médica italiana Maria Montessori que, nos anos 60 do século XX, fundou as Escolas Montessori, assentes no método de educação que defendia as singularidades de cada aluno durante o seu desenvolvimento, foram todos considerados empreendedores sociais (Bornstein, 2007; Nicholls, 2006).

Em torno da pesquisa sobre os vários entendimentos de «empreendedor social», não podemos deixar de citar J. Gregory Dees (2001), considerado o “pai da educação para o empreendedorismo social”, pois foi determinante na fundação e desenvolvimento do empreendedorismo social como campo académico. Para o autor os empreendedores sociais são uma espécie dentro do género dos empreendedores, diferenciando-se pela sua missão social:

“social entrepreneurs play the role of change agents in the social Sector, by: adopting a mission to create and sustain social value (not just private value), recognizing and relentlessly pursuing new opportunities to serve that mission, engaging in a process of continuous innovation,

¹⁵ “*O homo faber*, ao emergir da grande revolução da modernidade, embora adquirisse uma engenhosidade jamais sonhada na fabricação de instrumentos para medir o infinitamente grande e o infinitamente pequeno, perdeu as medidas permanentes que precedem e sobrevivem ao processo de fabricação e que constituem um absoluto confiável e autêntico em relação à atividade de fabricação” (Arendt, 2001 [1958]: 376).

adaptation, and learning, acting boldly without being limited by resources currently in hand, and exhibiting a heightened sense of accountability to the constituencies served and for the outcomes created” (Dees, 2001:4).

Com efeito, os empreendedores sociais são agentes de mudança, que atuam nas causas dos problemas e não nos seus sintomas; são revolucionários e reformadores, que podem até atuar localmente, mas a sua ação terá impacto global; a missão social é considerada como fundamental e o lucro não é percebido como indicador de criação de valor; fruto da ação desenvolvida por este tipo de empreendedores, é previsto um retorno a longo prazo sobre o investimento, pois aquilo que pretendem é criar melhorias efetivas; os problemas são considerados oportunidades e a “chave do sucesso” é a combinação da persistência com a boa vontade. Quando surge um obstáculo, não desistem. Ao invés, questionam-se: “como superá-lo?”. A resposta reside na inovação: “this willingness to innovate is part of the modus operandi of entrepreneurs. It is not just a one-time burst of creativity. It is a continuous process of exploring, learning and improving” (Dees, 2001: 4, 5). Por conseguinte, defende a tese de que para se ser empreendedor social é requerido um conjunto comportamentos “atípicos” que deviam ser instigados nos indivíduos que mostram as capacidades e o temperamento para este tipo de trabalho. Só a partir de tal reconhecimento será possível assegurar que o empreendedorismo social não é tratado com superficialidade. Desta forma, afirma que:

“not every social sector leader is well suited to being entrepreneurial. The same is true in business (...) While we might wish for more entrepreneurial behavior in both sectors, society has a need for different leadership types and styles. Social entrepreneurs are one special breed of leader, and they should be recognized as such” (Dees, 2001: 5).

Entre as pesquisas sobre as diferentes formas que o conceito de empreendedor social pode assumir, apresentamos de seguida formas internacionais do conceito, propostas por diferentes organizações, nomeadamente: School for Social Entrepreneurship (Reino Unido), Canadian Center for Social Entrepreneurship (Canadá), Schwab Foundation for Social Entrepreneurship (Suíça), Institute for Social Entrepreneurs, ASHOKA e Erwing Marion Kauffman Fountion (Estados Unidos da América), conforme sintetizamos no Quadro I.5.

Quadro I.5 - Perspetivas internacionais do conceito Empreendedor Social

País	Organização	Conceito
Reino Unido	School for Social Entrepreneurship (Fundada em 1997 por Michael Young)	É alguém que trabalha de uma forma empreendedora, para um benefício público ou social, em detrimento da maximização do lucro. Podem trabalhar em negócios éticos, organizações públicas ou privadas, em voluntárias ou no setor comunitário. Os empreendedores sociais nunca dizem «não pode ser feito».
Canadá	Canadian Center for Social Entrepreneurship (Fundado por Susan Bazilli and Sonia Pouyat)	É um agente inovador, e possui características dos empresários tradicionais como a visão, a criatividade e a determinação, as quais aplica e foca na inovação social. São líderes que atuam em todos os tipos de organizações.
Suíça	Schwab Foundation for Social Entrepreneurship (Fundada em 1998 por Klaus e Hilde Schwab)	São agentes de mudança da sociedade mediante: i) o desenvolvimento de ideias que conduzam à resolução de problemas sociais, pela combinação de práticas e conhecimentos de inovação, criando assim novos procedimentos e serviços; ii) o estabelecimento de parcerias e meios de autossustentabilidade dos projetos; iii) a transformação das comunidades através de associações estratégicas; iv) a utilização de abordagens baseadas no Mercado para a resolução dos problemas sociais; v) a identificação de novos mercados e oportunidades para financiar uma missão social.
Estados Unidos da América	Institute for Social Entrepreneurs (Fundada em 1999 por Jerr Boschee)	São executivos de setor de negócios sem fins lucrativos que prestam maior atenção às forças do Mercado sem perder de vista a sua missão social, e são orientados por um duplo propósito: empreender programas que funcionem e que estejam disponíveis para as pessoas, tornando-as menos dependentes do governo e da caridade.
	ASHOKA (Fundada em 1981 por Bill Drayton)	São pessoas visionárias, criativas, pragmáticos e com capacidade para promover mudanças sociais significativas e sistemáticas. Apontam tendências e apresentam soluções inovadoras para problemas sociais e ambientais. “Não se contentam apenas em dar o peixe ou a ensinar a pescar. Eles não descansarão enquanto não revolucionarem a indústria da pesca”.
Portugal	IES – Social Business School (Fundado em 2008)	Catalisador da mudança que resolve eficazmente problemas sociais.

Fonte: Adaptado de Oliveira (2004)

Se os empreendedores sociais são uma espécie de empreendedores (Dees, 2001), será coerente dizermos que partilham determinadas características. À semelhança dos empreendedores de mercado, os empreendedores sociais criam procura, obtêm recursos, têm uma capacidade de mobilização, de gestão, de delegação de atividades e de competências que os distingue, capacidade de iniciativa, de planeamento, improviso criativo, boa dose de determinação, capacidade de correr riscos e de superá-los. São, igualmente, orientados para a ação e focados na realidade (Saraiva, 2011; Thalhuber, 1998). No entanto, há um conjunto de especificidades que os distingue: eles criam valor social através da inovação, da ativação de recursos financeiros em prol do desenvolvimento social, económico e comunitário; interpretam o lucro como um meio e não como um fim. Por estes motivos, Thalhuber (1998) conclui que os empreendedores sociais conciliam o melhor dos dois mundos: sintetizam o foco com a orientação necessária nos resultados para ter sucesso no mundo dos negócios, com a generosidade, paixão e a humanidade que dirigem os ativistas sociais.

Cumprindo a lógica de distinguir o empreendedor social do empreendedor “tradicional”, Bygrave (1997) identificou dez características dos empreendedores, as quais foram, posteriormente, ajustadas por Dees (2001) ao conceito de empreendedor social. Essas características são descritas pelos dez “D’s” do empreendedor social, as quais expomos no Quadro I.6.

Quadro I.6 - Os dez D’s do Empreendedor social

D’s	Descrição
<i>Dream</i> (Sonho)	São considerados indivíduos capazes de visionar o que o futuro pode trazer, não apenas para si (o que sucede com os empreendedores empresariais), mas às organizações e à própria sociedade onde estão envolvidos.
<i>Decisiveness</i> (Poder de decisão)	São naturalmente indivíduos que rapidamente tomam decisões.
<i>Doers</i> (Executores)	Qualquer plano de ação que procure alcançar o objetivo a que o empreendedor se propõe é decidido e implementado de forma rápida, mesmo que o mesmo necessite de ajustes de modo a adaptar-se às necessidades específicas da comunidade ou sociedade onde se insere.
<i>Determination</i> (Determinação)	São responsáveis, persistentes, não desistindo perante obstáculos que possam parecer incontornáveis.
<i>Dedication</i> (Dedicação)	Trabalham incessantemente quando se propõe avançar com um novo projeto ou negócio, mesmo que essa dedicação coloque em causa alguns relacionamentos pessoais, como por exemplo familiares.

<i>Devotion</i> (Devoção)	Os projetos ou negócios em que o empreendedor social se envolve são executados por ele com verdadeiro prazer, facilitando a sua “venda”, seja ela efetiva ou figurada.
<i>Details</i> (Detalhes)	O controlo dos detalhes é um fator que o empreendedor social acautela de modo a maximizar o sucesso do seu projeto ou negócio. No caso do empreendedor privado a tónica é colocada no controlo dos detalhes para minimização dos riscos (como o empreendedor social), mas também para a maximização do lucro.
<i>Destiny</i> (Destino)	Os empreendedores preferem ser “donos” do seu destino a estarem dependentes de outrem.
<i>Dollars</i> (Doláres/Lucro)	O enriquecer não consta do topo da lista das motivações de um empreendedor social. Embora seja um indicador do sucesso do projeto ou negócio, a minimização ou resolução do problema social em causa é para si a recompensa prioritária.
<i>Distribute</i> (Distribuir)	Partilham o controlo do projeto ou do negócio com os restantes colaboradores ou parceiros, os quais representam peças fundamentais para o seu sucesso.

Fonte: Elaboração própria, adaptado do Manual de Empreendedorismo social (2018).

A este propósito Elkington & Hartingan (2008) atribuem aos empreendedores sociais de sucesso particularidades como:

- I) Tentam livrar-se das restrições da ideologia ou da disciplina;
- II) Identificam e aplicam soluções práticas aos problemas sociais, combinando inovação, engenhosidade e oportunidade;
- III) Inovam ao encontrar um novo produto, um novo serviço ou uma nova abordagem a um problema social;
- IV) Concentram-se na criação de valor social e, nesse espírito, então dispostos a partilhar as suas inovações e *insights* com os outros, para que possam reproduzi-los;
- V) Abraçam o desafio antes mesmo de estarem inteiramente preparados;
- VI) Têm uma convicção inabalável na capacidade inata de todos, muitas vezes independentemente da educação, de contribuir de modo significativo para o desenvolvimento económico e social;
- VII) Demonstram uma determinação firme que os leva a assumir riscos que os outros não ousariam correr.

Bornstein (2007: 233-238) complementa ao enumerar como qualidades do empreendedor social: “willingness of self-correct; willingness to share credit; willingness to cross disciplinary

boundaries; willingness to work quietly; willingness to break free of established structures and strong ethical impetus”.

Em jeito de síntese, Dees (2004) afirma que os empreendedores sociais são atores de mudança no setor social, pois perspetivam a melhoria social, a criação de valor social e “atacam” as causas dos problemas sociais. São pioneiros na tentativa de incitar mudanças sociais sistémicas e melhorias sustentáveis, orientados para os valores da comunidade, interação entre as pessoas, as situações e das diferentes variáveis sociais (Defourny, 2001; Fletcher, 2006). São, ainda, indivíduos visionários, capazes de aproveitar e explorar as oportunidades que surgem. Estas, por sua vez, são a alavanca que faculta os recursos necessários para a efetivação da missão social, identificando novas soluções, inexistentes no sistema local, para os problemas sociais da comunidade envolvente (Bacq & Janssen, 2011).

1.3. Inovação: paradigma ou paradoxo?

Numa conjuntura orientada pelos valores do individualismo, do materialismo económico e da competitividade, a necessidade de se apresentar um perfil diferencial e empreendedor é crescente, conforme se pode comprovar nos diversos discursos públicos e na literatura (Drucker, 1985; Sarkar, 2014; Bornstein, 2007; Dees, 2001). Daí, como nos apresenta Dees (1998: 2) “entrepreneurs are innovators, social entrepreneur are social innovators”, depreende-se que não se pode dissociar empreendedorismo de inovação¹⁶. Não obstante esta atenção mais recente, foi com a Revolução Industrial que a mecanização, enquanto processo de inovação tecnológica, cooperou para um vigoroso aumento das taxas de crescimento económico de alguns países. Consequentemente, a inovação tem-se vindo a apresentar como figura central nos processos de crescimento da economia local e mundial.

Shumpeter (1939), considerado o pai da inovação enquanto disciplina, introduziu o conceito e defendia que as alterações tecnológicas são uma das principais determinantes da transformação industrial (Pires, 2015). Fundou, então, o termo na noção de função de produção e refere que:

“(...) esta função [de produção] descreve a forma como a quantidade de produto vai variar se variarem as quantidades dos fatores. Se, em vez das quantidades de fatores, variarmos a mesma função, então temos inovação (...) então definimos inovação simplesmente como a obtenção de uma nova função de produção (...) (Schumpeter, 1939: 84).

Dentro desta conceção, o autor considerou cinco tipos de inovação: (i) novo produto, (ii) novo processo, (iii) novo mercado, (iv) nova fonte de fornecimento de matérias-primas e (v) uma nova forma de organização industrial. Tal como apontam alguns autores (Saraiva, 2011; Sarkar, 2014) esta definição de inovação apresentada é a mesma que a de empreendedorismo também por si argumentada. Ou seja, o conceito *schumpeteriano* de empreendedorismo supera

¹⁶ De um modo mais superficial, podemos dizer que o conceito de inovar refere-se à produção de novos produtos com processos já existentes, à produção de produtos existentes através de novos processos ou, simultaneamente, à produção de novos produtos a partir de novos processos. Mas, quando nos debruçamos sobre definições mais profundas e rigorosas, vê-se estabelecida uma relação entre invenção e inovação, sendo que a segunda ocorre em função da primeira. Ou seja, são consideradas duas etapas sequenciais distintas, em que na primeira fase é desenvolvida a ideia, ao passo que na fase seguinte a mesma é aplicada (Godinho, 2013).

a noção mais tradicional que circunscrita o empreendedorismo à criação de novas empresas. Na verdade, Schumpeter atribui à iniciativa empreendedora a introdução de inovações na economia (Godinho, 2013). Com a mesma ordem de ideias, Drucker (1991) reúne os empreendedores e a inovação, considerando-a uma ferramenta específica desse tipo de indivíduos e que deles partirá a identificação reiterada de fontes de inovação.

Prosseguindo na mesma direção, no “Manual do Empreendedor” publicado pelo IAPMEI (2016) são-nos introduzidos dois tipos de inovação, que se parecem complementar à proposta de Schumpeter, e que nos informam diferentes moldes que a mesma pode assumir: por um lado, a inovação incremental ou de continuidade, que se refere à inovação de um produto, uma tecnologia, um processo ou serviço, potenciando o seu valor, sem desfazer a solução precedente. Conforme o nome indica, são pequenas alterações, feitas de forma contínua; por outro lado, a inovação radical ou disruptiva refere-se à substituição integral da solução anterior ou à criação de uma resposta que até então não existia. Mediante estes aspetos, aproximamo-nos daquilo que o IAPMEI considera ser o papel da inovação na criação de valor, nomeadamente: criação de novos produtos; melhoria de soluções existentes; melhoria dos processos; e, novas necessidades resultantes da alteração de hábitos de consumo, fruto da envolvente estrutural e conjuntural que se apresenta.

Independentemente da forma como esta se operacionaliza, foi sobretudo desde meados dos anos 80 do século XX que o conceito de inovação adquiriu maior reconhecimento e vem sendo referenciado por diversos líderes políticos e empresariais como motor principal das sociedades. Hoje, existe, efetivamente, uma multiplicidade de definições de inovação, a qual procuramos sistematizar no Quadro I.7, onde são enunciadas concetualizações propostas por diferentes autores e entidades contemporâneos(as):

Quadro I.7 - Diferentes conceitualizações de inovação

Autor(es)	Conceitualização de Inovação
Comissão Europeia – Livro Verde para a Inovação (1995)	Inovação é sinónimo de produzir, assimilar e explorar com êxito a novidade nos domínios económico e social. A inovação traz consigo soluções inéditas para os problemas e permite responder às necessidades das pessoas e da sociedade.
Tidd <i>et al.</i> (1997)	Transformação de oportunidades em novas ideias, colocando-as em prática.
Cumming (1998)	Primeira aplicação de um produto ou processo bem-sucedida.
OCDE (s/d)	Respeita a um novo bem ou serviço que é novo ou significativamente melhorado.
Drucker (2009)	Associa a inovação à capacidade de se encontrar novos usos para velhos produtos. Nesta lógica, distingue inovação de invenção: a inovação é um termo da economia e não da tecnologia; as inovações sociais ou económicas são tão importantes como as tecnológicas.
Garcia (2010)	Ideia entusiasta das novidades técnicas e incitadora de dinamismo económico. Os promotores da inovação procuram implantar este conceito justificando-o com o papel que as conquistas tecnocientíficas exercem na mudança económica e nos reflexos que esta pode ter no bem-estar humano.
Greenhalgh & Rogers (2010)	Aplicação de novas ideias em produtos, processos ou em outros aspetos de atividades de uma empresa que conduzem à criação de valor. Este “valor” é apresentado de forma ampla, incluindo o valor acrescentado não só à empresa, mas a todas as partes interessadas.
John Kao (2007)	“Inovação é a capacidade de os indivíduos, as empresas e nações inteiras criarem, de forma contínua, o futuro que desejam”.
Moulaert <i>et al.</i> (2013)	Promover a inclusão e o bem-estar através da melhoria das relações sociais e dos processos de capacitação.
Sarkar (2014)	Inovar significa ter uma nova ideia ou aplicar as ideias de outras pessoas de uma diferente (e nova) forma. A inovação tem em si implicados dois elementos-chave: criatividade e ideias novas. Mas, mais do que novas ideias, é condição que essas sejam implementadas e acarretem consigo um impacto económico positivo. Assim, este processo de inovar, geralmente, estrutura-se em quatro etapas, são elas: ter uma nova ideia ou repensar uma ideia antiga; essa mesma ideia decorre de um processo de resolução de um problema previamente identificado ou de uma oportunidade; definir uma estratégia de implementação e, sequentemente, implementar a ideia.
IAPMEI (2016)	Alterações a algo estabelecido, introduzindo novas dimensões ou melhorias, oferecendo valor aos utilizadores.

Fonte: Elaboração própria (2019).

Ainda que nos pareça comum entre os conteúdos aduzidos o argumento de a inovação se apresentar como um processo – decorrente da identificação de uma ideia, da análise de uma oportunidade, etc. -, o seu contexto tem-se vindo a modificar profundamente nas últimas

décadas, tal como se assevera na concetualização do conceito. Os novos desenvolvimentos tecnológicos, o aumento do desemprego, as alterações na demografia, constavam, já em 1995, no Livro Verde da Inovação na Europa como o “novo contexto da inovação”, facto que se intensificou, como sabemos, passadas duas décadas. Todavia, tal publicação não deixa de marcar o início de uma preocupação com o desenvolvimento de uma política de inovação no espaço europeu. O Livro Verde, contudo, transmitia um conjunto de desafios e entraves à inovação que, além dos particularismos do então “novo contexto”, nos dava conta da convicção sobre a existência de um “paradoxo” europeu. Se por um lado, a União Europeia (UE) apresentava resultados excelentes no domínio tecnológico, industrial e comercial quando comparada às economias concorrentes, por outro, quando olhada “isoladamente” esses valores tinham vindo a diminuir, não se materializando em resultados económicos. No mesmo livro se expressava também que “a velha Europa está pouco confiante, as empresas tendem a fugir ao risco. Tudo o que é inovador é incómodo e, no início, frágil contra as enormes dificuldades que barram o caminho à criação” (Livro Verde, 1995: 35).

Hoje¹⁷, se analisarmos a página oficial da União Europeia a “Investigação e Inovação” ocupam um lugar no separador “A UE por temas”, demonstrando-nos que a inovação está no centro da sua estratégia para criar crescimento e emprego. Lá vemos também referido que “os países da UE são incentivados a aumentarem o investimento em I&D, que deverá atingir 3% do respetivo PIB¹⁸ até 2020 (...) este aumento deverá levar à criação de 3.700.000 postos de trabalho e a um crescimento do PIB anual da UE de cerca de 800 mil milhões de euros”. Por trás disto, está a iniciativa «União da Inovação», aprovada em outubro de 2010 pela Comissão Europeia, que estabeleceu pela primeira vez uma abordagem estratégica no domínio da inovação. Tal iniciativa, como componente emblemática da Estratégia Europa 2020¹⁹, pretende

¹⁷ Fonte: https://europa.eu/european-union/about-eu/countries_pt, consultado em 21 agosto de 2018, revisto a 6 fevereiro de 2019.

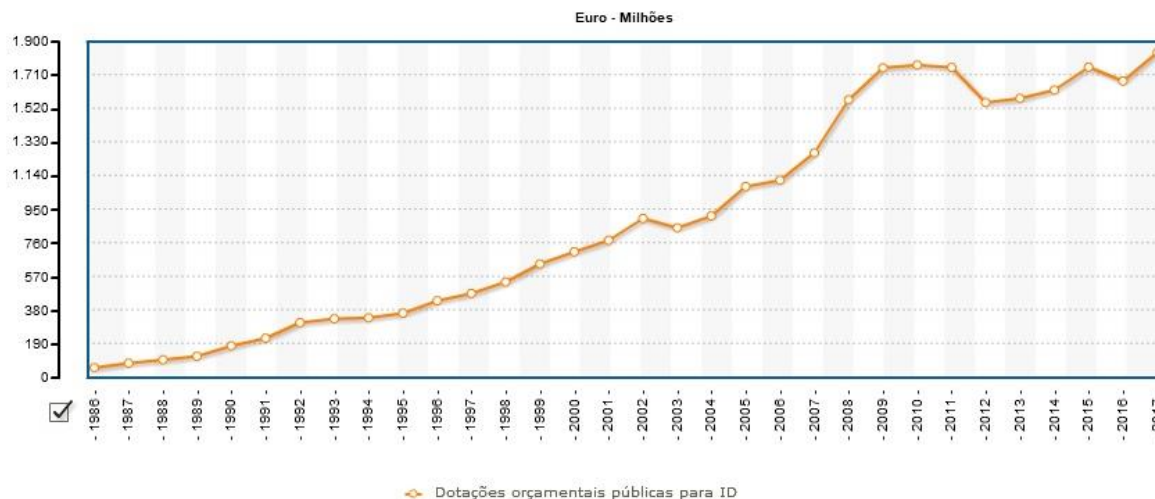
¹⁸ O produto interno bruto (PIB) é a medida habitualmente utilizada para avaliar o desempenho de uma economia e compará-la com outras (Fonte: PORDATA, consultado em 21 agosto de 2018).

¹⁹ “A Estratégia “Europa 2020 – Estratégia para um Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo (para assegurar a saída da crise e preparar a economia para a próxima década) é a versão atualizada da Estratégia de Lisboa, com outra ambição e maior realismo (...) baseia-se em três áreas prioritárias interdependentes e que se reforçam mutuamente: um crescimento inteligente, desenvolvendo uma economia baseada no conhecimento e na inovação; um crescimento sustentável, promovendo uma economia hipocarbónica, eficiente em termos de recursos e competitiva; um crescimento inclusivo,

fornecer orientações para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Esta «União da Inovação» assenta na premissa de que o futuro da Europa está associado à sua capacidade de inovação e do reconhecimento de que se a Europa tem investigadores, empresários e empresas, criativos e diversificados, o seu desempenho, ao nível da investigação e inovação, deverá ser estimulado de modo a fazer face aos inúmeros desafios que se lhe colocam e a manter o lugar que ocupa num mundo em que as mudanças se processam de forma rápida. Concomitantemente, são também objetivos da iniciativa fazer da UE uma área de topo, em matéria de inovação e ciência, revolucionar a coordenação dos financiamentos públicos e privados e eliminar os estrangulamentos que impedem que as ideias desenvolvidas na inovação se concretizem em produtos e serviços que cheguem aos mercados. Com efeito, a UE lançou no início de 2014 o Programa-Quadro de Investigação Horizonte 2020, sustentado em três pilares: excelência científica, liderança industrial e desafios societais.

Na senda das diretrizes europeias, as Figura I.3 e Figura I.4 permitem-nos fazer uma leitura, a partir de uma lógica mais quantificada, sobre o investimento público em Investigação e Desenvolvimento.

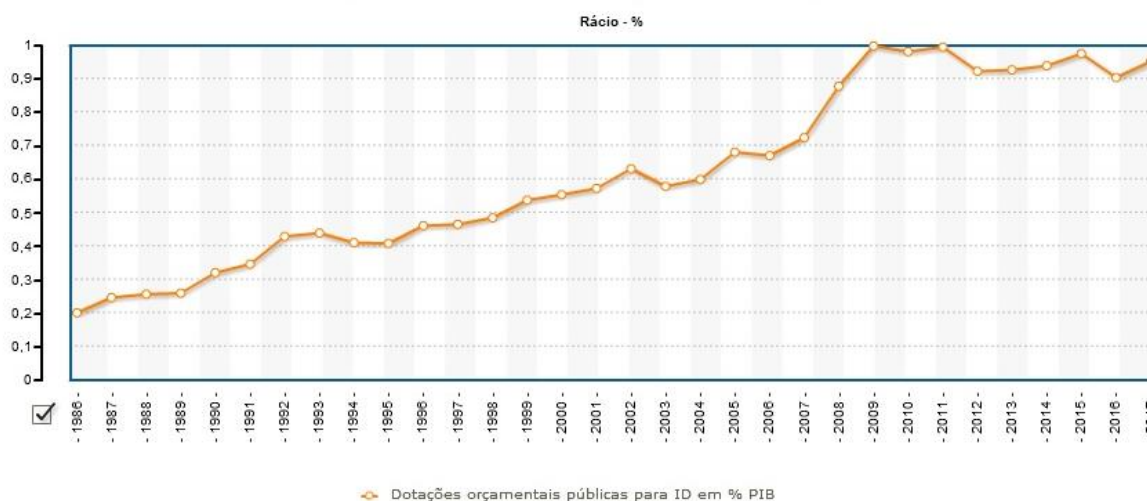
Figura I.3 - Dotações orçamentais públicas para I&D



Fonte: PORDATA (2018).

promovendo uma economia com altas taxas de emprego que assegure a coesão social e territorial” (Fonte: https://europa.eu/european-union/index_en, consultado em 21 agosto de 2018).

Figura I.4 - Dotações orçamentais públicas para I&D em % do PIB

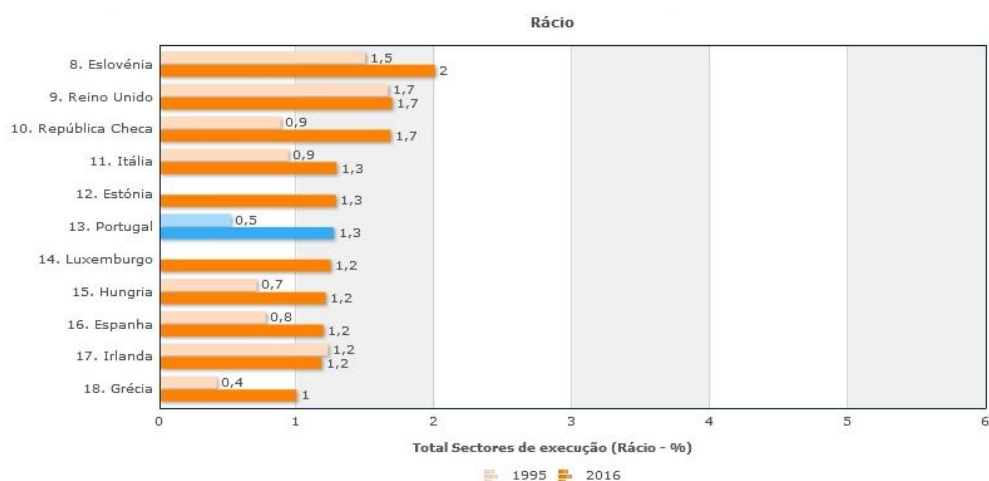


Fonte: PORDATA (2018).

Vejamos, quer na Figura I.3, como na Figura I.4, a evolução da própria linha é muito próxima. Efetivamente o investimento em I&D²⁰ foi crescente desde a entrada de Portugal no espaço comunitário, apresentando uma importância relativamente crescente no que respeita à percentagem do PIB do país, com uma subida considerável no período de pré-crise 2008. Note-se que o peso da I&D no PIB português mais do que duplicou no período 2000-2008. Segue-se um período de abrandamento, que, como esperado, foi seguido de um decréscimo entre 2010/2011, época que marca o início de um período de austeridade. Após isso, ainda que com uma descida em 2016, o investimento tem vindo a evoluir positivamente. Quanto à informação dada pela Figura I.5, não sendo possível contemplar todos os países da UE 28, vemos que Portugal ocupa um lugar intermédio e com um crescimento do investimento orçamental significativo desde 1995 até 2016.

²⁰ “...todo o trabalho criativo, realizado de forma sistemática com o objetivo de aumentar o conhecimento, incluindo o conhecimento do homem, cultura e sociedade, bem como o uso desse conhecimento para inventar novas aplicações” (OCDE, 2002).

Figura I.5 - Despesas em I&D em % do PIB - Portugal no Espaço UE 28



Fonte: PORDATA (2018).

Mas se o investimento em I&D ocupa lugar basilar nas estratégias económicas pelo reconhecimento da sua contribuição para a ciência e tecnologia de um país, a verdade é que nem todas as inovações são vantajosas da perspetiva mais sociológica e/ou social.

Até meados do século XX, esta aliança intrínseca à ideia de inovação entre tecnologia e ciência coadjuvou para a crença de que o bem-estar humano era alcançado e mantido através da sua articulação com a mudança tecnológica. Havia, efetivamente, uma confiança (quase) generalizada que os avanços tecnológicos ajudariam a humanidade a superar muitas das suas carências e debilidades. Todavia, este não é/não foi um processo linear. Junta-se a isto um conjunto de mudanças que ocorreram no mercado financeiro nos finais do mesmo século, marcado por uma dinâmica turbulenta de inovação que se estendeu até à deflagração da crise de 2008. Simultaneamente, o declínio das formas de Estado-Providência europeias, com a perda de capital no desenvolvimento económico e no bem-estar social, abriu caminho para a liberalização das economias nacionais, colocando o mercado como uma força de modelação da sociedade (Garcia, 2010).

Neste contexto de “sociedades de mercado” são, então, identificadas algumas “singularidades” que merecem a nossa atenção. A primeira, apontada por Garcia (2010), é o facto de a inovação não estar apenas relacionada com benefícios, mas com destruição bélica e ecológica, e com desigualdades sociais. Quer isto dizer que “(...) os avanços tecnológicos integram poder económico e político e não implicam apenas invenção, conduzindo também ao conflito” (Garcia, 2010: 27). Daqui é-nos permitido nomear outra contrariedade quando se vê associada a mudança tecnológica e as relações de mercado não tanto às potencialidades que

trazem para o desenvolvimento e bem-estar humano, mas a razões menos nobres e desprovidas de um ideal cívico. A essência do ser humano é assim negligenciada e os decisores político-económicos tomam-nos como seres económicos e mercantis, negando o nosso carácter primordial de seres sociais: “não conseguem imaginar outro caminho que não seja o de aumentar a capacidade das máquinas e de prosseguir com o projeto de dominar de forma ilimitada a natureza e de procurar a riqueza económica infinita” (*Ibidem*). Assiste-se, realmente, a uma fusão entre ciência-tecnologia-mercado que abre espaço para a vida humana e social dependente de serviços técnicos – desde o abastecimento de água, luz, alimentação às redes de transportes e aos canais de comunicação – submetidos a uma lógica mercantil. Paralelamente, tal lógica mantém muitos dos graves problemas de escassez e inacessibilidade da imensa maioria humana. Orientado por esta linha de pensamento, Garcia (2010) diz-nos que esta forma de olhar para a inovação, enquanto sinónimo de crescimento, coloca a humanidade diante de questões morais e políticas desconhecidas, e de um aglomerado infinito de ameaças, por sua vez, decorrentes da própria ação do Homem. Daí que, para o autor, intervir de forma consciente e responsável neste “sistema”, obriga a uma sólida e consistente conceção do ser humano e da sociedade, distinta da que nos foi legada pela crença na tecnologia e na economia de mercado como fins últimos da vida humana.

Por outro lado, depois de um período em que o conceito de inovação esteve praticamente ligado ao domínio tecnológico, vinculado a uma natureza mercantil, o conceito de inovação social tem vindo a ganhar expressão²¹ na narrativa política e cultural, e a surgir com diversos contornos. Acresce a isso, desde o início da década de 1980, o facto de a inovação social ter-se tornado também um conceito científico, estudado e formalizado como tal, em resposta a uma crítica à inovação, enunciada como o motor do desenvolvimento liberal (Klein *et al.*, 2014: 11; Rullac, 2018).

Conforme enfatiza Hubert *et al.* (2010: 25) verifica-se a combinação do termo “inovação”, associado à capacidade de criar e implementar novas ideias capazes de gerar valor, com o termo “social”, respeitante ao tipo de valor que se pretende gerar pela inovação, mas menos vinculado ao lucro e mais ligado a ideais de qualidade de vida, solidariedade e bem-estar. Inovação social é, com efeito, uma “solução nova para um problema social, que é eficaz,

²¹ Numa breve pesquisa bibliográfica no jornal *Le Monde* viu-se entre a década 1980-90 cerca de noventa e cinco referências ao conceito, entre 1990 e 2000 identificam-se cem, e entre 2000 e maio de 2018 cento e cinquenta e cinco (Klein *et al.*, 2014: 11; Rullac, 2018).

eficiente e sustentável (...) em que o valor criado beneficia primeiramente a sociedade como um todo e não indivíduos em particular” (Azevedo *et al.*, 2010: 55). O que acontece é que com a emergência de (novos) problemas sociais ao nível das alterações ambientais, da saúde, da demografia, da pobreza e da exclusão social, a inovação deixou de fazer parte apenas do campo económico, passando a estar igualmente relacionada à sociedade civil e às organizações do Terceiro Setor. A temática do empreendedorismo social é, como temos revelado, plural nos sentidos que pode assumir. Um desses sentidos, veiculado à perspectiva anglófona, associa o empreendedorismo social enquanto promotor da inovação social. Obedecendo à lógica *schumpeteriana* relativa ao empreendedor, os empreendedores sociais distinguem-se pela sua capacidade de oferecer novos serviços, ancorados numa missão social, resultado de uma combinação inovadora de novos formatos e dinâmicas organizacionais ou ainda da origem de novos mercados (Dees & Anderson, 2006; Parente *et al.*, 2014).

Cloutier (2003) refere-se à inovação social enquanto conceito ambíguo, que se pode reportar a diferentes dimensões de análise: (i) à natureza da inovação social (forma, e carácter inovador); (ii) ao objetivo de mudança; (iii) ao processo de criação e de colocação em prática; e (iv) aos resultados alcançados. Dito de outro modo, o autor entende a inovação social como nova resposta a uma situação social julgada insatisfatória, situação essa suscetível de manifestar-se em todos os sectores da sociedade. Outra definição de inovação social é apresentada por André & Abreu (2006:124), ao caracterizarem a inovação social como uma resposta socialmente reconhecida, que procura a mudança social, combinando três atributos: “satisfação das necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado; promoção da inclusão social; e capacitação de agentes (...) sujeitos (...) [à] exclusão/marginalização social, desencadeando (...) uma mudança (...) das relações de poder”. Por outro lado, na perspectiva de Moulaert (2005), inovação social não indica necessariamente o desenvolvimento de um novo produto ou serviço, podendo representar a atualização, a renovação ou a alteração de uma política ou de uma estrutura organizacional. O fator diferenciador é a transformação na conduta e/ou na atividade, assente na premissa de melhorar a condição de vida dos indivíduos.

Com uma perspectiva um pouco diferenciada, é-nos apresentada pela OCDE no âmbito do seu programa LEED (*Local Economic and Employment Development*), uma definição de inovação social que contempla uma mudança concetual de um produto ou de um processo, mudanças no financiamento, as quais podem implicar também novas relações com *stakeholders* e produtos que permitam melhorar a vida dos indivíduos. Procura igualmente identificar e implementar novos processos de integração no mercado de trabalho, novas competências, novas

formas de participação, com o objetivo final de melhorar a posição dos indivíduos na força de trabalho (Mulgan, 2012).

Adicionalmente, em 2013, a Comissão Europeia edita o Guia para a Inovação Social, no qual nos apresenta uma outra perspetiva:

“Social innovation can be defined as the development and implementation of new ideas (products, services and models) to meet social needs and create new social relationships or collaborations. It represents new responses to pressing social demands, which affect the process of social interactions. It is aimed at improving human well-being. Social innovations are innovations that are social in both their ends and their means. They are innovations that are not only good for society but also enhance individuals’ capacity to act”.

É um processo que se consubstancia em quatro elementos: Identificação de necessidades sociais novas/não atendidas/inadequadamente atendidas; Desenvolvimento de novas soluções em resposta a essas necessidades sociais; Avaliação da eficácia de novas soluções no atendimento às necessidades sociais; Ampliação de inovações sociais efetivas.

Particularmente sobre o caso português, no âmbito da iniciativa “Portugal Inovação Social”, a inovação social é concetualizada como o processo de

“desenvolvimento de soluções inovadoras para problemas da sociedade, com impacto positivo superior às soluções existentes, tendo em conta o custo de oportunidade dos recursos utilizados. A inovação social é um motor fundamental para a melhoria das respostas a problemas sociais, tanto ao nível do dinamismo e sustentabilidade da economia social como da inovação em políticas públicas”²².

Tal iniciativa foi criada no âmbito do Acordo de Parceria²³ para Portugal «Portugal 2020», celebrado entre o Estado Português e a Comissão Europeia, no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial entre 2014 e 2020. Portugal torna-se assim o primeiro Estado Membro a desenvolver

²² Fonte: inovacaosocial.portugal2020.pt.

²³ “O Acordo de Parceria que Portugal propõe à Comissão Europeia, denominado Portugal 2020, adota os princípios de programação da Estratégia Europa 2020 e consagra a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial que estimulará o crescimento e a criação de emprego nos próximos anos em Portugal. Portugal 2020 define as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento necessárias para promover no nosso país o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e o cumprimento das metas da Europa 2020 [são elas: o crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo]” (Fonte: inovacaosocial.portugal2020.pt).

um programa destinado à dinamização e mobilização da inovação e do empreendedorismo social, enquanto área de aposta transversal dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI). De modo a se consubstanciar esta iniciativa, no intervalo temporal 2014-2020, serão mobilizados cerca de 150 milhões de euros de fundos do «Portugal 2020», com a intenção de desenvolver um ecossistema potenciador de iniciativas de inovação e empreendedorismo social no território nacional, mas conjuntamente para a criação de práticas de investimento social que tragam novas empresas e investidores e, conseqüentemente, uma maior escala de financiamento da inovação social¹⁹.

Ainda que historicamente se encontre referências à inovação social enquanto sistema fundado na solidariedade e na reciprocidade, a construção da inovação social que hoje é usualmente outorgada, inicia o seu processo nos anos 90 do século XX, fruto do contexto económico e social de então (Pires, 2015). A crise do Estado-Providência, a par e passo com as (novas) orientações neoliberais - que tendem a privilegiar as políticas económicas em detrimento das sociais - geram novas necessidades e problemas que acabam por motivar processos de inovação social (Comeau, 2007). Em conformidade, Bassand (1986: 37) salienta: “a longa passagem da sociedade industrial capitalista à sociedade programada criou zonas de incerteza, fluidas, desreguladas, com enormes riscos de manipulação e alienação, mas, ao mesmo tempo, potencialmente inovadoras”.

Com efeito, fica subjacente um dos aspetos anteriormente abordados, nomeadamente o da sustentabilidade do Modelo de bem-estar europeu, onde a inovação social poderá ter um impacto importante. Tal como garante Pires (2015) a busca da sustentabilidade não tem a ver apenas com graves problemas demográficos contemporâneos das sociedades ocidentais, mas relaciona-se também com o modelo de gestão financeira do sistema, ou seja, não se prende apenas a algo que permita assegurar os compromissos contributivos e o de garantir um mínimo de Bem-Estar, mas igualmente a algo que permita reforçar o reequilíbrio das finanças públicas e a pressão que estas contêm quanto à despesa social na sua globalidade. Além da sustentabilidade, outro aspeto se eleva: a relação com a modernização e a melhoria da qualidade das respostas sociais. Ora, estando a inovação social associada a novas formas de responder aos (novos) problemas sociais, compreende-se que aqui fica indissociável a modernização da resposta social, o que acaba por reconfigurar a exigência e a qualidade do serviço público. Os conteúdos, as tipologias e os instrumentos da sociedade de bem-estar alteram-se, e os “subsistemas” de bem-estar social não ficam indiferentes, “obrigando-os” a se reformularem, igualmente, com base nesta realidade contemporânea de inovação social.

Num paralelismo com o título desta secção - “Inovação: paradigma ou paradoxo?” - podemos verificar que a inovação se apresenta como uma das principais ferramentas do empreendedorismo, mais, é o carácter inovador que diferencia as organizações/iniciativas empreendedoras das não empreendedoras. Inovar é um dos grandes desafios que se coloca transversalmente na contemporaneidade, que visa romper com as normas e valores instituídos. Como em todos os desafios, há riscos associados. Dando um exemplo deles, evocamos aqui algumas das palavras do físico Stephen Hawking na maior cimeira da tecnologia, da inovação e do empreendedorismo, quando se mostrou receoso com os efeitos que a robótica e a inteligência artificial (IA) produzirão: “[a IA] pode ser o melhor ou o pior que acontece à humanidade (...) nós poderemos ansiar finalmente a erradicar a doença e a pobreza. Todos os aspetos das nossas vidas serão transformados (...) apenas necessitamos de estar cientes dos perigos, identificá-los e empregar a melhor prática e gestão e preparar as [suas] consequências com bastante avanço (...)” (Hawking, 2017). Daqui estabelecemos uma ponte com o conceito de inovação social, com maior atenção aos problemas e necessidades sociais, ao lado humanizante. Com isto não pretendemos dizer que as abordagens sejam opostas ou antagónicas, mas antes complementares, ou seja, se o desenvolvimento de uma sociedade se dá por meio de avanços tecnológicos e económicos, para que isso ocorra está subentendida a presença de pessoas ligadas à ciência, à academia e à própria sociedade (Nogami *et al.*, 2015). Da mesma forma que se mostra imperativo um pacto ético na definição de estratégias de inovação que oriente a regulação do próprio desenvolvimento tecnológico e que o comprometa com o respeito pela dignidade humana (Carvalho, Lopes & Reimão, 2011). Será, portanto, entre esta dialética de paradigma e paradoxo que passamos a relacionar o conceito de empreendedorismo e inovação ao Serviço Social.

1.5. Síntese do Capítulo

Orientados pelo tema central da investigação, iniciámos a exploração conceptual, grosso modo, sobre a dialética «Estado Social-empendedorismo (Social)». Tal opção decorre de toda uma narrativa do empreendedorismo que se torna predominante nos diversos domínios da vida social e que é, naturalmente, reflexo das novas reconfigurações dos Estados de Bem-Estar.

Aqui, começámos por aprofundar o conceito de Estado de Bem-Estar desde as suas origens aos seus principais desígnios. Fundado por orientações de Bismarck, que se firmaram posteriormente com diretrizes *beveridgeanas*, constitui-se num tipo de organização que coloca o Estado como agente responsável pela provisão e garantia do bem-estar dos cidadãos. Derivado de uma ampliação de direitos, é objetivo do Estado-Social responder aos efeitos da modernização, estabelecendo um novo tipo de solidariedade. Particularmente em Portugal, as fundações do Estado Social ocorreram após longos períodos ditatoriais, o que vem alicerçar a sua fragilidade ao ocorrer naquele que foi o período designado de pós «30 anos dourados dos Estado de Bem-estar», instituindo-se aquando os modelos em que se inspirou apresentavam os primeiros sinais de crise. Compreende-se assim que autores como Santos & Ferreira (2001) argumentem que Portugal tem um “semi” Estado-Providência ou um “*quasi*-Estado-Providência” e Hespanha (2000), que nos fala da “Natureza Híbrida do Estado Português”.

Não obstante esta explanação, é, sobretudo, desde o final dos anos 90, com toda a reconfiguração societal vivenciada, que se introduziram alterações nos sistemas de bem-estar europeus, ao se orientarem, desde então, por lógicas de ativação e de individualização das políticas (Soulet, 1998; Branco & Amaro, 2011). Conforme nos diz Soulet (1998) assiste-se a uma transição para um Estado de ativação do indivíduo em dificuldade. Deixa-se assim de perspetivar um Estado Social com diretrizes coletivas, considerando o próprio cidadão “elemento-chave” na resolução da sua própria fragilidade. No seio desta retração do Estado consubstancia-se a passagem de formas diretas de produção de respostas sociais para uma lógica de “governança”, assente na colaboração das instâncias estatais com atores no espaço público, privado e voluntário (Albuquerque & Luz, 2016).

É nesta senda que a narrativa do empreendedorismo se torna dominante, face à crise generalizada do emprego, acentuando a lógica neoliberal enraizada na origem do problema. Uma retórica assente na liberdade e na individualidade, que exige uma «atitude», um «espírito», um «modo de ser» capaz de resolver problemas “individuais” (Campos & Soeiro, 2016). Por

outro lado, abre-se espaço para o empreendedorismo social, dentro da esfera do Terceiro Setor, enquanto ação sustentada que prevê a criação de valor social, através da resposta a necessidades e problemas sociais. Os empreendedores sociais deixam, portanto, de se reportar a fundamentos associados ao lucro e movem-se pelo bem comum.

Aliado a tudo isto, a necessidade de se apresentar um perfil diferencial é crescente, imprimindo-se ao empreendedorismo a narrativa da inovação. Tais conceitos são parceiros indissociáveis nesta conjuntura orientada pelo materialismo económico, convictos de que esta aliança coopera para a criação de novos produtos, para a melhoria de soluções e de processos existentes. Todavia, contrabalançam-se riscos associados a processos inovadores ao se negligenciar a essência do ser humano e o ideal cívico (Garcia, 2010). É associado à capacidade de criar e de implementar novas ideias capazes de gerar valor que se adita o termo “social”, respeitante ao tipo de valor que se pretende gerar pela «inovação social», menos vinculado ao lucro e mais ligado a ideais de qualidade de vida, solidariedade e de bem-estar.

CAPÍTULO II. SOBRE A ATIVIDADE EMPREENDEDORA NO ESPAÇO UE-28

*“Human creativity is unlimited
Creativity provides the key
to solving our social and economic problems”*

(Mohammed Yunus, s/d)

No presente capítulo analisamos a configuração do empreendedorismo e do empreendedorismo social na extensão da União Europeia, seguindo-se um olhar particular sobre tais reproduções em Portugal, procurando apontar as características do contexto de tal surgimento, bem como algumas das suas implicações na esfera do emprego e da intervenção social. Para consubstanciar esta dimensão, desenvolvemos uma análise documental das medidas europeias e programas de governo nacionais, a partir de 1997, ano em que foi introduzido pela primeira vez o conceito de empreendedorismo nas políticas europeias, com o lançamento da Estratégia Europeia de Emprego.

Dos conteúdos analisados, extrai-se uma visão estruturada e substantiva de como se foram desenvolvendo lógicas empreendedoras e de como Portugal, enquanto Estado-Membro, adotou essas diretrizes supranacionais. Num segundo momento, elaboramos uma análise mais específica sobre o empreendedorismo social no contexto europeu e nacional, através da sistematização dos principais marcos, orientações e edificações ao nível educativo e institucional. Ao nível organizacional e das práticas elabora-se uma breve exploração das características do Terceiro Setor enquanto espaço privilegiado para o empreendedorismo social. A juntar ao quadro teórico-conceitual desenvolvido no capítulo anterior, consideramos estar a reunir um conjunto de informação essencial à prossecução do estudo, pois, além da contextualização e sistematização de marcos e programas europeus e nacionais sobre o empreendedorismo e empreendedorismo social, procura-se identificar algumas das características dos contextos e discursos associados às agendas políticas e à sua operacionalização. Estes elementos revelam-se fundamentais para a construção teórica articulada e sustentada em dados empíricos, sendo também essencial para as próximas fases do estudo.

2.1. O Empreendedorismo na agenda (Supra)Nacional

Depois de décadas “gloriosas” de crescimento económico, de baixos índices de desemprego e de um clima de prosperidade geral, a década de 90 trouxe consigo uma estagnação económica para a Europa que não era perceptível desde a Segunda Grande Guerra. Como resultado, a União Europeia (UE) viu-se obrigada a conceber uma nova estratégia para estimular o crescimento económico e a criação de empregos. Foi neste contexto que o empreendedorismo emergiu enquanto elemento central da política europeia, estando, por isso, fortemente associado às transformações das dinâmicas da economia e do emprego. Ao mesmo tempo que estes discursos se foram tornando dominantes, Audretsch, Lehmann & Plummer. (2009) argumentam que as sociedades abandonaram uma visão do trabalho enquanto atividade coletiva e começaram a transformar cada indivíduo numa empresa, com responsabilidade sobre si mesmo. Tal como afirma Kovács (2002: 27)

“A falta de confiança no futuro, o aumento do sentimento de insegurança, a inquietação e a angústia, são características que marcam, cada vez mais, o ambiente social contemporâneo. E, paradoxalmente, é neste ambiente que se multiplicam os apelos cada vez mais exigentes, que visam o dinamismo individual e a responsabilização individual”.

Assistiu-se, efetivamente, a um verdadeiro metamorfismo no regime capitalista que hoje se instala numa perspetiva de remercantilização, descoletivização e reindividualização do trabalho. Tal panorama coloca-nos diante da seguinte situação antagónica: eleva-se mais do que nunca o indivíduo e, simultaneamente, assiste-se à sua desqualificação, associada, por seu turno, à ausência de recursos que lhe permitam conduzir os seus projetos e as suas escolhas. Com efeito, a promoção do espírito empreendedor apresenta-se como uma tentativa de adequação da subjetividade aos princípios da maximização do lucro, da competição e da iniciativa individual, que postulam a soberania do mercado. Mais concretamente, trata-se de um elemento central para a revitalização do tecido económico, capaz de criar um novo *momentum* para a economia (Campos & Soeiro, 2016; Saraiva, 2011).

Enquanto paradigma para o emprego, a lógica subentendida ao empreendedorismo é a de os riscos associados às flutuações do mercado serem transferidos para os próprios

trabalhadores. Já no quadro das políticas sociais, o empreendedorismo²⁴ é abordado - e mobilizado - como uma atividade que promove, e simultaneamente compensa, a retirada e/ou retração do Estado, e o corte nos apoios sociais, enquanto mecanismo de combate à “cultura de dependência”. Esta cultura, por seu turno, acaba por ser considerada como entrave às práticas empreendedoras (Campos & Soeiro, 2016).

“A Europa precisa de mais empreendedores”. Foi a declaração da Comissão Europeia que se apresentou com o objetivo de retomar o crescimento e níveis de emprego mais elevados. Tal afirmação decorre dos cenários de instabilidade motivados pela crise social, económica e financeira de 2008, crise que se apresentou para a Europa como a mais severa dos últimos 50 anos. Foi esta a premissa subjacente ao Plano de Ação «Empreendedorismo 2020», apresentado em Bruxelas no ano de 2013:

“O empreendedorismo é um poderoso motor de crescimento económico e criação de emprego (...) favorece o desenvolvimento de novas competências e capacidades (...) aumenta a competitividade e a capacidade de inovação das economias (...) melhora a produtividade e gera riqueza” (CE, 2012: 4).

A natureza e o nível de atividade empreendedora variam expressivamente entre os Estados-Membros. No entanto, de uma forma geral, foi considerado no Plano de Ação que os possíveis empresários europeus se confrontam com um contexto difícil: o ensino não promove, nem orienta para o empreendedorismo; o acesso ao crédito e aos mercados é complexo; e os encargos administrativos são excessivos. Acresce ainda uma cultura generalizada que não reconhece o mérito das iniciativas empreendedoras. Esta foi uma situação identificada que obrigou a uma ação coordenada por parte de todas as administrações aos níveis europeu, nacional e regional (CE, 2012).

Desta forma, o Plano de Ação «Empreendedorismo 2020» apresentou-se sob um conjunto de diretrizes que pretendia desenvolver o espírito empreendedor na Europa e nos Estados-Membros, com o grande horizonte de facilitar a criação de novas empresas e propiciar um contexto mais favorável à atividade. Propõe assim três eixos de atuação:

²⁴ Mediante esta centralidade do empreendedorismo no discurso político, há uma questão que se coloca: o que são as políticas de empreendedorismo? Lundstrom & Stevenson (2002) concetualizam-nas como as medidas de política adotadas para estimular o espírito empresarial, direcionadas às fases de “pré” start-up, start-up e “pós” start-up do processo empreendedor, com o objetivo de incentivar um número maior de pessoas a considerar o empreendedorismo enquanto opção de carreira.

- I) Desenvolver o ensino e a formação no domínio do empreendedorismo para apoiar o crescimento e a criação de empresas;
- II) Criar um contexto propício à prosperidade e ao crescimento dos empresários;
- III) Utilizar modelos de empreendedorismo e alcançar grupos específicos.

Conforme podemos verificar, o primeiro eixo centra um conjunto de medidas no âmbito da educação e formação, que procuram promover a aquisição de conhecimentos e competências empreendedoras. Dentro do segundo eixo estão inseridas medidas que vão desde: (i) o acesso ao financiamento de programas; (ii) o apoio a novas empresas em fases cruciais do seu ciclo de vida; (iii) o auxílio na exploração de novas oportunidades de negócio na era digital; (iv) a concessão de uma nova oportunidade aos empresários honestos em situação de falência; (v) propor legislação que apoie nos encargos regulamentares e reduzir a burocracia. O terceiro e último eixo engloba medidas como: definir o dia do empreendedorismo a nível da UE, dirigido a alunos no último ano do ensino secundário, e apoiar grupos específicos - mulheres, idosos, migrantes, desempregados - ao nível da tutoria, aconselhamento, partilha de conhecimento e assistência técnica.

Ainda que esta atenção em torno do Empreendedorismo e da preocupação pelas questões do (des)emprego²⁵ se tenha mediatizado ou intensificado desde 2008, já em 1997 o Conselho Europeu do Luxemburgo lançou a Estratégia Europeia de Emprego (EEE)²⁶. Esta evidenciava aquilo que é uma política de coesão comum²⁷, ou seja, embora os países apresentassem diferentes problemas e diferentes sistemas de emprego, de proteção e de saúde, enfrentavam problemas comuns. Então, foi considerado que a solução destes mesmos problemas passava pela aprendizagem mútua e pela convergência de objetivos partilhados de renovação do modelo social (Capucha, 2005).

²⁵ Batista & Thurik (2007) relacionam o desemprego com o empreendedorismo: o desemprego leva ao aumento da atividade empreendedora (*refugee effect*) e, por outro lado, o empreendedorismo diminui o desemprego (*entrepreneurial effect*).

²⁶ O Tratado de Amesterdão (outubro, 1997) introduziu no Tratado que institui a Comunidade Europeia o Emprego, e considerou a coordenação das políticas nacionais de emprego como prioridade comunitária. Foi nestas disposições que a EEE se baseou.

²⁷ A EEE foi a primeira estratégia de emprego comum aos estados membros da UE. Neste âmbito foi criado o Método Aberto de Coordenação, definido como instrumento da Estratégia de Lisboa, que representava um novo quadro de cooperação entre os Estados-Membros a favor da convergência das políticas nacionais, com vista à realização de determinados objetivos comuns (Capucha, 2005).

A EEE foi implementada em 1998, apoiada em quatro pilares que, por sua vez, contemplavam um conjunto de diretrizes. O empreendedorismo e o espírito empresarial aparecem na Estratégia em conjunto com a empregabilidade, adaptabilidade e igualdade de oportunidades. Sobre o pilar do empreendedorismo em particular, colocado pela primeira vez no topo da agenda europeia, visava reduzir os custos e a carga administrativa associada aos negócios, em especial para as PME, analisando todas as oportunidades de criação de emprego, incluindo a economia social e a criação de *startups*. Neste pilar estava também incluído o objetivo de tornar o sistema fiscal mais favorável ao emprego, procurando reduzir os custos não salariais.

A EEE passou por diferentes fases de desenvolvimento e no primeiro trimestre de 2000 foi integrada na Estratégia de Lisboa. Assente numa reforma de dez anos, foi considerada a maior ferramenta estratégica para o desenvolvimento da UE no período 2000-2010. Teve como objetivo transformar a Europa na economia baseada no conhecimento mais competitiva do mundo, com mais e melhor emprego, e coesão social. Partindo da perceção de que mais do que a dimensão de uma empresa é a criação de “novos negócios” que gera novos postos de trabalho, a Comissão Europeia (CE) concluiu, de forma autocrítica, que a UE não estava a explorar o seu potencial empresarial, mas também empreendedor, na sua plenitude. Neste âmbito, a CE estabeleceu uma nova abordagem para enfrentar os desafios socioeconómicos e comprometeu-se a encorajar o empreendedorismo, como principal força motriz para manter e amplificar a competitividade global. Tal compromisso decorreu da assunção de que o empreendedorismo é a chave para promover o crescimento económico, a partir de empresas novas, com matrizes inovadoras. Esta é uma noção demonstrada no *Global Entrepreneurship Monitor - GEM* (2006): existe uma correlação positiva entre o nível de empreendedorismo e o crescimento do PIB e entre empreendedorismo e emprego. Em linha com estas prioridades, a política das PME é transferida para a política de empreendedorismo, como motor para a promoção da inovação, do crescimento e do emprego. Distintamente da política das PME, a política de empreendedorismo visa promover novas empresas e estimular o comportamento empresarial e o potencial dos cidadãos da UE em todos os Estados-Membros (Conselho Europeu, 2000; Grimm, 2011).

Em 2005 a Estratégia de Lisboa foi revista e relançada, com incorporação de novos elementos. Resultante desse processo, em julho, institui-se um conjunto de orientações integradas para o crescimento e emprego. Num conjunto de 24 novas orientações, o empreendedorismo destacava-se nas orientações integradas n.º 15 (“Promover uma cultura mais

empreendedora e criar um ambiente mais propício para as PME”) e n.º 23 (“Expandir e melhorar o investimento em capital humano”, pois pretendia integrar a competência empreendedora nas políticas de educação) (Conselho Europeu, 2005; Rodrigues, 2009; Varela, 2013). Estas orientações serviram de base a cada Estado-Membro na configuração dos programas de ação nacional, quer isto dizer que a implementação específica dos objetivos da Estratégia de Lisboa depende em grande medida das iniciativas e dos interesses individuais de cada Estado-Membro (Audretsch, Lehmann & Plummer, 2009; Capucha, 2005).

Houve efetivamente um aumento na taxa de crescimento do PIB potencial da zona euro e a criação de novos empregos, que rondou os 65 milhões. Todavia, com a crise de 2008, estes valores foram colocados em questão. Com a descida do PIB e com o aumento do desemprego, as finanças públicas foram afetadas e a previsão da dívida era superior a 80% do PIB europeu em 2011. Porém, em 2010, no final da Estratégia, as avaliações da Comissão concluíram que a Europa é um lugar mais propício à atividade empreendedora comparativamente a 2000. Além disso, um terço dos Estados-Membros da UE foi integrado na lista apontada pelo Banco Mundial referente aos 30 países mais adequados a negócios²⁸.

À Estratégia de Lisboa segue-se a Estratégia Europa 2020, apresentada pela UE em março de 2010, com o objetivo de revigorar a economia da União na década de 2010-2020, não fosse o seu compromisso prioritário com o “crescimento inteligente, sustentável e inclusivo” (EAPN, 2011).

No caso singular de Portugal, em 2011, quando dados oficiais apontavam que 30,8% dos jovens estavam desempregados, recaiu uma atenção acrescida do governo sobre o tema do empreendedorismo. Criou-se, no âmbito do Ministério da Economia e do Emprego (MEE) do XIX Governo Constitucional, o cargo de Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação e, em 2012, concebeu-se o Conselho Nacional para o Empreendedorismo e Inovação (CNEI), com a missão de

“aconselhar o Governo em matérias relacionadas com a política nacional para o empreendedorismo e a inovação, competindo-lhe, em particular, a definição das áreas e dos sectores prioritários no âmbito destas políticas, bem como a articulação transversal e

²⁸ Fonte: Comissão Europeia (2011).

interministerial nas áreas da inovação, do empreendedorismo e da investigação aplicada, em execução do Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação (+E+I)”²⁹.

Outro dado que evidencia este olhar, igualmente neste contexto governamental, foi a reestruturação do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I. P., que passou a designar-se IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (Decreto-Lei n.º 126-C/2011). Passa a ser missão deste organismo “promover a competitividade e o crescimento empresarial, visando o reforço da inovação, do empreendedorismo e do investimento empresarial, nas empresas que exerçam a sua atividade nas áreas sob tutela do MEE, com exceção do setor do turismo, designadamente das empresas de pequena e média dimensão” (Artigo 3.º; Decreto-Lei n.º 266/2012).

Em 2013 o Decreto-Lei n.º 119/2013 alterou a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional, determinando a transição da área do emprego do MEE para o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Com efeito, em março de 2016, com o XXI Governo Constitucional, o Ministério da Economia lançou uma Estratégia Nacional para o Empreendedorismo, a «*StartUp Portugal*», composta por quinze medidas de apoio ao empreendedorismo, a serem implementadas por um conjunto de entidades. Esta estratégia pretende alargar, a todo o país e aos seus setores de atividade, a dinâmica da atividade empreendedora, partindo da constatação de que

“Portugal tem hoje um dos mais vibrantes ecossistemas de empreendedorismo europeus, decorrente dos investimentos realizados na última década em qualificação de recursos humanos, infraestruturas e tecnologia, que proporcionam enormes oportunidades para quem pretende lançar ou investir em novos negócios”³⁰.

São então objetivos da «*StartUp Portugal*»: conceber um ecossistema de empreendedorismo à escala nacional; atrair investidores nacionais e estrangeiros para o investimento em *startups*; cofinanciar *startups*, particularmente na fase inicial, de conceção da

²⁹ “O Programa do XIX Governo Constitucional aponta o empreendedorismo e a inovação como objetivos prioritários para o desenvolvimento e para o aumento da competitividade da economia nacional. Portugal deverá construir uma nova realidade económica, competitiva e aberta ao mundo, alicerçada em conhecimento e inovação, capital humano altamente qualificado e forte espírito empreendedor” (Fonte: qren.pt).

³⁰ Fonte: iapmei.pt, consultado a 15 de agosto de 2017.

ideia; promover o crescimento das *startups* nos mercados externos; implementar as medidas do Governo de apoio ao empreendedorismo³¹.

Este foco sobre processos de empreendedorismo não é exclusivo da esfera económica e, nesse sentido, hoje é o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social que coordena as políticas públicas nas áreas da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Sob sua tutela ficam os organismos de administração, consoante a área de intervenção. Ao nível do emprego, é o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.³² (IEFP) o organismo nacional responsável pela execução das políticas de formação profissional, pela promoção da criação e da qualidade do emprego, e pelo combate ao desemprego, através da execução de políticas ativas de emprego, definidas e aprovadas pelo Governo³³. Especificamente sobre o apoio ao empreendedorismo, as iniciativas desenvolvidas consubstanciam-se em vários programas, tal como podemos verificar no Quadro II.1:

Quadro II.1 - Medidas de apoio ao empreendedorismo (IEFP)

Programa	Descrição	Promotores/Destinatários	
Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego ³⁴	Criação do próprio emprego	Atribuição de apoios a projetos de emprego promovidos por beneficiários das prestações de desemprego, através da antecipação das prestações de desemprego, desde que os mesmos assegurem o emprego, a tempo inteiro, dos promotores subsidiados.	Beneficiários das prestações de desemprego que apresentem um projeto que origine, pelo menos, a criação do seu próprio emprego.
	Criação de empresas	Atribuição de apoios a projetos de criação de empresas de pequena dimensão com fins lucrativos, incluindo cooperativas, através do acesso a linhas de crédito com garantia e bonificação da taxa de juro concedido por instituições bancárias.	Inscritos nos serviços de emprego, numa das seguintes situações: desempregados há 9 meses ou menos, em situação de desemprego involuntário ou inscritos há mais de 9 meses, independentemente do motivo da inscrição; jovens à procura do 1.º emprego, com idade entre os 18 e os 35 anos, inclusive, com o mínimo do ensino secundário

³¹ Fonte: startupportugal.com, consultado a 13 de agosto de 2017

³² Estabelecido em 1994: Decreto-Lei n.º 51 / 94, de 22 de agosto, revogado pela lei n.º 5/2010 a 16 de agosto).

³³ Fonte: startupportugal.com, consultado a 17 agosto de 2017.

³⁴ Portaria n.º 985/2009, de 4 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Portaria n.º 58/2011, de 28 de janeiro, Portaria n.º 95/2012, de 4 de abril e Portaria n.º 157/2015, de 28 de maio.

Programa		Descrição	Promotores/Destinatários
			completo ou nível 3 de qualificação ou a frequentar um processo de qualificação conducente à obtenção desse nível de ensino ou qualificação, e que não tenha tido contrato de trabalho sem termo; nunca tenham exercido atividade profissional por conta de outrem ou por conta própria; trabalhadores independentes cujo rendimento médio mensal, no último ano de atividade, seja inferior à retribuição mínima mensal garantida.
	Microcrédito	Apoio a projetos de criação de empresas promovidos por pessoas que tenham especiais dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, através do acesso a crédito para projetos com investimento e financiamento de pequeno montante.	Pessoas com perfil empreendedor que tenham especiais dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e estejam em risco de exclusão social e que apresentem projetos viáveis para criar postos de trabalho; Microentidades e cooperativas até 10 trabalhadores que apresentem projetos viáveis com criação líquida de postos de trabalho, em especial na área da economia social.
	Investe Jovem ³⁵	Destinado a promover a criação de empresas por jovens desempregados, através das seguintes modalidades de apoio: Apoio financeiro ao investimento; Apoio financeiro à criação do próprio emprego dos promotores; Apoio técnico na área do empreendedorismo para reforço de competências e para a estruturação e consolidação do projeto.	Jovens com idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 30 anos, inscritos como desempregados no IEFP, que possuam uma ideia de negócio viável e formação adequada para o desenvolvimento do mesmo.
	Social Investe ³⁶	Programa de Apoio à Economia Social, concretizado numa linha de crédito bonificada e garantida, que visa facilitar o acesso a financiamento por parte de entidades que integram o setor social. Este programa é	Instituições particulares de solidariedade social; Mutualidades; Misericórdias; Cooperativas; Associações de desenvolvimento local; Outras entidades da economia social sem fins lucrativos.

³⁵ Portaria n.º 151/2014, de 30 de julho.

³⁶ Portaria n.º 42/2011, de 19 de janeiro.

Programa	Descrição	Promotores/Destinatários
	promovido e executado pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) e pelo IEFP.	

Fonte: IEFP.pt (2019)

Uma vez apoiados nos Programas de Governo, considerou-se igualmente rico examinar a “valorização” atribuída ao empreendedorismo enquanto expressão, através da análise de frequência com que a palavra «empreendedor» (e todos os vocábulos que dela derivam), surgem e com que enquadramento. Optámos pelos Programas Constitucionais que abrangem o ano de 1997, ano em que foi lançada a EEE, até ao atual, o XXI Programa Constitucional.

Quadro II.2 - Frequência da palavra “empreendedorismo” nos programas de governo

Programa de Governo	Espaço temporal	Partido	Empreendedor/a	Empreendedorismo
XIII	1995-1999	PS	0	0
XIV	1999-2002	PS	3	0
XV	2002-2004	PSD-CDS/PP	2	1
XVI	2004-2005	PSD-CDS/PP	6	2
XVII	2005-2009	PS	1	2
XVIII	2009-2013	PS	2	12
XIX	2013-2015	PSD	0	10
XX	2015	PSD-CDS/PP	9	21
XXI	2015-presente	PS	10	18

Fonte: Elaboração própria, com base nos Programas de Governo XIII-XXI (2018).

Efetivamente, no Programa de Governo de 1995 a 1999, não se apresenta qualquer referência ao empreendedor ou a algum tipo de atividade empreendedora. Este resultado acaba por ser facilmente compreendido, ou até expectável, dentro do contexto supranacional, pois compreende o ano em que a EEE foi lançada.

No Governo seguinte, de 1999 a 2002, inicia-se uma nova abordagem ao empreendedorismo no contexto nacional, efeito daquelas que são também as diretrizes europeias. No âmbito da “Educação, formação e emprego”, destaca-se uma política integrada de juventude, que pretende estimular os setores juvenis mais dinâmicos, empreendedores e criativos, nas áreas económica, cultural e tecnológica. Com o objetivo de tornar Portugal numa

economia moderna e competitiva, apresenta-se a preocupação em estimular novas iniciativas e mobilizar novos empreendedores. Ao nível da competitividade empresarial, o XIV Governo comprometeu-se igualmente a desenvolver uma ação que facilitasse o aparecimento de inovadores e empreendedores, e que materializasse a transformação de ideias em oportunidades económicas.

Com o XV Governo Constitucional a referência ao empreendedor/empreendedorismo decorre em dois domínios: (i) “consolidação e reforço da competitividade do tecido empresarial” e (ii) “Indústria, comércio e serviços”. No primeiro, o papel do empreendedor privado é considerado primordial e insubstituível, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento de estratégias empresariais orientadas pela inovação, pela complementaridade entre estratégias de produção e distribuição, e pela busca permanente da excelência. Ao nível da “indústria, comércio e serviços” é referenciado especialmente o apoio ao empreendedorismo de base tecnológica, como elemento de desenvolvimento da economia.

Entre 2004 e 2005, assistiu-se a um Governo com um tempo de mandato reduzido, resultante da convocação antecipada de eleições legislativas. No entanto, ao nível do empreendedorismo era pretensão do XVI Governo dar continuidade à atenção sobre a inovação, formação e qualificação dos portugueses, considerando-os elementos estratégicos para a afirmação de um Portugal moderno, dinâmico e empreendedor. Assim sendo, ao nível da “indústria, comércio e serviços”, mantinha a mesma intenção que o governo anterior: dinamizar o espírito empreendedor, apoiando especialmente o empreendedorismo de base tecnológica. Outro objetivo acrescentado foi ao nível da “Ciência e Formação”. Aqui pretendia-se promover um espírito empreendedor no meio científico-académico, que conduzisse ao reforço da ligação entre ambos e às necessidades das empresas e da sociedade. No domínio da “Juventude” estava demonstrada a preocupação em se adotarem medidas que considerassem o início da vida ativa, o estímulo à natalidade, o acesso à 1ª habitação e o impulso do espírito empreendedor nas novas gerações.

O XVII Governo, marcado por aquele que foi um período de fortes constrangimentos económicos e financeiros, enquadrava o empreendedorismo em dois eixos. No de “promover a qualidade educativa”, a capacidade empreendedora individual e grupal, surge com a mesma importância que o estímulo à participação cívica, a cultura da paz, educação para a saúde, para a sexualidade e para os afetos. Nesta lógica, o empreendedorismo é também aludido ao nível das “políticas da juventude”, mais concretamente, com o apoio ao empreendedorismo jovem,

nomeadamente através da progressiva introdução do empreendedorismo na estrutura curricular dos diferentes níveis de ensino.

Decorrente de todo o contexto socioeconómico, o empreendedorismo surgiu com diferentes contornos no XVIII Programa Constitucional. Desenvolveu-se entre 2009 e 2013, período contíguo à crise de 2008, marcado pelo pedido de ajuda externa e pelo conseqüente clima de austeridade. Neste contexto, o empreendedorismo surgiu em nove dimensões. Destaque para a medida “Modernizar Portugal”, em que uma das linhas apontada pelo Governo para a modernização estrutural do país foi o impulso ao empreendedorismo, através de iniciativas que pretendiam promover uma atitude de iniciativa e de inovação. Consideramos merecer igual destaque a medida “Modernizar o Estado, simplificar a vida aos cidadãos e às empresas”, que ambicionava concretizar-se por via de serviços mais simples e personalizados para as empresas, nomeadamente através da criação do “Balcão do Empreendedor”, que fosse capaz de prestar um apoio qualificado e mais ágil. Também neste programa de governo, pela primeira vez, foi dedicada uma dimensão específica ao empreendedorismo – “Impulsionar o empreendedorismo” –, no âmbito da integração dos imigrantes e do aprofundamento de mecanismos de apoio ao empreendedorismo feminino. As restantes dimensões aproximavam-se das dos programas anteriores: no comércio e serviços, no ensino superior e no seio da política integrada de juventude.

O XIX Programa orienta-se logo à partida pelo desafio da mudança, decorrente das dificuldades enfrentadas por todos os setores da sociedade portuguesa. Aqui o reforço ao empreendedorismo é imediatamente invocado: “O reforço da democracia, da prosperidade e da coesão social exige instituições que propiciem e estimulem a participação, a iniciativa e o empreendedorismo dos cidadãos”. Diferentes domínios premeiam a atividade empreendedora, tal como: no “Tesouro e finanças”, através de apoios às Pequenas e Média Empresas (PMEs); no “Ordenamento do território”, por via da constituição de ecossistemas locais e regionais de inovação e empreendedorismo; no “Desporto e Juventude” e na “Tecnologia e Entretenimento” as diretrizes assemelham-se às definidas por governos anteriores, nos domínios com designação semelhante. Salienta-se os domínios da “Inovação, Empreendedorismo e Internacionalização”, “Combater a pobreza e reforçar a inclusão e a coesão sociais”, com o desenvolvimento de aspetos que até então se mantinham ocultos. No primeiro, denota-se a centralidade em tornar Portugal um país de empresas com elevada capacidade de crescimento e de internacionalização. A preocupação em aproximar definitivamente as unidades e a comunidade empresarial, através da introdução nos planos curriculares de disciplinas que promovam a criatividade e o

empreendedorismo é, conjuntamente, considerada elementar. Sobre o segundo, é a primeira vez que se estabelece a sua conexão ao empreendedorismo, sendo então aqui refletido o interesse de incentivar a inserção socioprofissional dos imigrantes, fomentando o seu acesso à formação profissional e o reforço ao empreendedorismo.

O XX Governo Constitucional previa iniciar o seu mandato em outubro de 2015, mas não viu o seu programa aprovado, tendo sido demitido onze dias após a sua tomada de posse. Ainda que não tenha entrado em funções, previa aplicar o empreendedorismo num conjunto vasto de domínios. Alguns deles estariam em consonância com algumas das abordagens apresentadas por governos anteriores, enquanto outros se destacavam pela novidade. Um primeiro exemplo seria a incorporação do empreendedorismo enquanto estratégia para responder ao desafio demográfico, prevendo criar um programa de incentivo ao empreendedorismo a partir dos 55 anos. Com o objetivo de defender e revigorar o Estado Social definiu a concretização do Programa de Desenvolvimento Social, que articulasse adequadamente as políticas públicas e a intervenção das instituições da Economia Social na concretização do novo paradigma de Estado Social, o qual permitiria o seu aprofundamento, sem se questionar a sustentabilidade do seu financiamento. O empreendedorismo social adquiriria aqui expansão, pois era também pretensão deste Governo, no âmbito da “Segurança Social e Solidariedade”, fortalecer e agilizar um plano de microcrédito e empreendedorismo social, que se apresentasse como oportunidade para os desempregados de longa duração. Diferenciava-se também pela introdução de um programa de financiamento ao empreendedorismo, no quadro do Programa Operacional MAR 2020, com a pretensão de liderar a política do mar e o desenvolvimento da “economia azul”, de assegurar a sustentabilidade ambiental e económica do setor das pescas e aquicultura e contribuir para o desenvolvimento das zonas costeiras. Outra novidade era a ambição de reforçar a competitividade do turismo, por via do apoio ao empreendedorismo. Tendo por base a conjuntura social vivida ao longo da legislatura anterior, o XX Governo pretendia desenvolver uma medida de apoio à capacidade empreendedora e à criação de empresas em territórios de baixa densidade. Ainda ao abrigo da Estratégia «Cidades Sustentáveis 2020», tinha-se comprometido a desenvolver uma política que reforçasse a dimensão estratégica das cidades nos domínios da sustentabilidade, criatividade, competitividade, empreendedorismo, participação e inclusão.

O XXI, e atual, Governo Constitucional começa por colocar o empreendedorismo no seu programa, sob o mote de “virar a página da austeridade, relançar a economia e o emprego”. O «Programa Semente» foi delineado e lançado no ano 2017, com o compromisso de estimular o

empreendedorismo e a criação de *start-ups*, mediante um conjunto de benefícios fiscais. O investimento na Cultura volta a tomar visibilidade, e aqui o Governo compromete-se com a prossecução de medidas no plano fiscal e legal, que dignifiquem os profissionais do setor, apoiem e dinamizem o empreendedorismo e indústrias criativas. O combate à precariedade e a promoção do emprego, na lógica do que começámos por apontar neste quadro constitucional, ocupa grande dimensão, e pretende efetivar-se através da criação de uma Rede Nacional de Incubadoras, promovendo cooperação e partilha de recursos entre os seus membros, e da criação de uma Rede Nacional de *Fab Labs*, possibilitando a interligação entre os vários equipamentos já existentes, criando sinergias entre estes e promovendo a cultura empreendedora nos jovens por meio da introdução de módulos ou cursos de empreendedorismo nas escolas públicas e do desenvolvimento de programas de estágios de estudantes em *start-ups*, incubadoras ou aceleradoras. O apoio à Economia Social e Solidária ganha aqui amplitude, com um programa de apoio à valorização e capacitação de empreendedores sociais e promotores de projetos que visem criar novas soluções para os problemas sociais por eles identificados. Outra novidade é a dinamização do empreendedorismo nas zonas económicas penitenciárias, amplificando a oferta de trabalho em meio prisional. Apoiar a reabilitação urbana, mediante a cooperação entre o governo local e os empreendedores para a instalação de novos negócios, favorecer o arrendamento comercial e o lançamento de projetos empreendedores por jovens, são outras novas diretrizes colocadas. Incentivar o empreendedorismo rural assente na premissa de que a agricultura e, em geral, o mundo rural deve ser um universo de empreendedores. Para o efeito, importa reformular os instrumentos financeiros vigentes, facilitar o acesso a fatores de produção tão essenciais como a terra, estimular formas de organização, como as cooperativas, e prever mecanismos profissionais de comercialização. Priorizar a inovação, com o argumento de que uma população culturalmente enriquecida e participativa é também um potencial campo de empreendedorismo qualificados, meio envolvente de valorização cultural das atividades produtivas, mercado de referência para bens e serviços de qualidade.

Conforme pudemos observar, a frequência do termo «empreendedor» ou «empreendedorismo» é crescente, o que na prática se traduz numa maior valorização desse tipo de atividade, mas também numa pluralidade de campos, ou setores, de aplicação. Verifica-se uma subida abrupta, sobretudo quando olhamos para os Governos Constitucionais XVII e XVIII, decorrente de todo o quadro conjuntural experienciado. Transversalmente, vemos então que o empreendedorismo figura nos discursos oficiais do Governo, sem estar confinado a uma

ideologia ou orientação político-partidária particular. Assim sendo, perguntamo-nos o seguinte: esta ênfase no empreendedorismo resultará de uma mudança de paradigma socioeconómico, orientado por uma “nova” economia pautada por ideais de colaboração, pela criatividade? Ou, por outro lado, tratar-se-á de uma abordagem vista como panaceia, com a primazia de conjugar as lógicas de individuação e desresponsabilização do Estado?

De forma a ampliar a análise até aqui apresentada, passamos a nos suportar no Global Entrepreneurship Monitor³⁷ (adiante designado por GEM), que situa também a atividade empreendedora em Portugal num contexto supranacional³⁸, mas agora numa vertente mais quantificada. O GEM é um estudo que avalia a atividade empreendedora, tendo como indicador central a designada Taxa de Atividade Empreendedora (TAE). Esta taxa ilustra a proporção de indivíduos entre os 18 e 64 anos que está envolvida num processo de *start-up* (negócio nascente que não envolveu o pagamento de salários durante mais de três meses) ou na gestão de negócios novos e em crescimento (negócios que superaram o estágio inicial e envolveram o pagamento de salários durante mais de três meses, mas menos de quarenta e dois meses), em cada país participante.

Assim sendo, pareceu-nos adequado analisarmos a atividade empreendedora em Portugal, focada nos valores da TAE, em diferentes períodos temporais. Como tal, serão tidos em consideração os anos: 2007, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016. A escolha destes anos prende-se ao facto de se configurarem como períodos marcados por grandes flutuações económicas e sociais: o “pré-crise 2008”, pedido de ajuda externa à *TROIKA*, seguido de um período de austeridade, abrandamento da austeridade e recuperação económica.

³⁷ O projeto Global Entrepreneurship Monitor é uma iniciativa da London Business School e Babson College, realizada desde 1999³⁷ e configura-se como o maior e mais recente estudo mundial sobre dinâmicas empreendedoras. São objetivos deste projeto: medir as disparidades ao nível da atividade empreendedora entre países e contribuir para a definição do caminho de como o empreendedorismo se relaciona com o crescimento económico e, numa perspetiva de longo prazo, com o desenvolvimento económico (GEM, 2016/17).

³⁸ Portugal tem sido incluído no estudo GEM nas edições de 2001, 2004, 2007 e, continuamente, a partir de 2010. De salientar que neste estudo, quando se referencia Portugal estamos a olhar para a realidade de Portugal Continental. No entanto, na edição 2017/18 o país não participou.

Figura II.1 - Evolução da TAE (%)



Fonte: Elaboração própria, com base nos relatórios GEM de 2007 a 2016 (2018).

Neste olhar global, vimos que a TAE tem vindo a decrescer desde 2014. No entanto, observando períodos anteriores, vemos que entre 2007 e 2011 os valores diminuíram. Esta descida ocorre durante um período em que se instalou a crise na região europeia, onde a estagnação da economia, o aumento dos impostos e os cortes na despesa dominavam a agenda política. Tal cenário trouxe consigo um conjunto de incertezas e inseguranças que se apresentaram como possíveis obstáculos a esta atividade. A partir de 2012 a TAE tem sofrido uma evolução positiva, atingindo o seu pico em 2014, ano em que a *TROIKA* saiu oficialmente de Portugal, mas deixando-o com a responsabilidade sobre a sua recuperação económica. Esta oscilação de valores parece-nos estar próxima da afirmação de Timmons (1994: n/p) quando nos diz que “o empreendedorismo é uma revolução silenciosa que será para o séc. XXI mais do que a revolução industrial para o séc. XX”. Por afirmações como esta Saraiva (2011) argumenta que o empreendedorismo, enquanto instrumento de políticas económicas, deve ser encarado como um verdadeiro desígnio nacional.

Um dos principais objetivos do inquérito GEM e dos relatórios anuais, é de proporcionar aos académicos, educadores, decisores políticos e profissionais informações significativas e atualizadas, sobre a natureza multidimensional do empreendedorismo numa perspetiva mundial. De tal modo, terminamos esta análise com um conjunto de recomendações dadas pelo GEM (2016/17), quer ao nível das políticas, quer ao nível das práticas, que têm por base o próprio levantamento e análise de dados.

Para os decisores políticos o GEM (2016/17) considera prioritário reestruturar o ambiente regulatório, de forma a tornar mais fácil o registo e o início de um novo negócio, contribuindo

assim para a redução dos custos envolvidos; promover a sensibilização e amplificar a adoção de atividades de apoio às pequenas empresas; fornecer incentivos para iniciativas empreendedoras de alta tecnologia, a fim de acompanhar as tendências globais e reforçar a capacidade de competitividade; devem ser previstos incentivos fiscais e outros para a I&D; os Governos devem aperfeiçoar a comercialização da propriedade intelectual das universidades e permitir que os inventores controlem mais o seu trabalho. Também eles têm necessidade de apoio para levar suas ideias até ao mercado.

Para as partes interessadas a nível nacional, e aqui consideram a Academia, o Setor empresarial, o Governo e a Sociedade civil, o GEM (2016/17) começa por considerar o avanço tecnológico a alavanca para novas ideias e novas opções de emprego, no entanto, as instituições educativas não estão a proporcionar aos jovens o conjunto de competências necessárias para aproveitar tais oportunidades; os programas práticos e interativos de formação de empresas e de empreendedorismo na escola secundária são um fator importante para incentivar o empreendedorismo juvenil eficaz. Neste contexto, é imperioso que os professores nestes cursos estejam bem preparados; devem ser fornecidos estágios para jovens adultos interessados em empreendedorismo, pois uma cultura de aprendizagem experiencial fornece a oportunidade de aprender com o mundo profissional enquanto ainda estudantes (GEM, 2016/17).

Com efeito, para Governos e instituições financeiras, o GEM (2016/17) considera que devem ser introduzidos modelos de financiamento, possivelmente apoiados pelo Governo, que permitam aos empresários obter capital sem os complexos requisitos exigidos pelos bancos; deve ser dada atenção aos modelos de microfinanciamento, aliados à formação/acompanhamento durante o primeiro ano de funcionamento da atividade; deve ser criada uma base de dados nacional de financiadores, com um mecanismo para corresponder com potenciais empresas e vice-versa.

As instituições de ensino, os meios de comunicação, a sociedade civil e as associações empresariais devem fornecer estruturas de apoio e orientação centradas nas mulheres, para lhes proporcionar uma aproximação a indivíduos experientes que possam inspirá-las, orientá-las durante a jornada empreendedora. Isto porque por determinados motivos (estereótipos e expectativas culturais) as mulheres não têm a mesma extensão de conexões comerciais que os homens têm (GEM, 2016/17).

Às organizações internacionais (como sejam a ONU, o Banco Mundial, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) e grupos de interesse regionais, cabe salientar que um foco importante dos inquéritos e

relatórios GEM (2016/17) é fornecer aos responsáveis políticos e líderes de negócios esclarecimentos que lhes permitam implementar recomendações precisas, práticas e direcionadas. A atividade empreendedora parte da articulação entre a percepção de uma oportunidade e a capacidade do indivíduo para agir sobre isso, e as múltiplas condições do ambiente em que o indivíduo se encontra. Uma economia não pode aumentar a quantidade e a qualidade de potenciais empreendedores sem lhes propiciar um ambiente favorável ao desenvolvimento da sua própria atividade.

2.1.1. O Empreendedorismo Social em Portugal: contextos de aplicação e objetos de análise

“O empreendedorismo social é mais uma das *buzzwords* que a crise do paradigma de desenvolvimento económico e social trouxe para a ordem do dia na passagem para o século XXI”. É o que relata Parente (2014: 1) quando se refere a um campo de análise e de intervenção em crescimento acelerado, que tem vindo a avocar o interesse de diferentes setores da sociedade, enquanto solução de elevado potencial para os problemas do desemprego, da pobreza e exclusão social.

Particularmente, em Portugal o debate em torno do empreendedorismo social é recente, o que acaba por justificar a escassez de produção teórica. Ainda que na Constituição da República Portuguesa de 1976 tivesse sido reconhecido a existência de um setor social e cooperativo, foi na década de 90 que o debate começou a centrar-se na concetualização de “um Terceiro Setor” ou de “uma Economia Social”. A viragem para o século XXI foi também um ponto de viragem no modo como esta atividade vinha sendo encarada. O estudo “Empreendedorismo Social em Portugal” vem corroborar isso mesmo. Com início em 2010, levado a cabo pelo Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, financiado pela Faculdade para a Ciência e Tecnologia (FCT) e em parceria com a Associação para o Empreendedorismo Social e Sustentabilidade para o Terceiro Setor (A3S), e o Dinâmia’CET do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), configura-se como a maior investigação neste campo até agora promovida em Portugal. Tal investigação decorre do então reconhecimento da fraca reflexão científica sobre o empreendedorismo social, sendo o seu principal propósito colmatar a lacuna identificada no tratamento do fenómeno a nível nacional.

Num caminho que é ainda de emergência e de apropriação, a investigação “Empreendedorismo Social em Portugal: as políticas, as organizações e as práticas de educação/formação” (2014), enquanto parte integrante do estudo em epígrafe, procurou situar o empreendedorismo social na agenda política da UE. Com efeito, foram mapeadas as principais orientações e programas europeus que indiciam o empreendedorismo social, no período temporal compreendido entre 1997 e 2013. À semelhança da análise desenvolvida no tópico precedente, a definição desta baliza temporal justifica-se pelo facto de ter sido promovida em 1997 a EEE. Cronologicamente, são então identificados por Guerra *et al.* (2014) como principais marcos europeus para o reconhecimento do empreendedorismo social:

Quadro II.3 - Empreendedorismo Social: Principais marcos europeus

Ano	Ocorrência
1997	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação da Comissão Europeia (CE) sobre a promoção do papel das Associações e Fundações na Europa.
2000	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação da Comissão Europeia aos Estados-Membros que estabelece as principais orientações para a iniciativa comunitário EQUAL; • Conferência Europeia Permanente das Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações (CEP-CMAF), em novembro.
2003	<ul style="list-style-type: none"> • Com base no Regulamento CE nº 1435/2003 foi estabelecido o Estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia.
2004	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação da Comissão Europeia ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu (CESE) e ao Comité das Regiões referente à promoção das cooperativas na Europa.
2006	<ul style="list-style-type: none"> • É estabelecido pelo Parlamento e Conselho Europeu o Programa Comunitário para o Emprego e a Solidariedade Social – Progress (2007-2013).
2009	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Parlamento Europeu sobre a Economia Social.
2010	<ul style="list-style-type: none"> • É estabelecido pelo Parlamento e Conselho Europeu o Instrumento de Microfinanciamento Europeu para o Emprego e a Inclusão Social.
2011	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativa <i>Social Innovation Europe</i>; • Proposta de Regulamento do Parlamento e Conselho Europeu que estabelece um Programa da UE para a Mudança e Inovação Social; • Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões a Iniciativa de Empreendedorismo Social: Construir um ecossistema para promover as empresas sociais no centro da economia e da inovação sociais; • Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre Empreendedorismo Social e Empresas Sociais.
2012	<ul style="list-style-type: none"> • Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a “Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões a iniciativa de Empreendedorismo Social: Construir um ecossistema para promover as empresas sociais no centro da economia e da inovação sociais”; • Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a “Proposta de regulamento do Parlamento e Conselho Europeu relativa aos fundos de Empreendedorismo Social Europeus; • Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre Cooperativas.
2013	<ul style="list-style-type: none"> • É definido o regulamento do Parlamento e do Conselho Europeu sobre os fundos europeus de apoio ao empreendedorismo social; • Proposta de Resolução do Parlamento Europeu sobre o Contributo das Cooperativas para ultrapassar a crise por via da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia; • Programa para o Emprego e para Inovação Social.

Fonte: Adaptado de Guerra *et al.* (2014: 10-12).

Começamos por certificar que a comunicação realizada em 1997, enquanto primeiro marco de orientações neste domínio, vem exaltar a importância crescente destes dois tipos de

organizações – associações e fundações – do Terceiro Setor. Nesta comunicação foram destacadas recomendações específicas para a Economia Social, assentes, essencialmente, numa análise profunda do seu grau de desenvolvimento e de organização ao nível local, nacional e europeu. Foi igualmente, neste ano, lançado o programa piloto “Terceiro Sistema³⁹ e Emprego”.

A EQUAL, em 2000, surge como uma resposta da CE às desigualdades identificadas no acesso ao mercado de trabalho. Foi parte integrante da EEE, financiada pelo Fundo Social Europeu, que pretendia desenvolver e capacitar os recursos humanos a partir do trabalho em rede e da cooperação nacional e transnacional. Teve como destinatários grupos/indivíduos vítimas de discriminação e desigualdade no acesso ao mercado laboral: desde a discriminação associada ao género, à etnia, religião, condição física e psicológica, até à orientação sexual.

A Conferência Europeia Permanente das Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações (CEP-CMAF) ocorreu com o objetivo de reforçar o reconhecimento das instituições da economia social no contexto da UE, quer ao nível político, quer a nível jurídico. A salientar que no âmbito da Conferência houve lugar à referenciação de outros dois tipos de organizações da economia social: mutualidades e cooperativas. Começa assim a configurar-se no contexto europeu uma diversidade de formas jurídicas de economia social. Através da elaboração da “Carta de Princípios da Economia Social” realizada na conferência, passou a haver uma delimitação da economia social, assente num conjunto de princípios, entre os quais se destacam: a primazia do indivíduo e do objeto social em detrimento do capital; a defesa da adesão livre e voluntária; a conciliação entre interesses individuais e interesses coletivos; a reivindicação de autonomia de gestão; e a prestação de serviços de interesse dos associados e/ou de interesse geral.

No ano seguinte, em 2004, na Comunicação relativa à promoção das cooperativas na Europa é defendida a necessidade: de ser incentivada uma maior recorrência ao modelo cooperativo na Europa, melhorando a visibilidade do setor; de aprimorar as legislações nacionais sobre as sociedades cooperativas; e de promover a posição das cooperativas nos objetivos comunitários. Neste contexto, vêm-se assim incitados os valores e princípios do cooperativismo na UE. Nesta comunicação foi igualmente evidente a intenção de se defender o potencial das cooperativas para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

O “Progress” é estabelecido em 2006 com o objetivo de conceder apoio financeiro nos domínios do emprego e dos assuntos sociais entre 2007-2013. É um instrumento complementar

³⁹ Sinónimo de Terceiro Setor utilizado pela Comissão Europeia.

a outras políticas mais vastas definidas pela UE. Entre os destinatários deste programa encontram-se as ONG de âmbito europeu, sendo-lhes atribuído um papel determinante na estratégia de crescimento do emprego. Este programa, em conjunto com o EQUAL, acaba por ser um programa comunitário que vem reconhecer o apoio político à economia social.

Outro acontecimento relevante, em 2009, foi a Resolução do Parlamento Europeu sobre Economia Social, na qual foi reconhecido pelo Parlamento que o Modelo Social Europeu foi “erguido” pela economia social, por via dos seus contributos ao nível do bem-estar e dos empregos criados. Neste contexto é também referenciado que a economia social só terá condições para prosperar se puder beneficiar de condições políticas e operacionais adequadas, dada a riqueza da diversidade e da especificidade das instituições do setor. Merece o destaque de que com esta Resolução o conceito de economia social adquiriu um carácter mais vinculativo, ao intitular pela primeira vez uma Resolução do Parlamento Europeu.

No ano de 2011 foram vários os marcos significativos. O “Social Innovation Europe Initiative” assume-se como outro programa europeu que promove o empreendedorismo social, merecendo por isso destaque. Ainda que a expressão “*Social Innovation*” se evidencie no título, foi o instrumento da UE que mais explicitamente invocou o empreendedorismo social como prioridade. Foram definidos como objetivos da iniciativa: apoiar e maturar as melhores ideias e projetos que pretendam responder a problemas sociais, daí destinar-se a indivíduos focados na promoção do empreendedorismo social.

O Programa para a Mudança e a Inovação Social vem intensificar a congruência da intervenção da UE na área social. Resulta de avaliações ao “Progress” e do Instrumento de Microfinanciamento Progress (2010). Em conformidade com a Estratégia Europeia 2020, o programa orienta-se por uma abordagem para a promoção do emprego e para o combate da exclusão social e da pobreza. Como atividades simbólicas destacam-se a “Plataforma Europa contra a Pobreza e a Exclusão Social” e a “União da Inovação”. Nesta última, são definidas como áreas de atuação a educação, a saúde, o envelhecimento demográfico, áreas estas coincidentes com o domínio de resposta do Terceiro Setor contratualizadas pelos Estados nacionais. Tais áreas são igualmente definidas como domínios estratégicos abrangidos pela inovação social. No eixo “microfinanciamento e o empreendedorismo social” estes dois conceitos-chave são relacionados e alude à necessidade de instituições de microfinanciamento não bancárias de melhorarem a sua capacidade enquanto prestadores, de modo a assegurar o acesso a essa modalidade de financiamento a jovens, trabalhadores independentes e empresas sociais.

No mesmo ano, o “Parecer sobre o Empreendedorismo Social e as Empresas Sociais” é determinante em termos de análise por diversos motivos, nomeadamente: os conceitos de empreendedorismo social e de empresa social surgem, pela primeira vez, no mesmo documento da UE; é explicitamente requerido pela Comissão Europeia ao CESE para abordar as duas temáticas, o que vem manifestar a importância que é outorgada à “pedra angular do modelo social europeu”; e identifica áreas prioritárias para a criação de um ambiente favorável às empresas sociais no contorno da Estratégia 2020. O financiamento público, os concursos públicos e a sua “sobre regulamentação” são aqui enunciados em jeito de apelo à necessidade de simplificação de procedimentos e de redução de impostos sobre os apoios estatais concedidos.

Ainda em 2011, o empreendedorismo social adquire relevo no quadro da definição das políticas europeias, através da “Comunicação sobre a Iniciativa de Empreendedorismo Social – Construir um Ecosistema para promover as Empresas Sociais no centro da Economia e da Inovação Sociais”. Vemos aqui os conceitos de economia e inovação social no centro da atenção da CE e, de modo a consolidar os objetivos e as metas da iniciativa, é proposto para discussão o plano de ação de curto prazo “acompanhamento da evolução das empresas sociais enquanto agentes-chave da economia social e da inovação social”. Neste panorama são elencadas onze ações-chave para a promoção do empreendedorismo social na Europa, agrupadas em três eixos no quadro da Estratégia Europeia 2020.

No primeiro eixo as ações focam-se num dos problemas das pequenas e médias empresas no acesso ao mercado financeiro. Prevêem-se, portanto, quatro ações: regulamentar os fundos de investimento solidário, de modo a facilitar o acesso das empresas sociais aos mercados financeiros; continuar a facilitar o acesso ao microcrédito através do Instrumento Europeu de Microfinanciamento Progress; criar um fundo financeiro europeu para facilitar o arranque e expansão das empresas sociais; e priorizar o investimento para empresas sociais nos regulamentos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo Social Europeu (FSE) 2014-2020; o segundo eixo pretende promover a visibilidade do empreendedorismo social, a partir de três ações: identificar e mapear boas práticas e modelos replicáveis de empresas sociais; promover a aprendizagem mútua, atividades em rede, reforço de competências; criar uma plataforma eletrónica de informação e intercâmbio, acessível a empresários sociais, a incubadoras e investidores sociais, e a todos os profissionais associados; o terceiro eixo destina-se a aperfeiçoar o quadro jurídico, propondo uma simplificação de regulamentos, fazendo atrair cooperativas, mutualidades e fundações. O interesse aqui é o de

reforçar a autonomia destas entidades, relativamente aos direitos nacionais e à qualidade na adjudicação de contratos, sobretudo no caso dos serviços sociais e da saúde.

O Parecer do CESE sobre os Fundos de Empreendedorismo Social Europeus, em 2012, advém do enquadramento acima explanado, e tem como propósito a adoção de medidas que apoiem o crescimento e desenvolvimento de empresas sociais na Europa. Este parecer baseia-se no facto de as empresas sociais constituírem um setor em crescimento que contribui para a realização da Estratégia Europeia 2020. Neste seguimento é definido em 2013 o seu regulamento, abarcando o seu âmbito e destinatários. Como tal, reconhece que tais entidades

“fornecem bens ou serviços sociais a pessoas vulneráveis, marginalizadas, desfavorecidas ou excluídas. Esses serviços incluem acesso à habitação, acesso a cuidados de saúde, ajuda às pessoas idosas ou incapacitadas, guarda de crianças, acesso ao emprego e à formação e gestão da dependência” (Jornal Oficial da UE, 2013: 20).

Motivados pelo reconhecimento da importância das cooperativas em termos de obtenção de bons resultados de crescimento, emprego, criação de empresas, surge a “Proposta sobre o Contributo das Cooperativas para ultrapassar a crise”. Nesta proposta é destacada a necessidade de ser desenvolvido o modelo cooperativo empresarial e de emprego, que permita às empresas se construírem de forma progressiva para responder às necessidades dos seus sócios. Preconiza-se ainda neste documento a necessidade de adaptação da legislação atual da UE relativamente às cooperativas, sugerindo a referência ao papel destas entidades no Plano de Ação “Empreendedorismo 2020”.

Finalmente, o “Programa para o Emprego e Inovação Social” resulta da colaboração entre o Parlamento Europeu e a CE, e tem como missão estender a cobertura de programas (similares) já existentes – o EURES e o Instrumento de Microfinanciamento Europeu “Progress”. As organizações da sociedade civil, os parceiros sociais e as autoridades regionais e locais configuram-se como principais destinatários do programa.

Posto isto, cabe-nos olhar particularmente para Portugal e aduzir de que forma as diretrizes da UE se têm operacionalizado. Conforme tais indicações, o empreendedorismo social tem vindo, progressivamente, a ser aplicado quer nos Programas do Governo português, quer numa lógica mais operativa aos níveis educativo e institucional. Na análise apresentada no Manual “Empreendedorismo Social em Portugal” sobre o mapeamento da oferta educativa e formativa em empreendedorismo social, Parente, Diogo & Costa (2014) apontavam que já em 2012 estavam estabelecidos mais de uma dezena de programas formativos pós-graduados –

pós-graduações e mestrados – e antecipavam que essa definição seguiria uma tendência crescente. Sobre este aspeto, Redford (2018)⁴⁰ refere que as Instituições de Ensino Superior (IES) têm trabalhado a educação para o/sobre o empreendedorismo sob duas dimensões: (i) na sua relação com o tecido empresarial e com a criação de negócios; (ii) na difusão de competências transversais integradas no curriculum e em atividades extracurriculares. Assistimos, por isso, por parte de um número significativo de IES, à criação de gabinetes de apoio às várias vertentes do empreendedorismo. São exemplos disso: o ISCTE-IUL com o Audax-ISCTE; as várias faculdades da Universidade de Lisboa; a Universidade do Minho com o LIFTOFF-Gabinete do Empreendedor; a Universidade Católica de Braga com o Gabinete de Empreendedorismo e Empregabilidade.

Ao nível organizacional assistiu-se à edificação de instituições diretamente orientadas para o empreendedorismo social, designadamente: (i) a DNA Cascais, criada em dezembro de 2006 por iniciativa da Câmara Municipal de Cascais, com o objetivo de contribuir para um ambiente que promova e desenvolva o empreendedorismo em geral, com especial incidência para a promoção do empreendedorismo jovem e social no Concelho⁴¹; (ii) a SEA – Agência de Empreendedores Sociais, que se constitui legalmente como uma cooperativa, criada em 2007 com o objetivo de desenvolver e apoiar a implementação de projetos de empreendedorismo social que contribuam para a sustentabilidade ao nível social, económico, cultural e ambiental, em prol do desenvolvimento local e integrado⁴²; (iii) o Instituto de Empreendedorismo Social, criado em 2008, organização sem fins lucrativos, com a missão de “trabalhar com organizações e indivíduos excecionais e comprometidos para identificar, apoiar, formar, promover e ligar iniciativas de alto potencial, inspirando e capacitando para um mundo melhor”, conforme publicado no seu portal institucional⁴³; (iv) a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), constituída em 2010 com a missão de “reconhecer, promover, dinamizar, cooperar, fortalecer e qualificar o setor da economia social⁴⁴.

Esta ênfase em torno de dimensões e de práticas de empreendedorismo social em Portugal deve ser contextualizada por uma análise sobre os principais elementos que definem o Terceiro Setor, espaço onde se inscreve.

⁴⁰ Presidente da Plataforma para a Educação do Empreendedorismo em Portugal (PEEP).

⁴¹ Fonte: dnacascais.pt, consultado a 20 de junho de 2018.

⁴² Fonte: seagency.org, consultado a 20 de junho de 2018.

⁴³ Fonte: ies-sbs.org, consultado a 20 de junho de 2018.

⁴⁴ Fonte: cases.pt.

A primeira vaga de protagonismo do Terceiro Setor surge no âmbito do discurso político sobre a reforma do Estado Providência. Foi nos anos 70, com os sinais evidentes da crise do Estado Providência no mundo ocidental, que a teoria social e política se viu fortemente confrontada com a “tradicional” dicotomia: estatização-privatização. Se num cenário de decréscimo económico a estatização perdia a sua reputação ao nível da sustentabilidade da expansão estatal de matriz *keynesiana*, a privatização – esta já de carácter neoliberal –, surgia como opção indesejável, acabando por representar um retrocesso de direitos que tinham sido, entretanto, conquistados. Ora, o grande desafio que aqui se impunha à teoria social e política era a estruturação de projetos coletivos alternativos que permitissem ao Estado Providência continuar a desenvolver-se (Lopes *et al.*, 2014). É nesta esteira que se colocam as dinâmicas integradoras do Terceiro Setor.

No caso específico de Portugal, os debates internacionais sobre a tríade Estado-Mercado-Sociedade Civil chegam na década de 80, por via da inclusão na Comunidade Económica Europeia (CEE). Herdeiro de um longo regime ditatorial que bania qualquer forma de associativismo não corporativista ou de mobilização da comunidade, foi no pós-25 de abril de 1974 que o país mergulhou num processo de reconstrução democrática, onde os partidos se assumiam como os principais atores de “união” de interesses. Concomitantemente, a sociedade civil dinamiza-se, fazendo surgir novas organizações relacionadas com a instauração de direitos, desde as associações políticas, sindicais, às de moradores e de desenvolvimento comunitário (Lopes *et al.*, 2014; Quintão, 2011). Portanto, a lógica que se imprime no Terceiro Setor é a da construção de respostas inovadoras que revalorizam o potencial de entidades sem fins lucrativos na produção de bens e serviços, orientadas pela promoção e manutenção do bem-estar comum e pela consolidação da coesão social. A criação de postos de trabalho e de um conjunto de respostas a públicos vulneráveis são exemplos de como este setor se tornou, efetivamente, um elemento básico na avaliação política da importância social e económica. Assistimos, por isso, à “renegociação do pacto social” entre o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil, onde “a área social deve ser gerida como bem público e, de preferência contar com a forte participação local na formulação e viabilização das ações públicas” (Conti, 2010; Santos & Nunes, 2013). Este argumento aproxima-se da mensagem transmitida pela Rede Europeia Anti Pobreza Nacional, em 2010, naquele que se compôs como o Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social, vejamos: “novas e melhores formas de governação em que se produza um maior equilíbrio entre Estado, Mercado e Terceiro Setor, fomentando a forte cooperação entre os 3 setores desde a conceção até à implementação e avaliação das políticas”

(REAPN, 2010). Na mesma mensagem é defendida uma nova Economia Social, pautada por relações de proximidade e de participação dos cidadãos, crenças de que tal renovação se poderá alinhar com um novo modelo social, que se distancie de um ideal de Estado “somente” social e/ou de um Estado “somente” económico. Esta (potencial) mudança de paradigma, decorre, por sua vez, da descrença sobre os sistemas políticos, económicos e sociais vigentes, e pela dificuldade que estes revelam em dar respostas eficazes aos crescentes cenários de incerteza e instabilidade social.

Feito este enquadramento teórico, procuraremos analisar e debater tais dimensões no domínio do Serviço Social, nomeadamente os contributos, paralelismos existentes.

2.2. Síntese do Capítulo

Após a exploração teórica e conceptual do empreendedorismo, empreendedorismo social e da inovação, deu-se continuidade a uma lógica de trabalho que se pretende imprimir no nosso enquadramento teórico procurando realizar uma análise que a partir de um quadro mais amplo e generalista do tema privilegie, de modo contínuo, uma abordagem mais específica e orientada para o objeto. Como tal, o presente capítulo incidiu, numa primeira instância, sobre a análise da evolução do empreendedorismo dentro do quadro das políticas europeias e portuguesas e, num segundo momento, seguimos o mesmo raciocínio, mas focando as questões do empreendedorismo social.

Dando ênfase a três momentos que nos parecem merecer destaque, começámos por ver que a atenção sobre a atividade empreendedora emerge na Europa depois de longos períodos de estagnação económica que se seguiram aos “trinta anos gloriosos”, passando a ocupar uma posição central nas estratégias então definidas da UE para estimular a criação de postos de trabalho e o crescimento económico. Mais concretamente, quando em 1997 a UE lançou a Estratégia Europeia para o Emprego, com a pretensão de se criar mais e melhor emprego para a União, o empreendedorismo aparece referenciado pela primeira vez nas políticas europeias. Em março de 2000, com a Estratégia de Lisboa, definia-se como objetivo estratégico para a UE: tornar-se mais competitiva e dinâmica, dentro de um crescimento económico que se perspectivava sustentado, e maior coesão social. Aqui, o empreendedorismo viria já a adquirir um espaço fundamental nas políticas europeias. Tal objetivo derivava da identificação de pontos fracos na economia europeia, como a taxa de desemprego e o fraco desenvolvimento do setor dos serviços, ao mesmo tempo que se reconheciam as potencialidades das novas tecnologias (Rodrigues, 2009). Já em 2013, assente este compromisso, lançava-se a estratégia «Empreendedorismo 2020», tendo por base a premissa de que o empreendedorismo se constitui como um poderoso motor de crescimento económico e de criação de emprego.

Se a UE surgiu com lógicas de responsabilidade partilhada, de visão e missão coletiva, a verdade é que se vem a verificar uma comutação gradual de tradições de cidadania social, por responsabilidades privadas, fundadas naquela que é uma cidadania ativa. Passa-se então a valorizar a capacidade de iniciativa e o potencial individual, em detrimento de uma segurança coletiva.

Na senda desta neblina, a sustentabilidade do Modelo Social Europeu vai sendo questionada e o empreendedorismo na sua vertente social conquista terreno continuamente, enquanto potencial solução para os problemas do desemprego, da pobreza e exclusão social. Tal tipologia, apresenta-se como respostas criadas pela sociedade civil para fazer face à retração do Estado Social.

Portugal, em particular, vai incorporando tais diretrizes supranacionais e tanto o empreendedorismo, como o empreendedorismo social conquistaram reconhecimento entre os diversos discursos e documentos políticos. De facto, o que se verifica em Portugal, dentro daquele que é um panorama global, é que a estatização – com matriz *keynesiana* – vem dar lugar a lógicas de privatização – numa cultura neoliberal. Além disso, é também nesta esteira que se colocam dinâmicas coletivas alternativas e integradoras no Terceiro Setor, tal como se vê representado no empreendedorismo social.

CAPÍTULO III. SERVIÇO SOCIAL E EMPREENDEDORISMO: (N)UMA SIMBIOSE PERFEITA?

*“Unity, not uniformity, must be our aim.
We attain only through variety.
Differences must be integrated,
not annihilated, not absorbed”*

(Mary Parker Follett, 1869-1933)

Este capítulo pretende discutir os encontros e desencontros do empreendedorismo e do empreendedorismo social com o Serviço Social, nomeadamente enquanto (nova) potencial estratégia de intervenção social. Pensar as possibilidades deste vínculo decorre de uma articulação de discursos como o de Faleiros (1996), quando nos diz que a intervenção social precisa de renovar as suas competências e de assumir novas dinâmicas, com o de Drucker (1991), quando se refere à inovação como ferramenta específica dos empreendedores.

Empreender é um processo articulado entre diferentes atores predispostos à mudança. É uma atitude de proatividade e de pensamento crítico. De tal modo, ainda que alguns dos valores do empreendedorismo (social) e do Serviço Social se pareçam, numa primeira instância, próximos – capacitação, democracia, participação –, o empreendedorismo é, na sua essência, uma atividade que se funda nos princípios de mercado, orientados pelo individualismo e pelo lucro, acarretando consigo um conjunto de desafios ao Serviço Social. Para a compreensão desses reptos é necessário ter como ponto de partida a seguinte premissa: são as relações humanas que alicerçam toda a intervenção do assistente social, profissional que pauta a sua ação por um compromisso profícuo com a defesa dos Direitos Humanos, da dignidade e da justiça social (Banks, 2006).

Partindo de um quadro teórico sólido, pretende-se, igualmente, debater a centralidade da atividade empreendedora na senda de uma nova geração de políticas sociais orientada por lógicas de ativação, e os seus efeitos na (re)configuração de um Serviço Social, também ele ativo (Branco & Amaro, 2011).

3.1. (Re)Afirmação do Serviço Social: contributos da inovação na (re)construção da sua intervenção

A realidade líquida, conforme afirma Bauman (2008), reforça a necessidade de profissionais qualificados, constantemente atentos aos metamorfismos do mundo, mas também ao mercado no qual atuam. Mediante esta afirmação, vamo-nos debruçar sobre o posicionamento do Serviço Social, profissão que é desafiada pelo quadro conjuntural, mas também estrutural, que se apresenta. Hoje, num contexto marcado pela crescente burocratização dos serviços, pelas relações líquidas e pela “invasão” de uma cultura individualista e neoliberal, entender o Serviço Social implica conhecer os traços gerais que definem a modernidade. Mais do que isso, se o Serviço Social é uma profissão moderna, será inexequível entendê-lo e às mudanças que vê a si implicadas sem se discutir a sua relação própria relação com a modernidade (Fargion *et al.*, 2011; Webb, 2006).

A modernidade refere-se a formas da vida social e organizacional, desenvolvidas na Europa desde os finais do século XVII. Todavia, este enquadramento temporal não é linear e chega a ser discutível, pois a modernidade não é um *outcome* de um processo singular:

“Some writers argue that the seeds of modernity were set in the Italian Renaissance, whilst others pin its origins more closely to the early eighteenth-century Enlightenment period (...) until this time what passed as authoritative knowledge was dominated by the Christian churches. Enlightenment philosophers (...) began to redefine cultural, ethical and politically important ideas” (Webb, 2006: 26).

Os pensadores modernistas interessam-se por ideais relativos ao progresso e ao desenvolvimento, suportados pela crença de que o conhecimento científico coopera para a existência humana. Por seu turno, a modernidade é um período caracterizado por processos acelerados de mudança social, económica, política e cultural, com consequências firmes na vida urbana, na ciência e na tecnologia. É, portanto, um período marcado pelo desenvolvimento de processos de diferenciação entre as pessoas, resultando na emergência da classe social enquanto indicador de status, bem-estar e prestígio. Com efeito, Webb (2006) apresenta-nos a modernidade como uma forma de vida: “modernity can thus be conceived as a particular type of lived experience in modern societies. So whilst modernity refers to industrialisation and urbanisation it also refers to recognition of consciousness – or what I call (...) reflexivity” (p. 29). É igualmente neste contexto que Bauman (2008) aplica o termo «modernidade líquida», para se referir à fluidez das relações e das dinâmicas que se apresentam no mundo

contemporâneo. Daqui estabelecemos, ainda, um paralelismo com o termo de “sociedade de risco”, aplicado por Beck (1992) e Giddens (1998) para designar a sociedade de hoje, onde o “risco” é perfilhado como um dos conceitos mais significativos dos tempos modernos e se refere, sobretudo, ao reconhecimento da incerteza. Numa perspetiva individual, o risco poderá representar estar diante de opções às quais faltam normas e conhecimento que as apoie e/ou sustente. Ainda que se experienciem níveis díspares de estabilidade social, vivemos num período de grande insegurança pessoal, ansiedade e mudança (Webb, 2006). O indivíduo vê-se obrigado a refletir e a tomar decisões sobre factos que antes não exigiam essa consideração. Além disso, é-lhe conferido o poder de agir sobre o risco. A esta condição Beck (1992) e Giddens (1998) designam de modernidade reflexiva.

Face aos conteúdos explanados, a questão e o desafio que se impõem é sobre o modo como as sociedades modernas asseguram e gerem as relações humanas, quando nestas se imprimem tendências individualistas e desiguais. É neste contexto que se colocam igualmente desafios ao Serviço Social.

Iamamoto (1996) coaduna a afirmação ao dizer-nos que no mundo contemporâneo apresentam-se novos problemas sociais que influenciam e/ou circundam o Serviço Social, e fazem estremecer os pilares que o fundaram. Acontece que nas sociedades hodiernas são atingidos níveis crescentes de eficiência e eficácia produtiva, e a acumulação de riqueza é independente dos níveis de bem-estar dos indivíduos. Consequentemente, hoje é possível identificar sociedades que conciliam uma forte competitividade económica com fenómenos crescentes de pobreza e exclusão social. Este processo de dualização social desequilibra o pacto social, uma vez que inerente a este desequilíbrio está o crescente individualismo, que corrompe os ideais de reciprocidade e de solidariedade. Diante este desfasamento, parece colocar-se em causa a legitimidade⁴⁵ da profissão, pois as maneiras de agir e/ou de pensar que antes se mostravam adequadas, já não correspondem ou são insuficientes perante as expectativas e necessidades manifestadas: por um lado, o Serviço Social é chamado a responder às tais novas

⁴⁵ É tradicionalmente entendida como o que os outros reconhecem como sendo digno de valor. Começa a ser concebida de um ponto de vista mais substantivo e adverbial, ou seja, como produto da ação, logo, de um processo construtivo e contextualizado. Quer isto dizer que não basta ter uma dada formação científica para ser reconhecida automaticamente a capacidade de alguém para dizer ou fazer algo. A “comprovação” de competências e o reconhecimento consequente é assegurado na ação e pela ação contextualizada. Assim sendo, a legitimidade não se pressupõe, conquista-se (Albuquerque, 2011).

problemáticas e a adotar uma nova posição sobre os projetos sociais defendidos; por outro, os assistentes sociais ficam vulneráveis às pressões da competitividade e do individualismo que, por seu turno, lhes exigem uma racionalização que corre o risco de se padronizar numa uniformização dos procedimentos. Esta orientação parece esvaziar o Serviço Social do seu próprio sentido ético, político e identitário, e reduzi-lo a uma profissão tecnocrata (Amaro, 2015; Hatzfeld, 2001). Tomando por empréstimo as palavras de Amaro (2015: 65):

“não se trata de «diabolizar» a introdução de tecnologias como suporte à intervenção, mas de rejeitar a sua «divinização», demonstrando como a sua introdução, quando deixa de ser suporte e passa a ser formatadora da intervenção profissional, potencia de facto o carácter tecno-burocrático e instrumentalista dado ao agir do Assistente Social” .

Perante esta elevação do carácter instrumental, Webb (2006) argumenta que o Serviço Social está a rejeitar a abordagem holística, para trabalhar com os indivíduos de modo a alinhá-los à política dominante da gestão neoliberal. Outros autores (Faleiros, 2001; Bouquet & Garcette, 2005), partilham esta aceção e acrescentam que se passou de um modelo psicorrelacional individual para uma intervenção centrada no indivíduo como um só, motivando-o por si mesmo a produzir os seus meios de vida. Confirma-se, portanto, aspetos supramencionados, tal como a padronização da intervenção, a priorização da eficácia e eficiência na prestação dos serviços, e uma ultrarracionalidade instrumental em detrimento de dimensões mais relacionais e reflexivas que, na sua essência, sustentam a identidade do Serviço Social. Portanto, a profissão enfrenta uma crise de confiança ao ver-se, constantemente, pressionada pelos decisores políticos, pelos próprios assistentes sociais e utentes/clientes. A integridade profissional do assistente social e a sua capacidade de responder ao compromisso que estabeleceu com populações mais vulneráveis é, por isso, colocada em questão (Dominelli, 2004).

No seio desta “vaga” neoliberal, o Serviço Social depara-se com a contradição de fazer mais com menos. A este propósito, Branco & Amaro (2011) apresentam-nos cinco abordagens à intervenção que foram surgindo e têm sido objeto de análise. Tais abordagens fornecem um conjunto complexo de procedimentos que o profissional “deve” seguir no terreno e que lhe permitem comprovar a sua eficiência. Para compreendermos os efeitos que a adoção destas abordagens nos traz, ou pode trazer, vale a pena, numa primeira instância, nos debruçarmos sobre cada uma delas:

I. A análise e gestão do risco: nesta abordagem o assistente social adota, substancialmente, o papel de analista das situações em termos do risco que apresentam, calculando a partir daí a necessidade-capacidade de intervenção institucional. Aqui é dada maior ênfase à questão da avaliação e gestão dos riscos, do que propriamente à identificação e avaliação das necessidades, e à alocação de recursos, como parte integrante da prática do Serviço Social (Amaro, 2015).

II. O managerialismo refere-se à crescente hegemonia dos princípios da gestão no campo da intervenção profissional. Esta abordagem é visível quando se reflete sobre a reestruturação de serviços, sobretudo públicos, no sentido de se voltarem mais para os princípios de mercado. Com efeito, recorre-se à avaliação dos riscos, à definição de metas e de indicadores para regular o poder do profissional sobre os seus utentes (Amaro, 2015; Dominelli, 2004). Por tudo isto, esta orientação desvirtua-se daqueles que são os princípios e valores do Serviço Social, contribuindo para o que Webb (2006) denomina por «desprofissionalização» das práticas;

III. Relativamente à prática baseada na evidência, sugere a separação entre sujeito e objeto. Esta abordagem bebe das correntes positivistas e, por isso, tende a padronizar a prática;

IV. A prática baseada na competência, tal como a prática baseada na evidência, inscreve-se na lógica do managerialismo. Apresenta-se como uma tendência de proletarização do Serviço Social, por intermédio da simplificação e massificação de procedimentos. Quer isto dizer que as tarefas qualitativas complexas são reduzidas a processos quantificáveis e possíveis de monitorização (Dominelli, 2004);

V. A gestão do cuidado ou gestão de caso coloca o assistente social como gestor do caso. O profissional orienta-se por uma série de indicadores de avaliação quantitativos que lhe permitem medir a eficácia dos resultados obtidos. O assistente social é, por isso, entendido como um especialista e processador de informação (Amaro, 2015).

Cada uma destas formas apresenta-se como “peça de um *puzzle*” para uma padronização da intervenção profissional. Estas práticas profissionais pautadas por preocupações procedimentais⁴⁶ desviam o Serviço Social do seu papel crítico e dos seus conteúdos mais

⁴⁶ “Finalismo metodológico” é o conceito proposto por Amaro (2009), referindo-se precisamente à preocupação e utilização de procedimentos metodológicos enquanto um fim em si mesmo na intervenção do assistente social.

substantivos (Amaro, 2015), tal como retiram - ou deixam de exigir - ao profissional a sua capacidade de reflexão, de criatividade e de inovação.

“Valoriza-se a rapidez na intervenção, quando as situações apresentadas apresentam uma cada vez maior complexidade de diagnóstico e de intervenção e uma maior necessidade de perdurabilidade do processo de ajuda. Desenvolvem-se planos de ação instrumentais (...) quando cada vez mais seria necessário questionar e repensar o «indivíduo-no-seu-contexto» e na realidade mais macro que o envolve” (Amaro, 2015: 71).

Nesta lógica, a autora apela à urgência de se (re)pensar o Serviço Social neste “novo contexto civilizacional” (Amaro, 2015).

Perante esta “chamada de atenção”, Iamamoto (1996) propugna que a profissão enfrenta a necessidade de responder a um conjunto de desafios, designadamente: (i) defender as conquistas já alcançadas, sobretudo no que se refere à sustentação do caráter público e universal das políticas sociais; (ii) aproximar-se das condições de vida e de trabalho das classes dominadas, permitindo-lhes identificar formas passíveis de explicitar os seus interesses, necessidades e desvendar a sua voz no diálogo social; (iii) efetivar e relegitimar a garantia de manutenção dos direitos sociais; (iv) investir numa cultura pública democrática, que evidencie o caráter estrutural de alguns problemas que afetam os utentes dos serviços e colocá-los na agenda política como conteúdo de justiça social; (v) participar na construção de uma nova cidadania, que consolide os direitos já existentes e permita a criação de novos direitos que respondam aos novos problemas, e que estimulem a construção de uma relação inovadora entre o Estado e a sociedade civil, e (vi) defender a amplificação progressiva da esfera pública, no sentido de diminuir o fosso e as tensões entre excluídos e incluídos. Ao assumir estes desafios, pautados por ideais de justiça social, democracia e realização do potencial individual, o Serviço Social deixa claro o seu compromisso com a índole política, enquanto campo de intervenção. Com efeito, o Serviço Social não deve abdicar de ser uma profissão propositiva e de ter um papel ativo na conceção das medidas de política que é chamado a administrar (Amaro, 2015; Iamamoto, 2009).

Por seu turno, Dominelli (2004) afirma: “Social Work reflects the society that produces it. It is a profession that is conducted within a society driven by inequalities which are both produced and reinforced in and through social work itself”. A autora considera o assistente social responsável por garantir que quem se encontra socialmente mais vulnerável goze plenamente os seus direitos de cidadania. Para que este compromisso se efetive, defende que se

estabeleçam e se assegurem parcerias entre todas as partes da sociedade: Estado, Sociedade Civil, Setor lucrativo e Setor não lucrativo. Isto obriga a que na prática o Serviço Social reconheça que o acesso a “respostas sociais” é em si mesmo um direito social universal, destinado àqueles que em primeira instância não conseguiriam realizar o seu potencial humano. Por outras palavras, salienta que a menos que o Serviço Social possa se “reativar” com uma missão renovada nessa direção, não conseguirá enfrentar o desafio de ser uma força profissional relevante no século XXI.

Não sendo esta uma conjugação de temas à qual se associe uma extensa produção científica, parece-nos pertinente e valioso apresentarmos o *Center for Innovation in Social Work & Health* (CISWH), um centro de inovação em que se regista o envolvimento do Serviço Social, sob alçada da *School of Social Work – University of Boston*. Com atividade desde 1992, conta com a participação de investigadores, Instituições de Ensino Superior, e entidades públicas e privadas, para desenhar e desenvolver programas inovadores que visem apoiar populações vulneráveis e promover cuidados inclusivos, pautados pela visão de se tornarem líderes globais na valorização de questões de liderança no Serviço Social e da colaboração intersectorial e transdisciplinar na promoção do acesso e prestação de serviços de saúde. Através deste trabalho partilhado e colaborativo admitem ampliar a capacidade de identificar lacunas nos serviços e respostas existentes.

Ao encontro das palavras de Iamamoto (1996) e Dominelli (2004) anteriormente aduzidas, o CISWH considera cooperar para a consolidação da essência do próprio Serviço Social mediante o seu compromisso em: ampliar o impacto do Serviço Social na saúde, na saúde pública e global, com o objetivo de atingir melhores resultados, de melhorar a experiência do paciente e de promover equidade no acesso à saúde num nível nacional e global. A partir do *slogan* “a breadth of expertise, a focus on people” definem como principais atividades: a pesquisa, avaliação, assistência técnica, o treino, a implementação de projetos e análise de políticas. A população-alvo destes projetos é considerada parceira nos processos de trabalho. Com efeito, o CISWH pretende criar “terreno comum” na interseção de múltiplas disciplinas e setores para apoiar colaborações inovadoras que promovam a equidade e a justiça social. Dá, por isso, prioridade a iniciativas que atuem para integrar os seguintes domínios:

- Pesquisa orientada para resultados;
- Prática e parcerias comunitárias;
- Educação para a participação no desenvolvimento de políticas.

O Centro aloca os seus recursos em apoio das seguintes estratégias:

- Contratar e desenvolver líderes de Serviço social que integram as estratégias do Centro para melhorar a saúde da população;
- Expor e dismantelar sistemas de opressão baseados na raça, etnia, no género, na classe e outras desigualdades relevantes para a saúde e para o funcionamento justo da sociedade;
- Abordar os determinantes sociais da saúde, a fim de fazer uma diferença significativa na vida das pessoas, em particular das populações vulneráveis;
- Promover colaborações inovadoras e multissetoriais entre o Serviço Social, a saúde pública e outras disciplinas, e com parceiros da comunidade;
- Aplicar modelos organizacionais transdisciplinares que promovam a capacidade de resposta, a flexibilidade e o envolvimento da comunidade.

É curioso vermos a incorporação de conceitos - «inovação», «treino de liderança», «criação de parcerias», «participação na formulação de políticas», «garantir direitos sociais» - pelo CISWH sendo, por isso, um exemplo prático e concreto do que nos parece ser uma tentativa de aprofundar e redefinir a matriz do Serviço Social, à luz das propostas de Iamamoto (1996) e Dominelli (2004). A publicação de diversos artigos submetidos a *peer review*, de manuais académicos, a criação de parcerias entre instituições académicas, a colaboração de estudantes e profissionais de diferentes áreas disciplinares, de entidades não lucrativas são resultados alcançados pelo Centro mediante as diretrizes assumidas (fonte: bu.edu/ciswh).

Prosseguindo nesta lógica, Mouro (2006) apresenta-nos uma discussão que nos abre caminho para a reflexão sobre o futuro profissional do Serviço Social e de como tal reflexão se torna central para a sua “reconfirmação” enquanto profissão de intervenção. Mais do que isso, a autora enfatiza que desenvolver uma visão projetiva sobre a realidade profissional da mesma forma que se afirma inadiável, assume-se incontestável. Nesta ótica, reconhece que o futuro desta disciplina académica prende-se ao modo como gere o seu presente. Por sua vez, o seu presente dependerá fortemente das estratégias encontradas pela própria profissão para ultrapassar os perigos internos e externos com que se depara, os quais passamos a confrontar no quadro seguinte:

Quadro III.1 - Serviço Social: perigos internos e externos

Perigos Internos	Perigos externos
<ul style="list-style-type: none">• A eventualidade existente de a profissão não conseguir atenuar o tradicionalismo que lhe é associado, permitindo que o exercício da assistência se constitua no seu único campo de atuação;• O medo de não conseguir criar respostas aos desafios que lhe foram criados pela necessidade de se constituir numa profissão de vigilância das ansiedades sociais;• Os comportamentos profissionais “incompreensíveis” que, por não terem capacidade de antevisão, impedem a estabilização da imagem profissional;• A dificuldade em criar confiança num exercício profissional cujo sentido do “ser” é ditado por processos transitórios que combinam a identidade global com a local, mas cuja realidade profissional é constituída por cenários onde se desenvolve a ação e a interação com outros profissionais.	<ul style="list-style-type: none">• A intromissão à distância pelas forças governamentais sobre o exercício profissional;• A familiaridade gerada pelas diferentes profissões sociais quanto à natureza da vida profissional;• As dúvidas criadas pela concorrência profissional quanto à necessidade da existência do Serviço Social;• A forma como as profissões criam o seu poder ou se apropriam do poder de outras profissões.

Fonte: Elaboração própria, com base em Mouro (2006)

Além disto, o Serviço Social de hoje confronta-se com dois “desafios maiores” que passam essencialmente pela inovação e pela qualificação do seu desempenho (Mouro, 2006). Então, que relevância terá a inovação e a inovação social para o Serviço Social contemporâneo? Qual a sua aplicabilidade no Serviço Social? Qual o “veículo” para se inovar e (re)qualificar o Serviço Social?

Hughes & Wearing (2017), com base nas matrizes de novos programas de assistência social e de prestação de serviços financiados pelos governos do Reino Unido e da Austrália, estabelecem um paralelismo entre inovação social e avaliação participativa. Esta atenção sobre os resultados surge diretamente das preocupações gerenciais em medir a eficácia e eficiência concretas de projetos e/ou de medidas, enquadrando-se naquela que é uma gestão managerialista conforme já abordámos. A preocupação com comprovações e métricas, além de discordante com os interesses tradicionais do Serviço Social, incita alguns constrangimentos na capacidade dos “interventores sociais” em inovar dentro de uma organização. “However, it is possible for social workers to consider more broadly the options for designing and evaluating

programmes that facilitate participation and accountability” (Hughes & Wearing, 2017: 157). Por conseguinte, assente num novo modelo democrático de *accountability* que garanta a participação das “vozes da linha da frente”, será possível combinar a inovação social na definição de programas com a avaliação participativa. Para os autores, esta é uma abordagem à avaliação que (i) materializa o princípio da autodeterminação no Serviço Social, capacitando os utentes/clientes/beneficiários a participar também como avaliadores, (ii) que permite criar novas respostas nas organizações face às necessidades e preocupações dos clientes, e que, conseqüentemente, trará novas preocupações à agenda do Serviço Social no quadro organizacional, e finalmente, (iii) permitirá engrandecer o perfil do assistente social (Hughes & Wearing, 2017).

Concomitantemente, a própria “estrutura ontológica” da inovação social dá-nos pistas sobre como as suas mais-valias podem ser orientadas para a profissão. Para tal, apoiámo-nos no Guia para a Inovação Social (2013) desenvolvido pela CE. Tendo, então, por base a concetualização apresentada, a inovação social coloca-se como uma ferramenta potencial para: produzir respostas novas e mais eficientes perante as crescentes necessidades sociais, que permitam; fornecer respostas locais a desafios sociais complexos, capazes de mobilizar atores locais; integrar as várias partes interessadas na resolução do problema, assente em novas formas de trabalho conjunto e partilhado. É igualmente contemplado no Guia o potencial da inovação social naquilo que se designam as “seis tendências sociais”, ou seja, (i) na demografia, sustentada pelos fluxos migratórios e pelo envelhecimento da população, (ii) na sustentabilidade ambiental, motivada pelas questões de poluição das águas, da energia e das alterações climáticas, (iii) nas novas tendências de uma sociedade digital, (iv) nas questões da pobreza e exclusão social, (v) na saúde e bem-estar e (vi) no comércio justo. Ainda que cada uma destas questões não seja desenvolvida no nosso estudo, a verdade é que são parte integrante do compromisso global assumido pelo Serviço Social, no respeito pela dignidade humana e pelos Direitos Humanos. Por sua vez, é também neste contexto que se estabelece a *Global Agenda for Social Work*⁴⁷, que propõe colocar os objetivos políticos do Serviço Social na vanguarda do panorama mundial, e que pode ser considerado como um projeto de inovação a longo prazo na profissão (Lombard, 2015).

⁴⁷ Conduzido pelos três principais organismos globais que representam os assistentes sociais, profissionais de desenvolvimento social e educadores: *International Association of Schools of Social Work* (IASSW), *International Council on Social Welfare* (ICSW) e *International Federation of Social Workers* (IFSW) (fonte: ifsw.org).

Num paralelismo com o título e os conteúdos desta secção, vemos reconhecido, pelo próprio Serviço Social, a necessidade se auto confrontar, reinventar e reafirmar, sem que descure e/ou negligencie os seus valores ontológicos e éticos. Mas se considerarmos o pensamento de Drucker (1991), pai da administração moderna, quando nos aponta a inovação como ferramenta específica dos empreendedores, será coerente nos questionarmos: terão os assistentes sociais que assumir este (novo) “papel”? Esta é uma questão que se deixa em aberto e que será debatida pelo próprio corpo profissional, adiante na dimensão empírica da nossa investigação.

3.2. Empreendedorismo no Serviço Social: ao (des)encontro de valores

O cruzamento entre Serviço Social e Empreendedorismo (Social) que pretendemos aqui desenvolver não surge por acaso. Ainda que à primeira vista nos possa parecer pouco evidente e haja pouca produção científica relacionada, apresenta-se um conjunto de fatores e circunstâncias que se coadunam para esta associação entre os “campos”. Recordemos os conteúdos explanados no capítulo anterior: concretizou-se o Estado-Providência, as suas transformações e tendências; vimos que intrínsecos a essas mesmas transformações, sobretudo à sua retração na provisão do bem-estar social, os conceitos de empreendedorismo e empreendedorismo social emergem como centrais nos discursos e debates públicos, ora como meio veículo de promoção do crescimento económico, ora como veículo de resposta às necessidades sociais e de integração socioprofissional. A partir destes, aquilo a que nos propomos nesta secção do trabalho é a apreender (i) de que forma tal relação – entre Serviço Social e empreendedorismo (social) se efetiva, ou se poderá efetivar, (ii) o potencial ou limitações dessa relação, e (iii) o modo como valores de cada “campo” se (des)alinham.

Pensar o Serviço Social como atividade profissional inscrita na divisão do trabalho, com estatuto público e reconhecida como tal, só faz sentido dentro do contexto iluminista da modernidade. Queremos com isto dizer que com a emergência dos ideais da Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade -, com a nova ordem do Mundo trazida pela Revolução Industrial, com a urbanização, com o capitalismo e o estabelecimento de uma classe trabalhadora, consolidaram-se as bases das sociedades ocidentais democráticas que fundamentam a profissionalização do Serviço Social (Amaro, 2015). Todavia, foi perante os efeitos da Segunda Grande Guerra que a discussão em torno dos conceitos de cidadania e direitos humanos se aprofundou e se constituiu como principal ideário ético e identitário da profissão. Paralelamente, com a construção dos sistemas de bem-estar social estabilizou-se um lugar para os assistentes sociais no mercado de trabalho. Conforme nos referem Branco & Amaro (2011) e Amaro (2015), é notório que os desenvolvimentos do Estado de Bem-Estar e do Serviço Social estiveram estritamente ligados durante o período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, partilhando, por isso, a mesma dinâmica.

O novo paradigma de ação pública assenta na centralidade das políticas de ativação e decorre da designada crise fiscal do Estado, como uma procura de resposta ao crescimento massivo do desemprego e à emergência de novas formas de pobreza na Europa.

Consequentemente, as políticas sociais experimentam “novos caminhos” adaptados às também novas circunstâncias sociais e económicas (Branco, 2008). Neste âmbito, Wuhl (1996) destaca quatro tendências: i) a formulação de políticas sociais ativas fundadas num princípio de solidariedade ativa ao invés da lógica de solidariedade passiva desenvolvida pelo Estado Providência, sendo uma das marcas diferenciadoras de tais diretrizes políticas a introdução de critérios de condicionalidade para que os indivíduos possam beneficiar dos apoios públicos estatais (Dubois, 2008); ii) a flexibilidade dos dispositivos institucionais, baseados em lógicas de descentralização, segundo uma lógica horizontal na constituição de redes de atores entre a esfera pública e a sociedade civil; iii) institucionalização de novas formas de cooperação sustentadas no partenariado, particularmente ao nível territorial; iv) a procura de uma nova harmonia e articulação entre políticas sociais e políticas económicas ensaiada através dos dispositivos de inserção.

Na senda desta diretriz reclamada pelas políticas sociais, o trabalho com o Outro (Astier & Duvoux, 2006) enquanto pessoa terá como objetivo fundamental munir-lo de ferramentas, de modo a que se possa constituir, por si só, um sujeito participante e responsável (Branco, 2008). Nesse caso, faz sentido estabelecermos aqui um paralelismo entre as tendências de individuação, as lógicas de política social ativa e o conceito de *empowerment*. Entendido por Le Bossé (2003) como o desenvolvimento do poder para agir, o autor analisa o termo sob quatro dimensões, designadamente: i) a capacidade de influenciar a realidade de acordo com as suas aspirações; ii) a relação existente entre as características individuais e os fatores sociais, e qual a sua implicação na leitura e ação sobre a realidade; iii) o conhecimento do contexto da prática; iv) a participação de todos os atores/agentes envolvidos e a definição de objetivos claros. Ainda que nestas conceções estejam presentes aspetos que ultrapassam o domínio individual, Branco & Amaro (2011) alertam que se o *empowerment* se posicionar numa perspetiva exclusivamente individual corre o risco de se transformar num fenómeno de isolamento social e de individualismo, com uma transferência excessiva de responsabilização e culpabilização pelas suas fragilidades sociais.

Desenvolvendo-se o Serviço Social no panorama da política social vigente, este jamais será imune às mudanças que nele ocorrem. De tal forma, Branco & Amaro (2011: 665) levantam a hipótese de que “(...) perante um Estado Social ativo emerge um Serviço Social ativo com novos desafios e questões”. A partir desta, os autores sustentam a tese de que a mudança apresentada na política social contribuiu para o aprofundamento do carácter instrumental da profissão, ou seja, à medida que o Serviço Social evoluiu, evoluiu também uma

“tecnocratização” das práticas do assistente social. No seio de tal instrumentalização, o assistente social passou (i) a focar-se mais nos resultados e nas métricas do que nos processos, e (ii) a sobrevalorizar os procedimentos técnicos em detrimento de práticas mais criativas e dos impactos reais dos processos de intervenção na transformação individual e social. “Esta tendência quase irresistível tem, em muitos casos, conduzido a uma confusão entre Serviço Social e atividades de gestão tecnocrática e administrativa (...) [e] drena a profissão dos seus conteúdos mais substantivos (...)” (Branco & Amaro, 2011: 666).

Na conjuntura do assim designado “Serviço Social ativo” – que se caracteriza por ser um Serviço Social preso ao discurso da eficácia e da mensuração de resultados –, há o perigo de se considerar os indivíduos a fonte dos seus próprios problemas e, ao mesmo tempo, da sua resolução. Ora, se as práticas ativas do Serviço Social advêm do contexto hegemónico de um Estado Social ativo, que tende a deixar de lado a sua orientação *keynesiana* para uma orientação mais individualista, que pontes podemos aqui estabelecer com o empreendedorismo enquanto processo mercantil e/ou liberal que advoga as características e competências individuais? Terão todos os indivíduos os mesmos recursos e suportes para se adaptarem a esta ideologia da ativação? (Bourdieu, 1979) Que desafios se colocam ao Serviço Social?

Procurando responder a tais questões, começamos por visitar a definição de Serviço Social que hoje vigora. Aprovada pela International Federation of Social Work (IFSW) e pela International Association of Schools of Social Work (IASSW) em 2014, em Melbourne, a mais recente definição de Serviço Social acolhe a diversidade de perspetivas internacionais, vejamos:

“O Serviço Social é uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o *empowerment* e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do serviço social, nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o serviço social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social” (IFSW, 2014).

Instituída mediante as realidades do século XXI, tal definição, apesar de manter alguns dos pressupostos da definição anterior⁴⁸, apresenta outros que merecem destaque, tais como: o

⁴⁸ “A profissão de Serviço Social promove a mudança social, a resolução de problemas nas relações humanas e o reforço da emancipação das pessoas para promoção do bem-estar. Ao utilizar teorias do comportamento humano e dos sistemas sociais, o Serviço Social intervém nas situações em que as

Serviço Social é hoje enunciado como disciplina académica, com teorias próprias; é reforçada a promoção na mudança social e a crença de que ela é possível na base humana; são enfatizados aspetos como a relação da Pessoa com as estruturas sociais e o *empowerment*, enquanto conceito referencial dos quadros de ação do assistente social (Amaro, 2015).

Próprio da conjuntura que se atravessa, marcada por aquela que é uma onda neoliberal, surge um conjunto de desafios ao Serviço Social, particularmente ao nível da burocratização dos serviços sociais e dos cortes na despesa pública (Amaro, 2015; Fargion *et al.*, 2011). Simultaneamente, a atenção sobre o empreendedorismo adquiriu notoriedade nos ambientes políticos e empresariais, ao ser considerado antídoto central para ultrapassar os cenários de crise e de desemprego estrutural (Saraiva, 2011). Facto este que, como se viu, mereceu destaque desde o ano 2000, com a Estratégia de Lisboa ao considerar o empreendedorismo uma das bases das políticas da UE e, ao mesmo tempo, ao apontar o emprego como opção-chave para a integração social.

À luz dos conteúdos aduzidos, e estabelecendo umnexo entre Serviço Social e empreendedorismo, tal atividade é apontada por Amaro (2015) como um desafio à profissão. Por outras palavras, associado às profundas mutações do mercado liberal, pautado por cenários de instabilidade e de maior dificuldade de inserção, os assistentes sociais enfrentam cada vez mais a necessidade de encarar as possibilidades de exercício profissional por via do mercado livre ou do Terceiro Setor. Mas este não é um desafio que se prende puramente à questão da empregabilidade, pois, conforme nos cita Tan (2004: 87) “in a rapidly changing world, social entrepreneurs innovate and create social value. Social workers today need to redefine their roles to include that of the social entrepreneurs”. Este pensamento parece-nos estar próximo do que nos diz Mouro (2006: 517), quando aponta que o “o futuro do Serviço Social depende da sua capacidade de autoconfrontação e da reconstrução dos seus estilos de atuação profissional face à reidentificação dos problemas sociais” ou ainda do que Faleiros (2001) designa por necessidade de reconstrução e de “rerreconcetualização” do Serviço Social.

Efetivamente, a relação entre empreendedorismo e Serviço Social é pouco abordada na literatura, mas, quando considerada é associada ao movimento neoliberal e à cultura de livre mercado. Todavia, a relação entre empreendedorismo e as lógicas mercantis (competitividade, eficiência, lucro, etc.) não deve ser tomada como absoluta. O empreendedorismo social, por

peças interagem com o seu meio. Os princípios dos direitos humanos e da justiça social são fundamentais para o Serviço Social” (IFSW, 2003).

exemplo, procura contrariar a mercantilização que poderá estar associada à intervenção social, como também a tendência crescente de burocratização dos serviços (Fargion *et al.*, 2011). Posto isto, vamos recorrer a autores que estudam esta (potencial) articulação entre os campos, particularmente, (i) os dilemas inerentes, (ii) as mais-valias e (iii) os desafios. Será este o fio condutor do argumento em seguida desenvolvido.

Começamos por Bent-Goodley (2014), autora que nos dá conta de divergências entre o Serviço Social e o empreendedorismo. A primeira, refere-se ao foco do empreendedorismo no negócio/lucro, que vem, de facto, colidir com os valores matriciais do Serviço Social. Quer com isto dizer que a expansão da cultura de mercado nos processos do Serviço Social embate com a cultura organizacional e com a própria identidade da profissão. Por outro lado, a autora coloca o empreendedorismo social, enquanto forma de empreender sem estar focalizada no lucro, mas antes em novas formas de identificar e de aplicar recursos. Reitera que ser capaz de encontrar recursos e geri-los criativamente será considerada uma competência crítica dos assistentes sociais, a fim de se evitar constrangimentos orçamentais no seio das organizações. A segunda divergência que nos coloca tem a ver com o entendimento concetual de empreendedorismo, uma vez que para Bent-Goodley uma definição estreita de empreendedorismo poderá agregar o empreendedorismo social no “chapéu” das organizações privadas com fins lucrativos. Nesta lógica, seriam considerados uma minoria de profissionais, pois os setores profissionais “dominantes” são o público e o privado não lucrativo. A última divergência apontada prende-se à referência frequente a ações individuais. Tal abordagem choca com os ideais do trabalho em parceria e de *empowerment* postulados pelo Serviço Social. Contudo, esta atenção sobre o empreendedorismo pode se constituir como um modelo de ação proativa, sustentada pela reflexão crítica. Além disso, poderia revitalizar o trabalho comunitário, através do *networking* e da criação de alianças.

Procurando clarificar tais (des)alinhamentos, apresentamos no Quadro III.2 uma síntese dos principais fundamentos do Serviço Social, do empreendedorismo social e do empreendedorismo:

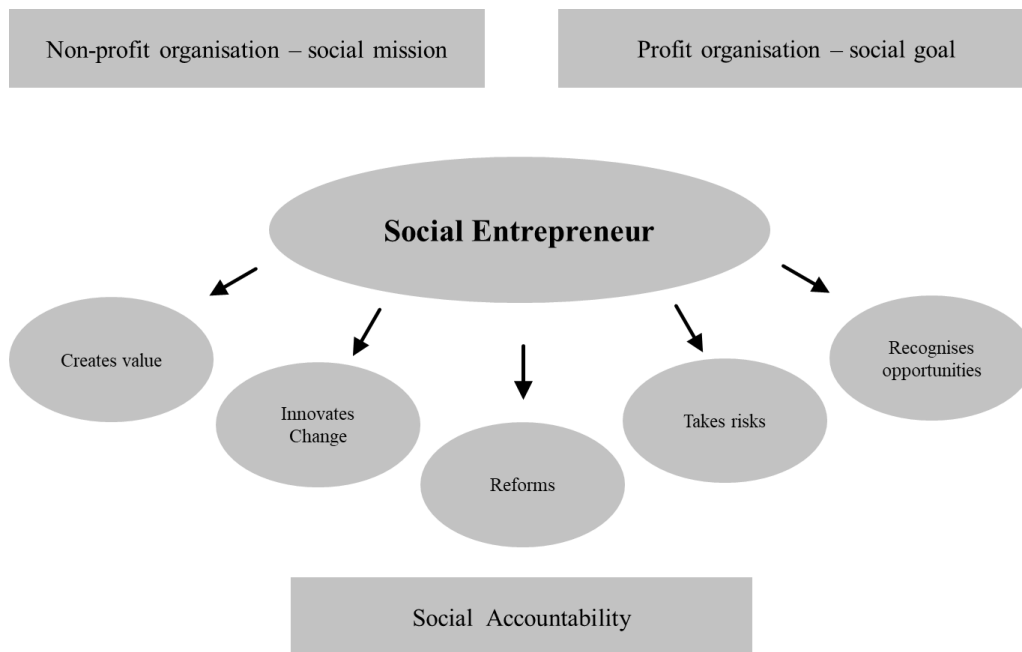
Quadro III.2 - Serviço Social, Empreendedorismo Social e Empreendedorismo: Analogias e dissemelhanças

Serviço Social	Empreendedorismo Social	Empreendedorismo
Disciplina científica	Ação Coletiva	Ação individual
Justiça social	Lucro é um meio	Lucro é o fim
Direitos Humanos	Foca-se nas soluções para os	Foca-se no mercado
Dignidade Humana	problemas sociais	Produção de bens e serviços
Mudança social	Produção de bens e serviços	
Coesão social	para a comunidade	
<i>Empowerment</i>	Capacitação	
Promoção da pessoa	<i>Empowerment</i>	
Responsabilidade Coletiva		

Fonte: Elaboração própria, com suporte em Melo Neto & Froes (2002) e IFSW (2014)

Tan (2004), por seu turno, aponta na relação Serviço Social-empreendedorismo várias implicações do empreendedorismo para a profissão. Para o autor, este encadeamento poderá ser fortalecido, se olharmos, sobretudo, para aquilo que nos pode “dar” o empreendedorismo social. Tal opinião decorre da sua própria concepção da atividade, descrevendo-a como “social entrepreneurship is a deliberate move from the remedial orientation to developmental activities. The focus should be on enhancing social capital. Social entrepreneurs are the trailblazers to help find new ways toward a better social world” (Tan, 2004: 87). A partir daqui propõe-nos um enquadramento conceptual do empreendedorismo social, dispondo-o em volta de oito conceitos-chave:

Figura III.1 - Empreendedorismo Social: enquadramento conceptual



Fonte: Tan (2004)

Dentro da proposta de Tan (2004) vemos a referência a dimensões específicas do empreendedorismo social, já abordadas em tópicos anteriores do nosso trabalho, nomeadamente: a missão para criar valor social, em que o lucro não é indicador de criação de valor, mas é sim o impacto social; a inovação e a transformação, ao considerar os empreendedores como agentes de mudança na economia e os empreendedores sociais como agentes de mudança social; a identificação e o reconhecimento de oportunidades, salientando que o foco dos empreendedores está nas possibilidades e não nos problemas; e a capacidade de assumir riscos, decorrente dos processos de inovação e de mudança social. Mas, além destas, o autor introduz-nos uma outra dimensão: a de *Social Accountability*. Tal menção relaciona-se ao desígnio do empreendedorismo social de mudar e melhorar a vida das pessoas e das comunidades, e à relação de proximidade que constrói e estabelece com as mesmas. Por essas razões, devem os empreendedores sociais “prestar contas” aos públicos que atendem. Este é um conceito também caro ao Serviço Social, tendo Banks (2003) concetualizado um modelo próprio de *accountability* da profissão⁴⁹.

⁴⁹ A autora propõe quatro formas de Social Work accountability “(...) technical: accepted knowledge and skills about what works and how to do things; procedural: sets of rules and procedures about how

Sobre os prós da relação Serviço Social - empreendedorismo (social), o autor começa por nos dizer que a profissão, através da atividade empreendedora, está/estará a redefinir-se constantemente, para enfrentar os reptos trazidos pelas realidades sociais e económicas. Isto sustentado na crença de que o Serviço Social precisa de se inovar, de estabelecer novos elos e uma nova visão:

“Typically, social workers are not very entrepreneurial (...) Though not every social worker is a social entrepreneur, the two are akin to each other (...) The social entrepreneur finds new areas of intervention in the changing world. Underlying the field is the commitment to the well-being of people, social justice and equity (IFSW, 1994). Social Work should promote not just responsible and caring individuals but also corporate citizenship” (Tan, 2004: 93-96).

O autor prossegue referindo que o Serviço Social poderá/deverá apresentar-se como catalisador da mudança social e de um desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, alerta-nos que com o avanço tecnológico e a introdução de novos estilos de vida, o Serviço Social é desafiado a (re)alocar recursos, permitindo-lhes acesso “universal”.

“It is in this context that the remaking of Social Work is a priority (...) It is necessary to chart the way ahead for the profession. Social workers, in harnessing resources, move towards greater inter-professional and interdisciplinary collaborations. To be on the cutting edge, it is essential for the Social Work profession to extend its scope of influence beyond the social to that of the economic and political spheres as well. However, while it should be outreaching, it should always maintain the bulwark of its integrity and professionalism” (Tan, 2004: 93).

A partir daqui, Tan (2004) apresenta em “grandes tópicos” as mais-valias do “assistente social empreendedor”, conforme passamos a explicitar: (i) se o desenvolvimento do potencial humano é uma preocupação matricial do Serviço Social, então o domínio da gestão de recursos humanos é uma área fundamental de atuação da profissão, seja na revitalização das “forças humanas”, seja na resolução de problemas emergentes da própria atividade profissional, mas também das diferentes fases da vida do trabalhador; (ii) a proteção dos direitos de grupos minoritários, de migrantes e/ou requerentes de asilo, enquanto questão emergente da profissão, beneficiará da compreensão, da tolerância, do respeito mútuo, mesmo em tempos de conflito; (iii) na senda das sociedades do conhecimento, o Serviço Social empreendedor é aquele que se pauta pela premissa da investigação e do desenvolvimento; (iv) lidar de forma criativa com

to do things; managerial: orders or requests from a service managers; and ethical: accepted values and what is right ou wrong” (Banks, 2003: 30).

questões transnacionais, como preocupações ambientais, questões de género e de tráfico humano; (v) num mundo cada vez mais interligado, o networking com entidades locais e países vizinhos serão “novas arenas” de prática para os assistentes sociais empreendedores. “The social entrepreneur is a team player” (Tan, 2004: 94); (vi) o currículo académico do Serviço Social requer ser revisto para incluir não apenas conteúdo substantivo sobre práticas empreendedoras, mas também uma base ampla e sólida de conhecimento em torno de processos efetivos de mudança social e inovação, e do desenvolvimento de competências criativas. A agenda de formação em Serviço Social deverá incluir temas como a ética biomédica, os avanços tecnológicos, o desenvolvimento empresarial e o conhecimento intercultural. Além disso, deverá identicamente seguir uma abordagem proativa de colaboração internacional entre professores e alunos, fomentando processos de reflexão e discussão integrados sobre questões e respostas comuns para os desafios do novo milénio.

“Social workers of the future must have this entrepreneurial spirit. The world has changed with the IT and biomedical revolution, regionalisation and globalisation. We need social visionaries to so as to create a better world for all (...) Social workers, like social entrepreneurs, actively advocate for policies that promote both social as well as economic development, social participation, and equality, which form the basis for collaborative relations. Social entrepreneurship is one of the keys for creating a better world for all” (Tan, 2004: 97).

Mediante os argumentos aqui aclarados, parece-nos pertinente que se levante a tese de o empreendedorismo social se apresentar como um novo estilo de se fazer gestão, ou, neste caso particular, de se fazer gestão social, sinalizando diferenças entre uma gestão social tradicional e uma gestão social empreendedora (Melo Neto & Froes, 2002; Oliveira, 2004). Reitera-se, de facto, que esta atenção sobre o empreendedorismo e empreendedorismo social cresce perante os desafios que se foram colocando às instituições públicas e privadas em revitalizar as suas abordagens organizacionais. Porém, na senda do desenvolvimento empresarial, algumas linhas de tais abordagens aproximam-se das teorias desenvolvidas por Mary Parker Follet (1869-1933) – assistente social e “profeta da gestão e da administração” (Drucker, 1991) –, que veio a ganhar reconhecimento nestes domínios nos anos 20 do século XIX, conforme passamos a certificar. Foi no decorrer dos processos de industrialização e de urbanização, quando os ideais tayloristas e fordistas dominavam os sistemas organizativos, que Follett propôs novas diretrizes para a administração, fundadas num fluxo bidirecional de poder e autoridade (Newman & Guy, 1998). “She saw the individual and interaction of the individual with others as the basic building blocks for organizations, whether in industry or government, and for understanding society as a whole”

(Selber & Austin, 1997: 5). É nesta lógica que a sua teorização relativa à organização e à gestão assenta em quatro conceitos centrais, designadamente: i) gestão do conflito, considerando o conflito em si como um processo construtivo, ao qual subentende lógicas de integração e de compreensão profundas; ii) liderança, descrevendo o líder como parte integrante das dinâmicas organizacionais; iii) gestão participativa, propondo uma lógica de poder partilhado na resolução de possíveis constrangimentos; e iv) coordenação, assente na relação recíproca e envolvimento direto de todos os responsáveis (Selber & Austin, 1997). Dada a contribuição histórica na formação sobre a gestão de serviços sociais, mas dada, igualmente, a sua relevância para a atual gestão de recursos humanos, este legado de Follett, de acordo com os mesmos autores, deverá ser incluído nos currículos do Serviço Social. “She believed in the responsibility of each organization to contribute to society and to make decisions not only for short-term gains such as profit, but also on criteria that reflected the public good” (Selber & Austin, 1997: 10).

Hoje, dentro de um contexto de maior incerteza quanto ao progresso e desempenho económico e à retração do Estado-Social, entendida como uma crise de gestão e de capacidade de concretização, reinventam-se as formas de diálogo entre o Mercado, o Estado e a Sociedade Civil. Ora, se é no seio destas dinâmicas que se pronuncia o campo profissional do Serviço Social enquanto gestor de equipamentos, de respostas e de serviços sociais, “(...) depressa nos apercebemos que administração e gestão social, no mundo atual, começam a ter implicações diferenciadas exigindo, igualmente, um novo perfil identitário ao Serviço Social” (Santos & Nunes, 2013: 92).

Retomando o título desta secção, e tendo em conta os argumentos supracitados, parecem agora claro o encontro entre os valores e as diretrizes do Serviço Social com as do empreendedorismo na sua dimensão social, e a pertinência que a aproximação a certos princípios de gestão harmonizantes com conceitos e conhecimentos próprios do assistente social traz à profissão, nomeadamente ao nível da: identificação de necessidades; intervenção planeada; tomada de decisões; estabelecimento de prioridades; supervisão de esforços; da avaliação de projetos e serviços (Santos & Nunes, 2013). Por outro lado, os desencontros estão igualmente bem definidos, mormente ao nível do empreendedorismo mercantil ou capitalista.

3.3. Síntese do Capítulo

Amaro (2014) coloca o desafio do empreendedorismo como um dos reptos que o Serviço Social hoje se vê confrontado próprio da época que atravessa no quadro de toda a estrutura societária contemporânea e, naturalmente, da própria profissão. Tal desafio surge particularmente associado às profundas mutações do mercado laboral que marcado por níveis de precariedade não garante a inserção profissional desta categoria profissional e vem tornar cada vez mais premente as possibilidades de se encarar o exercício da profissão no Terceiro Setor ou no mercado livre. Noutra abordagem, alia-se a este fundamento o de Faleiros (2001) quando nos fala na necessidade de «rerreconcetualização» do Serviço Social, na esteira da perspectiva marxista que se estabelece como quadro de referência do Serviço Social brasileiro, e o de Mouro (2006) quando postula uma indispensabilidade de se reconstruir as práticas do Serviço Social. De facto, estes foram os motes para se desenvolver o presente capítulo.

Perante este conjunto de desafios e a necessidade de criação de novas bases para o Serviço Social, perspetivou-se o empreendedorismo e o empreendedorismo social não só na senda do que foi acima explanado, mas também como “caminho possível” para a tal renovação que se ambiciona. Isto porque, conforme refere Drucker, a inovação é uma competência específica dos empreendedores, logo se se pretende inovar e (re)criar no Serviço Social, que pontes podemos aqui estabelecer? Que riscos se vêem aqui imprimidos pela matriz mercantil própria do empreendedorismo? Por outro lado, se o empreendedorismo social partilha tantos desígnios com o Serviço Social, por que não andam de mãos dadas?

Jane Addams (1860-1935) foi a primeira assistente social a estabelecer tais paralelismos, entre o Serviço Social e empreendedorismo social, com a introdução de uma abordagem comunitária, feminista, inspirada no movimento dos *Settlements*, ao fundar a *Hull House*. O objetivo era o de proporcionar programas de aprendizagem inovadora, por via da literatura, da arte e de atividades diárias à classe trabalhadora maioritariamente europeia. Com efeito, é nesta lógica que Germak & Singh (2009) referem que o empreendedorismo social se apresenta como uma forma híbrida de intervenção do Serviço Social de nível macro, combinando competências de gestão e competências do próprio Serviço Social. Relembre-se, Mary Parker Follett (1868-1933), por seu turno, que com uma abordagem dentro do contexto empresarial, criou bases sólidas que demonstram a relevância do papel do assistente social no âmbito do que hoje se

reconhece por responsabilidade social das empresas, ao estabelecer novas teorias de liderança e de gestão de conflitos, pautadas por lógicas de integração e por uma filosofia de “win-win”.

“(…) social workers can be a source of innovative practice by identifying and implementing new ways to address social problems. They can be intrapreneurial within organizations, designing more effective and efficient operations and partnerships. (...) they can be social entrepreneurs, joining forces with community members, government, and business partners to start ventures that creatively meet social needs” (Nandan, London & Bent-Goodley, 2014).

Com efeito, parece-nos o momento de se revisitar e retomar o legado das pioneiras supramencionadas e procurar, assim, corresponder ao que é postulado por Dominelli (2004): necessidade de “reativar” o Serviço Social. Para tal, propõe-se uma articulação entre os “saberes” das autoras, crenças de que tal combinação fornecerá orientações futuras para a profissão, em qualquer que seja o seu domínio de atuação, fundadas em lógicas de reciprocidade, de liderança democrática, de *accountability*, de investigação, e de participação política. Estas parecem-nos questões importantes quando se tem na Global Agenda for Social Work and Social Development: Third Report (2016-2018) uma atenção sobre a sustentabilidade comunitária e ambiental, e de como o nosso compromisso global com a dignidade e com os direitos humanos se coadunam em contextos de injustiça social e económica.

CAPÍTULO IV. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO: DESAFIOS, PROBLEMATIZAÇÕES E PERSPETIVAS

“Science is organized knowledge”

(Immanuel Kant, 1724-1804)

Investigar pode ser compreendido como um processo que permite a resolução de problemas relacionados com o conhecimento dos mais diversos acontecimentos do mundo (Fortin, 2003). Neste âmbito, e ao nível das ciências sociais, o que se pretende é caminhar para um melhor conhecimento e compreensão de comportamentos, de fenómenos e/ou até do funcionamento de organizações.

No caso particular do Serviço Social, não obstante as suas marcas profundas da caridade e da filantropia, o mesmo demarca-se de formas de intervir não profissionais desde 1917, ano em que Mary Richmond na sua seminal obra Diagnóstico Social certifica que “a investigação não é simplesmente um conceito criado pelas organizações benéficas, mas sim um processo necessário sempre que se trata da reabilitação de um ser humano” (Richmond, 1917: 48). No mesmo período, Jane Addams, também enquanto pioneira e seminal autora do Serviço Social, considera a investigação como um dos pilares da conceção sociopolítica do «Settlements Movement». Se na primeira a investigação se articula com a lógica de reabilitação do indivíduo, perspectivada numa abordagem psicossocial, na segunda verifica-se uma atribuição sociopolítica, numa lógica de reforma social (Branco, 2016).

Todavia, no então designado quadro das ciências sociais e humanas, o Serviço Social tem sido diretamente afetado pelas tensões e imposições de um cânone dominante a tais ciências, que valoriza a produção de um conhecimento orientado por métricas e distante da realidade, perspectivando o conhecimento e a ação como dimensões dissociáveis (Amaro, 2018). Realmente, este é um ‘caminho’ estranho ao Serviço Social, disciplina onde o «conhecer» significa compreender os problemas sociais como fenómenos com origem nas dinâmicas das relações e das estruturas sociais, sem recusar o olhar sobre as particularidades individuais e o agir com a missão de prevenir e reparar os disfuncionamentos estruturais. Com efeito, falar de Serviço Social na sua plenitude implica não só falar de uma prática concreta, numa determinada realidade, mas também do reconhecimento de uma área do saber com contribuições teóricas. Conforme cita Carvalho (2014: 326) “os argumentos de que o Serviço Social é exclusivamente uma prática ou uma atividade profissional são contrariados por evidências de que o Serviço

Social também produz conhecimento e que o dissemina”. É neste compromisso com o «saber» que o Serviço Social vem dando passos que, gradualmente⁵⁰, se firmam na construção de fundamentos teóricos e científicos, com a pretensão de alcançar força política no debate das ciências sociais, retirando-o de uma posição subalterna e fortalecendo-o como área de conhecimento e profissão no quadro dos seus princípios e valores (Amaro, 2018).

Efetivamente, hoje vê-se o Serviço Social internacionalmente reconhecido como disciplina académica, com teorias próprias (IFSW, 2014), tendo assente a premissa de que nele “el conocimiento se genera en la acción y para la acción en la búsqueda de la transformación de la realidade social” (Amaro, 2018: 112). É neste contexto que Schön (1983) legitima a investigação enquanto parte integrante da identidade profissional, a qual, por seu turno, se constrói em interação com o campo profissional e que Carvalho (2014) assume que a produção de conhecimento em Serviço Social é consubstanciada por assistentes sociais, quer sejam profissionais ou docentes ligados ao ensino superior, ou investigadores.

Conforme os conteúdos até aqui aduzidos, o desenvolvimento de uma atitude investigativa efetiva vai, então, depender da forma como o assistente social estabelece a ligação entre a teoria e o conhecimento apreendido no âmbito da sua formação, mas também da forma como o profissional se apresenta no contexto da intervenção direta com os utentes/beneficiários da ação (Howe, 2009). Com base neste argumento, fundamos um paralelismo com o pensamento de Ferreira (2014), sobre a necessidade de o processo formativo em Serviço Social se pautar pelas tendências atuais da sociedade para a avaliação, intervenção e investigação das novas questões sociais que se colocam. O autor depreende que noções como o empreendedorismo, a inovação, a criatividade, e a capacidade de gerir o risco, deveriam hoje estar incorporadas na matriz do Serviço Social. Portanto, retira-se daqui que a relação profissional-teoria-conhecimento e, sequentemente, profissional-contexto-utente/beneficiário será mutável e constantemente (re)estabelecida, na senda daquilo que é uma prática contextualizada⁵¹ (Healy, 2014).

⁵⁰ A construção e o desenvolvimento do Serviço Social em Portugal – ensino e profissão – foram sempre acompanhados pela investigação, todavia este é um domínio que se tem engrandecido nas últimas décadas desde a introdução de formação pós-graduada. Não obstante o reconhecimento deste investimento, reconhece-se também a importância de se disseminar o conhecimento produzido junto das sociedades científicas e da sociedade no seu todo (Carvalho, 2017).

⁵¹ “The meaning and practice of all professional activities – indeed all human activities – vary by context; however, social work is more variable than most for three reasons. First, social work lack a common

Nesta lógica, pensamos que o sucesso de um processo investigativo dependerá dos procedimentos escolhidos, bem como da utilização das mais variadas competências do investigador. Deste modo, interessa “que o investigador seja capaz de conceber e de pôr em prática um dispositivo de elucidação do real” (Quivy & Campenhoudt, 1998: 15). Como tal, pretendemos com este capítulo demonstrar as etapas de desenvolvimento da nossa investigação, descrevendo os elementos essenciais da pesquisa de campo conduzida, da escolha do campo empírico, da amostra, como também dos procedimentos metodológicos.

knowledge base and agreed ways of building knowledge (...) even the way social workers practically engage with core values (...) varies markedly by institutional location (...) second, in contrast to other human service professions (...) social work does not have a primary institutional base (...) third, the primary task of social work varies by practice context (...)” (Healy, 2014: 14).

4.1. Planeamento e definição das estratégias da investigação

“The production of knowledge in any scientific area requires a good foundation of theoretical and scientific education in confluence with a highly qualified technical-instrumental approach that guarantees the exercise of quality in research, that produces sustainable knowledge as a surplus value for the progress and development of the society and mainly for the people” (Ferreira & Pena, 2014: 85).

Qualquer que seja o processo investigativo, o objetivo final é comum: criar conhecimento, independentemente do cânone e dos objetivos que o sustentam. Seja esse processo de natureza qualitativa ou quantitativa ou mista, quer procure responder a questões de pesquisa, quer procure testar hipóteses, ele constrói teoria. O seu desígnio é, então, encontrar novas maneiras de apreender o mundo e, inevitavelmente, fazer reivindicações de conhecimento. Queremos com isto dizer que todo o processo investigativo se motiva por informar mudanças em práticas, instituições, políticas e leis, direta ou indiretamente. É uma forma de indagação sistemática na busca do conhecimento. No Serviço Social, a pesquisa configura-se como uma “fonte” de poder para influenciar a criação e sustentação de práticas, e, a partir disso, o próprio Serviço Social como profissão (Hugman, 2010; Powell & Ramos, 2010).

Tornar concreto o processo de produção de conhecimento requer, logo à partida, consistência entre os elementos do desenho ou planeamento da pesquisa. Blaikie (2010) descreve um conjunto de decisões que contemplam tais elementos, e que vão garantir a solidez e firmeza necessárias. O planeamento assume, pois, especial consideração: ao falharmos o planeamento, corremos o risco de perder o controlo sobre o processo investigativo aquando do seu desenvolvimento. Então, a partir da proposta do autor, ambicionamos aqui explanar: a definição do tema ou problema de pesquisa, das questões que o abordarão e dos objetivos que pretendemos alcançar; a definição da estratégia de pesquisa, bem como a sua posição no quadro ontológico e epistemológico; e ainda o paradigma dentro do qual a pesquisa se conduzirá. Parece-nos igualmente apropriado dialogar aqui com a metodologia da investigação⁵². Saliente-se que tais constituintes não devem ser olhados como isolados ou estanques, mas antes articulados entre si.

Obedecendo à sequência acima aduzida, começemos por apresentar o tema de pesquisa e o que o determina, as questões de pesquisa, e os seus objetivos. Assim sendo, a presente

⁵²Dimensão que se aprofunda no ponto 4.1.1. do presente trabalho.

investigação decorre de um conjunto de inquietações resultantes de cenários de instabilidade, da mudança de paradigma social, da Sociedade e de um Estado orientado por políticas neoliberais, com fortes implicações nas práticas sociais. O Serviço Social jamais será alheio a tais (re)configurações, enfrentando, por isso, uma situação antagónica: o seu campo de atuação está cada vez mais diminuto, ao mesmo tempo que novos (e velhos) problemas sociais se (re)apresentam (Amaro, 2011; Ferreira, 2009). É neste contexto que o empreendedorismo e o empreendedorismo social têm adquirido maior expressão entre diferentes atores e agências, políticos(as), económicos(as) e sociais, enquanto possibilidades para a resolução de problemas como o desemprego estrutural, a precarização laboral, a pobreza e a exclusão social. A partir desta aceção e das similitudes que se apresentam com a missão do Serviço Social, instigámo-nos a relacionar o Serviço Social com o empreendedorismo e empreendedorismo social, de modo a responder à questão-chave: de que forma o empreendedorismo social se apresenta como uma estratégia para a intervenção do assistente social com grupos vulneráveis? Daqui advêm um conjunto de indagações, que em concordância com a questão anteriormente apresentada nos suportam, designadamente:

- (i) O empreendedorismo social é uma forma alternativa de Serviço Social no quadro das políticas neoliberais para a integração social de grupos vulneráveis?
- (ii) O empreendedorismo social assume-se como uma estratégia de intervenção do Serviço Social, que promove práticas inovadoras experienciadas em programas de exclusão social, vulnerabilidade, desigualdade e precariedade?
- (iii) A adoção de estratégias/programas de empreendedorismo e empreendedorismo social pelo Serviço Social produz efeitos positivos nos seus destinatários – diretos e indiretos – ao nível da atitude e intenção empreendedora/«intra» empreendedora, do sucesso na procura de emprego, e da consciencialização e aproveitamento de oportunidades?

Estruturado de uma forma mais ampla e incorporando as grandes orientações do estudo, definimos o objetivo geral da investigação: relacionar o Serviço Social e o empreendedorismo social, contribuindo para a (re)construção de um (novo) quadro teórico-prático do Serviço Social. Em seguida, desconstruímo-lo em objetivos específicos, sendo estes mais precisos e restritos: (i) analisar o posicionamento do empreendedorismo (social) nas práticas do Serviço social ativo; (ii) relacionar o perfil e os princípios orientadores do assistente social com o perfil e princípios do empreendedor social; (iii) analisar o potencial de mudança e/ou efeitos nos

percursos individuais e profissionais dos beneficiários de programas de empreendedorismo Social; (iv) criar uma matriz de indicadores de Empreendedorismo potenciadores de trajetórias de integração; (v) demonstrar as potencialidades e limitações de utilização do empreendedorismo (social) como estratégia de intervenção do assistente social.

Diante da escassez de produção científica do Serviço Social no campo em que se centra o estudo, é do nosso entendimento que a estratégia de pesquisa deverá fundamentar-se numa perspectiva de descoberta e de exploração, que nos “abra caminho” para a compreensão da (potencial) prática de assistentes sociais, pautada por lógicas de empreendedorismo social. Tendo este aspeto em consideração, bem como as questões e os objetivos de pesquisa definidos, situamos o nosso objeto de estudo no âmbito dos programas de formação de empreendedorismo e de empreendedorismo social. Desta feita, pareceu-nos pertinente, desde o primeiro momento, que os “elementos-chave” para se consubstanciar esta dimensão empírica seriam os participantes das formações acima enunciadas e os/as assistentes sociais com proximidade a tais conceitos/atividades de índole gestonária.

Conforme as intenções descritas, orientamo-nos por um raciocínio abduutivo, raciocínio exclusivo das ciências sociais, que constrói teoria derivada da linguagem e dos significados dos atores sociais no âmbito das suas atividades quotidianas, ou seja, é a partir de tais representações que derivam categorias e conceitos que formam a base da compreensão do problema em questão. A propósito, Blaikie (2010) cita:

“the abductive research strategy incorporates (...) the meanings and interpretations, the motives and intentions, that people use in their everyday lives, and which direct their behaviour – and elevates them to the central place in social theory and research. As a consequence, the social world is the world perceived and experienced by its members, from the «inside»” (Blaikie, 2010: 89).

É deste modo que nos aproximamos do paradigma⁵³ interpretativista, onde o mundo é socialmente interpretado pelos significados que os participantes (re)produzem sobre as suas atividades quotidianas, ou seja, quer isto dizer que os mundos sociais estão já interpretados antes da imersão do investigador no campo. Esta dimensão interpretativa remete-nos para o estado subjetivo⁵⁴ da mente dos atores sociais e para os significados que eles próprios

⁵³“Realizações científicas universalmente reconhecidas que, por um certo tempo, fornecem problemas e soluções-modelo para uma comunidade de profissionais” (Kuhn, 1991).

⁵⁴ De acordo com Weber (1964: 96), o sentido subjetivo pode ser de três tipos: pode referir-se aos significados reais experimentados pelo ator social; pode aludir aos significados aproximados

empregam à medida que se envolvem numa ação social particular. Portanto, no quadro ontológico e epistemológico⁵⁵, a pesquisa expressa o princípio construtivista. De acordo com este ponto de vista, todo o conhecimento do mundo envolve constructos⁵⁶ e, bem como aponta Glaserfeld (1992: 30), “aquilo a que chamamos «conhecimento», em nenhum sentido representa o mundo que presumivelmente existe além do nosso contacto com ele”.

Por consequência, a tarefa do investigador é descortinar e contar esta visão “interna”, com o desígnio de compreender as ações dos sujeitos, os significados simbólicos que lhes atribuem, as intenções e regras que as orientam, ciente de que tais ações resultam de processos de interação social. Portanto, é na “passagem” das descrições leigas da vida social para as descrições técnicas que a noção de abdução se aplica (Blaikie, 2010: 90). Sobre isto, vale a pena nos debruçarmos nas palavras de Reichertz (2007) quando refere:

“the secret charm of abduction lies straight in this kind of inference-being: abduction is sensible and scientific as a form of inference; however, it reaches to the sphere of deep insight and new knowledge. Abduction is intended to help social research (...) to be able to make new discoveries in a logically and methodologically ordered way” (Reichertz, 2007: 216).

Todos estes motivos espelham a “afinidade” entre a estratégia abdutiva e a *grounded theory*⁵⁷, abordagem que prioriza os dados e o campo em estudo sobre as suposições teóricas (Amaro, 2009; Blaikie, 2007; Flick, 2009). A teoria fundamentada, inicialmente proposta por Glaser & Strauss (1967), propõe que as teorias não devem ser aplicadas aos sujeitos estudados, mas antes “descobertas” e formuladas no trabalho com o campo e com os dados empíricos lá encontrados. O seu objetivo não é reduzir a complexidade através de um processo de decomposição em variáveis, mas, contrariamente, ampliar a complexidade ao envolver o

experimentados por vários atores sociais; ou pode ser percecionado como o conjunto dos significados típicos atribuídos a um hipotético ator social (*apud* Blaikie, 2007: 125).

⁵⁵ São duas as características que formam o core das diferentes estratégias de pesquisa, sobre as quais se distingue os pressupostos relativos à natureza da realidade social investigada (ontologia), e por outro, o conjunto relacionado de pressupostos sobre a forma como o conhecimento desta realidade pode ser obtido (epistemologia).

⁵⁶ Schutz (1962) vê o conhecimento como uma construção elaborada por meio de seleção e de estruturação. Tanto no conhecimento científico, como no senso comum, o conhecimento envolve um conjunto de abstrações, generalizações e idealizações específicas para o nível adequado da organização do pensamento (Flick, 2009).

contexto (Flick, 2009). Conforme coloca Glaser (1999: 840) “grounded theory is what is, not what should, could or ought to be”.

Sobre a forma como se operacionalizaram estes procedimentos, optámos por seguir uma metodologia mista, crentes de que esta reciprocidade nos permitiria uma imersão no fenómeno mais sustentada e, conseqüentemente, mais profunda. Tais metodologias interessam-se por combinar a pesquisa qualitativa e quantitativa, superando as tradicionais “guerras” de paradigmas⁵⁸. Pois, neste *mix* de dados perspectiva-se uma retroalimentação entre os dados qualitativos e quantitativos, o que proporciona uma compreensão mais geral sobre o fenómeno:

“a pesquisa de métodos mistos é uma abordagem de investigação envolvendo a coleta de dados quantitativos e qualitativos, integrando as duas formas de dados e usando projetos distintos que podem envolver pressupostos filosóficos e estruturas teóricas. O principal pressuposto desta forma de investigação é que a combinação de abordagens qualitativas e quantitativas proporciona uma compreensão mais completa de um problema de pesquisa do que qualquer abordagem isolada” (Creswell, 2007: 32).

Daqui surge a denominada triangulação das fontes de dados, meio onde convergem ambos os métodos (Amaro, 2017; Creswell, 2007-2014; Flick, 2009).

Será sobre estas dimensões que nos passaremos a focar com maior detalhe no tópico que se segue.

⁵⁸ A nível epistemológico e metodológico uma das incompatibilidades possível associa-se às diferentes posturas teóricas, nomeadamente ao confronto: positivismo *versus* construtivismo ou pós-positivismo. Estas incompatibilidades são referidas como paradigmas distintos e ambos os lados surgem envolvidos em guerras de paradigmas (Flick, 2009).

4.1.1. Operacionalização da investigação: da recolha de dados, às técnicas e aos participantes

Falar da operacionalização da investigação é falar também de todo um caminho que se iniciou em outubro de 2014, com a frequência no curso de Doutoramento em Serviço Social no ISCTE-IUL.

Foi no final de junho de 2015 que se apresentou formalmente, e pela primeira vez, as intenções da pesquisa, as quais se efetivaram com a entrega do Projeto de Tese. Estudar o Serviço Social, o empreendedorismo social e a integração social foi a tríade definida desde o primeiro momento, pela relação que nos parecia evidente entre as próprias dimensões, mas ao mesmo tempo discutível, e pouco abordada na literatura. Tal perceção decorria do próprio percurso formativo, nomeadamente da realização do Mestrado em Economia Social e da respetiva dissertação em torno do empreendedorismo social e do Terceiro Setor. Ainda assim, pairavam muitas dúvidas sobre o modo como nos debruçaríamos, nomeadamente a nível metodológico. Ou seja, nesta altura expusemos o desígnio de no campo empírico se desenvolver uma pesquisa transversal a todo o território português, com o propósito de se identificar os projetos e/ou programas de empreendedorismo que contassem com a participação do Serviço Social. Nesse sentido, pretendíamos integrar na nossa amostra assistentes sociais envolvidos nesse tipo de iniciativas e os participantes das mesmas. Propúnhamo-nos, nesse caso, a levar a cabo dois momentos de recolha de dados: i) uma abordagem individual, de carácter mais extensivo, com a aplicação dos inquéritos por questionário aos beneficiários; ii) uma abordagem grupal, com maior profundidade, com a aplicação de técnicas qualitativas de recolha e tratamento de dados aos profissionais. Em novembro de 2015 foi-nos comunicada a aprovação do projeto, mediante os pareceres de dois professores-especialistas, na qual se apontavam como principais sugestões de melhoria: consolidar e aprofundar as estratégias metodológicas e o quadro teórico.

Decorrente dos procedimentos descritos, estabelecemos contacto com o AUDAX-ISCTE, o Centro de Empreendedorismo e Inovação do ISCTE-IUL, com o objetivo de se conhecer os seus projetos, as suas atividades e a sua metodologia de trabalho. Pela proximidade institucional, esta foi uma relação possível de estreitar e após vários encontros de reflexão conjunta chegámos ao consenso de que seria uma mais-valia tanto para a investigação, como para o Audax, centrar o nosso estudo no potencial de mudança nos percursos individuais dos participantes dos programas de formação de empreendedorismo e empreendedorismo social

desenvolvidos pela respetiva entidade. Assim sendo, em fevereiro de 2016 foi-nos disponibilizado o ficheiro relativo à identificação de dados e contactos de 252 indivíduos, integrados em programas de formação entretanto cessados. Dada a dimensão do universo, manteve-se o interesse e a relevância de se aplicar o inquérito a toda a população, sendo que após o nosso compromisso com o acordo de confidencialidade e de não divulgação de dados pessoais, passámos à construção deste primeiro instrumento de recolha de dados na plataforma *Google Forms*⁵⁹. Note-se que tal ferramenta implica a definição concreta da informação que se pretende recolher, uma vez que se suporta de questões maioritariamente fechadas. O seu objetivo é obter informação válida a partir de respostas individuais a um conjunto de questões, em torno das quais se produzem conclusões suscetíveis de serem generalizadas ao universo da população em estudo. No nosso estudo em concreto, a aplicação do inquérito pauta-se por uma lógica exploratória, com a pretensão de se analisar o potencial de mudança e/ou efeitos concretos nos percursos individuais de beneficiários de programas de empreendedorismo social. Para tal, inicia-se com um conjunto de questões que nos permitem caracterizar sócio demograficamente os indivíduos, seguindo-se de questões orientadas para três momentos de análise: antes, durante e depois da formação. Posteriormente, executámos o pré-teste, através da aplicação de um questionário *online* a colegas integrantes do Núcleo de Doutorandos em Serviço Social Latino-América do ISCTE-IUL, o que nos permitiu rever e melhorar as questões. Esta opção justificou-se pela dificuldade de se identificar um grupo que partilhasse das mesmas características do “público-alvo”. Relembre-se aqui a lógica de descoberta imprimida a todo o processo.

A par destes contornos, redefinimos os moldes da participação dos assistentes sociais, já que a intenção a que nos tínhamos proposto inicialmente de envolver todos os profissionais que participavam/participaram em projetos de empreendedorismo social a nível nacional nos pareceu, de facto, uma primeira abordagem demasiado ambiciosa. Como tal, definimos que seriam feitos dois *focus group*: um deles com assistentes sociais ligados à academia e com proximidade a conceitos de índole gestonária – Grupo I; outro com assistentes sociais mais próximos do “terreno”, com atividade profissional em territórios de maior vulnerabilidade – Grupo II⁶⁰. Optar pela realização de grupos focais ou *focus groups* tem a ver com o potencial

⁵⁹ Vide Anexo A – Inquérito por Questionário

⁶⁰ Para o Grupo focal I a seleção de profissionais baseou-se na análise feita aos Programas Curriculares dos três ciclos de estudos de Serviço Social em Portugal, mais concretamente na identificação de unidades curriculares e/ou ramos de especialização que incidissem sobre o empreendedorismo,

que lhes é associado, enquanto técnica qualitativa de recolha de dados, cuja ênfase recai no uso explícito da interação do grupo para a produção de dados e insights que seriam menos acessíveis sem esse processo interativo (Morgan, 1988).

Aqui, o entrevistador-investigador tem como tarefa principal impedir que participantes individuais ou grupos parciais dominem a entrevista e, conseqüentemente, o grupo. Cabe-lhe também a tarefa de estimular os participantes mais inibidos a se envolverem na entrevista e a emitirem a sua opinião, pois o que se pretende é obter respostas do grupo como um todo, permitindo uma maior abrangência ao tópico (Flick, 2011; Patton, 2002). Com efeito, definimos como objetivos dos grupos focais: (i) lançar a reflexão, por intermédio da interação e debate, sobre a atenção crescente dada ao empreendedorismo e ao empreendedorismo social, e como tal atenção é ou não apreendida pelo Serviço Social; (ii) analisar de que forma as práticas de empreendedorismo e empreendedorismo social se inscrevem como possibilidade de integração no mercado laboral do próprio assistente social; (iii) contribuir para a (re)construção de posicionamentos do Serviço Social sobre o empreendedorismo social como estratégia de integração social. Note-se que a concordância entre objetivos para os dois *focus groups* não se traduz na pretensão de se olhar os discursos numa lógica comparativa, mas antes numa lógica de complementaridade.

No final do ano letivo 2015/2016, entregámos o relatório de progresso, dando conta dos desenvolvimentos ocorridos. O mesmo foi aprovado em outubro de 2016, com os pareceres a corroborar o progresso da investigação e num deles a sugerir a integração da SEA-Agência de Empreendedores Sociais, cooperativa que trabalha o empreendedorismo e o empreendedorismo social com públicos vulneráveis de vários pontos do distrito de Lisboa.

Entretanto, o primeiro lançamento do questionário inquérito ocorreu nos finais de janeiro de 2017. Porém, nos meados de março verifica-se uma elevada taxa de não resposta, o que nos levou ao segundo lançamento no dia 30 de março. De facto, conforme enunciam Sampieri *et al.* (2006), os altos níveis de não resposta ao questionário podem acarretar consigo outro efeito, sobretudo o nível de riqueza pretendida dos dados. Nos últimos dias de abril a situação pouco

empreendedorismo social e a inovação, ou campos próximos, e do respetivo corpo docente responsável pela sua lecionação e/ou direção. Para o Grupo focal II a nossa triagem foi através do contacto a vários projetos financiados pelo Programa BIP ZIP da Autarquia de Lisboa e pelo conhecimento prévio de colegas em outros territórios socialmente mais vulneráveis com experiência na Economia Social ou Terceiro Setor.

se tinha diferenciado, o que nos levou a apresentar ao Audax a sugestão de se contactar individualmente cada participante solicitando a sua resposta ao questionário. Fizemo-lo e, mesmo assim, em 252 participantes apenas 32 pessoas responderam. Todavia, durante estes desenvolvimentos, 2 dos inquiridos contactaram-nos pelo correio eletrónico deixado no questionário, colocando-se ao dispor para participar num outro momento do estudo, caso surgisse a pertinência. Face a este cenário sentimos a necessidade de ampliar o campo empírico. Para tal, tivemos em consideração o parecer que nos tinha sido dado na avaliação ao relatório de progresso e marcámos reunião com o Presidente da Direção da SEA, a fim de analisarmos a possibilidade de a integramos no campo de estudo.

A 22 de maio tivemos a primeira reunião, na qual foi possível explorar o contexto circundante e conhecer o método de trabalho da Agência. Na altura, pelo facto de o mesmo se operacionalizar com uma abordagem distinta à do Audax – numa vertente mais individualizada e, conseqüentemente, prolongada -, não nos pareceu a melhor opção, correndo o risco de nos distanciarmos dos objetivos da pesquisa. Daí, estabelecemos contacto com o IES-*Social Business School*, a primeira escola de negócios focada em inovação e empreendedorismo social, e reunimos com a Direção no final do mês julho. O processo de formação em empreendedorismo social pelo IES é em formato de *Bootcamp*, formação intensiva de 48 horas, onde os participantes têm a oportunidade de desenvolver, em equipa, o conceito e desenho de novas iniciativas de empreendedorismo social, definirem os seus modelos de negócio e planos de implementação e prepararem comunicações fortes⁶¹. Pelas semelhanças à abordagem do Audax, apelámos à sua participação, tendo a mesma sido de imediato admitida. O questionário foi revisto e aprovado pela equipa do IES, sendo lançado aos participantes do *Bootcamp* de 2017, no dia 11 de agosto. Passado um mês contávamos com cerca de 10 respostas, o que nos fez solicitar um segundo lançamento, tendo o mesmo ocorrido a 15 de setembro. À semelhança do que já foi dito, também aqui obtivemos o contacto de um inquirido, mostrando-se disponível e interessado em trocar impressões.

⁶¹ Fonte: ies-sbs.org/bootcamp/.

Quadro IV.1 - Momentos de aplicação do questionário

Audax		IES	
1º Lançamento	2º Lançamento	1º Lançamento	2º Lançamento
17/252	32/252	10/180	20/180
Total: 52/432			

Fonte: Elaboração própria (2018).

Compreendemos, assim, que a etapa respeitante à aplicação do inquérito e o confronto com as condicionantes que se apresentaram comprometeram a cumprimento da planificação feita. A 15 de dezembro encerrámos o inquérito no *Google Forms*, extraímos cada ficheiro de respostas para o *excel* e preparámo-los para a análise estatística e interpretação no software IBM *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*.

Coincidentemente, e voltando ao mês de setembro, surgiu a oportunidade de integrar a equipa de trabalho⁶² da SEA, no domínio do emprego, proposta feita pelo Presidente da Direção da Agência. A potencial proximidade à temática do (des)emprego e do empreendedorismo pareceu-nos uma mais-valia para a investigação, o que nos levou a aceitar e, seguidamente, iniciar a atividade profissional no mesmo mês.

Pelos constrangimentos que nos fomos deparando no decurso da dimensão empírica e pelo aprofundamento constante do quadro teórico, considerou-se adequado incorporar técnicas de recolha de dados que inicialmente não tinham sido previstas. Então, seguimos o caminho que os próprios dados nos indicavam e propusemo-nos a entrevistar os três inquiridos que nos tinham contactado, aquando do preenchimento ao inquérito. Com efeito, realizámos três entrevistas semiestruturadas a três participantes de formações de empreendedorismo e empreendedorismo social (dois do Audax e um do IES). A partir de um guião previamente construído⁶³, seguimos a mesma direção do inquérito, mas com a principal ambição de consolidar e “particularizar” a informação e a experiência extraídas.

Em diálogo com os nossos objetivos de pesquisa, e uma vez ouvidos os participantes de programas de formação de empreendedorismo e empreendedorismo social estávamos capazes de agendar os grupos focais. Foi, por conseguinte, na segunda quinzena de janeiro de 2018 que endereçámos o primeiro convite ao Grupo I, assistentes sociais académicos⁶⁴. A identificação

⁶² Em regime de tempo parcial.

⁶³ Vide Anexo B – Guião de Entrevista | Potenciais empreendedores.

⁶⁴ Vide Anexo D – Guião *Focus Group* | Assistentes Sociais Académicos.

destes profissionais emergiu de um processo de análise às Instituições de Ensino Superior com cursos dos três ciclos de estudo – licenciatura, mestrado e doutoramento – em Serviço Social em Portugal, seguido de uma análise aos planos curriculares, com o propósito de se identificar as potenciais unidades curriculares (UC) com conteúdos e objetivos próximos de lógicas de gestão e administração social, responsabilidade social e empreendedorismo (social). A partir daqui procurou-se saber qual o/a docente responsável pela UC ou especialização de/em Serviço Social, reunindo assim condições de se endereçar o convite à participação no grupo focal.

Quadro IV.2 - Serviço Social nas Instituições de Ensino Superior portuguesas: proximidade a lógicas de empreendedorismo (social)

Universidades/Institutos	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
Univ. de Trás-os-montes e Alto Douro	<u>1º ano</u> : Dinâmicas Sociais do Emprego, do Trabalho e das Organizações; <u>3º ano</u> : Gestão do 3º Setor (Optativa).	<u>Ramo</u> : Gestão de Organizações (organizações sociais do Terceiro Setor) - Teorias Organizacionais do Terceiro Sector; Responsabilidade Social e Sustentabilidade no 3º Sector	Sem este ciclo de estudos
Univ. dos Açores	<u>3º ano</u> : Administração e Empreendedorismo.	Sem este ciclo de estudos	Sem este ciclo de estudos
Univ. de Coimbra	<u>2º ano</u> : Economia Social; Serviço Social e gestão de organizações e serviços. <u>3º ano</u> : Planeamento estratégico e inovação social. <u>4º ano</u> : Acompanhamento social e gestão de caso (Optativa); Projetos de empreendedorismo social (Optativa).	<u>1º ano</u> : Serviço Social, criatividade e inovação;	Não aplicável
Univ. de Lisboa: ISCSP	<u>2º ano</u> : Economia Social; <u>3º ano</u> : Organizações e Responsabilidade Social.	<u>2º ano</u> : Social Administration and Social Entrepreneurship	Sem este ciclo de estudos
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa	<u>1º ano</u> : Organização, Gestão, Planeamento e Avaliação em Serviço Social.	<u>1º ano</u> : Serviço Social e Sociedade Civil (Optativa); <u>2º ano</u> : Empreendedorismo e	<u>1º ano</u> : Empreendedorismo e Integração Social (Optativa)

Público

Universidades/Institutos	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
		Integração Social (Optativa).	
Público-Politécnico	Inst. Politécnico de Beja	Não aplicável	Sem este ciclo de estudos
	Inst. Politécnico de Castelo Branco	<u>1º ano</u> : Economia Social; <u>2º ano</u> : Empreendedorismo Social (optativa)	Sem este ciclo de estudos
	Inst. Politécnico de Portalegre	<u>2º ano</u> : Gestão e Administração de Respostas Sociais.	Sem este ciclo de estudos
	Inst. Politécnico de Leiria	<u>3º ano</u> : Gestão de Instituições de Serviço Social; Empreendedorismo e Inserção profissional (optativa)	Sem este ciclo de estudos
	Instituto Politécnico de Viseu	<u>1º ano</u> : Economia Social; <u>3º ano</u> : Gestão das organizações sociais	Sem este ciclo de estudos
Privado	UCP Lisboa	<u>2º ano</u> : Seminário: Intervenção e Inovação Social; <u>3º ano</u> : Administração e Gestão de Políticas Sociais; Serviço Social e Administração Social (integra Laboratório de Inovação e Empreendedorismo); Gestão de projetos	<u>Especialização em</u> : Empreendedorismo e Inovação na Economia Social <u>1º ano</u> : Empreendedorismo Social e Projetos de Desenvolvimento; Desenvolvimento Pessoal, Empreendedorismo e Liderança.
	UCP Braga	<u>2º ano</u> : Teorias do Estado e da Administração; Economia Social	Sem este ciclo de estudos
	Univ. Lusíada	<u>2º ano</u> : Economia Social; <u>3º ano</u> : Empreendedorismo Social e Empregabilidade.	<u>1º ano</u> : Gestão das organizações de Serviço Social
	Univ. Lusófona	Não aplicável	<u>Especialização em</u> : Gestão de Unidades Sociais e de Bem-Estar <u>1º ano</u> : Avaliação e gestão de projetos; Gestão financeira e

Universidades/Institutos	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
		orçamental de unidades sociais	
Univ. Lusófona do Porto	1º ano: Economia Social; 2º ano: Elaboração e gestão de projetos sociais e culturais (optativa)	Sem este ciclo de estudos	Sem este ciclo de estudos
ISSS Porto	Não aplicável	Sem este ciclo de estudos	Sem este ciclo de estudos
ISMT	2º ano: Planeamento e gestão de projetos; Economia Social; 3º ano: Empreendedorismo e Inovação (optativa)	Não aplicável	Sem este ciclo de estudos

Fonte: Elaboração própria (2018).

Numa leitura ao quadro anterior, vemos que entre os dezassete cursos de licenciatura em Serviço Social identificam-se componentes letivas próximas a noções gestionárias e/ou empresariais em catorze delas, sendo que as mesmas se intensificam em alguns cursos através da oferta de unidades curriculares optativas. Tal representação diminui quando passamos aos ciclos de estudos seguintes, associada também à menor oferta de cursos de segundo ciclo, vejamos: em oito mestrados existentes em Serviço Social, sete deles incidem sobre essas abordagens, destacando-se as possibilidade de especialização em três cursos de mestrado em “Gestão de organizações sociais do terceiro setor”, numa Universidade pública, “Empreendedorismo e Inovação na economia social” e “Gestão de Unidades Sociais e de Bem-Estar”, em Universidades Privadas; já no 3º ciclo, nos três cursos de doutoramento em Serviço Social em Portugal, o curso do ISCTE-IUL dispõe de uma UC optativa.

Mostra-se igualmente pertinente refletir sobre as “entrelinhas” que nos são ditas no quadro supra, tendo em consideração a estrutura organizacional. Ora, se ao empreendedorismo está associada a noção de “ação”, “fazer”, “aplicar”, tendencialmente, poderíamos presumir que fosse o ensino politécnico⁶⁵ com maior proximidade ao conceito, já que, tradicionalmente, é um ensino relacionado ao “saber fazer” e à aplicação do conhecimento. No entanto, é nos

⁶⁵ “O ensino politécnico, orientado por uma constante perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos, visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de atividades profissionais” (Lei nº 49/2005, Artigo 11º).

estabelecimentos de ensino universitário⁶⁶ – já este, tradicionalmente, ligado ao “saber pensar” – que se certifica uma presença maior dessas abordagens, sobretudo numa análise transversal aos três ciclos de estudo. Não obstante este cenário, a verdade é que a presença de UC’s focadas em princípios ou práticas gestionários/as vai ao encontro dos objetivos do ensino superior, seja ele politécnico ou universitário, nomeadamente:

“Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e empreendedor, bem como do pensamento reflexivo; Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade, e colaborar na sua formação contínua; (...) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, que constituem património da humanidade, e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; (...) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo de hoje, num horizonte de globalidade, em particular os nacionais, regionais e europeus, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade (...)” (Lei nº 49/2005, Artigo 11º).

Pela transversalidade territorial e pelas várias agendas inerentes, houve, de facto, uma grande dificuldade em se definir uma data, não fosse esse um dos grandes desafios dos grupos focais. De modo a agilizar e simplificar sobretudo a nível de deslocações, propusemos a sua realização por videoconferência. Para o efeito, contámos, mais uma vez, com o apoio do CIES, ao nos disponibilizar sala e a ceder a plataforma Zoom, para que reuníssemos as melhores condições de áudio e vídeo possíveis.

Finalmente, foi a 15 de fevereiro que se efetivou o Grupo focal I. Ainda que se ambicionasse a maior participação possível de docentes ligados aos cursos de Serviço Social com alguma proximidade a abordagens gestionárias/empresariais, estiveram presentes: Ana Oliveira – Universidade Católica Portuguesa de Lisboa; Isabel Sousa – Universidade Lusíada de Lisboa; Maria Inês Amaro – ISCTE-IUL; Regina Vieira – Instituto Politécnico de Castelo Branco; Rui Santos – Instituto Politécnico de Leiria. Vale a pena referir que fruto de

⁶⁶ “O ensino universitário, orientado por uma constante perspectiva de promoção de investigação e de criação do saber, visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de atividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de conceção, de inovação e de análise crítica” (Lei nº 49/2005, Artigo 11º).

constrangimentos de última hora não foi possível contar com o grupo de seis pessoas que havíamos previsto.

No interregno que se seguiu, passámos ao tratamento da informação obtida, nomeadamente à sua transcrição e posterior análise do conteúdo, com recurso ao *software* MaxQda⁶⁷, disponibilizado pelo CIES.

Pautados pela metodologia que nos orientava, uma vez mais seguimos o que os dados nos transmitiam, mas também o conhecimento entretanto apreendido no âmbito da experiência profissional. Se por um lado decidimos envolver profissionais diretamente ligados a processos empreendedores, pensámos que fizesse agora sentido envolver o Audax, o IES, mas também a SEA; por outro lado, e sempre numa perspetiva de enriquecimento e complementaridade, foi do nosso interesse entrevistar três empreendedores acompanhados pela SEA, que, entretanto tivemos oportunidade de conhecer, criaram o seu próprio trabalho em conjunto. Desta entrevista, foi-nos facultado pelos próprios entrevistados o seu Diário de Bordo, documento onde constam todas as etapas e todos os desafios do processo empreendedor. A este fizemos análise de conteúdo.

Sobre o Grupo focal II⁶⁸, lançámos o convite na terceira semana de fevereiro. Foi a 23 de março que o mesmo se efetivou, nas instalações do ISCTE-IUL. À semelhança do Grupo focal I, foi um processo moroso na definição da data final, por motivos de agenda e de “constrangimentos” geográficos. Como tal, sugerimos também aqui a utilização do Zoom e contámos com: Patrícia Ricardo da CAIS; João Gonçalves, assistente social na Câmara Municipal de Santa Cruz (Região Autónoma da Madeira - RAM), no departamento da habitação social; Bárbara Dória, do Instituto Português de Mediação Familiar, com experiência em mediação comunitária; Andreia Araújo, assistente social no Pólo de Emprego da Casa do Povo de Santa Cruz (RAM); Ana Gomes, com cerca de dez anos de experiência profissional com públicos portadores de algum tipo de deficiência e/ou incapacidade, e na gestão de um Negócio Social.

Feito isto, seguiu-se o processo de transcrição e de análise de conteúdo, através do MaxQda.

⁶⁷ Com recurso ao MaxQda foi-nos possível importar o ficheiro de áudio, transcrevê-lo e codificá-lo de acordo com as categorias que se foram estabelecendo ao longo do processo de análise de conteúdo.

⁶⁸ Vide Anexo E – Guião *Focus Group* | Assistentes Sociais Interventores

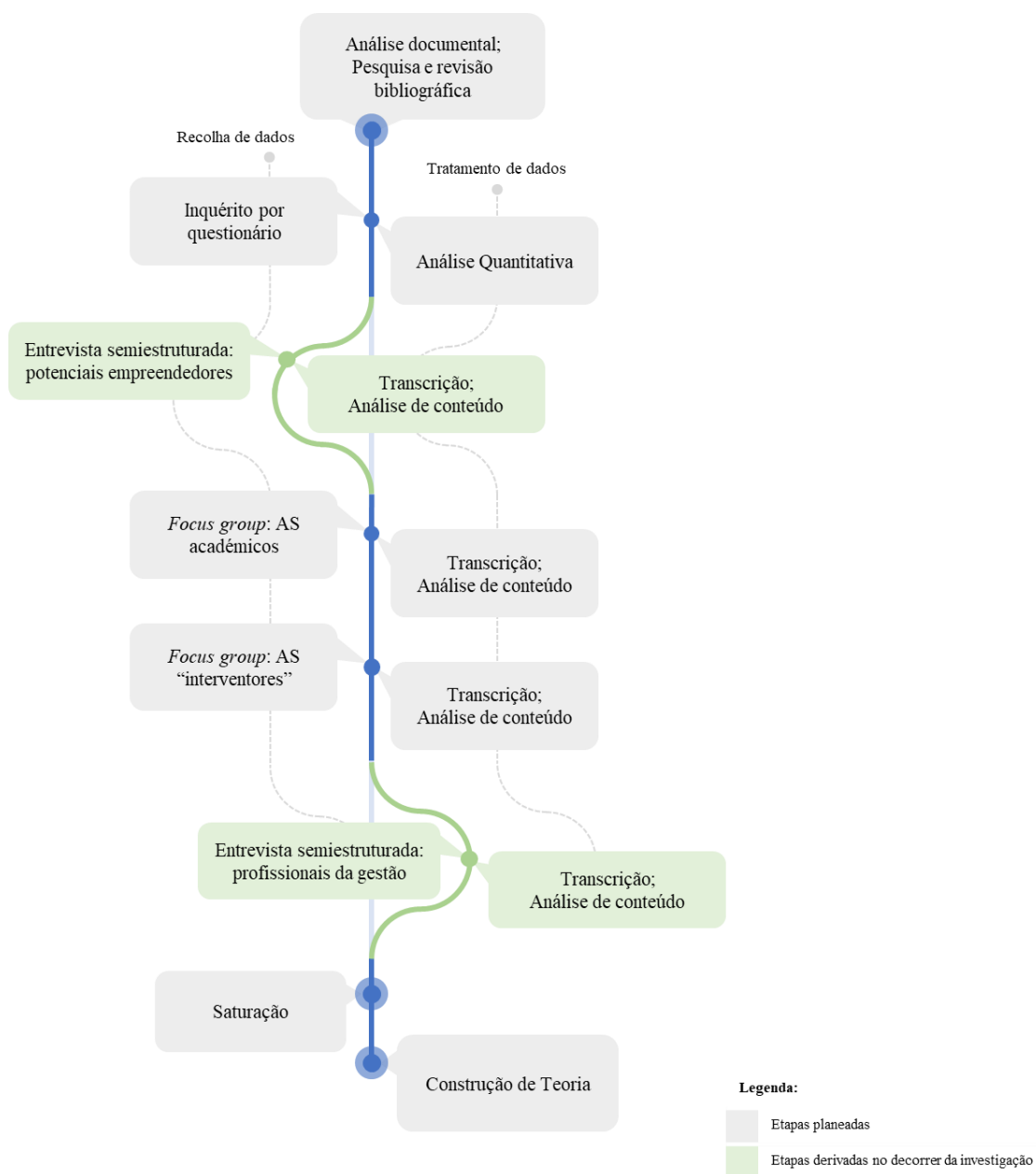
A partir dos conteúdos até aqui narrados, é-nos possível confirmar que consubstanciar uma metodologia mista obriga à necessidade de se definir qual a sequência de implementação dos dados e qual a prioridade no processo de recolha e análise de dados. Obedecendo ao que temos vindo a referir, a abordagem que melhor se adequou aos desígnios da presente investigação é a de “métodos mistos sequenciais explanatórios”⁶⁹, outorgada por Creswell (2014).

Isto pode representar o início de um procedimento com um determinado método, seja para fins exploratórios ou para testar conceitos e teorias, e continuar com outro método, que permita generalizar os resultados para uma população ou para envolver uma exploração detalhada de poucos casos ou de poucas pessoas. Nesta ótica, a abordagem de métodos mistos sequenciais explanatórios cinge-se a um projeto com duas fases de recolha de dados: primeiro recolhe dados quantitativos, analisa-os e, posteriormente, usa resultados para planear a segunda fase, que foi qualitativa. A ideia-chave é, neste caso, que a recolha de dados qualitativos se apoie nos resultados quantitativos, isto é, os dados quantitativos não devem apenas informar o processo de amostragem, devem também lançar pistas sobre os tipos de perguntas qualitativas a serem colocadas aos participantes da segunda fase. Em conformidade com as diretrizes da pesquisa qualitativa essas questões serão abertas e gerais (Creswell, 2014).

Todo este processo de operacionalização da pesquisa parece-nos demonstrar a identidade da teoria fundamentada, especialmente: a amostra não corresponde a representações proporcionais da população, ou seja, decorre de um processo de amostragem teórica, onde a própria recolha de dados decorreu de conceitos provenientes de dados “pré-conhecidos” (Corbin & Strauss, 2008); há uma constante “espiral” para que se produza conhecimento efetivo e, por sua vez, teoria. Procuramos demonstrar este processo circular na Figura IV.1, em que se denota que de processos de recolha e análise de dados, caminhamos até (novas) dimensões que nos “obrigam” a recolher mais dados. Tal processo circular continua até que o investigador atinja a saturação teórica, ou seja, o momento da pesquisa onde todos os conceitos estão estabelecidos e apreendidos.

⁶⁹ Neste sentido, Creswell (2014) apresenta-nos três modelos básicos de inclusão de dados: convergentes, sequenciais explanatórios e sequenciais exploratórios.

Figura IV.1 - Sobre o desenvolvimento empírico



Fonte: Elaboração própria (2018).

CAPÍTULO V. AS POTENCIALIDADES E OS LIMITES DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL COMO ESTRATÉGIA PARA A INTEGRAÇÃO SOCIAL

We stand today united in a belief in beauty, genius, and courage, and these can transform the world”

(Jane Addams, 1860-1935)

Numa estrutura que coloca o emprego como principal constructo para a integração social, corremos o risco de assistir a uma verdadeira precarização da condição social – mas ainda mais da condição humana –, sobretudo quando os índices de desemprego, enquanto indicadores das condições do crescimento socioeconómico de um país, atingem novos máximos. Não temos de recuar muito. Recordemos os cenários pós-eclosão da crise 2007/2008: se em 2008 os valores da taxa de desemprego em Portugal e na UE situavam-se entre os 7 a 8%, já em 2012, num período marcado pelo pedido de ajuda externa de Portugal, a mesma taxa atingia 15,5% no nosso país e 10,4% no espaço UE28 (fonte: PORDATA). O mesmo acontecia com a taxa de risco de pobreza e exclusão social, que dos 26% em 2008 passou para os 27,5% nos anos de 2014 e 2015; a taxa de intensidade da pobreza atingia o seu pico em 2013 com 30,3% em oposição com os 23,2 e 23,6% em 2007 e 2008, respetivamente⁷⁰. Simultaneamente, e conforme temos analisado ao longo do presente estudo, foi desde este colapso que recaiu a tónica sobre o empreendedorismo, sendo considerado por entre os diversos discursos públicos estratégia principal face aos efeitos perversos do desemprego. A sustentar este debate estão duas conceções: i) por um lado, a do desemprego levar ao aumento da atividade empreendedora (*refugee effect*) e, por outro lado, o facto do empreendedorismo levar à diminuição do desemprego (*entrepreneurial effect*) (Batista & Thurik, 2007; Nobre, 2012). Todavia

“para analisar a relação entre empreendedorismo e desemprego, mais que traçar um perfil, importa enquadrar essa transição no contexto estrutural em que ela é vivida e nas necessidades que daí decorrem (...) Acresce que a experiência de desemprego é diversificada e é cada vez mais a regra que a exceção. A relação entre desemprego e empreendedorismo reveste-se, pois, de contornos de variada ordem, desde fatores micro e macroeconómicos, regionais, culturais, entre outros” (Almeida *et al.*, 2013).

⁷⁰ Fonte: INE, consultado a 18 de novembro de 2018.

Desta forma, vamos começar por “abrir caminho” que nos permita responder à pergunta de partida – “De que forma o empreendedorismo social se apresenta como uma estratégia para a intervenção do assistente social com grupos vulneráveis?” – e analisar, numa primeira instância, o potencial do empreendedorismo como veículo para a integração social. Para isso, teremos por base (i) as respostas ao questionário dadas pelos participantes de programas de formação em empreendedorismo e empreendedorismo social, promovidos pelo Audax e pelo IES; e (ii) o resultado das entrevistas aos três participantes-potenciais empreendedores (também eles participantes das formações do Audax e IES) e aos empreendedores (apoiados pela SEA Coop). De modo a simplificar a leitura, serão tidos em consideração os contributos de:

Quadro V.1 - Participantes «potenciais empreendedores»

Participantes	Entidades
52 inquiridos	Audax + IES
3 entrevistados	
3 empreendedores - com negócio conjunto	SEA Coop

Fonte: Elaboração própria (2018).

Começamos, então, pelo tratamento e análise dos dados quantitativos. Tais procedimentos decorrerão, efetivamente, de acordo com as características das próprias variáveis. Sendo a grande maioria de natureza qualitativa – nominal e ordinal –, realizaremos uma análise de índole mais descritiva, onde o objetivo será, naturalmente, descrever e sintetizar os dados.

5.1. Análise Quantitativa

5.1.1. Formação em empreendedorismo: Que representações?

Nas respostas ao questionário contamos com uma amostra constituída por 52 participantes de um universo de 252, corresponde a 21% aproximadamente. Além disso, podemos com isto dizer que este foi um processo de amostragem probabilística aleatório, em que a participação de cada um dos elementos da população tinha a mesma possibilidade de ocorrer. Nestes 52 inquiridos 92% é de nacionalidade portuguesa; a maioria – 87% – é residente na região de Lisboa e Vale do Tejo; 67% dos inquiridos é do sexo feminino⁷¹; 46% são solteiros. Relativamente às idades, conforme vemos no Quadro V.2, temos uma média de 42,62 anos, com alguma oscilação entre o mínimo e o máximo.

Quadro V.2 - Idade dos inquiridos

<i>N</i>	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
52	24	73	42,62	10,50

Fonte: Elaboração própria (2018).

Ao nível das habilitações, podemos constatar a partir do Quadro V.3 que a maioria (44,2%) dos inquiridos tem como habilitação literária a licenciatura, seguindo-se o mestrado (23,1%). Apenas com 3,8% os participantes com habilitações até ao 9º ano ou com o doutoramento.

Quadro V.3 - Habilitações dos participantes

	<i>N</i>	%
Até 12º ano (Ensino Secundário)	10	19,2
Até 9º ano (3º ciclo)	2	3,8
Doutoramento	2	3,8
Licenciatura	23	44,2
Mestrado	12	23,1

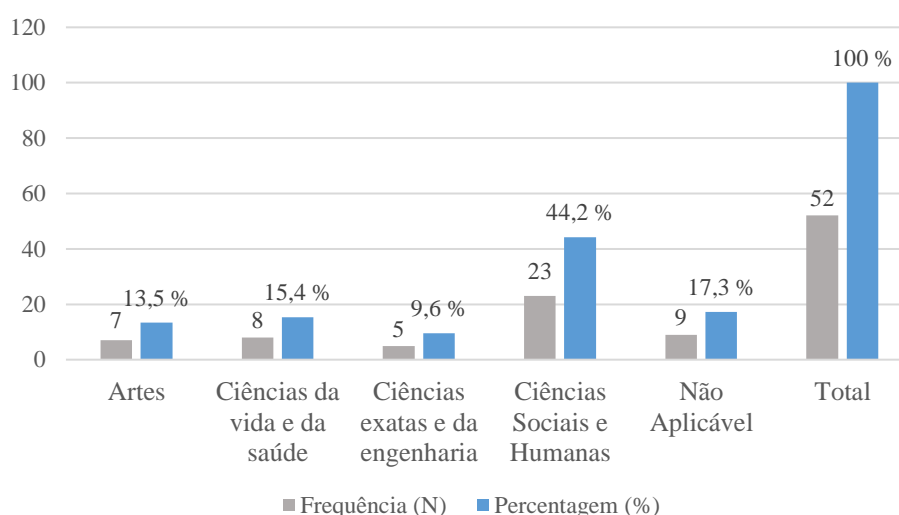
⁷¹ Efetivamente o nosso ensejo seria o de cobrir todo o universo, no entanto, e apesar de termos uma taxa de resposta modesta, a amostra replica uma das características genéricas do universo, nomeadamente ao nível da variável sexo: 54,8% é do sexo feminino.

	N	%
Pós-Graduação	3	5,8
Total	52	100

Fonte: Elaboração própria (2018).

Ainda no âmbito das habilitações, interessou-nos saber qual a respetiva área de formação. As opções de resposta a esta questão não se cingiam a áreas pré-definidas, foi antes uma pergunta aberta que permitia ao participante responder a área ou subáreas da sua formação escolar ou académica. A partir dos dados obtidos, identificámos domínios comuns, pelo que nos pareceu adequado agrupá-los. Portanto, de acordo com Figura V.1, podemos verificar que é nas Ciências Sociais e Humanidades⁷² que há maior representação, com 44,2% dos participantes a integrar-se neste âmbito. Segue-se o domínio das Ciências da Vida e da Saúde, ao qual se sucede o domínio das Artes. É curioso como vemos aqui representadas as áreas mais próximas dos domínios do empreendedorismo e do empreendedorismo social, mas também as áreas que tradicionalmente se associam a atividades de índole inovadora e criativa, elementos identitários de processos de empreendedorismo.

Figura V.1 - Área de formação

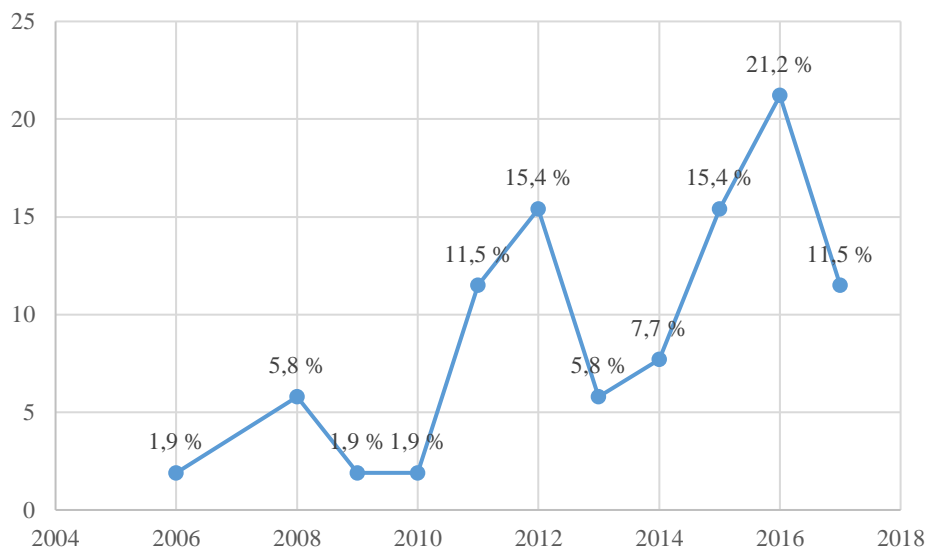


Fonte: Elaboração própria (2018).

⁷² Com base na definição de Domínios Científicos da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Sobre o ano que se realizou a formação, notamos que o pico mais alto foi no ano de 2016, não podendo descurar os outros dois picos anteriores, em 2012 e 2008. Tais períodos representam anos de instabilidade económica e social em Portugal, mas também no contexto supranacional, que, como já vimos, foram anos em que se estabelecia uma atenção crescente sobre a atividade empreendedora e os seus incentivos.

Figura V.2 - Ano de frequência da formação



Fonte: Elaboração própria (2018).

Feita esta caracterização, com a questão que se seguia pretendíamos conhecer a motivação ou as motivações para frequentar a formação. Colocámos quatro opções de resposta pré-definidas, que se podiam complementar entre si, e ainda uma “outra opção”, que permitia ao inquirido colocar outros aspetos adicionais à informação dada previamente ou dar apenas uma resposta distinta das opções sugeridas. Assim, numa leitura ao Quadro V.4 verificamos que a aquisição de novos conhecimentos técnicos e teóricos lidera as respostas – 27 –, seguindo-se o desenvolvimento pessoal como motivação assinalada por 26 participantes. Com um valor inferior, mas com destaque face aos restantes motivadores, surge a integração no mercado de trabalho como opção de resposta de 18 inquiridos.

Quadro V.4 - Motivação para frequentar a formação

Motivação	<i>N</i>
Desenvolvimento pessoal	26
Integração no mercado de trabalho	18
Novos conhecimentos técnicos e teóricos	27
Progressão na carreira	6
Outra: Desenvolvimento de projeto profissional próprio	5
Total	82

Fonte: Elaboração própria (2018).

Na opção “outra”, fez-se análise ao conteúdo das respostas dadas, identificando-se assim a categoria “desenvolvimento de projeto profissional próprio”. Ainda que esta se possa configurar tradicionalmente como o objeto central da atividade empreendedora, assume-se entre os entrevistados como a opção menos indicada.

A partir deste ponto as questões estruturavam-se em três momentos: antes, durante e depois da formação. Tal estruturação deveu-se ao nosso desígnio de se analisar o potencial de transformação nos percursos pessoais e profissionais de cada participante, mas também as suas representações sobre toda a experiência formativa.

Então, começámos por questionar qual a situação profissional antecedente à formação:

Quadro V.5 - Situação profissional antes da formação

Situação profissional antes da formação	<i>N</i>	%
Empregado(a) por conta própria	10	19,2
Empregado(a), com contrato a termo	5	9,6
Empregado(a), com contrato sem termo	10	19,2
Desempregado(a), há menos de um ano	13	25,0
Desempregado(a), há mais de um ano	11	21,2
Recém-formado(a)	1	1,9
Outra	2	3,8
Total	52	100

Fonte: Elaboração própria (2018).

Esta era uma pergunta estruturada com seis opções de resposta pré-definidas. Portanto, verificamos que é a situação de desemprego que prevalece entre as respostas, com o

“desempregado(a), há pelo menos um ano” a apresentar a maior frequência (13), o que corresponde a 25% dos inquiridos, seguido do “desempregado(a), há mais de um ano” com uma frequência de 11 (21,2%). Com valores próximos estão os/as empregados(as) por conta própria, com uma frequência de 10, mas também os/as empregados(as) com contrato sem termo. Além disto, identificámos na “outra opção” duas situações profissionais distintas das que propúnhamos, nomeadamente: um dos inquiridos refere ser trabalhador independente e outro frequentava um programa doutoral e era também mentor de projetos de empreendedorismo.

Posto isto, consideramos pertinente combinar essa mesma variável com outra, já apresentada anteriormente, relativa à motivação para frequentar a formação. Aqui o interesse é, de facto, depreender se tal intenção foi determinada pela situação profissional. Assim, obtivemos:

Quadro V.6 - Situação face ao mercado de trabalho antes da formação *versus* Motivação para frequentar a formação

	Desenvolvimento pessoal		Progressão na carreira		Integração no mercado de trabalho		Novos conhecimentos técnicos e teóricos		Desenvolvimento de projeto profissional próprio	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Desempregado(a), há mais de um ano	1	1%	0	0%	8	10%	3	4%	2	2%
Desempregado(a), há menos de um ano	7	9%	4	5%	5	6%	8	10%	1	1%
Empregado(a) por conta própria	6	7%	0	0%	2	2%	4	5%	1	1%
Empregado(a), com contrato a termo	3	4%	1	1%	1	1%	3	4%	0	0%
Empregado(a), com contrato sem termo	6	7%	1	1%	1	1%	6	7%	1	1%
Recém-formado(a)	1	1%	0	0%	1	1%	1	1%	0	0%
Outra situação profissional	2	2%	0	0%	0	0%	2	2%	0	0%
Totais	26	32%	6	7%	18	22%	27	33%	5	6%

Fonte: Elaboração própria (2018).

Num olhar ao Quadro V.6, vemos que para qualquer situação profissional foi a aquisição de novos conhecimentos que mais motivou à realização da formação de empreendedorismo, com o desenvolvimento pessoal logo em seguimento. Não obstante tal constatação, vemos a

prevalência de algumas motivações determinadas pela situação face ao emprego, nomeadamente: para os inquiridos em situação de desemprego de longa duração (há mais de um ano) é a integração profissional que predomina; para os desempregados há menos de um ano, e para as restantes situações profissionais, a aquisição de novos conhecimentos e o desenvolvimento pessoal estão próximos.

Considerando os dados apresentados e de modo a medir a relação entre estas duas variáveis nominais, realizou-se o teste V de Cramer. A partir do mesmo – V de Cramer = 0,510 –, verifica-se, portanto, uma associação moderada entre a situação face ao mercado de trabalho antes da formação e a motivação para frequentar a formação.

Quadro V.7 - Medidas de Simetria: V de Cramer

Medidas Simétricas ^c		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Phi	1,349	,576
	V de Cramer	,510	,576
N de Casos Válidos		52	

c. As estatísticas de correlação estão disponíveis apenas para dados numéricos.

Fonte: Elaboração própria (2018).

Entre as diferentes opções de respostas sobre a situação perante o mercado de trabalho, o desenvolvimento pessoal é – quase – a opção mais transversal. Pois, não podemos deixar de assinalar que a resposta predominante para os participantes desempregados há mais de um ano, ou seja, para aqueles que se encontram na situação de “desempregados de longa duração”⁷³, é a integração no mercado de trabalho. Aqui, parece notar-se uma aproximação àquilo que nos indigita a literatura sobre o empreendedorismo como caminho para o emprego, nomeadamente ao nível do empreendedorismo por necessidade, como já referenciado em capítulos anteriores. Além disso, enquanto paradigma para o emprego, podemos relacionar com o pensamento de Batista & Thurik (2007), também já enunciado, de que o desemprego leva ao aumento da atividade empreendedora (*refugee effect*).

⁷³ Consideram-se desempregados de longa duração os trabalhadores disponíveis para o trabalho, que se encontrem desempregados e inscritos nos centros de emprego há mais de 12 meses (Decreto-Lei n.º 79-A/89, de 13 de março).

Adquirida esta informação foi do nosso interesse questionar, a quem esteve empregado(a) nos dois anos anteriores à formação, qual o setor de atividade profissional. Aqui a nossa intenção foi a de verificar se os números demonstrariam uma maior presença dos inquiridos nos setores que, tradicionalmente, integram as atividades empreendedoras, seja o Mercado com o empreendedorismo “puro”, seja o Terceiro Setor com o empreendedorismo social. Efetivamente, a experiência de trabalho no setor privado é a mais comum, tendo em conta o número de participantes, mas também a duração dessa mesma experiência. Segue-se o Terceiro Setor, mas com valores que pouco se distanciam do setor público.

Quadro V.8 - Experiência de trabalho por sector

Setor	Período	<i>N</i>	%
Público	0 meses	41	78,8
	Até 6 meses	2	3,8
	Entre 6 e 12 meses	2	3,8
	Entre 12 e 24 meses	7	13,5
Privado	0 meses	12	23,1
	Até 6 meses	1	1,9
	Entre 6 e 12 meses	8	15,4
	Entre 12 e 24 meses	31	59,6
Terceiro Setor	0 meses	37	71,2
	Até 6 meses	5	9,6
	Entre 6 e 12 meses	1	1,9
	Entre 12 e 24 meses	9	17,3
Total			100

Fonte: Elaboração própria (2018).

O mesmo aconteceu com a área profissional e com a função desempenhada, em que ambas se apresentavam como questões abertas. No que concerne à área profissional, após analisarmos o conteúdo das respostas, foi-nos possível agrupar por vários domínios, conforme se pode analisar abaixo no Quadro V.9. Sobre as frequências obtidas, e apesar da diversidade das respostas, não deixam de ser dados que nos permitem aprofundar o nosso conhecimento sobre o perfil dos participantes.

Quadro V.9 - Área profissional dominante

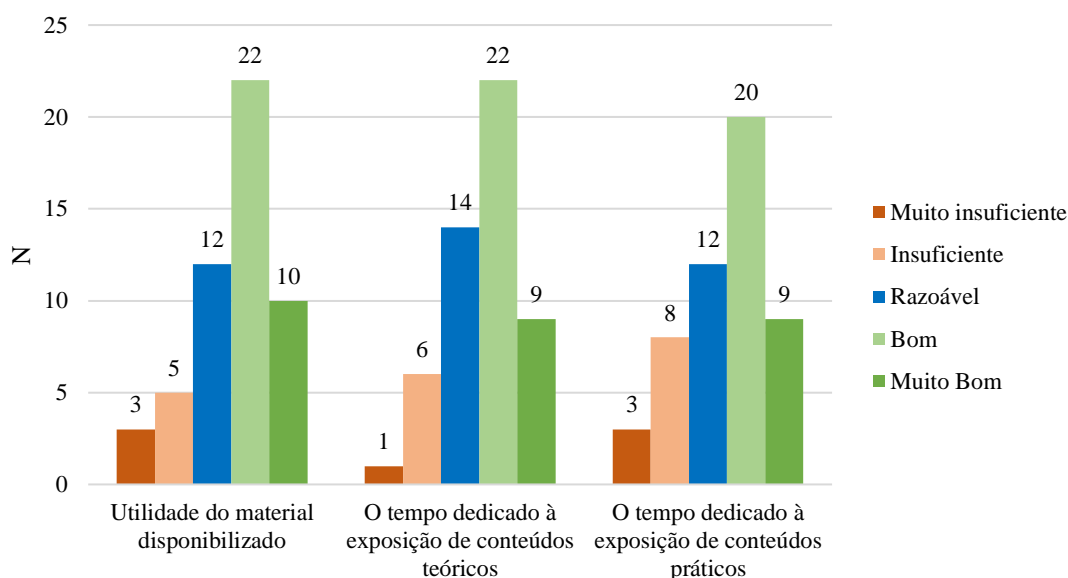
Categoria: Domínio	Área profissional dominante	N	%
Intervenção Social	Desenvolvimento e inovação	1	1,9
	Intervenção social	1	1,9
	Geriatria	1	1,9
	Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens	1	1,9
	Serviço Social	4	7,7
	Animação	1	1,9
Comércio	Aprovisionamento	1	1,9
	Franchising	1	1,9
	Comércio	4	7,7
Consultoria	Consultoria	2	3,8
Desempregada	Desempregada	1	1,9
Saúde e bem-estar	Cozinha, cabeleireiro	1	1,9
	Psicologia	2	3,8
	Reiki	1	1,9
	Estética	1	1,9
	Desporto, saúde e bem-estar	1	1,9
Ensino	Educação	5	9,6
	Educação ambiental	1	1,9
	Ensino Superior	1	1,9
	Ensino	1	1,9
	Educação Física e Desporto	1	1,9
Engenharia	Engenharia	1	1,9
	Engenharia do Ambiente	1	1,9
Gestão	Gestão de Eventos; projetos	3	5,8
Construção civil	Construção civil e Obras públicas	1	1,9
	Medidor Orçamentista da Construção Civil	1	1,9
Artes	Arquitetura	1	1,9
	Design	2	3,8
	Música	1	1,9
Marketing e RP	Marketing e Relações Públicas	3	5,8
Setor Automóvel	Sector Automóvel	1	1,9
Setor financeiro	Setor financeiro	1	1,9
Setor Naval e industrial	Setor Naval e Industrial.	1	1,9
TI	Tecnologia de Informação	1	1,9
Telecomunicações	Telecomunicações	1	1,9

Categoria: Domínio	Área profissional dominante	N	%
Total		52	100

Fonte: Elaboração própria (2018).

Sobre o momento “durante a formação”, colocámos uma questão, que se compunha em torno de 3 aspetos: (i) a utilidade do material disponibilizado, (ii) o tempo dedicado à exposição de conteúdos teóricos e (iii) o tempo dedicado à exposição de conteúdos práticos. Conforme se apresenta na Figura V.3, verificamos que os participantes tenderam a considerar “bom” e “razoável” os tópicos em análise.

Figura V.3 - Avaliação da formação



Fonte: Elaboração própria (2018).

Transpondo para o momento pós-formação, começámos por interrogar que contactos mantêm com a entidade formadora e em que âmbito se proporcionam tais ligações. Tratou-se novamente de uma variável nominal, com quatro opções de resposta pré-definidas – não mantenho qualquer tipo de contacto; colaboração em projetos; contexto de “supervisão”; frequência de eventos (conferências, workshops, ...) – e uma quinta “outra opção”, que permitiria dar uma resposta livre. Esta foi uma questão com possibilidade de resposta múltipla.

Quadro V.10 - Contactos com a entidade formadora pós-formação

	Sim		Não	
	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
Não mantém qualquer tipo de contacto	37	71,2	15	28,8
Colaboração em projetos	2	3,8	50	96,2
Contexto de "supervisão"	2	3,8	50	96,2
Frequentar eventos (conferências, workshops, ...)	8	15,4	44	84,6
Outra	10	19,2	42	80,0

Fonte: Elaboração própria (2018).

Com base no Quadro V.10, é notória a predominância da resposta “não mantém qualquer tipo de contacto”, com mais de 50% dos participantes a selecionar essa opção. A segunda opção mais respondida relaciona-se com a frequência em eventos promovidos pela entidade formadora, com 15,4%.

A seguir a esta dimensão interessou-nos saber qual a situação profissional atual. Para tal, realizámos uma tabela de referência cruzada com a situação profissional pós-formação e a situação profissional antes da formação, com o intuito de se depreender cada momento por si só, mas também de se refletir sobre os resultados. Esta era uma questão que se estruturava com duas opções de resposta: (i) a mesma que antes da formação e (ii) “outra opção”, que, sendo uma pergunta aberta, permitiria ao participante responder com maior detalhe. À luz do Quadro V.11 verificamos que 29 participantes, correspondente a 55,8%, mantêm a situação que apresentavam pré-formação. Quer isto dizer que: 15,4% dos participantes mantêm-se a trabalhar por conta própria; 13,5% dos inquiridos refere estar desempregado(a) há menos de um ano; com os seguintes valores mais próximos estão 9,6% dos participantes empregados com contrato sem termo e outros 9,6% na situação de desemprego de longa duração, ou seja, desempregados há mais de um ano.

Quadro V.11 - Situação profissional antes da formação *versus* Situação profissional depois da formação

	Situação profissional antes da formação		Situação profissional depois da formação			
			A mesma que antes		Outra	
	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
Empregado(a) por conta própria	10	19,2	8	15,4	2	3,8
Empregado(a), com contrato a termo	5	9,6	3	5,8	2	3,8
Empregado(a), com contrato sem termo	10	19,2	5	9,6	5	9,6
Desempregado(a), há menos de um ano	13	25,0	7	13,5	6	11,5
Desempregado(a), há mais de um ano	11	21,2	5	9,6	6	11,5
Trabalhador independente	1	1,9	0	0	1	1,9
Recém-formado(a)	1	1,9	0	0	1	1,9
Doutorando e mentor de projetos de empreendedorismo	1	1,9	1	1,9	0	0
Total	52	100	29	55,8	23	44,2

Fonte: Elaboração própria (2018).

Para a opção de resposta “outra” no momento pós-formação, tratando-se de um item aberto, fez-se análise ao conteúdo das respostas obtidas, o que nos permitiu identificar quatro categorias principais relativas à situação profissional pós-formação, designadamente: (i) trabalhadores por conta de outrem, $N=8$; (ii) trabalhadores por conta própria, $N=11$; (iii) em situação de desemprego, $N=2$; (iv) sem vínculo laboral, $N=2$. Vale também realçar que 12 dos participantes que se encontravam desempregados antes da formação (há menos de um ano $N=6$; há mais de um ano $N=6$), viram a sua situação alterada, conforme se verifica, igualmente, no Quadro V.11. Além disso, interessa-nos conhecer quais as ocupações específicas de tais inquiridos atualmente. Para tal, voltámos a analisar o conteúdo das suas respostas, das quais extraímos os dados apresentados no Quadro V.12. Analisando-a, denota-se que é o trabalho por conta própria “o elemento” mais comum atualmente, independentemente da duração de desemprego. O empreendedorismo por necessidade volta a ganhar aqui destaque, associada àquela que é a dificuldade em se encontrar trabalho por conta de outrem.

Quadro V.12 - Situação profissional alterada

Antes da formação	Desempregado há menos de um ano	Desempregado há mais de um ano
Depois da formação	“Empregada, mas não segui o projeto "pessoal" que queria estabelecer”	“Empresária em nome individual”
	“Conta própria”	“Promotor de Eventos no Brasil”
	“Empresário em nome individual”	“Freelancer fotógrafa”
	“(…) Continuo a trabalhar no projeto que já é uma associação (…)”	“Gerente”
	“Gestor de Piscina Municipal”	“Estou a iniciar atividade como pequeno empresário”
	“Sócio-gerente”	“Desempregado”

Fonte: Elaboração própria (2018).

Complementarmente, quando questionados sobre qual a função desempenhada atualmente e qual a área profissional em que exercem tal cargo, vemos que mais de 50% dos participantes mantém o mesmo “estado” profissional que do período pré-formação.

Quadro V.13 - Função desempenhada atualmente + Área profissional atual

	Função desempenhada atualmente		Área profissional atual	
	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
A mesma que antes da formação	30	57,7	33	63,5
Outra	22	42,3	19	36,5
Total	52	100	52	100

Fonte: Elaboração própria (2018).

Para melhor compreensão das respostas “Outra” e com o interesse em verificarmos se a experiência formativa produziu efeitos nas funções e áreas profissionais dos inquiridos que estavam empregados previamente à sua realização ($N=26$), estabelecemos um cruzamento entre os mesmos, as áreas profissionais dominantes até esse momento e a situação e área profissional pós-formação. Tratando-se de perguntas abertas, fez-se mais uma vez a análise aos conteúdos das mesmas. Ainda que não se trate de um valor muito expressivo, vemos no Quadro V.14 que 7 inquiridos alteraram a sua função e/ou área profissional.

Quadro V.14 - Função e Área Profissional: Antes da formação *versus* Depois da formação

Antes da formação		Depois da formação	
Função desempenhada	Área profissional	Função desempenhada	Área profissional
Diretora Pedagógica	Educação	<i>Communications Manager</i>	Marketing e Comunicação
Diretora de área financeira	Gestão	Presidente de Associação	Terceiro Setor
Comercial	Tecnologia de Informação	Comercial	Sistemas para Eficiência Energética
Supervisor	Telecomunicações	Técnico Superior	Função Pública
Aprovisionamento	Aprovisionamento	Técnica de vendas	Venda direta
Arquiteto	Arquitetura	Diretor <i>Ideas Forward</i>	A mesma que antes da formação
Medidor Orçamentista da Construção Civil	Medições e orçamentos	Segurança privada	Fábrica alimentar

Fonte: Elaboração própria (2018).

Aos inquiridos que no pós-formação se encontravam em situação de desemprego, perguntámos que procedimentos seguem/têm seguido no processo de procura de emprego. Em concordância com o Quadro V.15, verificámos que é o envio de currículos (CV's) e a resposta a anúncios que predominam, com $N=11$ e $N=10$, respetivamente. Ainda que comumente se associe a atividade empreendedora à criação do próprio trabalho, tal intenção ou desígnio de surge como terceira opção mais considerada, com um $N=9$.

Quadro V.15 - Estratégias de procura de emprego

	Sim	
	<i>N</i>	%
Enviados CV's	11	21,2
Respondido a anúncios	10	19,2
Estou a pensar criar o meu próprio trabalho	9	17,3
Não estou à procura	8	15,4
Candidatado a concursos públicos	6	11,5
Solicitado ajuda a familiares e amigos	5	9,6
Outra	4	7,7

Fonte: Elaboração própria (2018).

Quanto à duração de tal situação profissional, vemos entre os participantes que é o desemprego de longa duração o mais representativo, nomeadamente com 3,8% dos participantes fora do mercado de trabalho entre 12 e 24 meses, e 15,4% há mais de 24 meses.

Quadro V.16 - Duração da situação de desemprego

	<i>N</i>	%
Mais de 24 meses	8	15,4
Entre 6 e 12 meses	7	13,5
Entre 12 e 24 meses	2	3,8
Total	17	32,7

Fonte: Elaboração própria (2018).

Posteriormente, procurámos analisar de que forma os inquiridos mediam a intensidade de um conjunto de contributos pré-definidos por nós, mediante a sua experiência na formação de empreendedorismo. Assim, considerámos como contributos o desenvolvimento pessoal, a progressão na carreira, a integração no mercado de trabalho e a aquisição de novos conhecimentos técnicos e teóricos. Tais opções de resposta vão, intencionalmente, ao encontro das opções colocadas na questão relativa à motivação para a frequência na formação.

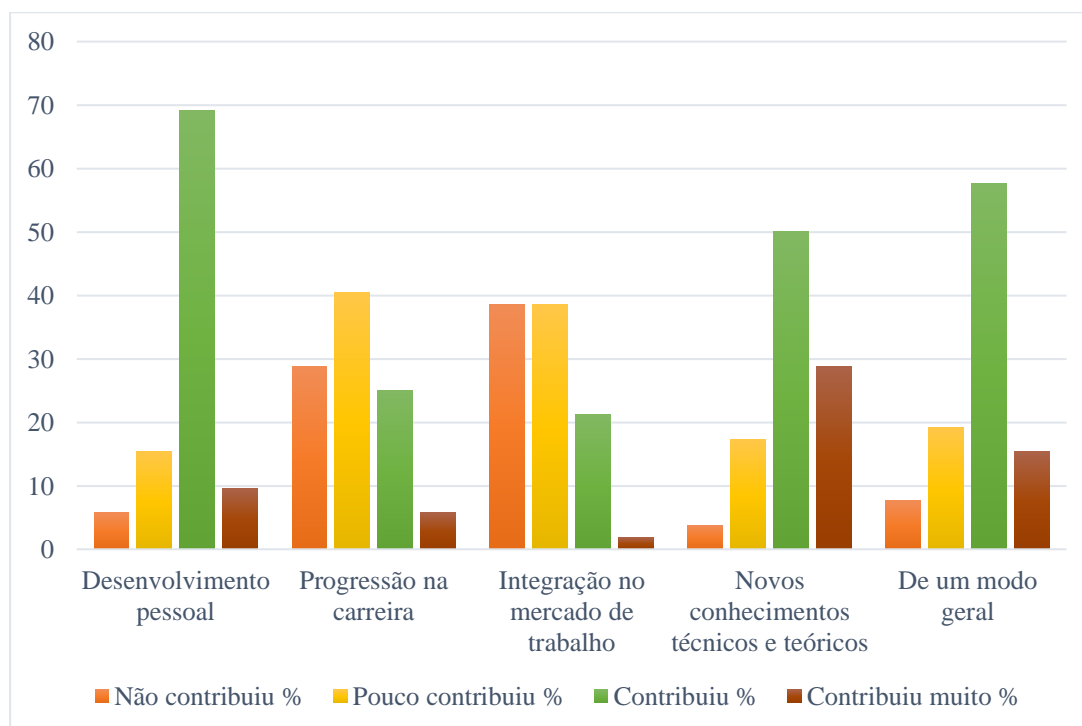
Ao analisarmos cada item distintamente vemos que ao nível do desenvolvimento pessoal a opção “contribui” é a preponderante, com 69,2% dos participantes a considerarem-na; já sobre a progressão na carreira é a opção “pouco contribuiu” que se faz notar, com 40,4%; relativamente à integração no mercado de trabalho as duas opções de resposta “mais negativas” destacam-se, ambas com uma taxa de resposta de 38,5%, ou seja, 20 dos participantes consideraram “pouco contribuiu” e outros 20 que “não contribuiu”; sobre a aquisição de novos conhecimentos técnicos e teóricos, 50% dos participantes respondeu que “contribuiu”; olhando a formação de uma forma geral, 57,7% inquiridos indicou que a formação “contribuiu” para o seu percurso.

Quadro V.17 - Contributos da formação

	Não contribuiu		Pouco contribuiu		Contribuiu		Contribuiu muito		Totais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Desenvolvimento pessoal	3	5,8	8	15,4	36	69,2	5	9,6	52	100
Progressão na carreira	15	28,8	21	40,4	13	25,0	3	5,8	52	100
Integração no mercado de trabalho	20	38,5	20	38,5	11	21,2	1	1,9	52	100
Novos conhecimentos técnicos e teóricos	2	3,8	9	17,3	26	50,0	15	28,8	52	100
De um modo geral	4	7,7	10	19,2	30	57,7	8	15,4	52	100

Fonte: Elaboração própria (2018).

Figura V.4 - Contributos da formação



Fonte: Elaboração própria (2018).

Com base naquilo que a literatura nos aponta como principais competências empreendedoras, foi nossa intenção conhecer a perceção dos inquiridos sobre a aquisição ou desenvolvimento das mesmas. Para tal, recorremos novamente à escala de Likert, estruturada em 4 pontos. Num olhar global constatamos que os inquiridos se mostraram “Satisfeitos” com

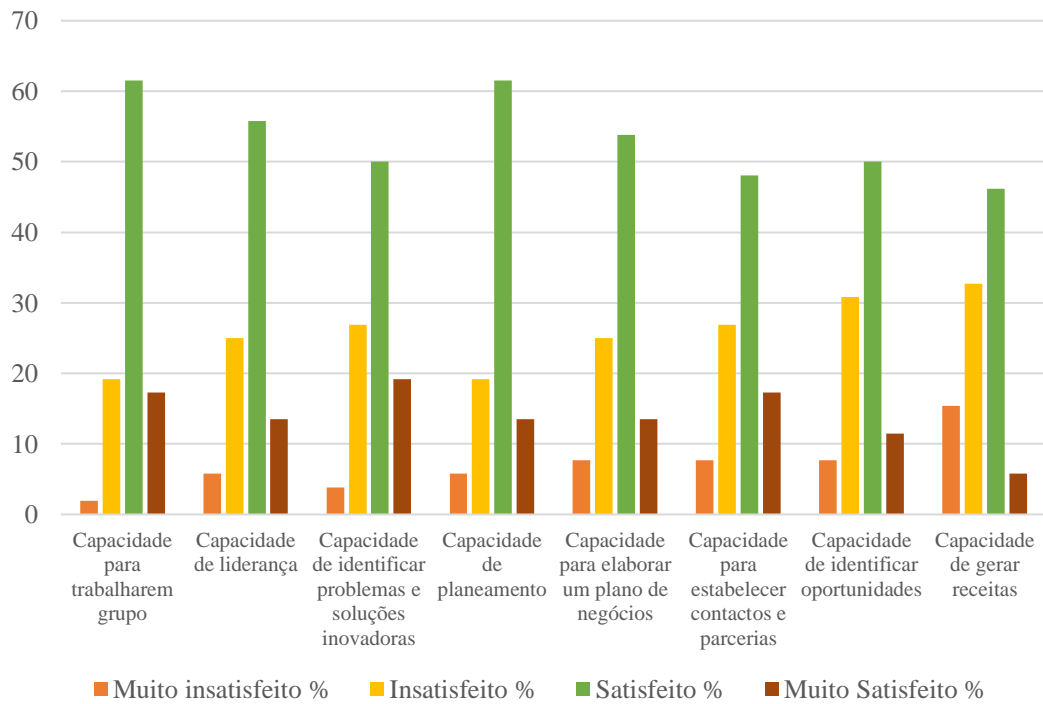
as competências apreendidas e/ou aprimoradas. No entanto, não podemos deixar de notar que a segunda opção mais respondida é “Insatisfeito” e que é também uma opção transversal entre as competências colocadas.

Quadro V.18 – Satisfação com as competências adquiridas

	Muito insatisfeito		Insatisfeito		Satisfeito		Muito satisfeito		Totais	
	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
Capacidade para trabalharem grupo	1	1,9	10	19,2	32	61,5	9	17,3	52	100
Capacidade de liderança	3	5,8	13	25,0	29	55,8	7	13,5	52	100
Capacidade de identificar problemas e soluções inovadoras	2	3,8	14	26,9	26	50,0	10	19,2	52	100
Capacidade de planeamento	3	5,8	10	19,2	32	61,5	7	13,5	52	100
Capacidade para elaborar um plano de negócios	4	7,7	13	25,0	28	53,8	7	13,5	52	100
Capacidade para estabelecer contactos e parcerias	4	7,7	14	26,9	25	48,1	9	17,3	52	100
Capacidade de identificar oportunidades	4	7,7	16	30,8	26	50,0	6	11,5	52	100
Capacidade de gerar receitas	8	15,4	17	32,7	24	46,2	3	5,8	52	100

Fonte: Elaboração própria (2018).

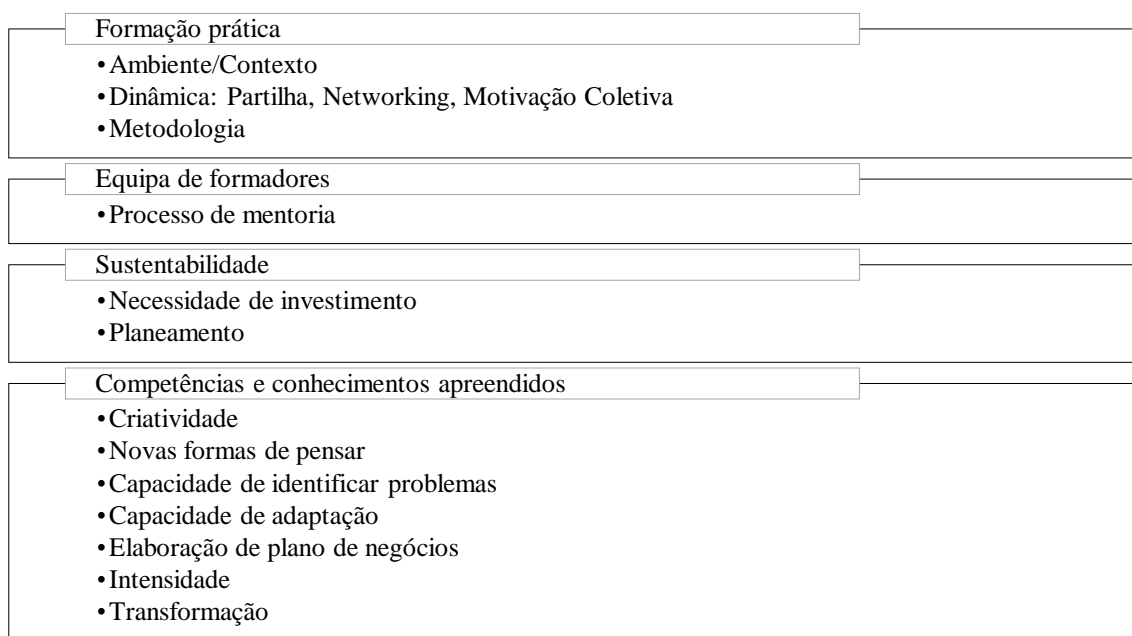
Figura V.5 - Satisfação com as competências adquiridas



Fonte: Elaboração própria (2018).

A questão seguinte debruçou-se sobre os aspetos mais importantes da formação, na qual indicámos que fossem enumerados 3. Por ser uma pergunta não estruturada/aberta, passámos à análise do seu conteúdo, o que nos permitiu examinar a diversidade em torno do tema, a partir das palavras dos participantes. Com efeito, extraímos o seguinte:

Figura V.6 - Aspetos mais importantes da formação



Fonte: Elaboração própria (2018).

A questão relativa ao (possível) modo de aplicação dos conteúdos apreendidos, foi igualmente não estruturada. Assim, a partir da análise e decomposição dos conteúdos, identificámos três categorias teóricas centrais referenciadas pelos inquiridos, nomeadamente: (i) na situação profissional atual; (ii) na criação do próprio trabalho; (iii) desistência ou não concretização do projeto trabalhado. Mais concretamente, foi apontado por 18 inquiridos que os conteúdos apreendidos seriam aplicados nos projetos/nas carreiras profissionais que já integram ou desenvolvem; outros 18 referiram que aplicariam aquando do processo de criação do próprio emprego; 3 inquiridos referiram não ter condições para desenvolver o projeto. Houve espaço para a criação de “outra categoria”, a qual contou com os conteúdos de 16 inquiridos, conteúdos esses que não se cruzavam com a questão.

Posto isto, a pergunta que se seguia pretendia identificar e analisar que motivos poderiam cooperar para uma não total satisfação com a formação. Esta foi uma questão fechada, com quatro opções de resposta pré-definidas e ainda espaço para “outra”. Num olhar ao Quadro V.19, vemos que 19,2% dos inquiridos consideraram a formação sem aplicabilidade prática real; 17,3% consideraram as opções “não aplicáveis”; 15,4% referiram que o programa não correspondeu às expectativas e ainda 7,7% apontaram a falta de motivação.

Quadro V.19 - Aspectos negativos da formação

	N	%
Programa não correspondeu às expectativas	8	15,4
Sem aplicabilidade prática real	10	19,2
Falta de motivação	4	7,7
Não aplicável	9	17,3
Outra	21	40,4
Total	52	100

Fonte: Elaboração própria (2018).

Quando pedimos que fossem enumerados os 3 principais desafios que cada inquirido se tinha deparado no período pós-formação, fizemo-lo em questão aberta, com o propósito de se aprofundar o conhecimento sobre tal dimensão. Com a análise de conteúdo identificámos para o mesmo tópico treze categorias concetuais, as quais passamos a apresentar:

Quadro V.20 - Categorias conceptuais

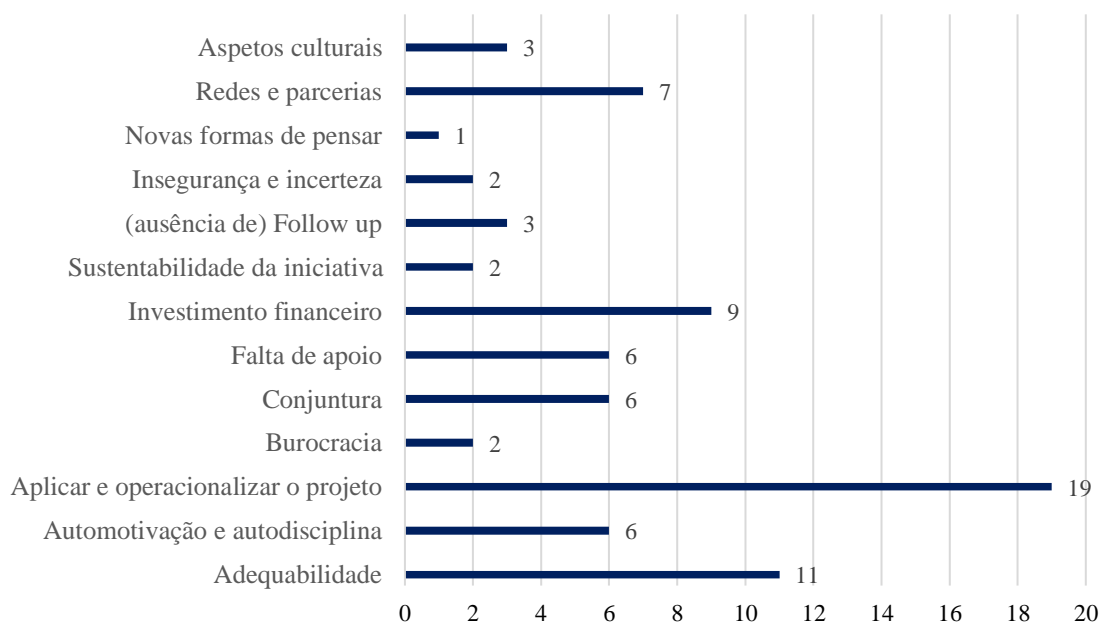
ID	Categoria conceptuais
D1	Adequabilidade
D2	Automotivação e autodisciplina
D3	Aplicar e operacionalizar o projeto
D4	Burocracia
D5	Conjuntura
D6	Falta de apoio
D7	Investimento financeiro
D8	Sustentabilidade da iniciativa
D9	(Ausência de) <i>Follow up</i>
D10	Insegurança e incerteza
D11	Novas formas de pensar
D12	Redes e parcerias
D13	Aspectos culturais

Fonte: Elaboração própria (2018).

Com o interesse de proporcionarmos uma análise mais profunda, transformámos as categorias concetuais em variáveis dicotómicas, onde cada variável teve duas modalidades de resposta: 1=mencionada e 2=não mencionada. Para simplificar a leitura gráfica o código 1

ficou, então, associado à própria categoria conceptual e o código 2 deixámos omissos. Como apresentado no Figura V.7, o desafio mais vezes indicado pelos inquiridos foi o aplicar e operacionalizar o projeto ($N=19$), seguido da sua adequabilidade ($N=11$).

Figura V.7 - Desafios na aplicação do projeto



Fonte: Elaboração própria (2018).

Seguidamente, procurou-se analisar a autoavaliação que os participantes realizam da formação em termos globais. Sobre este aspeto apurou-se, como se verifica no Quadro V.21, que a maioria dos participantes (78,8%) autoavaliaram a formação de modo positivo, considerando-a como “boa” (44,2%), “razoável” (19,2%) ou “muito boa” (15,4%). Os restantes inquiridos avaliaram de forma insuficiente (11,5%), seguindo-se o muito insuficiente (9,6%).

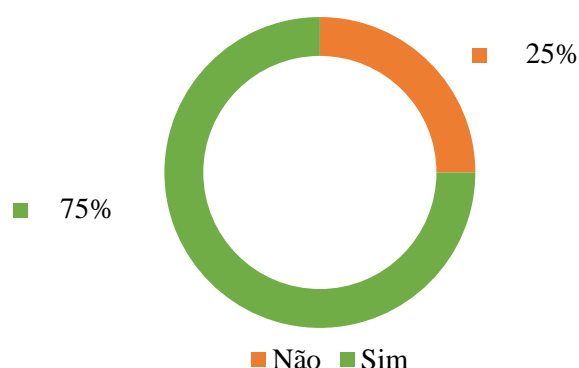
Quadro V.21 - Avaliação global da formação

	N	%
Muito insuficiente	5	9,6
Insuficiente	6	11,5
Razoável	10	19,2
Boa	23	44,2
Muito Boa	8	15,4
Total	52	100

Fonte: Elaboração própria (2018).

Finalmente, a maioria dos inquiridos (75%) recomendaria a formação, o que nos indicia ser notória a satisfação com a mesma.

Figura V.8 - Sobre recomendar a formação



Fonte: Elaboração própria (2018).

Ao longo deste ponto do trabalho vimos aqui retratada a experiência formativa de um conjunto de 52 participantes que se mobilizaram a responder ao inquérito por nós lançado, dando-nos assim pistas determinantes sobre tal panorama. Num universo de 252 sujeitos não podemos deixar de referir que esta não é uma taxa de participação propriamente entusiasta, deixando no ar algumas inquietações sobre o perfil proativo e o foco de participação que tradicionalmente se associam a potenciais empreendedores.

5.2. Análise Qualitativa

5.2.1. O empreendedorismo por (potenciais) empreendedores: entre representações e significados

A presente secção apresenta os dados das entrevistas⁷⁴ realizadas aos participantes da formação de empreendedorismo e de empreendedorismo social, quer tenha sido ministrada pelo Audax, ou pelo IES, com a pretensão de se aprofundar o nosso conhecimento relativo ao potencial de mudança e/ou efeitos nos percursos individuais e profissionais dos beneficiários de programas de empreendedorismo social.

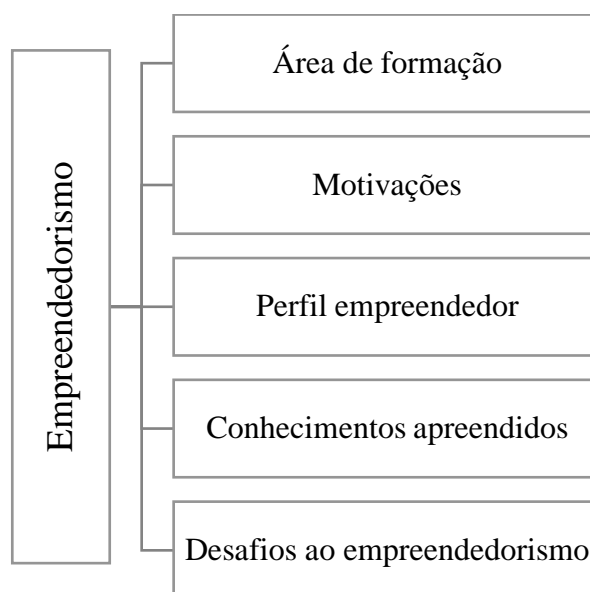
Entrevistámos três empreendedores que nos contactaram após a sua participação no inquérito por questionário manifestando interesse e disponibilidade em colaborar com a investigação. Entre os entrevistados é o sexo feminino que predomina, com duas participantes, e as idades oscilam entre os 32 e 52 anos. A sua identificação ao longo dos desenvolvimentos seguintes será: Empreendedor 1 (E1), Empreendedor 2 (E2) e Empreendedor 3 (E3).

Os dados recolhidos por meio das entrevistas são qualitativos, logo a análise será aos seus conteúdos. Esta pode ser definida como “process of systematically searching and arranging the interview transcripts, field notes and other materials that you accumulate to increase your own understanding of them and to enable you to present what you have discovered to others” (Bogdan & Biklen, 1992: 153). Fundamenta-se em dois pressupostos: i) a segmentação dos dados visando sua categorização; e ii) a articulação dos dados, tornando-os num todo lógico e coerente (Boeije, 2010).

Foi em torno de cinco tópicos centrais, definidos a priori, que conduzimos as entrevistas, tal como se pode ver na Figura V.9. Então, foi nossa intenção saber: qual à área de formação? O que incitou a aproximação ao empreendedorismo? O que é o empreendedorismo? O que motivou a realizar a formação? Que competências e conhecimentos adquiriu? Que ponte faz entre as mesmas e o perfil do empreendedor? Que desafios e/ou constrangimentos se colocam aos empreendedores?

⁷⁴ Vide Anexo F – Termo de Consentimento Informado | Documento modelo.

Figura V.9 - Modelo analítico de partida para a entrevista – Empreendedores



Fonte: Elaboração própria (2018)

Começando então pela área de formação, vemos que os empreendedores apresentam formação de base ou de pós-graduação em áreas como: Sociologia, Design e Estudos de Desenvolvimento. É curioso que o participante de Design, enquanto área comumente associada à criação e inovação, referiu: “A minha formação não tem nada a ver nem com empreendedorismo, nem com coisas sociais” (E1).

A partir daqui, foi do nosso interesse contextualizar a aproximação ao empreendedorismo, no tempo e no espaço. Verificámos situações distintas:

“Foi em 2011, foi o primeiro curso (...) foi o início do empreendedorismo. Também fui por curiosidade, foi através de um folheto que encontrei ou que me deram na rua (...) então fui por curiosidade, porque também não tinha nada a ver com o que eu estava a fazer” (E2);

“Na verdade, eu já trabalho com empreendedorismo social desde 2012. Trabalhei na área do meio ambiente, numa grande fundação do Brasil e produzi um Fórum de empreendedorismo social (...) foi quando eu tive o primeiro contacto real, próximo, com o empreendedorismo social. Com o empreendedorismo, sem ser especificamente social, eu tive contacto a minha vida inteira. Eu sou filho de um empreendedor” (E3).

Ainda que tal aproximação tenha ocorrido em contextos territoriais distintos e promovida por fatores variados, a mesma ocorre em espaços temporais próximos. Efetivamente, quando o entrevistado E2 nos refere “foi o início do empreendedorismo”, vai ao encontro daquele que foi

o “reconhecimento” da instabilidade da situação económica, financeira e social de Portugal, com o pedido do XVIII Governo de assistência internacional, aliado ao crescimento exponencial da alusão ao empreendedorismo no Programa do mesmo Governo. Já sobre o que nos diz o entrevistado E3, à luz do contexto brasileiro, a sua aproximação ao empreendedorismo ocorre em anos precedentes à forte recessão da economia brasileira, notada entre 2014-2016 (Paula & Pires, 2017). Aqui é igualmente possível estabelecermos uma analogia entre o foco sobre a atividade empreendedora e a conjuntura socioeconómica do país, apoiados naquilo que cita o relatório GEM (2016) relativamente ao facto de o Brasil entrar na segunda década deste milénio com uma atenção e força maiores sobre o empreendedorismo, percecionando-o como um fator determinante para o desenvolvimento da economia e do crescimento do país. Em concordância, Jesus & Santos (2018: 35) referem que o país “aparece continuamente no relatório GEM no topo dos 10 países mais empreendedores. Nota-se que num período inferior a 10 anos, a TAE sobe cerca de 10 pontos percentuais, atingindo o seu pico em 2015 (21,0%)”.

Sobre as motivações e objetivos para frequentar uma formação nestes domínios, é transversal aos três participantes o objetivo de seguir um novo projeto profissional, no entanto, destaca-se no E1 o alinhamento entre o contexto e a situação de desemprego, mas também entre a atividade empreendedora e o indivíduo “por si só”:

“a minha formação de designer, que foi aquilo que fui durante muitos anos, mas que na altura... aquilo foi depois de 2010, aquela crise imensa, e de algum modo também deixei de ficar com trabalho (...) mas também isso veio a tornar-se uma espécie... eu já estava um pouco cansada do design... juntou-se o útil ao desagradável e tive que arrancar para outras áreas (...) Mas ali era para ter uma ideia diferente de como é que seria ter negócio, como é que seria ter que fazer crescer uma ideia de outra maneira, uma empresa, o quer que fosse (...) também estava habituada a trabalhar sozinha e a trabalhar por mim própria” (E1);

“achei que era uma oportunidade de ver se conseguia ir avante com um negócio e sair do *call center* (...) e também ganhar mais algumas bases noutras áreas” (E2);

“Eu fui convidado para participar na formação, porque era um processo obrigatório para fazer parte do processo de mentoria (...) no processo de formação para mentor eu fui convidado para fazer parte dessa formação” (E3).

Quando questionados sobre qual o significado que atribuem ao ato de empreender, confrontamo-nos com diferentes níveis de conhecimento, mas também com abordagens distintas. Vejamos:

“Empreendedorismo é uma palavra muito na moda hoje em dia, mas tem a ver com uma pessoa meter mãos à obra e fazer o seu negócio. Não é nada de novo, sempre existiu...qualquer pessoa que decide avançar fazer o seu próprio trabalho, o seu próprio negócio. Para mim isso é empreendedorismo. Esta palavra é nova, mas é um conceito muito antigo” (E1);

“Portanto, empreendedorismo é ser proativo de alguma forma e não precisa de ser trabalhar por conta própria, mas é alguém que tem ideias, que consegue estruturá-las e consegue de alguma forma realizá-las, pô-las...colocá-las em prática e mesmo que não consiga sabe porque é que não conseguiu e... portanto, acho que é isso (...) Empreendedorismo passa muito pela inovação também, não é? Temos que inovar o produto, temos que oferecer uma coisa nova, que à partida não existe, um serviço novo (...)” (E2);

“Tentar achar uma solução para alguma coisa. Não se prender ao problema. O empreendedor, eu acho que o empreendedor ele está mais ligado à solução de algum problema do que a identificação de um problema... ver uma oportunidade e achar que a gente pode transformar (...)” (E3).

Mediante os pensamentos supracitados, vemos a referência a conceitos centrais do empreendedorismo. O empreendedor E1 conceptualiza a sua ideia de empreendedorismo próxima da lógica do autoemprego e daquele que é o papel de um empresário tradicional ao “fazer o seu próprio trabalho, fazer o seu próprio negócio”, alertando-nos para os perigos do modismo que lhe podem ser associados. Já o participante E2 associa o empreendedorismo à proatividade e à inovação de um produto. Além disso, refere que ser empreendedor não requer que se trabalhe por conta própria, introduzindo-nos assim uma abordagem próxima do intra-empreendedorismo ou do empreendedorismo corporativo. O participante E3 alia-o à identificação de oportunidades e de soluções para problemas, não reconhecendo qualquer ligação entre o empreendedorismo e a inovação:

“Eu acho que ela não tem nada a ver com empreendedorismo. Eu acho que determinado estrato de empreendedorismo tem muito a se beneficiar com a inovação, mas acho que se beneficia muito também do que já está sendo feito e que é bem feito e que a gente não precisa de inovar em nada. Tem processos que não precisam de mais inovação. Eu acho que solucionar um problema às vezes da mesma forma que ele já vem sendo solucionado pode ser uma capacidade empreendedora, multiplicar uma solução que já existe não é inovadora, entendeu? Por exemplo, uma franquia de sistema social, alguém inova e o sistema de franquia não é inovadora... já existe franquia, já existe tecnologia desenvolvida, implantar esse sistema em vários outros lugares, por exemplo, transformar uma inovação social em política pública que depois vai implantada, isso não tem nada de inovador, mas é absolutamente empreendedor” (E3).

Apesar desta leitura do participante E3, não podemos deixar de notar que tal fundamentação está em harmonia com um dos requisitos do empreendedorismo, já na sua vertente social, que é precisamente o de replicar geograficamente o impacto de uma iniciativa. Esse impacto, por sua vez, será tanto maior quanto mais envolvida e participativa for a comunidade (Martin & Osberg, 2007).

Seguindo, portanto, a senda do empreendedorismo social (ES), se por um lado vemos uma noção mais ou menos estabelecida de empreendedorismo, por outro, fomos interpeladas sobre qual o sentido do ES, mostrando-nos algum desconhecimento pelo tema:

“Eu não sei muito bem qual é o conceito de empreendedorismo social. Empreendedorismo tudo bem, agora empreendedorismo social, qual é o conceito aí? A ideia que eu tenho assim, a priori, e que deve ser completamente errada, tem a ver com o fazer coisas para as pessoas, mas que é gratuito. Uma espécie de negócio de voluntariado” (E1).

De facto, a noção proposta desvirtua do desígnio do empreendedorismo social em criar valor social de forma escalável e sustentável. Todavia, Nicholls (2006), numa articulação entre ambos os conceitos, alerta-nos sobre a importância do voluntariado no empreendedorismo social, argumentando que se deve encarar o empreendedorismo social como resultado do ativismo voluntário, baseado em recursos voluntários e de inovação social corporativa definida pelo capital de risco orientado para uma missão social como uma das dimensões possíveis do empreendedorismo social. Por sua vez, a combinação entre a criação de valor e o empreendedorismo social foram aspetos colocados por outro empreendedor: “empreendedorismo social é um *mix* de um e do outro [pessoa e lucro], a cadeia de valor sem o ser humano ela não está bem medida, porque a gente é custo de cadeia de valor” (E3).

No que toca ao perfil do empreendedor, entre os participantes são frisados aspetos distintos que se estruturam em torno de duas categorias, as quais passamos a sintetizar:

Competências/características

- "Teria que ter um perfil que é diferente do meu, porque eu não tenho um perfil comercial (...)" (E1);
- "É ser proativo de alguma forma" (E2);
- "(...) [comunicação] é mais importante que dinheiro" (E3);
- "(...) capacidade de tomar uma decisão circunstancial para resolver um problema que aparece" (E3).

Universalidade de competências

- "Ok, não tenho perfil comercial (...) não tenho realmente as características de vendedor e de tentar convencer" (E1);
- "Acho que algumas não tinha, [imperceptível] acho que algumas ganhei, entretanto perdi, entretanto, tirei agora uma pós-graduação na área de responsabilidade social e também tive outra vez uma cadeira de empreendedorismo e, portanto, voltei a relembra esses conceitos todos e, portanto, acho que voltei a adquirir (...)" (E2);
- "Todos nós somos [empreendedores] (...) Somos, absolutamente somos" (E3);
- "Acho que um empreendedor é quem toca um empreendimento. Qualquer ele que seja. A pessoa que faz um jantar ela é uma empreendedora, porque fazer um jantar é um empreendimento, você tá resolvendo... é um investimento, você tem todos... e engraçado que a culinária é muito usada no... na análise de cultura como sistema de decisão, você entra num supermercado, você tem um milhão, um sistema complexo, um milhão de soluções para resolver a sua fome. Cada uma dessas escolhas que você faz, sal grosso, sal fino, sal rosa do Himalaia, o resultado é salgar o seu prato, mas cada um desses, cada uma dessas escolhas vai indicar quem você é, o que é que você quer, qual o seu objetivo e isso é um empreendimento" (E3);
- "Um dos meus maiores amigos (...) ele é catador de lixo, palestrante do TED, já fez palestras no Coreia, já fez na Inglaterra, no Brasil ele fez várias, TED e ele é uma das pessoas mais empreendedoras, mais inteligentes que eu já vi na vida. Ele descobriu isso na cadeia, preso, ficou dezassete anos preso. E aí ele entendeu que precisava fazer alguma coisa" (E3).

Fonte: Elaboração própria, a partir das entrevistas realizadas (2018).

Entre as representações apresentadas, se procurarmos analisá-las dentro do que nos aponta a literatura sobre o perfil do empreendedor (*Vide* Ponto 1.2.2), vemos que as competências empreendedoras podem estar mais ou menos desenvolvidas em cada pessoa, sendo a atitude, o ambiente cultural e a educação estimuladores decisivos (McClelland, 1967; Saraiva, 2011).

Se a aspiração de seguir um novo projeto profissional foi um aspeto referenciado por todos, foi nosso objetivo conhecer em que estágio se encontra esse plano e os entraves ou desafios com que se depararam/deparam. Encontram-se aqui referências a dois aspetos, especialmente: (i) o contexto ou conjuntura socioeconómica e (ii) o investimento financeiro necessário para alavancar a ideia de negócio. Este último constrangimento sentido pelos entrevistados vai ao encontro de um dos resultados do 8º Estudo AGER – *Amway Global*

*Entrepreneurship Report*⁷⁵, quando refere que são as dificuldades financeiras que mais condicionam a decisão empreendedora em Portugal, com apenas 35% dos portugueses dispostos a correr o risco de o fazer.

Retomando as palavras dos participantes sobre os aspetos mencionados, podemos então certificar:

Quadro V.23 - Obstáculos à atividade empreendedora

Contexto ou conjuntura socioeconómica
<ul style="list-style-type: none">• “Prestar atenção nas circunstâncias é muito importante, porque eu entendo que a gente lidar com as circunstâncias é a única forma de alguma forma... manipular o sistema. O sistema te diz o que ele espera que você faça, mas isso não quer dizer que é o que você na hora que você 'tá sozinha definindo o que você vai fazer... o sistema ele tem uma capacidade limitada, a submissão ao sistema ela é voluntária, então acho que a análise da circunstância ela diz muito sobre como a gente 'tá tentando fugir do sistema... e no empreendedorismo social isso é muito importante, porque é quebrar o paradigma do sistema”(E3).• “Ele quebrou e eu quebrei junto. Eu funcionei três meses. Eu achava que eu tinha um ótimo negócio. Quando eu coloquei, quando eu abri as portas, eu vi que ele era pelo menos umas cinquenta vezes melhor do que eu imaginava” (E3).• “Funcionou, mas o mundo quebrou. A circunstância era tudo” (E3).
Investimento financeiro necessário
<ul style="list-style-type: none">• “Começava logo por aí e inviabilizava logo o negócio, porque o valor das rendas era muito alto, e ainda continua a ser, não é?” (E2).• “Porque as despesas de renda na baixa são muito caras (...)” (E2).• “Sim, era um investimento brutal, brutal mesmo para a criação do site. E eu achei, muito sinceramente, que apesar de ter muito interesse não compensaria de todo, não havia retorno com certeza para... tão rápido (...) É e continua a ser uma ótima ideia, mas na realidade aquilo que é preciso para dinamizar um site, um portal desses, continua a necessitar de muito dinheiro. E pronto” (E1).

Fonte: Elaboração própria, a partir das entrevistas realizadas (2018)

Igualmente na senda do financiamento, foi mencionado pelo entrevistado E2 a pretensão de “recorrer também aos apoios que existem do Portugal 2020, porque está enquadrado o tema, está enquadrado nesses apoios, portanto nós vamos tentar, vamos candidatar-nos a alguns desses apoios” (E2).

⁷⁵ Relatório anual realizado pela Amway, empresa líder mundial no setor de venda direta, em colaboração com a Escola de Negócios da Universidade Técnica de Munique e a empresa de estudos de mercado Gfk, que foca as principais tendências empreendedoras a nível global.

Já no âmbito das forças conjunturais, aspeto destacado particularmente pelo entrevistado E3, foi mencionado pelo mesmo aquilo que considera como elemento central para se encetar uma atividade empreendedora:

“Para um empreendedor eu acho que a maior dificuldade é entender que para captar recurso ele tem que... ninguém te dá dinheiro (...) as pessoas vão financiar um projeto com um bom plano de trabalho (...) Se você apresentar um plano de trabalho factível, você vai conseguir recursos, agora «ai eu quero resolver o problema do mundo, me dá cem mil», não... a base da captação de recurso para mim é a seguinte... só com o envolvimento teórico, só a base teórica, qual é o problema, porque é que você está achando que aquela solução que você está apresentando é possível? Porque já tem muita gente tentando resolver todos os problemas do mundo” (E3).

Aliada a esta convicção, volta-se a salientar a «comunicação» enquanto uma competência fundamental do empreendedor – “É mais importante que dinheiro (E3)” –, sendo que só a partir dela se consegue “investidor para botar dinheiro em qualquer bom negócio” (E3).

Finalmente, sobre o *feedback* relativo à formação, as respostas que obtivemos destacam duas categorias:

- i) Processo de mentoria: “nós tínhamos em simultâneo um mentor (...) então ajudava-nos a pensar, a pensar melhor as coisas, a estruturar (...) ele ajudava bastante, todas as semanas nós íamos ter com eles, com os mentores” (E2); “eu não gosto de ser mentor. Eu não sou mentor (...) eu acho que o projeto de mentoria tem duas fragilidades para que eu participe dele, não acho que são fragilidades do projeto, são fragilidades para que eu participe dele. Eu não concordo com o trabalho voluntário, em hipótese nenhuma” (E3);
- ii) Experiência formativa: “foi uma experiência superinteressante e por isso também valeu a pena. Colocou-me num ponto de ter que analisar muito de mim e de superar algumas questões. Aquele *pitch* pequenino, foi 5 minutos para explicar um projeto inteiro, “como é que eu faço isto tudo?”, foi assim, mas, para a minha a estrutura de organização de pensamento não provocou grande alteração”(E1); “Aprendi a mexer melhor no Excel, tive mais umas noções de marketing, que não tinha na altura e também o plano de negócios” (E2).

Se até agora nos debruçámos sobre a perspectiva de três (potenciais) empreendedores que com objetivos individuais participaram em processos formativos de empreendedorismo e empreendedorismo social, vamos agora cruzá-la com a análise das representações expressa pelos três empreendedores sobre todo o processo de criação do seu próprio trabalho e negócio

conjunto. A participação destes três elementos ocorreu através de uma entrevista de grupo, a qual, paralelamente, foi sendo complementada com informações presentes num diário de bordo dos mesmos, sobre toda a trajetória empreendedora. O diário foi-nos disponibilizado, permitindo-nos analisar igualmente os seus conteúdos. A estes sujeitos empíricos atribuímos a codificação de: Empreendedor 4.1 (E4.1); Empreendedor 4.2 (E4.2) e Empreendedor 4.3 (E4.3).

Aos desenvolvimentos do processo empreendedor, os empreendedores atribuíram a designação “Saga da criação do próprio emprego”, conforme se certifica no diário. Foi este o mote para o início da entrevista.

Então, começámos por questionar qual a motivação para avançar com tal projeto profissional. Obteve-se a seguinte resposta:

“sair do fundo de desemprego. A nossa intenção era sair do fundo de desemprego (...) trabalhávamos numa loja de ferragem, numa empresa, que fechou. Nós trabalhávamos lá na mesma empresa, eu há 17 anos, ele há 10 e depois aquilo de um dia para outro abriu insolvência (...) e depois nós estávamos em casa. Eu tenho 52 anos já sou velha para o mercado de trabalho (...) E depois é assim, eu ganhava 1700€ e toda a gente me oferecia 500 (...) quem diz eu, diz os meus colegas (...) E depois o que é que a gente vai fazer? Vai ficar em casa a chorar? Vai trabalhar por 500€ ou 600? E fizemos uma opção, mas admito que foi muito difícil, muito difícil” (E4.1).

Pelas palavras da empreendedora, em que relata aquele que foi o motor dos três empreendedores, parece-nos haver uma combinação entre o empreendedorismo por necessidade e o empreendedorismo por oportunidade, ou seja, se por um lado é a situação de desemprego que os orientou naquela direção, por outro, perante outras opções de emprego, os empreendedores optaram por alavancar o seu próprio negócio, sendo o mesmo sustentado em todo um processo de planeamento e preparação. Esta foi uma visão corroborada por outro empreendedor, ao referir:

“Este ramo não é novidade para nós, já são 20 anos (...) E depois é assim, eu acho que qualquer pessoa que viva neste país... quer dizer, eu estou no fundo de desemprego e ganho 1050€ (...) e vou a uma reunião e dizem (...) «só lhe podemos dar o ordenado mínimo». O que é que eu faço? Fico no meu sofá a ganhar 1000€ e tomo conta da minha casa e da minha vida e não vou trabalhar (...) eu acho que alguma coisa está aqui mal, está tudo mal” (E4.2).

Sobre isto, parece-nos ainda que tal “reorientação” profissional encontra espaço no âmbito das políticas de ativação, realçando aquela que é uma incompreensão do que é uma lógica de previdência (seguro) e o que são as condições do mercado de trabalho.

Posteriormente, procurámos apreender qual a dinâmica imprimida a todo o processo, nomeadamente: como se iniciou; como se desenrolou; e, em retrospectiva, como o avaliam, enquadrando aqui com o título do diário de bordo.

“O primeiro contacto foi assim, íamos às apresentações quinzenais, que íamos a Cascais, o que eu achava também outra coisa, que eu pensava «ai meu Deus que eu agora pareço uma criminosa, tenho que ir às apresentações» e numa das apresentações uma senhora disse-me «sabe que agora existe um linha de apoio aos empreendedores para criarem o seu próprio trabalho» e eu trouxe uma folhinha, e depois isto começou aqui a martelar na minha cabeça, depois começou a martelar na cabeça dele, porque já éramos colegas e amigos e ambos queríamos sair da situação de onde estávamos” (E4.1).

Mediante a perspetiva supra, é-nos possível extrair duas ilações: a insatisfação perante as exigências das “políticas ativas” na atribuição de um direito social e o primeiro contacto com a eventualidade de seguir o autoemprego como forma de alterar a situação laboral. A partir daqui,

“(…) comecei a ligar, e o primeiro sítio onde eu liguei calhou (...) onde estava o [Técnico de Empreendedorismo] e então “vamos ver, não perdemos nada”, mas começámos com a ideia que íamos abrir uma loja, porque é assim, nós somos muito conhecidos, somos aqui da área, as pessoas conhecem-nos e começámos a trabalhar nisso” (E4.1).

Para melhor apreensão de todos os sentidos atribuídos pelos empreendedores a cada ocorrência do então novo projeto profissional, passamos a sistematizar os principais marcos do diário de bordo, os quais foram registados desde o início do apoio técnico de empreendedorismo da SEA. Aqui é dado conta também dos contactos estabelecidos com outras entidades: bancos, notários, autarquia e IEFP. À síntese que se segue vamos atribuir a mesma denominação que os entrevistados ao processo: “Saga pra criar o próprio emprego”.

Quadro V.24 - "Saga para criar o próprio emprego" – Diário de Bordo

Data	Descrição
30 março de 2017	“1º contacto com o técnico para ajudar no projeto para criação do próprio emprego, foi facultado um papel pelo IEFP com várias moradas perto da nossa residência, por sorte ou azar escolhi [este]”.
12 abril de 2017	“A nossa primeira reunião: vou apresentar a ideia (...) O técnico logo na primeira reunião «isso não, isso não» (...) deu-nos trabalho para casa, para a

Data	Descrição
	<p>gente dizer qual era o nosso volume de negócio, o que é que a gente pensava que ia ganhar, os fornecedores, o que é que íamos fazer, a loja, quanto é que era a renda. Conclusão: nós tivemos que criar uma loja primeiro, nós tivemos que fazer tudo primeiro antes de ter o negócio. Depois levávamos a apresentação” (E4.1).</p> <p>“O papel dele é dar uma ajuda, mas nós é que temos que fazer tudo, pois se voltasse a estar numa situação idêntica, já não precisava de ajuda. Tudo bem, eu não entendo, mas tenho que aceitar, pois, estou decidida a avançar com este projeto para sair do fundo de desemprego, eu e o meu amigo”.</p>
8 de maio de 2017	<p>“Segunda reunião «não pode ser, só se vocês arranjam fornecedores que façam crédito, vocês não vão conseguir». A conversa dele era sempre a mesma”</p> <p>“fomos a mais uma reunião com o Sr. onde temos à nossa frente um senhor que ao invés de nos ajudar e incentivar, só desmoraliza, que o nosso projeto não tem pernas para andar!!! Não percebo, mas continuamos, não queremos desistir (...) comecei a trabalhar no que foi pedido:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Procurar Loja; - Faturas proforma para os possíveis fornecedores; - Ligar para o IEFP”.
15 de maio de 2017	<p>“Voltamos a reunir com o Sr. para formalizar o projeto e ver o que faltava. Mais uma vez o Sr. diz que o nosso projeto não tem pernas para andar; e eu e o João dissemos o Sr. faz o projeto como nós queremos e é a verdade para entregar no IEFP e no Banco e se não for aprovado, logo se vê, mas pelo menos tentámos”.</p>
Final de maio	<p>“O técnico entregou o projeto no final de maio, não sei precisar o dia concretamente”.</p>
Início de junho	<p>“Eu e o João fomos com o nosso projeto ao banco onde entregámos o nosso projeto e o meu gestor aceitou. Pediu-nos vários documentos onde entregámos tudo o que foi solicitado. Entretanto como não tínhamos notícias do IEFP para receber o nosso dinheiro na totalidade liguei mais uma vez (...) ela como sempre muito «delicada e simpática» diz como é que podia disponibilizar o dinheiro se não tinha nenhum projeto (...) conclusão (...) não sabem quem é o técnico do empreendedorismo”.</p> <p>“Perto da hora de almoço eu e a minha amiga «H» (que é o meu braço direito e esquerdo) fomos entregar o projeto a tempo e horas”.</p>
Finais de junho de 2017	<p>“O banco disse +/- um mês diz que o projeto é aprovado ou não, liguei mais ou menos no dia 11 de julho onde me responderam que pediam desculpa, mas o gestor de conta estava sozinho e não teve tempo de ver o projeto”.</p>
7 julho de 2017	<p>Aprovado pelo Banco.</p>
Julho de 2017	<p>“Entretanto vou ao banco, onde me disseram que só podiam pôr o dinheiro na conta, ou seja, os 25000 euros que estou a pedir o crédito «Invest +» se tivesse o dinheiro do IEFP (...) Ok, não tenho o dinheiro, tenho que esperar”.</p>
Agosto 2017	<p>“Cai dinheiro do IEFP. Vou ao Banco (...) é preciso faturas que já tenho, mais documento disto e daquilo, assinaturas, etc., etc. (...) Enfim outra boa notícia: temos que abrir a empresa, senão não há dinheiro para ninguém. Como é que se abre uma empresa sem ajuda?”</p>
Setembro de 2017	<p>“Começámos a chatear o banco, para saber o que se passava. Estava tudo bem, costuma levar este tempo todo. Já passou mais 2 meses. Entretanto como temos que ter a empresa aberta formámos a sociedade (...) Passou setembro, já</p>

Data	Descrição
	montámos a loja, com ajuda de alguns fornecedores que puseram a mercadoria na loja sem receberem, pois, eu e o «J» achámos que mais um mês teríamos o bendito dinheiro”.
2 outubro de 2017	“Abrimos (...) é verdade, um sonho realizado, mas que continua a ser amargo e difícil. O banco continua no mesmo impasse (...)”
Novembro de 2017	“Estamos no fim de novembro e o dinheiro nem vê-lo. Estou convicta que estou a pedir 2 milhões de euros”.
Dezembro de 2017	“Eu e o «J» já vamos no 3º mês sem ordenado. A saga vai continuar (...) Espero pelas próximas novidades. Vão ser boas (...)” “Hoje 8 de dezembro é feriado, estou mesmo com a moral em baixo (...) na loja o dia está triste e deprimente (...) aqui vão os últimos acontecimentos. Resumindo, fui ao notário (...) esqueceram-se que era preciso uma procuração (...)” “Dia 14 de dezembro nem sequer tenho vontade de escrever, mas aqui vai, nada de novo” “Dia 20 de dezembro, mais 1000 euros para impostos, mas tudo se vai resolver”.
Janeiro de 2018	“Hoje já são 9 de janeiro de 2018, pois é, já aconteceu muita coisa. Já passou o Natal, sem dinheiro (...) puseram o dinheiro na conta no final do mês, mal chegou o dinheiro pagámos o mais urgente, inclusive os ordenados, pois não vivemos do ar (...) dia 2 de janeiro caiu o resto do dinheiro, pois é. Pagámos aos fornecedores que muito agradeço a ajuda, mas continuamos a dever, pois o dinheiro já fazia muita falta”.

Fonte: Elaboração própria, a partir do «Diário de Bordo» fornecido pelos sujeitos empíricos (2018).

Em poucas palavras temos aqui elencados cerca de dez meses do desenvolvimento de um projeto empreendedor. Começando pelo próprio título, vemos que com alguma conotação negativa⁷⁶ retrata “(...) um processo complexo (...)” (E4.3), com “(...) obstáculo, atrás de obstáculo. Nada, nada batia certo” (E4.1). “Nós se não tivéssemos dinheiro, não conseguíamos (...) 6 meses à espera de dinheiro. Então como é que uma casa se faz sem dinheiro?” (E4.2). Estas afirmações parecem-nos estar próximas do pensamento de Campos & Soeiro (2016), quando argumentam que o empreendedorismo, enquanto conceito, apresenta-se àqueles que mais dependem das políticas de emprego, dispensando as estruturas de decisão coletiva e as críticas aos constrangimentos macroeconómicos.

Relativamente ao acompanhamento técnico de empreendedorismo pela SEA, foi com o objetivo de se elaborar o plano de negócios, documento necessário para formalizar a

⁷⁶ Saga – “1. Tradição histórica ou mitológica dos escandinavos; 2. Xácara escandinava; 3. Bruxa, feiticeira” (in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/saga> [consultado em 08-11-2018]).

candidatura ao «Invest +» e ao pedido de adiantamento das prestações do subsídio de desemprego. A expectativa sobre tal apoio era de que “(...) íamos encontrar uma pessoa que nos levantasse a moral, que nos dissesse «vocês têm que fazer isto e isto». Nós achávamos que havia uma pessoa que estava connosco do princípio ao fim do projeto” (E4.3). Contudo,

“deitou uma pessoa muito abaixo, devia ser uma pessoa de dar mais ânimo a nós, mas não deu (...) até disse que o nosso projeto não tinha viabilidade. Foi um dos que mandou a gente assim, estávamos cá em cima e viemos cá para baixo (...) também não sei se ele estaria errado, sei lá” (E4.2).

“Mas se calhar o papel dele não era motivar, eu não sei qual era o papel dele (...) mas penso que é fazer a realidade (...) [ele dizia que não era viável] porque eu acho que [ele] estava fora da realidade (...) ele ia nos pondo a realidade do país, porque o país não está assim tão famoso para se abrir negócios” (E4.1).

Sobre a dinâmica do acompanhamento da SEA foi, como vimos no Quadro V.24, assente no princípio de responsabilidade partilhada, onde os empreendedores referem que “(...) aquilo que ele fez em papel foi espetacular, só que a outra parte foi nossa. Nós é que tivemos as ideias. Agora a parte do papel, foi excelente” (E4.2).

Uma vez estruturado o projeto e o respetivo plano de negócios, o passo seguinte foi a sua entrega no IEFP. Este foi outro momento em que a resposta dos serviços não correspondeu ao expectável, pois:

“Nós fomos entregar o nosso projeto, eu cheguei lá, chegámos lá, tirámos uma senhazinha, e o projeto que eu nunca pensei que fosse entregue assim, pensei que nos chamassem, sentássemos numa cadeirinha, numa mesa e que houvesse ali uma reunião com o projeto à frente. Não. O projeto foi entregue ao balcão (...) foi só feito assim. Nem uma reunião a gente teve no Instituto de Emprego (...) a nós também não interessava, mas acho que as coisas bem feitas seriam assim” (E4.2).

Tal adiantamento foi um procedimento considerado célere, com a convicção de que se trata de uma prestação social assente numa lógica de seguro social, onde os trabalhadores contribuem para o sistema, conforme a influência bismarckiana (Silva & Pereira, 2015):

“O adiantamento do subsídio de desemprego caiu desde o momento que foi aprovado o projeto (...) isso foi rápido (...) Isto não foi nenhuma ajuda. Acho que as ajudas não foram assim muitas (...) Eu não considero aquele dinheiro que a gente recebeu do IEFP, eu não considero que seja uma ajuda, foi um adiantamento, porque essa verba é nossa. Nós trabalhamos para isso” (E4.2)

Não obstante estes desenvolvimentos, a agilização do processo não foi transversal a todas as entidades envolvidas, com implicações diretas na estabilidade económica e familiar de cada um dos empreendedores, vejamos:

“Nós só abrimos a loja quando tivemos o *ok* do IEFP, quando tivemos o *ok* do IEFP ... e com o *ok* do banco que íamos ter esse financiamento, mesmo sem ter dinheiro no bolso, porque investimos aqui as nossas economias familiares (...) O nosso projeto a nível bancário foi aprovado dia 7 de julho de 2017. Sabe quando é que nós tivemos o dinheiro na nossa conta? (...) foi agora há dois meses (...) finais de dezembro. Não era uma linha que devia estar em conjunto?” (E4.1);

“Nós abrimos a loja em outubro e só recebemos o dinheiro no final de dezembro” (E4.2);

“o crédito foi aprovado, mas aquilo era assim, passado um mês falta um papel, passado outro mês falta uma assinatura, passa outro mês falta a opinião mercantil e andamos meses e meses com o processo. Nós estávamos quase a perder a data, porque há uma linha de crédito de 25 mil euros, que foi essa que nós fizemos, nós estávamos quase a perder essa data e a perder tudo, só porque todos os dias faltava uma coisa e já com a nossa verba aqui investida” (E4.1 & E4.2).

Quando pedimos que nos falassem do processo numa perspetiva genérica, ou seja, em retrospectiva como o percecionavam e aquilo que consideravam essencial melhorar, identificámos no conteúdo dos discursos a referência a: (i) articulação entre os serviços; (ii) questões burocráticas; (iii) relação empreendedores-serviços; (iv) falta de informação; e (v) condições exigidas. Tal reconhecimento encontra-se sistematizado no quadro abaixo:

Quadro V.25 - Avaliação global ao processo empreendedor

<p>Articulação entre serviços</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Do IEFP disseram, “mas quem é o técnico da SEA” (...) eu não sei, foram vocês que me deram este formulário (...) só sei que foi a única pessoa que ainda me ajudou, a única pessoa que me ajudou de verdade” (E4.1); • “Alguém que tivesse sempre connosco, que nos acompanhasse. Por exemplo, o projeto – isto foi outra gafe que não coube na minha cabeça - ficou na mão dele [técnico de empreendedorismo]. O que é que eu achei? Ele está ligado ao IEFP, está ligado ao Banco (...) está ligado a estas três entidades, estas três entidades trabalham em conjunto. Foi isso que nos fizeram crer. Que essas três entidades são todas envolvidas no mesmo projeto (...) Não aconteceu nada disso” (E4.1); • “Uma tarde estou aqui, eu e a «H» na conversa e o «J», vamos ligar para [o IEFP] e ela «não tenho conhecimento de nada». Caiu-me tudo aos pés. Porque nós tínhamos que entregar aquele processo naquele dia, porque se não acabava o tempo. Então, lá vamos nós para o IEFP a correr e agora quem falhou? Não sei, eu não fui, porque eu não sabia que isso funcionava assim” (E4.1); • “Depois falam mal uns dos outros: o banco é que não trabalha bem, o IEFP é que não trabalha bem (...) eles empurram sempre de uns para os outros” (E4.1 & E4.3);
-----------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<ul style="list-style-type: none"> • “E a relação entre o Centro de emprego com as instituições bancárias que dão o «Invest +», também não há comunicação entre elas. Haver mais comunicação entre as entidades” (E4.3).
Burocracia ⁷⁷	<ul style="list-style-type: none"> • “Não é pedirem mais um papel sem nós fazermos ideia do que é” (E4.1); • “O que nos faltou foi a verba logo de início. Isso foi importante, porque nos ajudava a desenvolver isto melhor” (E4.2); • “à espera que o banco financiasse e demorou, demorou, demorou e continuou a demorar” (E4.2).
Descrença nas respostas sociais	<ul style="list-style-type: none"> • “Agora se me falarem de subsídios eu vou dizer «então ponham o dinheiro todo na minha conta» depois de o dinheiro estar deste lado, eu trato de tudo o que quiserem” (E4.1); • “Agora estamos a ser penalizados por pessoas que se portaram muito mal no passado, porque havia muita gente que recebia dinheiro e em vez de fazer aquilo que nós fizemos, que é criar o nosso trabalho, compravam carros” (E4.1); • “Eu agora só acredito quando vir o apoio” (E4.2); • “primeiro, provavelmente temos que entrar com o nosso capital, só depois de entrarmos com o nosso capital é que o dinheiro vem” (E4.3).
Relação empreendedores-entidades	<ul style="list-style-type: none"> • “zero (...) só tivemos contacto com o técnico da SEA” (E4.1); • “É complexo porque as pessoas querem que seja complexo, porque se as pessoas saíssem das secretárias e fossem ao terreno” (E4.1); • “Ao menos que houvesse alguém que dissesse assim «sim Sr., vamos apoiar estas pessoas que querem abrir de verdade», eu e o «J» já podíamos ter feito outra coisa qualquer, nunca ninguém nos veio ver” (E4.1) • Houve pouca informação. Nesse sentido para nós, houve pouca informação. Porque a gente ia ao instituto de emprego, puxávamos uma senhazinha, sentávamo-nos ali “ah o que é que vocês querem. Sim Sr., depois a gente diz qualquer coisa” E era assim, não houve informação, não nos cativaram um bocadinho” (E4.2); • “Eu acho que passa muito por quando alguém se dirige ao Centro de Emprego e diz que quer criar o seu próprio emprego, acho que deviam disponibilizar alguém para fazer aquele acompanhamento de “está aqui estas instituições, vocês vão lá, reúnem-se com a pessoa, começam a trabalhar no plano de negócios. Quando tiverem o plano de negócios, voltam cá e falam comigo” Aquele que falou inicialmente, acompanhar do princípio ao fim e estar sempre presente e auxiliar por trás em tudo. Não é largarem as pessoas assim” (E4.3); • “Que houvesse alguém que nos dissesse «olha vocês têm que ter atenção se o espaço que arranjam tem licença de comércio» (...) porque agora temos um processo a decorrer na Câmara para ter isto para comércio (...) portanto, se houvesse alguém que dissesse «vocês tem que ver isto, os impostos, as licenças» dizer logo à pessoa o bolo que é necessário, tipo check-list e as pessoas irem picando. Tenho que abrir atividades nas finanças, tenho que ter contabilista, tenho que ter um programa informático, tenho que ter licença de comércio no espaço que vou alugar, portanto, um pré-check list de coisas que as pessoas têm que fazer à partida (...) há coisas que as pessoas não têm conhecimento e se tiverem esse feedback as pessoas já quando vão tratar disto e daquilo já vão com aquele alerta” (E4.3).

⁷⁷ O termo tem sido aplicado pelos participantes associando-o a processos demorados e complexos, distanciando-se do seu sentido Weberiano.

Falta de informação	<ul style="list-style-type: none"> • “O que faltou ali foi a falta de informação. Não houve informação nenhuma, nem nos chamaram para nada” (E4.1); • “Tudo mal explicado ou quase nada explicado” (E4.2).
Condições exigidas	<ul style="list-style-type: none"> • “Eu acho que isto são tudo jogadas, porque é assim, entretanto fiquei com a corda no pescoço, certo? Porque é assim, nós temos que comprar, o fornecedor até nos pode financiar os 30 dias, certo? mas, entretanto, se não houver um bocadinho de dinheiro...” (E4.1); • “As primeiras remessas [de material] para aqui foi tudo pago por nós” (E4.2); • “[caso não tivessem poupanças] Senão não conseguíamos abrir isto (...) nós é que pusemos do nosso bolso (...)” (E4.2); • “A exigência para lhe darem o dinheiro é estar a loja aberta. Como é que um desempregado abre uma loja sem apoios? Como?” (E4.3);

Fonte: Elaboração própria, a partir das entrevistas (2018).

Terminámos a entrevista interpelando sobre o que os fez persistir face aos constrangimentos que experimentaram. Nas suas palavras vemos a alusão a características que diversos autores (Dees, 2001; Saraiva, 2011) legitimam ao empreendedor, mas também, novamente, a referência à transformação da situação profissional: “Eu acho que se eu não fosse persistente era muito complicado” (E4.1); “A vontade de querer mesmo sair do fundo de desemprego” (E4.2). O espírito de grupo coeso, foi igualmente um aspeto assinalado, dando assim conta do poder do coletivo numa prática transformadora:

“Quando eu desanimava «não desanimes, vá isto vai à frente». É o que eu digo ao «J» «quando eu estiver lá em baixo, tu não podes estar lá em baixo». Não podemos estar os dois. Porque é assim, nem todos os dias é fácil. Há as pessoas mais pessimistas e há as pessoas mais otimistas. Portanto, se calhar, é uma balança boa (...) A «H» é de gestão, nós é para vender (...) digamos que somos três que nos complementamos uns aos outros. E não podia ser de outra forma. Criar aqui uma equipa, pronto, um é mais forte numa coisa, outro é melhor noutra e pronto e vamos ser uma empresa de sucesso e vamos trabalhar para ser uma empresa de sucesso” (E4.1 & E4.3)”.

Concluíram referindo:

“Eu não aconselho ninguém a fazer isto, ninguém, ninguém, ninguém (...) mas nós estamos qui há 6 meses, cansados, mas felizes” (E4.1);

“É muito difícil (...) estamos aqui há seis meses e não nos podemos queixar muito. Dá para a renda, dá para as despesas e agora qualquer dia vamos começar a amealhar (...) lucro (...) não vai ser já, já, tão depressa, mas provavelmente um dia mais tarde vai voltar a acontecer (...) temos

que tirar os nossos ordenados, temos que pagar as nossas despesas, tudo isso ao fim do mês... e temos que ter clientes, que é o mais importante” (E4.2);

“Durante três anos temos que cá estar, seja para bem, seja para o mal. Porque se não, temos que devolver tudo” (E4.3).

Ainda que com uma visão otimista em relação ao futuro, estes discursos deixam visíveis as dificuldades e os entraves à atividade empreendedora pelo menos quando submetida aos apoios de entidades públicas portuguesas. Estas barreiras burocráticas, em nosso entender, colocam-se como uma analogia ao «Estado Paralelo» de Boaventura de Sousa Santos (1990), uma vez que o Estado se compromete e torna dominante no seu discurso o incentivo e a promoção a um tal padrão de atividade laboral, mas descompromete-se dele, por omissão ou vias informais (Santos, 2002).

5.2.2. Serviço Social e empreendedorismo (social): Representações dos Assistentes Sociais Académicos

Analisar o posicionamento que o Serviço Social preconiza sobre si mesmo em processos de empreendedorismo social só é possível a partir de uma análise endógena às perspetivas dos seus próprios protagonistas. É a partir dessa premissa que envolvemos assistentes sociais académicos⁷⁸, exercendo atividades de docência-investigação no ensino superior, com a intenção de compreendermos como é que a profissão se dispõe perante os (novos) contextos de intervenção e as (novas) problemáticas que aí se apresentam. Esta necessidade decorre, igualmente, daquilo que nos é indicado por Amaro (2015: 125): “o mercado de trabalho tem vindo a constranger-se e, em consequência, a competitividade aumenta, o que torna cada vez mais premente a necessidade do Serviço Social demonstrar o que é, para que serve e em que domínios não pode ser substituível por outras profissões”.

Com efeito, propomo-nos analisar e discutir alguns aspetos que se consideram críticos para a conceção da profissão nestes domínios. O que há de novo na conceção do empreendedorismo como retórica pós-moderna? Colocar-se-á o empreendedorismo como uma expressão da democratização dos riscos? Como é que se inscrevem iniciativas empreendedoras na trajetória dos Assistentes Sociais? Como se equilibra esta ligação do ponto de vista ético do Serviço Social? Tendo em consideração a formação e preparação teórico-prática dos assistentes sociais, que benefícios ou contributos pode dar o Serviço Social ao campo empresarial? E por outro lado, o que potencia a atividade empreendedora no Serviço Social/ nos Assistentes Sociais? O que justifica a integração do Empreendedorismo nos diferentes planos curriculares do Serviço Social? Será em torno destes aspetos que nos vamos debruçar neste ponto do trabalho, tendo como horizonte a consecução dos nossos objetivos de pesquisa.

Iniciámos o grupo focal lançando uma citação para reflexão, de Jeffry Timmons (1994), já aplicada por nós anteriormente neste estudo, que nos diz: “O empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que a Revolução Industrial foi para o

⁷⁸ O Grupo Focal contou com a participação de cinco assistentes sociais académicos, de diferentes Institutos de Ensino Superior, envolvidos em Unidades Curriculares ou pós-graduações próximas dos domínios como o Empreendedorismo Social, a Gestão de Organizações Sociais e Inovação. A codificação atribuída a cada entrevistado foi: Académico 1 (AC1); Académico 2 (AC2); Académico 3 (AC3); Académico 4 (AC4) e Académico 5 (AC5).

século XX”. Daqui, interrogámos que leitura era feita de tal afirmação, salientando o próprio conceito de «revolução» que lhe é conferido e a analogia com a Revolução Industrial.

Sobre isto foi então referenciado:

“Eu penso que estamos aqui a assistir a uma revolução que de alguma forma é realmente silenciosa (...) mas começa a ser uma realidade em todos os aspetos, basta percebermos que neste momento estamos a fazer uma reunião online, não é? (...) Basta acompanharmos esta evolução tecnológica para percebermos que depois em termos de inovação, de criatividade, de explorar oportunidades... mesmo que seja na produção de bens e serviços para a comunidade, penso que isto (...) já é uma realidade e, portanto, acaba por ser uma revolução que acabamos por fazer em todos os estabelecimentos” (AC1);

“Eu não sei se considero que o empreendedorismo é uma revolução silenciosa, para mim tem muito pouco de silencioso neste momento, até pelo contrário, acho que está a ser um bocadinho gritante e até preocupante nalgumas dimensões (...) o empreendedorismo não é apenas social. Acredito que sim, que tem a mesma capacidade de revolução do que significou a revolução industrial no sentido de mudança de paradigma, de mudança de comportamento, de mudança do ponto de vista das dimensões de emprego e não só (...) Na altura na qual nós nos encontramos, não é, onde a ênfase no individual é tão forte e onde existe uma maior preponderância em que seja o indivíduo a construir o seu próprio caminho e a traçar o seu próprio destino, não é, e isto também ao nível do emprego, ao nível da sua vida pessoal, ao nível de muitas dimensões humanas (...) aparece como uma necessidade, mas quase como uma fatalidade, ou empreendes ou morres” (AC2);

“não me parece que seja equiparado à revolução industrial, não sei se é, mas se é, também não me parece que seja uma revolução (...) Honestamente acho que acaba por ser, neste momento, uma necessidade, ou até talvez (...) Mais do que um modelo de atuação, acaba por ser uma necessidade de pensar a inovação, mas não apenas ligada à dimensão do capital, como foi, penso que aqui a relação que Timmons faz com a revolução industrial, não é, ou seja, porque aqui há um acentuar do que é o valor social, ou seja, uma procura por uma, pelo valor social, mas numa lógica de sustentabilidade, não é, utilizando aqui dimensões de *management*, de gestão, de criar-se uma estrutura, uma lógica, um plano de trabalho (...) mais do que um plano de trabalho que garanta os objetivos que é acrescentar valor social à atuação, mas que tenha um impacto social (...) que crie sustentabilidade do ponto de vista da empregabilidade (...) de ir construindo respostas que adequadas a determinados públicos, certo?” (AC3)

“Efetivamente acho que é uma revolução, penso que ainda é cedo para sabermos se ela terá o mesmo peso ou será ainda maior que a revolução industrial no século XX (...) mas uma coisa é

certa, é que, de facto, cada vez mais (...) quem não empreende morre e, portanto, há aqui toda uma cultura que se está a instalar, a ganhar grande terreno que eu penso que é grave, porque nalguma medida desresponsabiliza o coletivo, a sociedade, o Estado e isso preocupa-me muito (...) de facto parece que ficamos numa sociedade menos solidária e muito mais cada um por si e isso não é a praia onde me sinto confortável, de maneira nenhuma. Sem prejuízo da importância dos empreendedores, o que é diferente, eu penso que uma coisa é cultivarmos perfil de proatividade, eu gosto mais de proatividade do que empreendedor” (AC4)

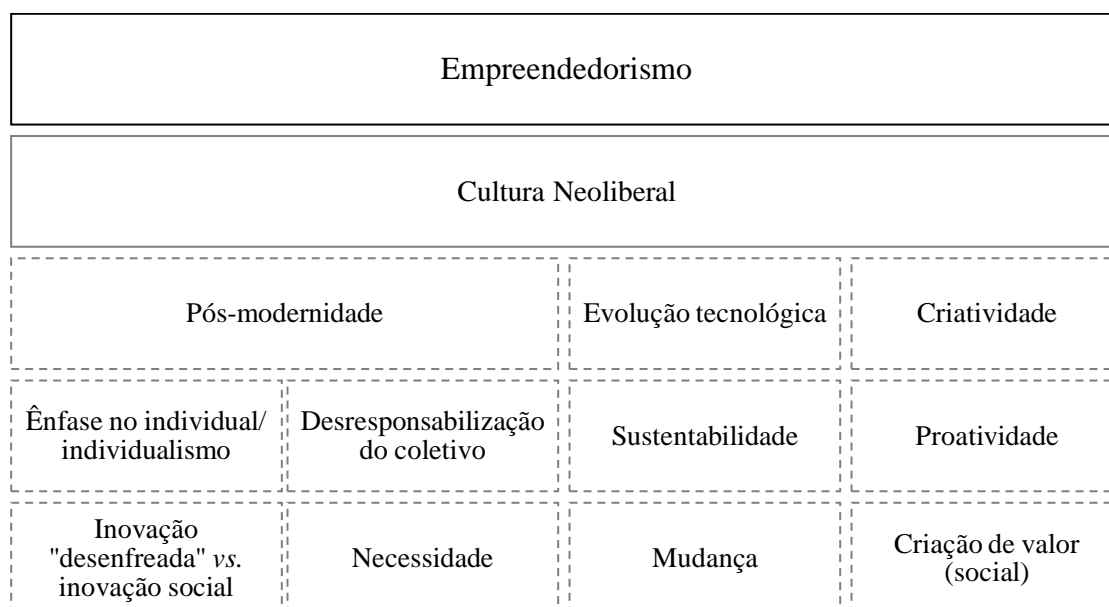
“acho que a frase merece mais do que uma leitura (...) numa primeira leitura eu seria daquelas pessoas a dizer que se trata de retórica pós-moderna (...) Primeiro, porque a revolução industrial foi feita de empreendedores e foi feita de empreendedorismo. Pese embora depois esteja na sua base toda a estrutura da sociedade salarial e da relação do operariado, mas em génese é feita por espírito empreendedor e de empreendedorismo, portanto, digamos que o empreendedorismo não é o último grito do século XXI (...) Vivemos também num tempo que nos empurra para uma certa, para a perda da memória, não é, é muito importante ser inovador e é importante todos os dias trazermos uma novidade, mas muitas vezes esta novidade é uma novidade ignorante, ou seja, porque nós só conseguimos trabalhar na inovação, ou um dos aspetos importantes para trabalhar na inovação é sermos conhecedores do que se fez até aqui (...) às vezes sob a capa da inovação aparecem coisas que até às vezes podem ser bastante retrógradas (...) Depois há um outro aspeto (...) que é como que a estrutura social desaparece, não é, nós somos empreendedores, temos muita capacidade de ação, muita capacidade de inovação, não nos deixamos intimidar pelos obstáculos, acreditamos na nossa força, no nosso poder individual e é como se isto fosse a grelha de leitura da vida social e, portanto, aquilo que é a estrutura, aquilo que é uma leitura mais coletiva dos fenómenos sociais esvai-se neste tipo de discurso (...) Numa segunda leitura depois e procurando perceber outras mensagens que esta frase nos pode dar, eu penso que é interessante o uso desta expressão "revolução silenciosa" e eu aqui associá-la-ia a uma ideia de que o empreendedorismo pode ser a criação de um negócio, a inovação, fazer, mas passa muito por uma certa revolução interior (...) este é o sentido que estou eu a atribuir, não é, silenciosa, portanto, uma certa mudança de mentalidade (...) também temos aqui ao nosso dispor, hoje, uma série de meios que aliados a uma mudança de atitude, ou a um motivar de atitude de proatividade, de acreditar na capacidade das pessoas (...) na capacidade dos coletivos (...) na capacidade de ação das comunidades, dos grupos, dos indivíduos, temos um instrumental à nossa volta que nos permite realizar muitas coisas (...) deste ponto de vista parece-me interessante esta ideia da revolução silenciosa, não é, que nos torna a todos mais responsáveis por nós, pelo planeta, pela vida em comum, que nos torna a todos senhores de pensar que temos que, outra vez a ideia da responsabilidade que temos uma responsabilidade cada um de nós de tornar a vida melhor para nós próprios e para os outros (...)

Isto digamos que é a versão luminosa, o *dark side* disto é que é um excesso de expectativa e de responsabilidade que se põe em cada um de nós, como que esta mentalidade nos exigisse que todos os dias temos que fazer alguma coisa diferente, temos que sentir o peso da responsabilidade do mundo, temos que sentir que somos donos de nós” (AC5).

Entre os sentidos acima aclarados, vemos, por um lado, que inerente à ideia de «revolução» estão o desenvolvimento tecnológico, os ideais de criatividade, a inovação, a orientação para a mudança, a sustentabilidade e a criação de valor – podendo esta assumir-se na esfera social ou não. Parece-nos, dentro daquela que é a perspetiva de um dos entrevistados, uma aproximação de tais “ideários” ao movimento iluminista, fundado em torno dos princípios da liberdade, da razão e do progresso. Por outro lado, já mais sombrio, são associados à «revolução empreendedora» os efeitos da predominância de cultura neoliberal, que produzem uma individualização das relações sociais em detrimento de projetos coletivos, que potencializam a tecnologia e geram um sentido de dispensabilidade da força do trabalhador. Pode-se enquadrar, a este respeito, o pensamento de Amaro (2015), quando refere que as características das sociedades atuais não se podem dissociar do fenómeno tecnológico e da sua penetrabilidade em todas as dimensões da vida social.

É este *puzzle* de conceitos-chave – luminosos e sombrios – circundantes ao empreendedorismo que procuramos representar na Figura seguinte:

Figura V.10 - Conceitos-chave circundantes à «Revolução Empreendedora»



Fonte: Elaboração própria, a partir das entrevistas realizadas (2018).

Ainda em torno desta questão introdutória ao grupo focal, foi-nos possível conhecer a proximidade de alguns dos entrevistados a estes domínios:

“nós temos na licenciatura em Serviço Social duas unidades que eu penso que se cruzam com esta área (...) de uma forma mais direta que é a gestão de instituições de intervenção social, portanto, é uma unidade curricular que fala muito também da gestão empreendedora, que hoje em dia assistimos *versus* a gestão mais administrativa e sabendo nós que muitos dos assistentes sociais que existem no país são diretores de técnicos e, por isso, também, exercem funções de gestão e alguns também coordenadores de projeto, e então aqui uma das áreas em que tocamos na questão do empreendedorismo (...) depois temos uma outra unidade curricular que é mesmo empreendedorismo e inserção profissional. Aqui ligamos muito a questão do empreendedorismo à inserção profissional, o que de alguma forma é também um pouco redutor, o empreendedorismo não é só nesta vertente de inserção profissional, embora o nome da unidade curricular seja este” (AC1);

“eu leciono uma cadeira na licenciatura que é um seminário, aliás, de intervenção social e inovação social e depois temos o mestrado, que neste momento foi reformulado de «empreendedorismo e inovação social» (...) faço parte de um grupo de trabalho de empreendedorismo social e de inovação educacional” (AC2);

“na responsabilidade da coordenação da licenciatura em Serviço Social, nós temos aqui várias disciplinas (...) a disciplina em concreto de empreendedorismo social é uma disciplina opcional do segundo ano e infelizmente ainda não entrou em vigor, portanto, como é que nós temos tentado colmatar isto? (...) tentamos trabalhar isto noutras disciplinas desde o primeiro ano (...) esta questão do empreendedorismo, do empreendedorismo social” (AC3);

“além de ter ensinado durante muitos anos administração social, eu fui responsável por equipas e por serviços” (AC4);

“criei e leciono uma unidade curricular de empreendedorismo e integração social e, portanto, a partir daqui é já feita como que uma declaração de princípios sobre o meu pressuposto de aceitação da relação destes dois princípios [Serviço Social e Empreendedorismo Social]” (AC5);

A partir daqui, fomos detendo as posturas e posições assumidas sobre as questões do empreendedorismo. Ainda assim, a partir destes mesmos discursos, vemos a introdução de outros conceitos, em particular pelo académico AC1, ao qual se interpelou a que se referia ao enfatizar o conceito de «gestão empreendedora»:

“não se limita aos recursos existentes, (...) aos recursos que estão disponíveis no momento, porque eu penso que mesmo na área social (...) muitas vezes, muitas coisas, não são realizadas

em prol da comunidade, em prol das necessidades e de algum diagnóstico que é feito por estarmos limitados a uma gestão muito administrativa, ou seja, não há tempo para isso, não temos rede, fundos nem financiamento para entrarmos por essa vertente (...) essa gestão empreendedora marca a diferença relativamente a esta gestão mais administrativa, porque vai um bocadinho mais além (...) ter esta visão mais empreendedora e não tão administrativa do dia-à-dia” (AC1).

Ao encontro do nosso objetivo de investigação “relacionar o perfil e os princípios orientadores do assistente social com o perfil e os princípios do empreendedor social”, identificámos nos discursos conteúdos que nos permitem consubstanciá-lo. Nestes, encontram-se referências comuns a características como a proatividade, a resiliência, a capacidade de inovar, de trabalhar em rede e de criar sinergias (*Vide* Figura V.11), mas que, por seu turno, também problematizam a sua extensão no perfil do assistente social. É curioso que Amaro, já em 2009, apontava o “Desafio da prevenção e da proatividade”, na sua tese doutoral, como um dos desafios que se coloca ao assistente social na era tecno-global, afirmando por isso que o “(...) assistente social necessita de desenvolver competências de análise prospetiva e (...) de se tornar mais proativo relativamente à forma como aborda os problemas” (Amaro, 2009: 370). Portanto, se por um lado não se concebe o assistente social sem ser empreendedor social, por outro, reconhece-se que tais características integram a matriz do Serviço Social desde a sua génese:

“eu tenho muita dificuldade em perceber que um assistente social possa ser não proativo, portanto, eu diria que tem licença para exercer Serviço Social, que se calhar é um bocadinho diferente (...) a questão da resiliência, que eu acho que é tão ou mais importante que a questão da proatividade (...) e a inovação, é preciso pensar novo” (AC4);

“imprimir aqui um perfil de inovação, de resiliência, de capacidade criativa constante, de poder relacionar os aspetos sociais, económicos e ambientais (...) eu considero que o assistente social tem que ser necessariamente um empreendedor social” (AC3);

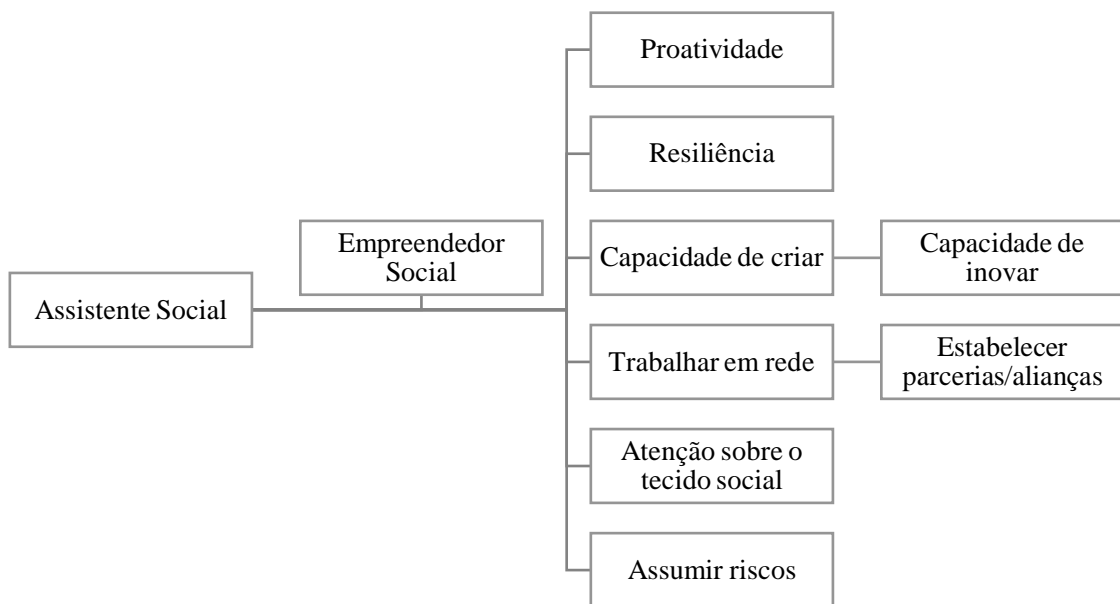
“entre as competências pessoais e as competências que um empreendedor deverá ter, é uma coisa que se cruza com aquilo que é o perfil do assistente social (...) estes conceitos não são novos, portanto, o Serviço Social na sua génese, a questão da inovação, do acrescentar valor social, de explorar, da criatividade, são questões que caminham há muitos anos com o Serviço Social” (AC1);

“temos que pensar no perfil do assistente social para o século XXI e aí podemos ir buscar alguma coisa ao empreendedorismo social? Acho que sim! Por que é que tanta gente vai buscar o empreendedorismo social e não vem para o Serviço Social? Ou seja, o que é que encontram lá

que não encontram naquele que é o perfil que nós apresentamos? (...) no mínimo temos que questionar (...) mas se calhar é preciso também pessoas que na nossa profissão sejam capazes de fazer diferente (...) ser capaz de olhar criticamente a realidade, é ser capaz de pensar na realidade e pensar em projetos e pensar em metodologias diferentes” (AC2);

“temos que ter aqui um misto de competências técnicas e competências metodológicas, éticas, científicas, competências de caráter mais pessoal. Aqui também não basta ensinar o que é um modelo de negócio, depois é preciso também que tenha características de ter capacidade de assumir riscos, ter uma certa sensibilidade para o tecido social, ter capacidade de pensar criativamente” (AC5).

Figura V.11 - Mapa conceitual: O perfil do Assistente Social Empreendedor



Fonte: Elaboração própria, a partir das entrevistas realizadas (2018).

Além disso, ressalta-se nas palavras dos entrevistados a crença de que esta é uma relação que se nutre reciprocamente: “o Serviço Social pode contribuir para quebrar ou para minimizar esta dimensão do individual ou individualista que possa estar associado” (AC 3); “nós tomamos contacto com as experiências (...) muitas vezes sentimos a falta de solidez, a falta de consistência de quem lá está (...) de não perceber bem que está a mexer com coisas muito complexas, e as vidas das pessoas nós não podemos lidar com elas de ânimo leve. Eu acho que todas as características de capacidade de planeamento, capacidade de diagnóstico, capacidade

de definir uma ação coerente e concertada” (AC5); “A visão integrada e integradora das pessoas e da realidade” (AC2). Tan (2012) corrobora esta ligação referindo que os assistentes sociais podem ser uma fonte de práticas inovadoras ao identificar e implementar novas estratégias para resolver os problemas sociais; podem ser «intraempreendedores», fundando parcerias de forma mais eficiente e eficaz; podem ser empreendedores sociais, ao reunir esforços com as comunidades, com as entidades públicas e governamentais para criar caminhos que respondam criativamente às necessidades sociais. Todavia, a presença do Serviço Social em projetos de empreendedorismo social não é inequívoca, conforme nos é dito por um dos sujeitos empíricos:

“quando entramos, por exemplo, no site do Instituto de Empreendedorismo Social e vemos a equipa que lá está e vemos a descrição do seu perfil é absolutamente incrível que não haja ninguém com formação em Serviço Social. Depois nós olhamos para qual é o perfil de especialidade daquelas pessoas e são coisas que têm tudo a ver com o Serviço Social (...)tive a oportunidade de desenvolver um trabalho na área do planeamento social na zona histórica de Lisboa e isso fez-me tomar contacto com o tecido institucional e de intervenção do coração de Lisboa e fez-me conhecer uma série de projetos interessantíssimos de âmbito social e constatei que quanto mais desinstitucionalizada era a resposta, portanto, quanto mais projeto era e menos serviço era, menos assistentes sociais lá havia (...) de facto os assistentes sociais parece que reservam para si o papel de funcionário” (AC5).

Na senda desta analogia de competências e características entre o assistente social e o empreendedor social, criou-se alicerce para se discutir tais dimensões no âmbito da formação em Serviço Social, nomeadamente, como é que a formação base nos prepara para este perfil «ideal» de «assistente social empreendedor». Nesta dimensão identificam-se dois entraves ou desafios a esses desenvolvimentos, desde a reestruturação dos planos curriculares com a introdução do Processo de Bolonha e o rácio professor/aluno:

“como é que se faz um assistente social? (...) pensar como é que depois exercem a profissão. Será que fizemos um assistente social, uma pessoa que entra aluno e sai assistente social [ou] entra aluno e sai com licença para exercer Serviço Social? Como é que se trabalham competências de pensar novo? Para já, Bolonha reduziu dramaticamente o que era o tempo de formação, tínhamos cinco anos, passamos a ter seis ou sete semestres (...) temos um tempo limitado para formar pessoas, que vão trabalhar com pessoas, a quem se espera que sejam capazes de fazer propostas de melhorar a sociedade, não só para apoiar indivíduos em situação de vulnerabilidade (...) mas a profissão ao todo (...) e eu pergunto como é que isso de trabalha? É com uma disciplina de empreendedorismo? Se calhar é um bocadinho mais do que isso” (AC4);

“como é que nós tentamos fazer isso? Tentamos fazer isto envolvendo os alunos em alguns projetos (...) tentamos englobar isto nos estágios, principalmente no estágio de maior duração, mas quer dizer, isto é um bocado ideário, porque quando depois nós estamos a trabalhar com turmas, quando temos, por exemplo, por cada supervisor vinte alunos é um bocado difícil de trabalhar este espírito (...) eu acho que é importante que também se passe aos assistentes sociais, e dentro destas competências, que os projetos para terem um impacto social importante e que têm que estar sustentados num modelo que garanta a sua sustentabilidade” (AC3).

Posto isto, faz-se uma ponte com o parecer de Germak & Singh (2009), note-se há quase uma década, de que perante uma realidade social complexa é tempo de os assistentes sociais abraçarem o sentido comercial presente no empreendedorismo social. A proximidade a tal sentido foi percecionada como:

- i. Complementar e compatível, numa lógica de sustentabilidade e de criação de parcerias
 - “Eu penso que pode ser complementar, sem dúvida, o Serviço Social nesta perspetiva mais macro com aquilo que é o Serviço Social mais empresarial (...) basta pensar no Terceiro Setor” (AC1)
 - “Eu não creio que haja uma incompatibilidade, à partida, entre o Serviço Social e os seus propósitos e uma visão mais empresarial (...) não me choca que no âmbito de processos de empreendedorismo social o assistente social se coloque numa posição de pensar justamente um modelo de negócio que permita criar valor e criar valor social, responder a problemas negligenciados, importantes e complexos de uma forma sustentável, portanto, tem que pensar quem são os parceiros de negócios, quais são as fontes de financiamento, como é que as coisas podem funcionar. Não é por ter esta preocupação que deixa de ser assistente social ou que isto deixa de estar de acordo com o Serviço Social e o seu quadro de valores” (AC5);
- ii. Complementar ou compatível, pelo potencial que o Serviço Social tem para oferecer ao empreendedorismo social
 - “ nós somos muito bons ou melhores que as outras áreas a entender aquilo que são os empreendedores sociais e a entender o outro (...) a questão do entendimento do outro, entendimento da sociedade que eles não entendem, e que nós estudamos aprofundadamente (...) penso que nós, assistentes sociais, somos muito mais do que simplesmente executores de políticas sociais ” (AC1);
- iii. Necessária, numa lógica de melhor gestão de recursos

- “eu acho que realmente estamos muito próximos enquanto assistentes sociais, daquilo que é o empreendedorismo social, mas temos que trabalhar um bocadinho mais, para nos aproximarmos mais daquilo que é o empreendedorismo social (...) naquelas vertentes mais ligadas à gestão, a alguns domínios da gestão empresarial” (AC1)
 - “esta questão da comercialização, acho que é fundamental (...) perceber que um dos recursos é necessariamente criar condições para bem fazer e isso pressupõe dinheiro” (AC3);
 - “se os recursos são finitos, eu quando defendo determinado projeto ou determinada medida numa entidade para a qual eu trabalho, eu tenho que ter uma clara noção (...) se o investimento que eu faço se é ou não compatível com os resultados que eu tenho, ou se precisarei de pensar numa outra forma de fazer. E se não conseguir fazer tudo quais são as prioridades e ver isso com as pessoas envolvidas (...) o destinatário da ação, do meu ponto de vista, devem ter um papel ativo nas escolhas a fazer, agora o que eu não posso é estar a gastar às vezes muito dinheiro em projetos que depois têm fracos resultados, têm fraco impacto, aquilo não diz muito às pessoas (...) visão empresarial no Serviço Social eu acho que falta imenso, neste sentido. Eu tenho a responsabilidade de fazer a melhor gestão possível dos recursos que estão à minha disposição para trabalhar” (AC4);
- iv. Arriscada, pelo potencial uso excessivo colidir com os princípios éticos da profissão
- “qual é o perigo para mim disto? É ficar demasiado comercial e fazermos uma leitura da intervenção social só nessa perspetiva ou esquecermos toda uma dimensão (...) deixem-me dizer aquilo que é a linha da frente (...) do ponto de vista da emergência, do ponto de vista do atendimento social, há toda essa dimensão que não tem que ser necessariamente comercializada” (AC2);
 - “aqui eu acho que pode residir um perigo, que é o de confundirmos isto com estarmos a dizer que todo o âmbito da intervenção social é um âmbito passível de ser empresarializado e passível de ser traduzido em modelos de negócio que criam eles próprios a sua sustentabilidade. Creio que há dimensões da intervenção social que não têm que ser rentáveis (...) e aí entra a questão da responsabilidade coletiva, das estruturas coletivas” (AC5).

Procurando dar substância a tais discursos, Tan (2012) propõe que o currículo académico do Serviço Social deve incluir novas áreas de conteúdo e ter a preocupação em desenvolver

competências específicas de empreendedorismo e inovação nos alunos, como também reconhece que a conexão entre economia e social é vital. Neste âmbito, considera

“This training must include an understanding of the theory and process of effecting social change and innovation, creative resource development and management. The agenda for social work training and continuing education should include subjects such as biomedical ethics, technological advances, business and enterprise development, cyberspace culture and cross-cultural knowledge” (Tan, 2012: 95).

É, igualmente, neste contexto que o autor afirma que a reconstrução do Serviço Social deverá ser prioritária, quer na (re)definição de novos caminhos que a profissão deve seguir, quer no aproveitamento de recursos e de potenciar uma maior colaboração interprofissional e interdisciplinar. Reconhece, por isso, que a potencial contribuição do Serviço Social no desenvolvimento social, individual e comunitário versa sobre os seus valores de justiça social, de *empowerment* e de autodeterminação. Basta que para isso retomemos e relembremos os legados de Mary Richmond, com a gestão de caso, Jane Addams, enquanto primeira assistente social empreendedora, ao introduzir abordagens comunitárias inovadoras e de Mary Parker Follett, como «*management social worker*».

5.2.3. Serviço Social e empreendedorismo (social): Representações dos Assistentes Sociais “Interventores”

A intenção de se analisar e compreender como é que o Serviço Social se situa e se “autoperceciona” em processos de empreendedorismo e de empreendedorismo social prossegue nesta secção, obedecendo à lógica anteriormente imprimida: conhecer o olhar de dentro, por intermédio da participação de assistentes sociais próximos ao contexto profissional “prático”. Vale a pena lembrar que tal opção metodológica decorre da intenção de se complementar visões e posicionamentos entre profissionais académicos e profissionais interventores. Com efeito, participaram cinco assistentes sociais – quatro detêm formação ao nível da licenciatura e um mestrado em Serviço Social, e com idades compreendidas entre os 27 e 44 anos – com experiência profissional em diferentes contextos: i) habitação, reabilitação e habitação social; ii) núcleo de emprego; iii) mediação comunitária em contexto de bairro social; iv) pessoas adultas em situação de vulnerabilidade – “core” é o emprego; v) deficiência e empreendedorismo social. A codificação dos discursos destes entrevistados orientou-se por: Assistente Social 1 (AS1); Assistente Social 2 (AS2); Assistente Social 3 (AS3); Assistente Social 4 (AS4) e Assistente Social 5 (AS5).

Para lançarmos o debate, apresentou-se uma citação de Amaro (2015: 242) que nos diz: “o desafio do empreendedorismo prende-se, não apenas com a necessidade de os assistentes sociais encontrarem alternativas para a sua própria empregabilidade, mas também com o facto do campo profissional estar em transformação”. A partir daqui obteve-se os significados que os entrevistados atribuem ao conceito de empreendedorismo social e as suas representações sobre a relação Serviço Social-empreendedorismo social.

“o empreendedorismo ligado ao Serviço Social acho que é uma coisa natural e que não tem que ser no sentido de nós próprios criarmos o nosso próprio emprego (...) não é isso que eu vejo como empreendedorismo social. Eu acho que como assistentes sociais nas instituições ou em qualquer local onde estejamos a desenvolver funções temos que ser empreendedores e temos que pensar sempre o que é que podemos fazer com os poucos recursos que temos” (AS1);

“empreender para mim é um processo de reestruturação ou de edificação de qualquer coisa (...) se for para gerar mudança não tem que ser com fins lucrativos” (AS2);

“nós temos tentado nos últimos três anos, principalmente, criar muitas parcerias com várias empresas, para depois promovermos a própria empregabilidade dos nossos utentes, sendo que é nessa lógica que eu acho que temos sido muito empreendedores (...) porque criamos aqui

respostas diferentes, integradas (...) depois procuramos criar sinergias para criar respostas novas” (AS3);

“o campo do assistente social tem-se alterado (...) agora temos que ser um bocadinho mais proativos, pensar mais além, pensar noutras metodologias (...) não só ganhando dinheiro, mas vendo o que é que nós podemos alterar dentro, por exemplo, de uma empresa que venha trazer benefícios à mesma” (AS5).

Entre os excertos aqui apresentados parece-nos transversal a referência ao empreendedorismo com uma abordagem corporativa ou de intraempreendedorismo, a qual deveria ser considerado premissa naquele que é o trabalho do assistente social. Sobre isto Nandan & Scott (2013) diz-nos que de facto o Serviço Social tem negligenciado esta modalidade de empreendedorismo, ainda que hoje se comece a evidenciar a sua introdução em algumas escolas, e aqui reportando-se ao contexto Norte Americano. Na mesma senda, atentamos também a alusão ao empreendedorismo como: (i) capacidade e processo de reestruturação e adaptação ao que a realidade nos apresenta, sem que isso gere necessariamente benefícios financeiros; (ii) criação de novas respostas e parcerias; e (iii) incorporação e/ou adoção de um perfil proativo.

Daqui abre-se caminho para o debate em torno das competências e características atribuídas ao empreendedor social, mas perspetivando o seu imbricamento com o perfil do assistente social. Neste sentido, identificou-se três competências-chave:

i) Proatividade

“proatividade é uma competência que se exige ao assistente social (...) que tente fazer melhor pelos clientes (...) não se pode empoderar ninguém se nós não o formos” (AS1);

“nós enquanto assistentes sociais temos que ter esta competência muito apurada (...) começa como competência inata e depois (...) aqueles que são comprometidos com a profissão vão ainda afinar” (AS2);

“nós temos que ser sempre muito ativas (...) procurar respostas diferentes (...) [temos que ser] membros ativos da comunidade (...) para se conseguir trabalhar bem” (AS3);

“acho que devemos ser proativos, quer sejamos só assistentes sociais ou empreendedores. A proatividade deverá estar sempre presente” (AS5);

ii) Capacidade para criar parcerias: responsabilidade partilhada

“a mim parece-me que isto de empreender, quando se fala em empregabilidade e outras alternativas, teria que ser (...) responsabilidade de todas as instituições (...) não é um trabalho que se possa fazer sozinho” (AS2);

“nós temos que envolver todos os setores, acho que é cada vez mais importante, o Estado nunca consegue garantir tudo (...) se nós simplesmente não fizermos aqui um pouco de *advocacy*” (AS3);

“o Estado não se pode desresponsabilizar no que é a ação social (...) não se pode esperar que os técnicos ou os pais ou as pessoas que trabalham, que criem instituições e tudo mais, que todos consigam uma forma de sustentabilidade sozinha (...) porque já estão a responder a grupos vulneráveis (...) quando falamos em empreendedorismo nas organizações não é para não termos o Estado (...) é para fazer melhor, para conseguir uma certa libertação do orçamento do Estado, mas não aniquilando o [seu] apoio” (AS1);

iii) Predisposição à mudança

"Do empreendedorismo espera-se que a pessoa seja ou queira provocar a mudança (...)" (AS1).

“empreendedor na minha cabeça é criar, transformar, alcançar algumas mudanças” (AS2).

Não obstante o reconhecimento de tais aptidões, colocam-se pelos entrevistados barreiras ou limites que bloqueiam o seu desenvolvimento e o tal “afinamento”, particularmente os procedimentos burocráticos, indo assim ao encontro do que nos foi dito pelos empreendedores ou potenciais empreendedores aquando da sua intenção de desenvolver o seu próprio projeto: “às vezes é preciso muito força para que os assistentes sociais avancem com o projeto, com a ação (...) às vezes são barrados (...) por algumas burocracias (...) há muitas barreiras práticas (...) que não deixa a parte social ser mais empreendedora” (AS4); e a falta de coesão da classe profissional: “nós (...) podemos ter um limite, uma barreira (...) só a falta de coesão que nós temos (...) nós não somos uma classe coesa” (AS2).

Dentro do que se projetou na dimensão empírica da investigação, introduziu-se, no âmbito do grupo focal, alguns resultados que emergiram da análise aos dados obtidos por via da aplicação do inquérito aos participantes de formações de empreendedorismo, mas também das entrevistas que lhes foram aplicadas. Focou-se, em traços gerais, as principais motivações para a frequência de tal formação – novos conhecimentos teóricos e técnicos e integração no mercado de trabalho –, bem como as mais-valias que os empreendedores atribuem à experiência - o espírito de entreajuda e de coletivo, associado a todo o processo de mentoria. A partir daqui

o objetivo era de se propor uma transposição e analogia dessa informação dentro do(s) contexto(s) de atuação do Serviço Social:

“no meu dia-à-dia, eu recebo imensas pessoas que estão numa situação de desemprego, de desespero (...) e acho que nós ao sermos ativos e termos uma atitude mais positiva tentamos inculcar isso nos utentes (...) acho que o papel do empreendedorismo social pode ser esse” (AS5);

“Tentamos fazer tudo pelo melhor, encaminhar para outras instituições ou falar com outras instituições, quando as pessoas ficam sem teto, aí o assistente social (...) tem como única resposta a linha 144 ou a autarquia” (AS4);

“Eu penso que estamos a falar do assistente social como fonte inesgotável de informação e dentro destas atitudes criativas e inovadoras (...) eu tento ser sempre uma fonte inesgotável de informação, nem sempre sou (...) mas vou sempre à procura, porque acho que é essa procura que nos caracteriza também” (AS2);

“na minha experiência (...) com um público maioritariamente masculino, isolado, já com alguma idade (...) temos um público que sempre esteve com o RSI, por exemplo, ou com uma prestação social (...) há muita coisa para nós fazermos antes de se calhar puxar para a parte mais empreendedora (...) temos um programa de competências básicas (...) comunicação, trabalho com os outros, liderança e vamos partindo daí (...)” (AS3);

“às vezes temos que dar o peixe e ensinar a pescar (...) não dá para ensinar o «abc» se têm fome (...) o empreendedorismo ajuda-nos a ver outras abordagens e formas de fazer as coisas (...) precisamos de respostas empreendedoras (...) tem que haver aí um trabalho dos assistentes sociais no sentido de transformar a vulnerabilidade das pessoas em recurso (AS1);

Nas representações supracitadas, partimos de abordagens que nos parecem vagas, pouco esclarecedoras, nas quais se confundem o empreendedorismo com alguns dos procedimentos da própria prática profissional, mas que também aparentam transmitir uma ação pouco sustentada em princípios, teorias e valores da profissão. Note-se a conceção de o profissional se assumir como «modelo» ou «espelho» daquilo que «se pretende» do utente/beneficiário da ação. Efetivamente, estes são discursos que embora articulem questões mais relacionais com algumas orientações em termos de procedimentos mais práticos, por vezes com recurso a “chavões” (e.g. *empowerment*), que não são aprofundados, acabam por demonstrar que o empreendedorismo é entendido de forma pouco consolidada e uniforme: se no primeiro discurso remete-nos para características relacionais, no discurso do entrevistado AS1 surge

como algo que é necessário – “(...) precisamos (...)” – mas que, efetivamente, parece algo distante.

Faz-nos todo o sentido, neste âmbito, reforçar a necessidade de o Serviço Social aprofundar a sua capacidade reflexiva e de entendimento sobre o mundo em que se insere, distanciando-se de uma prática imediatista e baseada no instinto e no senso comum (Amaro, 2009). Além disso, quando se vê referida “primeiro eu e depois delego (...)” (AS2), parece-nos subentendida uma verticalidade da relação, pautada pelo receio de se perder o controlo sobre a ação e a pessoa, abrindo espaço para uma política reguladora, de controlo social, em detrimento daquela que é uma intervenção emancipatória. Chamamos ainda atenção aos argumentos dos entrevistados AS3 e AS1, que nos parecem enaltecer a pertinência do reconhecimento das singularidades de cada destinatário da ação se colocar em termos da relação de «o indivíduo no seu contexto» (Amaro, 2009), mas também uma visão integrada e integradora da Pessoa.

Tendo em consideração as dimensões ética e ontológica do Serviço Social, foram também reconhecidos por esta categoria de profissionais alguns riscos na ligação Serviço Social-empendedorismo, que estão muito em consonância com os receios manifestados pelos assistentes sociais académicos. Porém, com estes discursos, levantamos a questão: o que estará verdadeiramente em causa, neste âmbito, na perspetiva dos profissionais participantes neste estudo? Olhar para números excluindo/diminuindo o espaço para a dimensão humana-relacional e o necessário reconhecimento da pessoa? A criação de uma empresa, como entendida pelos profissionais, interferindo com o acesso a bens e recursos? A proximidade à gestão? As reflexões parecem-nos explicitar a questão ética, mas não a operacionalizam, indiciando, mais uma vez, aquilo que pode ser uma reflexão pouco explícita em termos de referenciais, vejamos:

“um dos riscos que eu sinto que nós podemos correr quando somos empreendedores, quando criamos parcerias, quando há financiamentos envolvidos (...) [é] de nos tornarmos uma empresa quase e quisermos olhar para números (...) perder aqui a parte humana que é tão fundamental (...) depois, se calhar, pomos uma lógica muito empresarial que não é o que nós queremos nesta área (...) eu acho que é muito fácil nós, com a carga que temos, aquela linha da ética de estamos ali para as pessoas ou estamos ali para os resultados, é muito fácil de ser ultrapassada” (AS3);

“há associações que dependem mesmo para funcionar de fundos e às vezes são assistentes sociais que têm também que se preocupar com isso” (AS5);

“nós trabalhamos numa lógica de autossustentabilidade (...) nós investimos no sentido ou no conceito de empreendedor em criar novas coisas, dar manancial para que depois o pessoal daqui

(...) vá à procura das próprias alternativas deles (...) nunca ia cair numa lógica de empresa, porque eu não sou um gestor, eu sou uma assistente social (...) se eu tiver a minha ética, eu acho que não caio nessa ratoeira” (AS2).

Estas são preocupações que decorrem de tempos de incerteza e que colocam ao assistente social o “Desafio da Humanização” (Amaro, 2009), ao ter que dar resposta de forma célere e eficiente, mas também de responder às necessidades do outro na sua circunstância. Se por um lado, as tendências societárias caminham em lógicas de produção de resultados, trazendo ao assistente social um viés tecnocrata e burocrático, por outro, espera-se que este mesmo profissional desenvolva estratégias que reiteram a humanização nos serviços, nas suas relações com os destinatários e nos estilos de vida que produz socialmente (Amaro, 2009). Corroborando tal paradoxo é também nos dito:

“40% do nosso financiamento vem dos fundos públicos, portanto, falta-nos os outros 60% para conseguirmos funcionar (...) nós temos que apresentar números, dados concretos (...) porque senão não há financiamento (...) eu acho que o principal é nós sabermos quem é o público que temos ali (...) nós paramos um pouco no tempo e não conseguimos ver quem é o público que temos ali (...) se não formos atentos, se não procurarmos conhecer que o nosso público muda, que o contexto muda constantemente, vamos ficar congelados e vamos criar respostas que não são adequadas” (AS3).

Saliente-se que a entrevistada ao levantar as questões do financiamento e da necessidade de apresentar números, suporta-se também daquela que é a natureza organizacional e dos acordos existentes.

Finalmente, é nestes processos dialéticos – entre a pessoa e a circunstância – que se eleva, entre os interventores, a necessidade de renovar e reconstruir as práticas do Serviço Social, ao encontro do que nos diz também Helena Mouro (2006):

“nenhuma profissão fica sempre com as mesmas técnicas, as mesmas maneiras de proceder, até porque os problemas sociais também se vão modificando (...) acho que fazer as coisas da mesma maneira, não inovar, não alterar, não é positivo para nenhuma profissão, muito menos para o Serviço Social” (AS1);

“combater a aceleração do tempo (...) é seres mais prepositivo e não trabalhares só na lógica do imediatismo (...) ser cada vez mais formado e informado” (AS2).

5.2.4. Um olhar de fora sobre o Serviço Social e o empreendedorismo (social): Representações de Profissionais da Gestão

“(…) Quando nós vamos, por exemplo, ao site do Instituto de Empreendedorismo Social e vemos a equipa que lá está e vemos a descrição do seu perfil e em o quê que são especialistas, é absolutamente incrível que não haja ninguém com formação em Serviço Social. Depois nós olhamos para qual é o perfil de especialidade daquelas pessoas e são coisas que têm tudo a ver com o Serviço Social” (AC5)

A participação de profissionais das áreas da gestão, neste estudo, diretamente ligados a entidades que trabalham o empreendedorismo e o empreendedorismo social, não foi pensada desde sempre. O interesse de se analisar um “olhar de fora para dentro” resulta do próprio desenvolvimento da dimensão empírica da investigação (*Vide* Figura IV.1), por nos parecer pertinente e adequado responder a inquietações manifestadas por assistentes sociais académicos, conforme o pensamento supracitado. Sobre isto, Iamamoto (2000) fala-nos da importância de se romper a visão “endogenista do Serviço Social”, sendo essa condição essencial “(…) para se romper tanto uma visão rotineira, reiterativa e burocrática do Serviço Social, que impede vislumbrar possibilidades inovadoras para a ação, quanto com uma visão ilusória e desfocada da realidade, que conduz a ações inócuas” (Iamamoto, 2000: 21).

Para se consubstanciar este propósito, foram entrevistados três profissionais, cada um deles ligado às entidades já envolvidas na nossa pesquisa, designadamente: do Audax; do IES – Social Business School; e da SEA – Agência de Empreendedores Sociais⁷⁹. A codificação atribuída a cada sujeito empírico foi: Gestor 1 (G1); Gestor 2 (G2) e Gestor 3 (G3), por advirem, de facto, da área da Gestão⁸⁰.

A linha de raciocínio para a condução das entrevistas pautou-se por: (i) conhecer a constituição e perfil da equipa de trabalho; (ii) apreender a base da génese da organização; (iii) conhecer e entender seus objetivos e eixos de atuação, e (iv) qual a metodologia de trabalho; finalmente, (v) analisar a perceção sobre a potencial atuação do Serviço Social nos domínios do empreendedorismo.

Quando questionados sobre qual a composição das equipas de trabalho e que perfis formativos e profissionais integram, foi apontado pelos entrevistados:

⁷⁹ *Vide* Anexo G – Termos de Consentimento Informado | Utilização do nome das entidades participantes

⁸⁰ *Vide* Anexo C – Guião de Entrevista | Profissionais da Gestão

“nós temos pessoas maioritariamente formadas em gestão, temos agora um sociólogo, mas essencialmente, uma pessoa da área de finanças, duas pessoas da área de gestão, uma pessoa com qualificação indiferenciada, com o 12º ano, talvez, que faz o trabalho administrativo e depois na direção temos pessoas ainda mais uma vez de gestão, de gestão de recursos humanos e tecnologias, portanto, do ponto de vista de qualificação não temos ninguém especificamente dessa área social. Temos o sociólogo, obviamente, que aborda alguma temáticas, mas com um chapéu bem mais amplo que o chapéu, por exemplo, o chapéu de assistente social” (G1).

“A equipa é composta por cinco pessoas neste momento... evidentemente tem o presidente da direção, três gestores de projeto e um gestor administrativo e financeiro. Temos, portanto, duas pessoas de Economia, uma das gestoras de projeto é de empreendedorismo e a outra de Comunicação” (G2).

“É uma equipa multidisciplinar, alocada aos vários eixos de atuação da organização (...) desde a Gestão, Psicologia, Serviço Social, Recursos Humanos” (G3).

É importante assinalar a presença do Serviço Social numa das entidades, no entanto, como se infere nas palavras do entrevistado G1, a sua posição relativa ao Serviço Social começa, subtilmente, desde já a ser desbravada, estabelecendo uma visão comparativa com a Sociologia e reconhecendo a esta um conhecimento mais amplo e abrangente. Todavia, verifica-se nestas equipas de trabalho o predomínio de profissionais de outras ciências sociais, como a Gestão, Economia e Recursos Humanos.

Quanto à génese destas entidades, identificaram-se três fundamentos que conduziram a tal constituição: desde um coletivo de pessoas interessadas por assuntos circundantes ao empreendedorismo, uma expressão de uma tendência supranacional relativa à atenção sobre o assunto, ao objetivo de criar o próprio emprego. Vejamos:

“[estabeleceu-se] pré-crise. Apareceu em 2006, 2005, provavelmente (...) Um centro de empreendedorismo e criação de empresas, ou seja, ainda não se falava desta fobia do empreendedorismo como agora se fala e a Universidade, de uma forma inovadora, tanto que o Audax foi o primeiro centro universitário em Portugal na área do Empreendedorismo, achou por bem, que um conjunto de pessoas tivesse focado, numa primeira fase, na criação de novas empresas e também na gestão de empresas familiares, e portanto é isso que motiva a criação do Audax (...) isto surge por um contexto favorável, é criada uma pós-graduação em empreendedorismo e criação de empresas, a forte adesão de pessoas a essa pós-graduação fez sentir às pessoas na altura que era importante criar um centro dedicado especificamente a essa

área, o que se verifica 11 anos depois que faz todo o sentido e mais ainda hoje que no passado, mas fomos pioneiros aí nessa área” (G1);

“foi desenvolvido um congresso da área do empreendedorismo social em Portugal, que na altura, estamos a falar de 2008, portanto, foi esse congresso que acabou por juntar um conjunto de pessoas relacionadas com a área de empreendedorismo social e com outras áreas, que se juntassem para promover uma organização que englobasse, estimulasse e procurasse desenvolver a formação e investigação na área do empreendedorismo social (...) foi um reflexo de uma tendência que estava a se verificar a nível internacional, não é, não apenas em Portugal. Portanto, em Portugal a fundação do IES aconteceu nesse período, mas eu não diria que a fundação do IES é absolutamente representativa de uma mudança de paradigma no que toca ao empreendedorismo social, portanto, é apenas uma das coisas que aconteceu neste plano” (G2);

“resultou de um conjunto de experiências pessoas e profissionais da Direção, mas também com o objetivo de criação do seu posto de trabalho” (G3).

Sobre a metodologia de trabalho de cada uma das entidades, apreciam-se caminhos também distintos:

“O Audax é um prestador de serviços. Imagine, uma Câmara Municipal quer resolver um problema qualquer e o Audax é a entidade convidada no âmbito do financiamento europeu existente e disponível por esses municípios para operacionalizar uma determinada área” (G1).

“a nossa formação é uma formação que ocorre do ponto de vista, portanto, estamos a falar de educação não formal, estamos a falar de workshops, de programas de formação em que, efetivamente, têm por objetivo desenvolver competências de empreendedores, para responder a problemas que projetos de empreendedorismo social possam ter no âmbito do seu desenvolvimento, portanto, é efetivamente, é esse o nosso principal eixo no momento presente (...) o nosso modelo de desenvolvimento passa por três vetores: em primeiro lugar a formação, e essa formação, temos formação que consta na fase inicial de uma ideia de negócio, nomeadamente temos um programa que é o *bootcamp* que tem como público-alvo pessoas que são da parte do empreendedorismo social e querem desenvolver projetos de empreendedorismo e inovação social. Esse programa intensivo, de quarenta e oito horas, ajuda a pessoa na maturação da sua ideia de negócio, na sua função, na sua proposta de valor, a identificação do segmento alvo, o modelo de negócio, a teoria da liderança associada, portanto, o modelo ou impacto, como essa iniciativa está a gerar impacto, e aí também a estruturação de um projeto piloto, não é, um projeto de validação, um teste (...) Depois temos programas que têm outros projetos que já existem, mas para além dos nossos programas de formação, fazemos também acompanhamento de mentoria dessas iniciativas empreendedoras, para aqueles que possam ir avançando o seu projeto e possam de alguma forma

ir partilhando as suas dificuldades (...) e ultrapassando os vários desafios ao longo do tempo. Por último, para complementar estes 2 eixos, temos um modelo de desenvolvimento nas comunidades de aprendizagem local, em que o objetivo é que os empreendedores e as organizações locais, mesmo os organismos públicos, interajam de uma forma sistémica para a resolução dos principais problemas da comunidade, o impacto de problemas sociais que a comunidade enfrenta” (G2).

“opera em 3 eixos: emprego, empreendedorismo e formação. Presente nos territórios mais vulneráveis e fragilizados pela baixa escolaridade, desemprego e imigração (...) Conhece a comunidade onde está inserida, contacta diariamente com os problemas triviais e complexos dos cidadãos e tenta, de acordo com a oportunidade e a abrangência, resolver, apoiar e contribuir para solução e inclusão. A minha atuação passa por ouvir o empreendedor, conhecer a sua ideia de negócio, identificar o estágio da mesma (...) se ideia vaga, em desenvolvimento ou projetada e apoiar no processo de materialização do negócio. O processo engloba diversos processos ou etapas que abarcam o esclarecimento de dúvidas, pedido de informação de teor fiscal, financeiro ou económico, apoio no preenchimento de formulários de candidatura, quer sejam empréstimos, medidas de estímulo e de apoio à criação do próprio negócio do IEFP e da Segurança Social, sistemas de incentivos ou construção de um plano de negócios” (G3).

Entre as perspetivas, vemos aqui referenciadas, portanto, três direções possíveis de se desenvolver a atividade empreendedora: (i) a lógica de “dar a experiência e o conhecimento-obter remuneração”; (ii) o formato de *bootcamp*, termo que se tem vindo a associar à atividade empreendedora, que traduzindo à letra – “o campo de treino” –, transmite-nos assim a ideia de uma formação orientada para a prática e para o “fazer”; (iii) uma orientação mais individualizada e personalizada, de acordo com a fase em que se encontra o empreendedor.

A dinâmica de tal atividade decorre, nas palavras de um dos profissionais, daquela que é a premissa ou crença sobre os efeitos do empreendedorismo a nível individual e coletivo:

“Existe claramente essa crença, é vista uma influência política naquilo que é a nossa missão e é claramente relacionada e interligada com o impacto tanto a nível individual, como a nível coletivo, comunitário e numa escala ainda mais larga em algumas circunstâncias, a nível nacional e até internacional” (G2).

Daqui foi introduzido o tema das competências empreendedoras, desde a sua conceptualização ao seu desenvolvimento e à sua transversalidade. Antes de passarmos especificamente às perspetivas dos entrevistados, retomamos o referencial de McClelland (1972) que nos apresenta o nível de competências de um indivíduo como o conjunto de

conhecimentos, de habilidades e de atitudes que o mesmo detém. Então, de acordo com a visão do participante G2, constatamos que:

“as competências empreendedoras são precisamente as mesmas competências necessárias para uma pessoa fazer uma vida equilibrada, organizada e que potencialize o crescimento pessoal e profissional, ou seja, no fundo, o que eu quero dizer com isto é que as competências empreendedoras são competências básicas, competências de, não necessariamente básicas, mas são competências eu não diria apenas empreendedoras, mas transversais a todo o funcionamento em sociedade. Estamos a falar de espírito crítico, empatia, iniciativa, também sentido de oportunidade. Claro que a estas competências acho que acrescem outras mais técnicas, mais instrumentais, não é, nomeadamente, competências de gestão, competências de gestão e competências de análise, mas essas eu diria que são competências que acabam por ser desenvolvidas claro ao longo da vida, mas muito através da experiência. A minha perspetiva é que é sempre uma mais-valia trabalhar este tipo de competências, seja em que circunstância for, e nós trabalhamos com este público e sentimos que efetivamente é uma mais-valia para este público o desenvolvimento destas competências, até posso dar o exemplo, portanto, nós trabalhamos com o programa Escolhas, e desenvolvemos programas de formação para as equipas de projeto das quais fazem parte dinamizadores comunitários, que são indivíduos das comunidades, portanto, são pessoas que já não são representativos de grupos, já têm uma predisposição para estarem mais proativos, mas acabam por pertencer ao grupo e à comunidade (...) vamos lhes chamar [competências] socioprofissionais neste tipo de comunidades, para este tipo de públicos” (G2).

Ainda que aqui nos sejam colocadas as competências empreendedoras, ou conforme nos diz básicas ou socioprofissionais, como um conjunto de comportamentos e hábitos que podem ser reforçados e praticados em programas/projetos de formação e capacitação, é consensual entre os entrevistados que nem todos os indivíduos terão perfil empreendedor:

“O erro nestas áreas de empreendedorismo é agora acharmos que toda a gente pode ser empreendedora. Mesmo naqueles que não de classes e de grupos mais desfavorecidos criou-se a ideia que toda a gente pode ter a sua empresa. Não podem. Porque há uma coisa fundamental, que antecede tudo isto que nós estamos a falar, que se chama perfil empreendedor e as pessoas ou o têm e podem desenvolvê-lo, não há aqui nada de determinista no meio disto tudo, não se nasce empreendedor, mas a educação tem um aspeto importante e que tem a ver muito com esta abordagem de acharmos que toda a gente, pessoas que não são de grupos desfavorecidos que acham que o futuro delas é no empreendedorismo, mas porque é uma questão de moda e não é apenas uma questão de moda, a envolvente mudou (...) Relativamente a todas as outras questões

de resiliência, lá está, características de perfil de empreendedor, que muitas pessoas nunca seriam, nunca arriscariam (...) A maior parte das pessoas não está disponível para isso” (G1);

“Nem todos são empreendedores. De todo. Nem capacidade, nem vocação. Acho que há também aí uma componente que vai além da capacidade, mas também não acho que seja algo bom para a sociedade, não é? Terá que haver sempre pessoas a desempenhar outro tipo de funções, sejam elas funções num setor público ou no setor não lucrativo, ou noutras circunstâncias. Acho que se existir vocação e se existir, digamos, vontade, as competências técnicas são passíveis de ser adquiridas, o que não deixa de exigir uma grande dedicação, disciplina, esforço e tudo mais. E naturalmente que podem existir organismos que facilitam esse processo e processos metodológicos que aplicam esse processo, posso dar um exemplo muito concreto, com uma dessas metodologias, não é, ajuda a orientar as pessoas para a ação, para o desenvolvimento, para a realização dos seus objetivos, portanto, depende se é ou não objetivo da pessoa tornar-se empreendedor, se for então aquilo que me parece é que existem cada vez mais plataformas que apoiam para que isso aconteça (G2)”.

“O perfil empreendedor faz parte do ADN do indivíduo. Identifica uma oportunidade, pensa, cria e desenvolve um negócio” (G3).

Como possíveis entraves ou incitamentos ao desenvolvimento de tais capacidades, foi mencionado:

“Receio, o medo da mudança, medo de arriscar, tudo aquilo que são características às vezes mais da própria cultura portuguesa, que é uma cultura avessa ao risco, mas que depois se transversalisa nessas comunidades também e isso eu noto com alguma frequência (...) há uma raiz cultural própria de aversão com algumas destas coisas, atenção, vamos lá ver agora não quero estar para aqui a saltar fora da minha área de competências, o que eu noto algumas vezes é que nós queremos propor a determinados grupos coisas que eles nunca farão, nós achamos que há agora um standard, pronto, empreendedorismo, vamos lá fazer empreendedorismo (...)” (G1);

“carência de mentes empáticas, sábias e resilientes (...) alocação dos recursos em projetos rentáveis, sustentáveis e que consigam mensurar a contribuição e a pertinência” (G3).

Tais pensamentos vão ao encontro de aspetos já explanados no nosso estudo, nomeadamente na senda da proposta de Saraiva (2011) – *Vide* CAPÍTULO I – quando aponta a cultura e a atitude como aspetos que podem estimular ou inibir o potencial empreendedor.

Quando questionados sobre o *feedback* e os resultados obtidos, no âmbito das atividades desenvolvidas, os mesmos são vistos de dois modos: é positivo, mediante a relação que se cria

com os destinatários ou beneficiários dos projetos; é positivo e isso estabelece-se consoante as competências do empreendedor:

“O retorno é muito positivo, isto é, nos vários projetos que temos colaborado até agora, neste momento estamos com alguns projetos com algumas Câmaras que estão focados especificamente em grupos mais fragilizados, temos tido bons resultados, temos tido boa aceitação por parte dos públicos, temos tido uma boa forma de interagir com os públicos, e até agora o retorno tem sido muito positivo, portanto, nós temos continuado e temos tido alguns projetos com entidades que já recorrem há alguns anos e tem a ver com essa confiança que têm em nós para a resolução desses problemas” (G1);

“O retorno é tanto mais positivo quanto melhor forem as garantias e competências que o empreendedor demonstre deter, sejam elas de ordem financeira, técnica ou social” (G3).

Por seu turno, nas palavras de um dos entrevistados, o sucesso dos projetos empreendedores será determinado pelo planeamento e sequente solidez com que o mesmo for fundado, alertando para a importância de uma gestão financeira competente, não imputando a responsabilidade exclusiva do empreendedor, pois:

“começaria por dizer algo que está relacionado também com a nossa metodologia formativa que é, portanto, um projeto de empreendedorismo nunca, nunca deverá começar com uma grande dimensão, digamos assim, idealmente não necessita, numa fase inicial, de financiamento externo, ou melhor, do financiamento externo, crédito, vamos colocar o crédito. Isto porquê? Porque, no fundo, a questão do empreendedorismo passa por, acima de tudo, pela validação de pressupostos referenciais se determinado produto vai funcionar, vai encontrar tração, ou seja, o segmento vai aderir ao produto e o que muitas acontece é que esses pressupostos iniciais, originais, que deram aso à iniciativa concreta não são reais, não são verdadeiros, e portanto, os projetos falham, correm mal. Por isso é que acaba por acontecer uma grande percentagem de projetos de empreendedorismo, seja ele empreendedorismo convencional, seja ele empreendedorismo social, falham, e estamos a falar aqui de uma percentagem de cerca de 80/90%, o que significa que é sempre interessante começar por um pressuposto base, ou seja, desenvolver aquilo que nós chamamos de um projeto-piloto⁸¹, em que o investimento inicial é muito baixo. Idealmente não existem grandes investimentos de capital, ou seja, não é necessário comprar infraestrutura ou serviços muito envolvidos, mas começar por montar algo mais simples, um protótipo, que pode

⁸¹ “Projeto cuja aplicação prática visa servir de primeira experiência para se aferir da sua eficácia”, *in* Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/projeto-piloto> [consultado em 24-11-2018].

ser testado e utilizado e, posteriormente adquirir parceiros, adquirir financiamento para poder crescer, fazer uma progressão do trajeto, portanto, acho que esse é o pressuposto base” (G2).

Outro dos assuntos abordados, foi a questão da autossustentabilidade das organizações a que estes profissionais estão vinculados, parecendo-nos haver uma aproximação entre a mesma e a natureza jurídica da entidade:

“só funcionamos com receitas próprias. (...) financia-se através dos projetos, obviamente que alguns podem estar ao abrigo de financiamento comunitário (...) [somos] um prestador de serviços. Imagine, uma Câmara Municipal quer resolve um problema qualquer e nós somos a entidade convidada no âmbito do financiamento europeu existente e disponível por esses municípios para operacionalizar uma determinada área (G1)”;

“temos vários modelos de funcionamento. Às vezes são organismos públicos (...) a financiar a participação de organizações sociais, noutras circunstâncias são as próprias organizações que tomam a iniciativa de fazer investimento na formação e na capacitação das suas equipas... e, portanto, é um valor monetário direto e temos também programas abertos ao público, ou seja, programas que são para qualquer pessoa, nesses casos também organizações participantes, em nome individual (...) tem uma componente de receita que vem diretamente dos serviços que presta, nomeadamente através daquilo que eu explicava há pouco, para algumas circunstâncias os nossos clientes são organismos públicos que financiam os nossos programas, portanto aí, no fundo, é um modelo B2G⁸², em que o nosso cliente é o setor público. Temos também o modelo B2B⁸³ em que empresas pagam pelos nossos serviços e temos o modelo B2C⁸⁴ em que é a pessoa individual que vai pagar pela formação que vai fazer e é numa lógica de se capacitar a ela própria. Não dependemos de subsídios, portanto, não recebemos qualquer tipo de subsídios, temos projetos que são financiados por organizações ou fundações, numa lógica de bolsas, não sei se é essa a tradução mais correta em português, ou seja, são quase financiamentos, linhas de financiamento para o desenvolvimento de projetos com impacto social ou ambiental e nós temos alguns projetos e já tivemos, vamos tendo, projetos que são, que acabam por ser financiados nessa linhas, mas eu diria que portanto a venda direta de produtos e serviços representa aproximadamente 80% do nosso orçamento, portanto, sim, para responder à pergunta de uma forma mais direta, somos sustentáveis financeiramente (...) Claro que essa sustentabilidade está dependente de um funcionamento organizacional de mercado, portanto, nós estamos no mercado e desenvolvemos a nossa atividade de acordo com aquilo que o mercado necessita, de acordo com

⁸² *Business-to-Government.*

⁸³ *Business-to-Business.*

⁸⁴ *Business-to-Consumer.*

o que o mercado pede, caso contrário não... muito provavelmente não o seríamos, porque não existem, não existe propriamente investimentos governamentais que suportem o empreendedorismo social, ainda! ” (G2);

“Somos uma cooperativa, portanto, somos uma ONG que sobrevive de financiamentos públicos, de acordos de parceria” (G3)

Uma vez feita esta análise mais preambular, passamos a focar-nos na relação Empreendedorismo Social-Serviço Social, pois se comungam alguns objetivos e interesses, o que justificará a aparente ausência do Serviço Social nestes domínios? A questão foi, então, colocada, tendo por base o pré-conhecimento de cada entrevistado sobre a profissão, mas, salientando, especificamente, as mais-valias que poderiam ser transmitidas ou partilhadas, numa lógica de bilateralidade entre “os campos”. Olhando os conteúdos dos discursos, depreendemos que tal relação se perspetiva em torno de quatro dimensões:

i. Reconhecimento e validação do Serviço Social em projetos de empreendedorismo social

- “Que circunstâncias é que estamos a falar? Portanto, em que o beneficiário, o público-alvo é um público-alvo que interage normalmente com os serviços sociais com profissionais tipicamente de Serviço Social, fará todo o sentido que isso aconteça e acaba por ser com grande frequência que isso acontece (...) aquilo que é a teoria do Serviço Social, da qual eu não estou muito por dentro, mas daquilo que é a teoria do Serviço Social eu penso que será sempre necessário para as soluções de empreendedorismo social, principalmente como referia há pouco aquelas que estão alocadas em públicos vulneráveis, carenciados, com necessidades especiais, ou não, eventualmente com outros públicos, não é, não sei se o Serviço Social, muito provavelmente, pode ter influência também nos outros públicos, na classe média, há muitos problemas sociais que afetam também a classe média, portanto, aí penso que o conhecimento técnico de Serviço Social é sempre importante na lógica de operacionalização da solução e de interação com o público alvo, envolvimento com a comunidade, e tudo mais” (G2);

- “Dado que apoiamos e acompanhamos projetos de vida, acredito que existe muito trabalho a fazer, logo existe potencial para alcançar resultados e performance. A intervenção do Serviço social é essencial e considero que faça parte da engrenagem para o saber-ser, saber-fazer e saber-estar permitindo dotar o indivíduo de competências profissionais, sociais e pessoais, que muito enriquecem o seu projeto de vida. O assistente social, dotado de conhecimento, flexibilidade, compreensão e sensibilidade orienta o indivíduo na identificação e no desenvolvimento de competências prime para viver uma vida com significado, muitas vezes, restaura a fé e a esperança, outras vezes, guia com o objetivo de estruturar e disciplinar o indivíduo a viver e

adquirir mais conhecimento, consciência e a deter ferramentas que exercem influência positiva nas várias dimensões da vida: parental, familiar, profissional e cívica” (G3).

ii. Desconhecimento do potencial do Serviço Social em “questões emergentes”

“De facto eu vejo uma necessidade de pessoas de Serviço Social no território, mas lá está, mais uma vez associadas ao sector público e ao sector da Segurança Social e não ao sector privado lucrativo, capitalista, se quiser chamar. Não vejo mesmo. Isto pode ser uma visão muito deturpada, enviesada da realidade (...) hoje há mais consciência social nas pessoas do que havia no passado e para isso não precisam de ter competências em Serviço Social. Precisam de estar atentas ao mundo que os rodeia e precisam de perceber esses problemas e precisam de encontrar formas de os resolver, e se calhar, a visão que eu tenho e que muitas pessoas têm, que a visão, e que eu já tive no terreno, uma visão assistencialista” (G1);

“podemos ter projetos de empreendedorismo social que não interagem com estes tipos de grupos vulneráveis, em situação de vulnerabilidade social ou situação de carência, é um projeto de empreendedorismo social que pode puramente focar-se em questões ambientais, portanto aí não há propriamente necessidade, temos outras necessidades, como, por exemplo, engenheiros ambientais ou outros. Mas uma conclusão que é vai sempre depender, vai sempre depender do próprio projeto, quais as competências necessárias, se as circunstâncias, se o público-alvo exige um tratamento específico, então aí faz sentido” (G2);

iii. Visão fatalista do Serviço Social

“Vamos lá ver, há ciclos de vida em determinadas funções e em determinadas atividades. Eu ainda esta semana estive numa empresa que tem Serviço Social, porquê? porque é uma empresa do sector do Estado. Empresas que tiveram unidades de saúde próprias, que não vão ter no futuro, portanto, há aqui uma questão de ciclo. Há profissões que se vão tornando obsoletas. Não é competências, é, digamos, a representação social que nós temos de determinadas profissões fazem com que elas se tornem obsoletas (...) Eu nunca pensaria num projeto, e isto sou o mais franco e sincero, para um projeto que tenho social, de ir buscar uma pessoa de Serviço Social. Nunca me lembraria. Não porque tenha qualquer tipo de desconfiança, tenho alguma, porque convivi com várias pessoas, e convivi com projetos, e convivi com o lado mau do Serviço Social que é só olhar para o interesse do beneficiário. Sim! Porque olhamos «ok o que interessa é, já melhoramos a vida de uma pessoa, melhoramos a vida desta pessoa, já para nós é uma conquista». Não, não, não, se o projeto não é sustentável financeiramente não há aqui conquista nenhuma, é ruinoso, e, portanto, não se vai sustentar no futuro (...) e portanto, se me dissesse assim 10 profissões que vão crescer e 10 profissões que estão em queda (...) [diagnósticos sociais] fazemos nós, não precisamos de assistentes sociais para fazer diagnósticos sociais (...) É que o vosso espaço foi

ocupado por pessoas que não vos estão a roubar competências, porque para fazer diagnósticos sociais só precisamos de indicadores e métricas. Qualquer pessoa depois pode fazer (G1)”.

iv. Visão dicotómica: entre as possibilidades e o distanciamento do empreendedorismo social e o Serviço Social

“Eu acho que o empreendedorismo social existe precisamente para potenciar o impacto gerado por soluções que resolvem problemas sociais e que são muitos problemas sociais que são muitas vezes respondidos pelo Serviço Social, não é? mas que são respondidos pelo Serviço Social provavelmente de uma forma pouco sustentável financeiramente e o empreendedorismo social pode dar essa resposta” (G2).

Entre estes depoimentos vemos, então, decalcada a certificação das potencialidades do Serviço Social, sobretudo em domínios que lhe são tradicionalmente associados, corroborando o argumento de Berzin (2012) quando nos cita “social entrepreneurship has much to learn from the over 100 years of experience that social work brings in working in the domain of social problems and the populations that face them”. Ainda assim, vemos a este nível, (i) um desconhecimento do que é o diagnóstico social, mas também uma certa presunção do que é a prática e o espectro da ação do Serviço Social; (ii) um desconhecimento da intervenção do assistente social em questões ambientais – que têm vindo a ganhar dimensão, sobretudo, desde a última década, com trabalhos de autores(as) como Lena Dominelli (2012) – e no contexto empresarial, que, como já vimos, tem sido traçada desde os anos 20 do século passado, com os contributos de Mary Parker Follett; (iii) um olhar sobre a sustentabilidade predominantemente mercantil, desconsiderando a Pessoa em toda a sua plenitude, na sua dimensão política e cívica.

Nestes “olhares de fora” é, igualmente, notória a existência de um discurso mais fatalista ou redutor por parte de um entrevistado que, não sendo prevacente, convoca o assistente social para um papel mais afirmativo e propositivo, permitindo-nos estabelecer assim uma analogia com a visão de Iamamoto (2000), quando nos diz que o Serviço Social deve romper com a sua visão fatalista sobre a realidade. Quer a autora com isto dizer que o Serviço Social não deve olhar as dinâmicas sociais como se as mesmas já estivessem na sua forma definitiva e sem pouco espaço para se alterar. Esta é, portanto, uma visão determinista da realidade, que “(...) conduz à acomodação, à otimização do trabalho, ao burocratismo e à mediocridade profissional (Iamamoto, 2000: 20).

5.3. Reconstruir e inovar (n)o Serviço Social: que horizontes?

O nosso propósito neste capítulo é de discutir os principais resultados desta investigação, com a pretensão de se lançar pistas fundamentadas para (novas) orientações profissionais, a serem consideradas pelos protagonistas do Serviço Social nas suas diferentes áreas de atuação. Tal intenção, decorre, de facto, de uma forte disputa sobre o papel e o lugar do Serviço Social, debate que se mantém vivo volvidos mais de um século da sua profissionalização.

“Challenges to its current organizational structure about its oppressive and coercive dimensions; managers who seek to curb professional autonomy; practitioners who endeavour to provide appropriate forms of practice in unconducive contexts that are exacerbated by an inadequate resource base, high staff mobility and overwhelming caseloads; and social work educators who struggle to theorize its position in a demanding globalizing environment and contribute to the development of new forms of practice” (Dominelli, 2008: 1)

Com efeito, vamos orientar a análise aqui apresentada a partir dos diferentes resultados obtidos com os vários participantes no estudo, articulando-os com quadros teóricos de referência, crenças de que uma apreensão crítica da realidade social na sua totalidade é central para o caminho que aqui se pretende traçar.

Começamos pelas experiências retratadas no testemunho dos empreendedores ou de potenciais empreendedores, quer em termos de formação, mas também ao nível do desenvolvimento e da implementação de atividades empreendedoras, e do acompanhamento técnico nesse âmbito. Relembramos que para isso vamos suportar nos dados obtidos através da aplicação de um inquérito por questionário a participantes de formações de empreendedorismo e empreendedorismo social, mas também dos conteúdos das entrevistas por nós realizadas a três desses participantes e a outros três empreendedores que, sem terem frequentado qualquer tipo de formação em “domínios empreendedores”, alavancaram o seu próprio negócio, o seu próprio trabalho.

Não sendo nosso objetivo focar aqui cada “item” da análise quantitativa, a verdade é que nos importa retomar a leitura sobre os mesmos centrando-nos em algumas das questões que nos parecem essenciais para a problematização que se pretende desenvolver sobre a atividade empreendedora. Como tal, o primeiro elemento que nos exige atenção é, logo à partida, ao nível das habilitações dos participantes.

Ainda que no nosso estudo se contemple uma amostra de pequenas dimensões, parece-nos que a aproximação à atividade empreendedora é tanto mais efetiva quanto mais escolarizados forem os sujeitos, recorde-se: 76,9% dos inquiridos detêm habilitações de nível universitário; 19,2% possui o 12º ano de escolaridade e apenas 3,8% o 9º ano. Levantam-se aqui um conjunto de questões que, em paralelismo com conteúdos previamente desenvolvidos neste estudo, se prendem ao perfil do empreendedor, especialmente aos níveis da predisposição e da “vocaçào” para reagir ou responder a determinados desafios que se colocam à própria atividade empreendedora. Não é por acaso que autores como Drucker (1985), Dees (2001), Gaspar (2009) e Saraiva (2011) elencam um conjunto de características-chave que qualificam os empreendedores, desde a capacidade para correr riscos, aceitar o fracasso, a capacidade de decisão, o espírito sonhador às competências de gestão, entre outras. Também essas características – ou o seu desenvolvimento –, são demarcadas pelos contextos culturais, familiares e educativos, daí que se problematize: o potencial exercício empreendedor associado a tais características poderá ser articulado e/ou relacionado com as implicações de um contexto político e societário que incitando ao empreendedorismo a todos os cidadãos aparenta não ser compatível com as singularidades de cada pessoa? Por outras palavras, embora nos pareça que a escolaridade e os contextos culturais de cada pessoa produzam impacto nas atividades empreendedoras, será isso fruto de um contexto essencialmente “individual”, que proporciona o desenvolvimento de determinadas atitudes e competências – perfil – ou, de modo algo independente desse contexto, as pessoas até podem deter tais características, mas em termos sociais e políticos existem mais constrangimentos para que as pessoas menos escolarizadas e de contextos culturais menos favorecidos acreditem e desenvolvam tais percursos? Ou será uma conjugação?

Não tendo como propósito responder a tais questionamentos de modo fechado e representativo, e atendendo aos objetivos da investigação desenvolvida, bem como à dimensão amostra, consideramos relevante referir alguns dos elementos que podem exemplificar e reforçar a relevância da análise sobre as características dos contextos que podem constranger os percursos formativos e profissionais no empreendedorismo, mesmo quando este se apresenta como uma possível resposta para a integração no mercado de trabalho. De acordo com os dados obtidos através da análise documental aos planos de formação – que não nos é possível disponibilizar –, constatou-se que a frequência da mesma está muitas vezes sujeita ao pagamento de uma taxa de inscrição de cerca de 300/350€, o que nos leva a interrogar a eventual

conotação entre a frequência das formações em determinados contextos e a escolaridade dos participantes, mas também entre a escolaridade e a situação profissional, vejamos:

Quadro V.26 - Situação profissional antes da formação *versus* nível de habilitações

	Até 9º ano	Até 12º ano	Licenciatura	Estudos pós-graduados
	<i>N</i>	<i>N</i>	<i>N</i>	<i>N</i>
Empregado(a), com contrato a termo	0	0	4	2
Empregado(a), com contrato sem termo	0	1	6	3
Empregado(a) por conta própria	1	1	5	3
Desempregado(a), há menos de um ano	1	3	2	6
Desempregado(a), há mais de um ano	0	5	5	1
Outras	0	0	1	2
Subtotais	2	10	23	17
Total	52			

Fonte: Elaboração própria (2018).

De acordo com o Quadro V.26 vemos que além de os participantes deterem, na sua maioria, nível superior de escolaridade, observa-se também que em igual número estão em situação de desemprego de longa duração participantes licenciados e participantes com o nível de escolaridade até ao 12º ano. Porém, quando nos debruçamos sobre os participantes que frequentaram formações de empreendedorismo e de empreendedorismo social sujeitas ao pagamento de taxa de inscrição, retiramos várias ilações (Quadro V.27): (i) mais de 50% destes participantes tem habilitações de nível universitário ou superior; (ii) mais de 50% dos participantes está empregado; (iii) neste conjunto de participantes não se reconhecem situações de desemprego de longa duração; (iv) identificam-se mais participantes empregados por conta própria dentro das categorias mais escolarizadas; (v) as situações de emprego com contrato sem termo são apenas existentes nos participantes com nível de habilitações superior.

Quadro V.27 - Formação de empreendedorismo (social) sujeitas a taxa de inscrição: situação profissional por nível de escolaridade

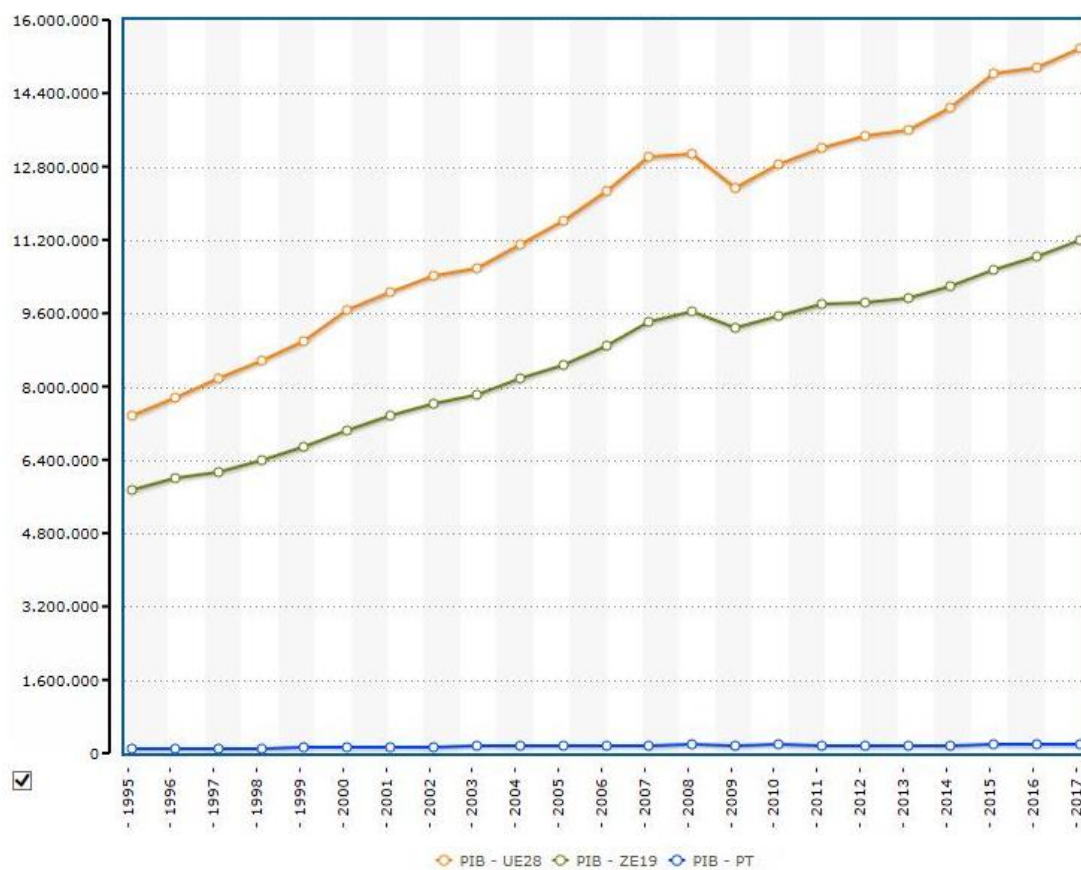
	Até 9º ano	Até 12º ano	Licenciatura	Estudos pós-graduados
	<i>N</i>	<i>N</i>	<i>N</i>	<i>N</i>
Empregado(a), com contrato a termo	0	0	2	1
Empregado(a), com contrato sem termo	0	0	3	1
Empregado(a) por conta própria	0	1	2	2
Desempregado(a), há menos de um ano	0	1	1	4
Desempregado(a), há mais de um ano	0	0	0	0
Outras	0	0	1	1
Subtotais	0	2	9	9
Total	20			

Fonte: Elaboração própria (2018).

De facto, parece-nos que a escolarização permite uma maior adesão a tais “moldes” formativos, uma vez que a mesma funda condições laborais mais seguras e menos precarizadas. Além disso, também aqui vemos que tal modelo de formação se destina àqueles que possuem uma ideia para um projeto com impacto social ou uma iniciativa em fase de lançamento. Levantam-se assim questões à onnipresença do discurso empreendedor (Campos & Soeiro, 2016), que ao proclamar que cada um de nós terá que criar soluções para problemas coletivos negligencia as particularidades e fragilidades de cada pessoa.

Outro aspeto que se mostra pertinente refletir, tem a ver com os anos de frequência da formação. Aqui destacam-se três períodos – 2008, 2012 e 2016 – que vêm coincidir com anos “peculiares” aos níveis económico, financeiro e social, em Portugal, na Europa e no Mundo: 2007/2008 é marcado pela confirmação de uma crise dos *subprime*, nos EUA, que fez balançar todo o sistema bancário mundial; em 2008, o Produto Interno Bruto (PIB) da Zona Euro apresentava uma queda de 1,5% no quarto trimestre, mostrando-se a maior contração da Zona até então (fonte: PORDATA); Portugal, parte integrante deste conjunto de países, acompanhou a queda e em 2011 o XVIII Governo português pedia ajuda externa à Troika, estabelecendo-se um memorando de entendimento português com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, colocando-nos em clima de austeridade até 2014. Após anos de recessão – 2011 e 2012 –, notou-se em 2013 uma primeira e ligeira subida do PIB português, que vem a erguer-se vagarosamente até 2017 (*Vide* Figura V.12).

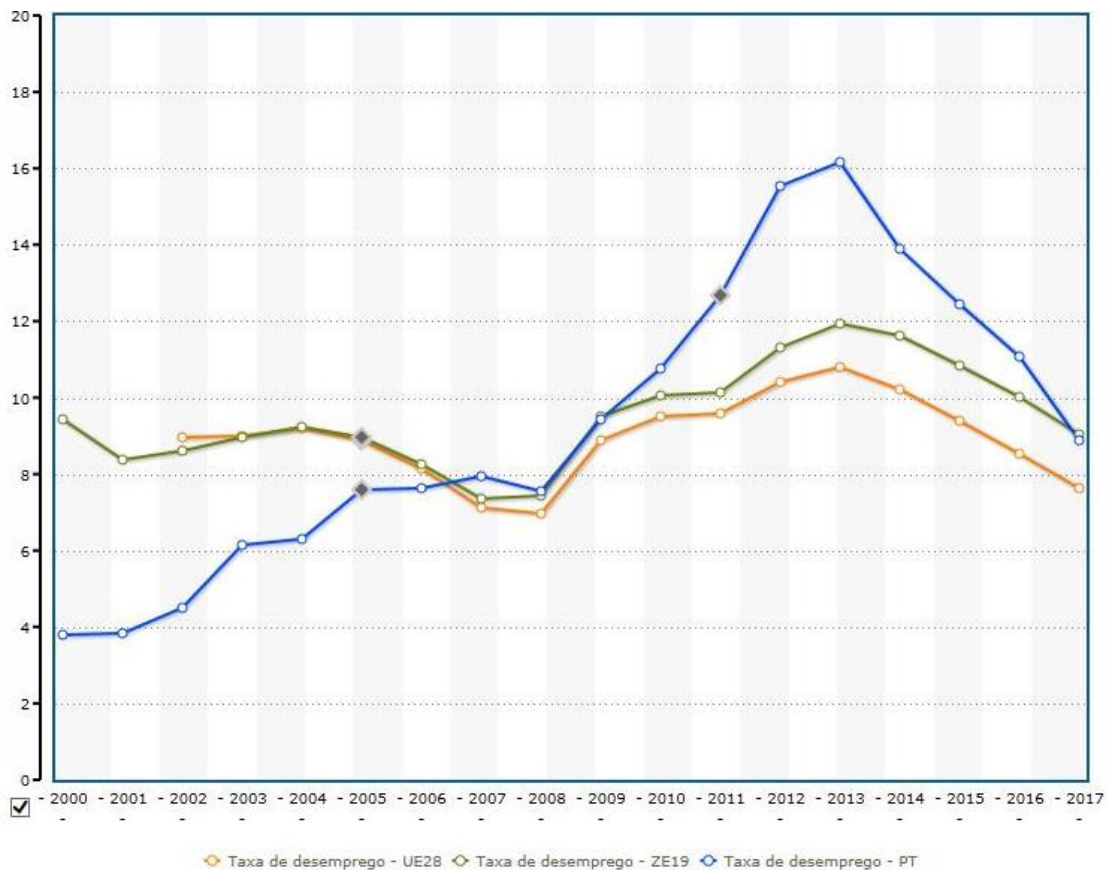
Figura V.12 – PIB (Euro): União Europeia 28 – Zona Euro - Portugal



Fonte: PORDATA (2019).

As taxas de desemprego não ficaram imunes a estas oscilações, como se certifica na Figura V.13, com Portugal a atingir o seu valor máximo em 2013, acima dos valores da UE e da Zona Euro.

Figura V.13 - Taxa de desemprego (%), dos 15 aos 74 anos (2000-2017)



Fonte: PORDATA (2019).

Compreender o “sucesso” do discurso empreendedor requer um olhar sobre estes dados, pois, foi em paralelo com todos estes acontecimentos que a atenção sobre a atividade empreendedora se foi acentuando. Sublinhe-se, então, em 2013 que a CE reconheceu oficialmente o empreendedorismo como um poderoso motor de crescimento económico e de criação de postos de trabalho, com o lançamento do programa «Empreendedorismo 2020» (CE, 2012: 4). Conforme vimos no 1.5 da presente tese, estas diretrizes repercutiram-se nos planos de governos portugueses, e na constituição das primeiras organizações portuguesas dedicadas a estes assuntos, tal como o Audax em 2005, a SEA em 2007 e o IES em 2008, entidades participantes no nosso estudo.

Sobre a motivação para frequentar a formação, destaca-se a aquisição de novos conhecimentos, o desenvolvimento pessoal e a integração no mercado de trabalho. No entanto, constata-se que tal motivação é determinada pela situação face ao mercado de trabalho. Se para as pessoas em situação de desemprego, de curta ou de longa duração, a atividade

empreendedora parece colocar-se como caminho possível para inverter tal situação, para os participantes empregados, independentemente da relação laboral que mantêm, é o desenvolvimento pessoal e a aquisição de novos conhecimentos que se releva. Estes dados corroboram a teoria de McClelland (1972) quando nos diz que são os valores, as motivações humanas e a necessidade de autorrealização que fomentam as atividades empreendedoras. Noutra perspetiva entende-se, assim, que Campos & Soeiro (2016) nos apresentem o empreendedorismo como uma saída para a crise do desemprego, mas uma saída que acentua lógicas neoliberais, com uma retórica assente na liberdade e autonomia individual, fazendo com que cada um se sinta responsável único pela sua situação.

Ora, se o empreendedorismo se vem colocando como um recurso ideológico que facilita a sobrevivência em contextos socioeconómicos de retração do trabalho assalariado, ou por conta de outrem, a verdade é que também nos remete para uma “tipologia” de trabalho específica, na qual se reconhece a proatividade, a inovação e as competências operativas, sociais e culturais do trabalhador. Parece-nos, assim, estar a contrariar o conceito fordista do trabalho, que valoriza a massificação e execução de tarefas (Lopez-Ruiz, 2004). Na senda deste raciocínio procurou-se compreender o modo como tal formação correspondeu e se ajustou às motivações acima explanadas. Com efeito, foi outorgada avaliação positiva sobre o desenvolvimento pessoal e sobre a aquisição de novos conhecimentos técnicos e teóricos. Já ao nível da integração no mercado de trabalho e da progressão da carreira não se mostrou da mesma importância. Tais factos cruzam-se com as competências que os participantes consideram ter sido adquiridas, atribuindo um grau de satisfação acima dos 60% à capacidade de: trabalhar em grupo/equipa; liderança; identificar problemas e soluções inovadoras; planeamento; elaboração de plano de negócios; estabelecer contactos e parcerias e de identificar oportunidades.

Isto leva-nos a refletir sobre aqueles que foram os aspetos mais relevantes da formação na perspetiva dos entrevistados. No contexto da experiência formativa, foram distinguidos: (i) a dimensão prática da formação, sendo dada ênfase ao ambiente de partilha de conhecimentos e de experiências cooperante com a motivação entre os pares, às redes de contacto que se estabeleceram, e à própria metodologia de “exercícios práticos” aqui integrada; (ii) o processo de mentoria, ao ser valorizado o *know-how* dos formadores, a proximidade e acessibilidade aos profissionais das entidades formadoras e os processos de orientação e reflexão conjunta; (iii) a importância de se pensar a sustentabilidade, relacionando-a a noções de planeamento “obrigatório” em processos de empreendedorismo e de empreendedorismo social, aos

investimentos e financiamentos possíveis, sobretudo no empreendedorismo social; (iv) as competências e os conhecimentos apreendidos, como a criatividade, novas formas de pensar, a capacidade de adaptação a novos contextos, a capacidade de leitura e diagnóstico da realidade social, a elaboração de um plano de negócios, capacidade de esforço e empenho, e a apetência à mudança. Dando, deste modo, resposta a um dos nossos objetivos específicos – “analisar o potencial de mudança e/ou efeitos nos percursos individuais e profissionais dos beneficiários/participantes de programas de formação de empreendedorismo social” –, aparentamos estar, assim, diante de um conjunto de contribuições associadas a tais contextos formativos, que vêm contrabalançar as tendências individualistas que dão forma aos movimentos neoliberais. Mas, mais do que isso, se estamos a tratar da (re)definição de um novo projeto profissional, que é, porventura, um novo projeto de vida e de (re)integração social – o *workfare* –, quer nos parecer que se vêm aqui imprimidas lógicas circunjacentes a processos de capacitação e de *empowerment*.

A capacidade de agir de cada ser humano com vista à concretização do seu bem-estar e à transformação de si mesmo e das suas condições de vida, mesmo que marcadas por situações de maior vulnerabilidade, são intrínsecas ao Serviço Social (Ninacs, 1995). Portanto, se procurarmos inscrever a atividade empreendedora nos domínios do Serviço Social, parece-nos que pelo reforço da emancipação e da autonomia que lhe é inerente, estaremos próximos do Serviço Social Estrutural – que se coloca do lado daqueles que foram reprimidos por estruturas sociais e pretende encaminhá-los para direções emancipatórias – e do Serviço Social Crítico – que acredita nas capacidades ilimitadas de emancipação da população (Amaro, 2008; Fook, 2003).

Todavia, a ausência de *follow-up* foi apresentada como um dos principais desafios, relembremos: “não tive mais ligação (I37)”; “[devia] ter continuidade pós” (I51). Sobre isto, os empreendedores com negócio conjunto, acompanhados em lógica de consultoria e exteriores a ambientes formativos, focaram igualmente tal aspeto, que, no seu caso, se intensifica pela pouca articulação entre serviços: “Alguém que tivesse sempre connosco, que nos acompanhasse (...) só tivemos contacto com o técnico da SEA” (E4.1). Evoca-se, assim, a importância e o interesse de se desenvolver processos de acompanhamento de proximidade e de continuidade, pautados por lógicas de articulação e mediação entre os destinatários da ação do assistente social e as estruturas sociais. A premissa aqui deverá ser sempre a “(re)construção de projetos de vida” suportados e informados individual e coletivamente, pela apreensão do potencial de cada pessoa e dos direitos que lhes assistem, como pela apropriação e prática efetiva do poder de agir, não

fosse particular do Serviço Social uma preocupação com a advocacia social e com a autodeterminação (Albuquerque, Santos & Almeida, 2017). Conforme nos dizem as autoras

“Isto significa que uma intervenção centrada apenas na dimensão individualizada, tendo como finalidade a potencialização e a valorização de capacidades, trajetórias de vida e experiências dos sujeitos, conduz somente a um primeiro patamar de um processo que exige, num segundo nível, a consideração dos contextos e dos recursos objetivos a mobilizar e/ou a construir” (Albuquerque, Santos & Almeida, 2017: 74).

Estabelece-se assim um paralelismo com os obstáculos à atividade empreendedora identificados pelos participantes, quando consideram o contexto e a conjuntura socioeconómica enquanto elementos decisivos para a sua efetivação.

Procurando sintetizar a análise dos discursos de potenciais empreendedores envolvidos na nossa pesquisa, apresentam-se no Quadro V.28 as categorias centrais e as atribuições às mesmas:

Quadro V.28 - Síntese da análise dos discursos dos (potenciais) empreendedores

	Empreendedor 1	Empreendedor 2	Empreendedor 3	Empreendedores 4.1, 4.2 e 4.3
Empreendedorismo (Social)	Moda; Criar o próprio trabalho	Ser proativo; Inovar	Resolver problemas	Criar o próprio trabalho: empreendedorismo por necessidade
Perfil Empreendedor	Comercial	Proativo	Tomar decisão circunstancial	Resiliente; Persistente
Entraves ao empreendedorismo	Investimento financeiro necessário	Investimento financeiro necessário	Conjuntura socioeconómica	Morosidade dos serviços; Falta de articulação entre serviços; Falta de informação; Falta de acompanhamento

Fonte: Elaboração própria, a partir dos conteúdos das entrevistas e do inquérito por questionário (2018).

Passando, agora, a centrar a nossa atenção nas “perspetivas endógenas” do Serviço Social, vamos debruçar-nos, em primeira instância, sobre o tratamento às narrativas dos académicos e investigadores desta profissão. Pelo perfil de tais participantes, foi nossa intenção desenvolver aspetos que a nosso ver se tornam substantivos na equação da formação em Serviço Social, mas também do exercício profissional, seja qual for o seu domínio.

Encetámos a desconstruir a visão de Timmons (1994), que nos parece entusiasta e assente na crença de que o empreendedorismo “liberta” as potencialidades do indivíduo em benefício

do próprio e da sociedade, dando azo à tal “revolução silenciosa do século XX”. A verdade é que, conforme vimos em capítulos anteriores, as mudanças sociais que o mundo contemporâneo presencia têm efeitos diretos nos campos de atuação do Serviço Social, mas também, e naturalmente, nos destinatários da sua ação⁸⁵. Portanto, dentro daquele que foi o debate de académicos do Serviço Social, associam-se ao empreendedorismo, enquanto revolução silenciosa, aspetos como: (i) inovação e os desenvolvimentos tecnológicos; (ii) a valorização do individual é-lhe subentendida; (iii) a necessidade de se repensar a proximidade a conteúdos gestacionais, assentando num compromisso com a sustentabilidade, com a gestão da própria empregabilidade e com a definição de novas respostas para (novos) públicos; (iii) revolução interior, na forma de estar e de olhar o mundo; (iv) retórica pós-moderna. De facto, parece-nos que é neste último aspeto que encerram todos os anteriores.

“A modernidade tardia é caracterizada por um ceticismo generalizado acerca da razão providencial junto com o reconhecimento de que a ciência e a tecnologia são um pau de dois bicos, criando novos parâmetros de risco e perigo, bem como oferecendo possibilidades benéficas para a humanidade (...) a antecipação de que os ambientes social e natural se sujeitariam crescentemente ao ordenamento racional não se demonstrou válida” (Giddens, 1996: 25).

Se a modernidade se prendia à crença de que se caminhava para o progresso, a pós-modernidade mantém-se na incerteza, na interdependência, na nebulosidade, numa realidade ambígua e multiforme. E é neste contexto que “cabe ao indivíduo descobrir o que é capaz de fazer, esticar essa capacidade ao máximo e escolher os fins a que essa capacidade poderia melhor servir” (Bauman, 2001: 66). Este lugar crescente do indivíduo nas sociedades contemporâneas torna-o responsável por si, pela construção e reedificação contínuas da sua identidade e da sua história de vida. Na contemporaneidade

“Estar apto” significa ter um corpo flexível, absorvente e ajustável, pronto para viver sensações ainda não testadas e impossíveis de descrever de antemão (...) “Aptidão” significa estar pronto a enfrentar o não-usual, o não-rotineiro, o extraordinário – e acima

⁸⁵ É nesta dialética que Amaro (2009) nos introduz novas áreas de intervenção instaladas – a toxicodependência, a imigração, o desemprego, a educação de adultos, o envelhecimento, as crianças e os jovens e as questões de género – e novas áreas de ponta – o inemprego, o consentimento informado, o sobre-endividamento, a reconstrução de laços, a sustentabilidade dos sistemas de bem-estar, a humanização das estruturas, a responsabilidade social das empresas, o empreendedorismo e as questões da sustentabilidade ecológica e ambiental -, dando-nos conta igualmente do novo perfil de públicos do assistente social, mais diferenciado.

de tudo o novo e o surpreendente. Quase se poderia dizer que, se a saúde diz respeito a “seguir as normas”, a aptidão diz respeito a quebrar todas as normas e superar todos os padrões” (Bauman, 2001: 92).

Procurando corresponder a outro objetivo específico – “relacionar o perfil e os princípios orientadores do assistente social com o perfil e princípios do empreendedor social” –, apontam-se, sobre o perfil dos assistentes sociais e a sua proximidade ao perfil do empreendedor social, o cruzamento de competências ao nível da proatividade, da resiliência, de pensar novo e diferente, da capacidade de assumir riscos e da sensibilidade para a atenção sobre as dinâmicas do tecido empresarial. Mas se, por um lado, tais competências se perfilham intrínsecas à matriz do Serviço Social, por outro, é certificado pelos entrevistados uma ausência da profissão em domínios que, à partida, se creem promotores ou caracterizantes de tais aptidões, não fosse o sincretismo tão característico do Serviço Social (Netto, 2001; Amaro, 2015).

Com efeito, importa-nos aqui considerar aquelas que são as competências profissionais específicas dos assistentes sociais, enunciadas no recente Código Deontológico dos Assistentes Sociais de Portugal (2018), promovido pela Associação dos Profissionais de Serviço Social (APSS), tendo por base a atual definição Global de Serviço Social. São então competências singulares:

- a) Políticas – exercer influência na opinião pública e no sistema político, visando a definição de políticas públicas, consciencializar e mobilizar pessoas e grupos para a defesa dos seus direitos;
- b) Relacionais – criar relações de respeito, confiança, empatia e cooperação para as mudanças necessárias, incluindo a construção de redes e parcerias;
- c) Psicossociais – desenvolver processos de ajuda, capacitação e acompanhamento social e suporte sociopedagógico;
- d) Assistenciais – responder de forma imediata a necessidades básicas das pessoas;
- e) Técnico-operativas e reflexivas – saber comunicar, mediar, diagnosticar, planear, executar e avaliar no quadro de uma abordagem de base científica, multidisciplinar e interdisciplinar.

Sobre isto, Amaro (2015) apresenta-nos ainda três grandes ideias-chave sobre aquilo que são as finalidades particulares do Serviço Social, a partir de alguns dos resultados da sua investigação doutoral, designadamente: a mediação de escala, referente à capacidade de pensamento complexo do profissional e à sua preocupação em manter uma visão global, estrutural e macro dos fenómenos, enfatizando a unicidade de cada indivíduo e de cada situação;

o acesso, que se prende à ligação que o assistente social estabelece entre os destinatários da sua ação e os recursos disponíveis, orientando-se pela consecução dos direitos que lhes estão atribuídos; a relação, referente àquela que é a mediação que o profissional faz entre sujeitos, profissões e instituições.

Em jeito de correspondência, parece-nos, de facto, que as competências elencadas pelos académicos entrevistados se devem perspetivar numa lógica de saberes e/ou competências transversais ou nucleares⁸⁶ necessárias ao assistente social, que deverão suportar a efetivação de tais finalidades, já que as mesmas se arrogam matriciais à profissão. Todavia, é, efetivamente, pelas especificidades do Serviço Social que se advoga a pertinência e mais-valia da sua participação em projetos de empreendedorismo social, recordemos:

“o Serviço Social pode contribuir para quebrar ou para minimizar esta dimensão do individual ou individualista que possa estar associado” (AC 3);

“nós tomamos contacto com as experiências (...) muitas vezes sentimos a falta de solidez, a falta de consistência de quem lá está (...) de não perceber bem que está a mexer com coisas muito complexas, e as vidas das pessoas nós não podemos ligar com elas de ânimo leve (AC5)”;

Se é nesta combinação e/ou reciprocidade de competências, entre *soft* e *hard skills*, que se funda o «perfil ideal» do assistente social, será, por sua vez, pelo seu reconhecimento – endógeno e exógeno – que se perspetivará a sua introdução em domínios que se veem aqui legitimados como sendo tão próprios da profissão – como se afiguram o empreendedorismo e o empreendedorismo social⁸⁷ –, mas que têm vindo a ser liderados por outras áreas do conhecimento. Este foi um dos aspetos que Amaro (2015) já nos alertou igualmente na sua pesquisa

⁸⁶ Ainda que nos estejamos a focar especificamente no domínio do Serviço Social, tomemos como exemplo o Laboratório de Línguas e Competências Transversais que, nos cursos de 1º ciclo do ISCTE-IUL, trabalha competências genéricas/transversais, através de UC's ministradas no âmbito do Laboratório de Línguas e Competências Transversais. Assim, a par dos conhecimentos específicos de cada área científica, desenvolvem-se competências de carácter mais “atitudinal”, entre o saber-ser e o saber-estar, tendo como horizonte a adaptação às exigências presentes e futuras do mercado de trabalho (Fonte: iscte-iul.pt/conteudos/iscte-iul/organizacao/laboratorio-de-linguas-competencias-transversais/1248/apresentacao).

⁸⁷ Amaro (2015) apontou o empreendedorismo como uma nova área «de ponta» da intervenção do assistente social na sociedade portuguesa contemporânea.

“apesar de todos os entrevistados considerarem que hoje há lugar para a intervenção do Serviço Social muito para lá da questão da pobreza, tal não significa que é isso que está a acontecer na realidade (...) referem que há campo, mas que está fundamentalmente por conquistar. Esta conquista passa não apenas pelo reconhecimento institucional de novos espaços de atuação (...) mas também (...) pela capacidade dos profissionais refletirem criticamente o que é que emerge com significância a partir das suas práticas quotidianas (...) por outro lado, a concretização da abertura de novos campos de intervenção implica, também, uma demanda e uma legitimação da sociedade” (Amaro, 2015: 145).

Por estes motivos, discutir o posicionamento e o atual estado da formação em Serviço Social demonstrou-se urgente: estarão os assistentes sociais a saírem para o mercado de trabalho preparados para os desafios das dinâmicas neoliberais que nele se impõem? Conseguiremos, enquanto docentes, formar assistentes sociais «ideais» com tempos de formação estreitos?

Nesta senda, colocam-se efetivamente como principais obstáculos: o tempo de formação, que com a introdução do Processo de Bolonha implicou uma reestruturação dos planos de formação para uma duração de seis a sete semestres, em detrimento dos anteriores oito ou dez; o rácio professor/aluno, que nos parece associar-se à fase ainda embrionária da comunidade científica-académica do Serviço Social (Amaro, 2015). Neste panorama salientam-se as potencialidades do vínculo Serviço Social-empendedorismo social, crenças que o mesmo cooperará para um fortalecimento e uma robustez de conhecimentos de áreas da gestão e da economia. Essencialmente, exige-se ao Serviço Social, num contexto de recursos finitos: (i) visões de sustentabilidade, (ii) perspetivas macroeconómicas e sociais, (iii) atenção a fontes de financiamento, e (iv) uma visão empresarial e comercial (*Vide* Quadro V.29). Tudo isto alicerçado em lógicas de participação ativa dos destinatários da ação.

Mas, questiona-se, também, neste nível o poder do empreendedorismo: “É com uma disciplina de empreendedorismo? Se calhar é um bocadinho mais do que isso” (AC4).

Quadro V.29 - Síntese da análise dos discursos dos Académicos do Serviço Social

	Académico 1	Académico 2	Académico 3	Académico 4	Académico 5
Empreendedorismo (Social)	Inovação, criatividade, exploração de oportunidades	Ênfase no individual: necessidade vs. fatalidade; Soluções inovadoras para problemas sociais	Criar valor social; Sustentabilidade de respostas e serviços	Preocupação gritante: desresponsabilização do coletivo; Proatividade	Criação de negócio; Inovação; Revolução interior
Perfil Empreendedor	Acrescentar valor social; Explorar; Criatividade	Olhar crítico; Pensar diferente: catalisador de mudança.	Inovação; Resiliente; Criatividade constante	Proatividade em detrimento de empreendedorismo; Resiliente; Inovador	Competências metodológica; Éticas; Científicas; Pessoais; Capacidade de assumir riscos
Entraves ao empreendedorismo	Burocratização: falta de inovação	Burocracia; Gestão administrativa; Gestão da pobreza	Não abordou	Não abordou	Instrumentalização das práticas do AS
Serviço Social (SS) e ES	Relação complementar: sustentabilidade; Potencial do SS para o ES	Relação arriscada: valores e princípios do SS vs. Princípios do ES; Necessária: resolução de problemas importantes negligenciados pela sociedade	Relação necessária: gestão de recursos; SS quebra a dimensão individual do empreendedorismo	Relação necessária: gestão de recursos	Ausência do SS em processos de ES; Relação compatível: sustentabilidade; Relação arriscada: "empresarialização" da intervenção
Assistente Social e empreendedor social	Cruzamento de competências: bem comum, resolução de problemas sociais, responsabilidade coletiva	AS intraempreendedor: criar microprojectos, desenvolver competências e inovar; Visão integrada e integradora das pessoas.	Questão de autoimagem: Participação em projetos	Processo de Bolonha: assistente social (empreendedor proativo) vs. licença para exercer SS; Proatividade.	Capacidade de planeamento; Capacidade de diagnóstico; Capacidade de definir ações coerentes e integradas

	Académico 1	Académico 2	Académico 3	Académico 4	Académico 5
Serviço Social e conhecimentos de gestão, gestão social, ...	Necessários: criar uma empresa; gerir uma organização ou projeto social.	Necessários: Garantir a sustentabilidade dos projetos	Necessários: linhas de financiamento que imprimem maior sustentabilidade e durabilidade dos projetos	Necessário: face à finitude dos recursos	Necessários: sustentabilidade financeira; criar valor e criar valor social
Desafios ao SS	Inovar e alterar as suas práticas	“Revolução” na profissão: “Salto” na forma de fazer, de pensar, na formação	Necessidade de introduzir matérias de ES no plano formativo	Revisão do projeto pedagógico: trabalhar o perfil, trabalhar competências dos alunos.	Conhecer a realidade social.

Fonte: Elaboração própria, a partir do *focus group* com assistentes sociais académicos (2019).

Dando continuidade às “vozes de dentro” do Serviço Social, vamos agora centrar o nosso olhar sobre as principais considerações presentes nas narrativas dos assistentes sociais “interventores”.

À semelhança do grupo focal com académicos, iniciámos este debate a partir de uma referência a Amaro (2015), autora que evoca o empreendedorismo como um dos desafios do Serviço Social próprio da época que se atravessa, associando-o ao autoemprego do assistente social, mas também à transformação do seu campo de atuação. Pelos inquiridos, tal desafio é, por um lado, perspetivado como uma necessidade de se pensar novo, de proatividade, de (re)criação de novas respostas sociais, e, por outro, perspetiva-se a ligação Serviço Social-empendedorismo como algo natural e evidente, por se crer que um assistente social é, efetivamente, empreendedor. Ainda que se examinem aqui pontos comuns entre as perspetivas de interventores e de académicos, a verdade é que quando tentamos apreender a extensão de abordagens empreendedoras nos diferentes contextos de atuação, verificam-se discursos algo vagos, sem clareza na consistência dos conteúdos, tanto na própria aceção do conceito de «emprender», como na “desconstrução” da prática profissional aparentemente empreendedora.

“tento sempre que estas atitudes, que devem ser minhas, que também sejam deles e que eles se apropriem (...) numa lógica de *empowerment*, primeiro eu e depois deigo” (AS2);

“acho que nós ao sermos ativos e termos uma atitude mais positiva tentamos inculir isso nos utentes (...) acho que o papel do empreendedorismo social pode ser esse” (AS5);

Se à atividade empreendedora se associam noções de *empowerment*, de “ação” e “atitude positiva”, quando as refletimos nos contextos de atuação do assistente social levantam-se algumas questões, que a nosso ver se prendem à tal fragilidade teórica⁸⁸. Por seu turno, se ao *empowerment* deveríamos associar a intenção de se reduzir os efeitos negativos da hierarquia e da desigualdade social (Dominelli, 1998), a forma como se vê acima explanado revela-nos um desconhecimento sobre o seu significado e a sua operacionalização. Além disso, vê-se também conferida uma lógica de hierarquização da relação, que nos parece subalternizar o indivíduo, corrompendo com um Serviço Social antiopressivo, conforme nos é proposto por Dominelli (2008). Se é o próprio assistente social o opressor, coloca-se, efetivamente, em causa a abordagem emancipatória da profissão. Já o segundo discurso parece-nos transmitir a ideia de uma «relação-espelho», em que pela atitude do assistente social se vão produzir efeitos positivos na atitude do “utente”. Nesta, nota-se uma correspondência a uma visão mais psicologista ou reparadora do Serviço Social, pautando-se pelo desenvolvimento da personalidade e do bem-estar individual, pela adaptação e pelo (re)ajuste social (Zamanillo & Gáitan, 1997). A isto Amaro (2015: 253) designou na sua investigação de obscurantismo identitário: “é generalizada entre os profissionais a ideia de um Serviço Social clássico, passadista, centrado no indivíduo e na sua circunstância individual e voltado para uma abordagem reguladora e adaptativa”.

Dentro dos limites ao desenvolvimento de um perfil empreendedor ou proativo, é feita referência à burocratização e tecnificação das práticas que se impõem no quotidiano do assistente social e à falta de coesão da classe profissional. Parece-nos eterna a questão de se introduzir a falta de união da classe profissional, e saliente-se que por profissionais de uma faixa etária relativamente jovem, mesmo em tempos que se dão passos firmes para a construção da Ordem dos Assistentes Sociais e que se publica o primeiro Código Deontológico do assistente social português. Ao mesmo tempo, tal discurso parece revelar-nos uma visão de descrença e desânimo pela própria profissão, já apontada por Amaro (2015).

Também nesta categoria de profissionais, identificam-se potenciais riscos a uma relação efetiva Serviço Social-empendedorismo social, sobretudo se a olharmos exclusivamente sob a índole managerialista ou economicista. Com efeito, é salientada a tensão em torno das fontes de financiamento e sobre a necessidade de prestar contas relativamente a tal atribuição de

⁸⁸ O pressuposto empiricista designa a atitude generalizada dos assistentes sociais de resistência à abstração teórica e à produção científica (Amaro, 2008).

fundos (*Vide* Quadro V.30, referente à síntese da análise dos discursos dos assistentes sociais interventores).

Então, numa articulação com as narrativas dos assistentes sociais académicos veem-se assim reconhecidas as potencialidades, mas também os limites da relação Serviço Social-empendedorismo social: se por um lado se apresenta como uma “peça de engrenagem” para o desenvolvimento de novas abordagens centradas na gestão e sustentabilidade de recursos, na inovação das práticas, no intraempendedorismo, no desenvolvimento de novas competências, por outro, reconhece-se o risco de colidir com os valores e princípios do Serviço Social, tornando a intervenção “empresarializada” e orientada para o lucro.

Quadro V.30 - Síntese da análise dos discursos dos assistentes sociais interventores

	Interventor 1	Interventor 2	Interventor 3	Interventor 4	Interventor 5
Empendedorismo (Social)	Mudança	Reestruturação; Criar; Transformar; Trabalho coletivo	Criar parcerias; Criar novas respostas	Foco no lucro	Proatividade; Criar novas metodologias
Perfil Empreendedor	Orientação para a mudança	Proatividade; Capacidade de adaptação	Capacidade de adaptação	Não abordou	Proatividade
Entraves ao empreendedorismo	Não abordou	Falta de coesão profissional - dentro do SS	Não abordou	Burocracia	Não abordou
Serviço Social (SS) e ES	Ligação natural: intraempreendedorismo	Autossustentabilidade: criar novas respostas	Risco: perder dimensão humana; “empresarialização” da intervenção.	Risco: lucro como objetivo	Vital: sustentabilidade; Risco: lucro como objetivo
Assistente Social e empreendedor social	Proatividade: exige-se ao SS	Proatividade: <i>soft skill</i> ; competência que se vai apurando	Proatividade: procurar respostas diferentes; ativos na comunidade	Não abordou	Proativos: AS e ES
Serviço Social e conhecimentos de gestão, gestão social, ...	Contribui para novas abordagens e novas formas de fazer	Não abordou	Necessários: justificar-se perante parceiros – <i>accountability</i> ; apresentar dados quantitativos	Não abordou	Não abordou

	Interventor 1	Interventor 2	Interventor 3	Interventor 4	Interventor 5
Desafios ao SS	Trabalho empreendedor: transformar a vulnerabilidade em recurso; Compromisso com a investigação	Combater a lógica do imediatismo	Combater a lógica do imediatismo; Definir intervenções planeadas e programadas	Maior abertura para a realidade: combater a lógica do imediatismo	Reforçar o compromisso com lógicas de capacitação, participação e <i>empowerment</i> ;

Fonte: Elaboração própria, a partir do *focus group* com assistentes sociais interventores (2019).

No que diz respeito aos olhares de fora sobre o(s) paralelismo(s) entre o Serviço Social e o empreendedorismo (social), destacam-se, conforme já explanado no nosso estudo, (i) o reconhecimento e a validação do Serviço Social em projetos de empreendedorismo social; (ii) o desconhecimento do potencial do Serviço Social em “questões emergentes”; (iii) a visão fatalista do Serviço Social; e a (iv) dicotomia entre as possibilidades e o distanciamento do empreendedorismo social e o Serviço Social.

Sobre o primeiro ponto, ainda que se veja reconhecida a legitimidade do Serviço Social em projetos de empreendedorismo social, vemo-la presa à visão mais “clássica” da profissão e associada às questões da pobreza, da deficiência e da intervenção comunitária: “eu penso que será sempre necessário para as soluções de empreendedorismo social, principalmente como referia há pouco aquelas que estão alocadas em públicos vulneráveis, carenciados, com necessidades especiais” (G2). Não que estas problemáticas não vistam hoje novas roupagens, será, todavia, difícil que o olhar de fora se distancie destas significações, já que no estudo levado a cabo por Amaro (2015)

“muitos dos entrevistados terem mencionado, de uma forma pouco refletida, como novas problemáticas e, logo, novos campos de atuação profissional, questões que estão presentes na sociedade portuguesa e no quotidiano (...) dos assistentes sociais já desde as décadas de oitenta e noventa do século XX” (p. 146).

Em relação ao segundo ponto, verifica-se, de facto, um desconhecimento sobre o papel do Serviço Social em domínios que lhe são próprios, mas também o seu potencial em campos (re)emergentes – “hoje há mais consciência social nas pessoas do que havia no passado e para isso não precisam de ter competências em Serviço Social (...) [sem que se adote] em visão assistencialista”(G1). O mesmo entrevistado reforça a sua opinião quando se aborda a capacidade de diagnóstico, reconhecida já no nosso trabalho por um dos académicos como uma

das principais competências do assistente social: “Fazemos nós. Não precisamos de assistentes sociais para fazer diagnósticos sociais (...) porque para fazer diagnósticos sociais só precisamos de indicadores e métricas” (G1). Procurando contestar este argumento, atenta-se a seguinte passagem:

- “E a dimensão subjetiva e individual?” (Investigadora)
- “É isso mesmo (...) subjetiva” (G1).

O efeito de uma cultura direcionada para a eficiência e para os interesses do mercado é, visivelmente, aqui evidenciada. Aliam-se a isso representações desalinhadas e desconhecedoras das especificidades do Serviço Social, que nos parecem ter implicações na potencial integração do assistente social em determinados contextos de atuação, mas, mais do que isso, no modo como se vislumbra o valor da pessoa, da sua singularidade e da dinâmica pessoa-estrutura social, distante de quaisquer fundamentos teóricos, mas também éticos-políticos-axiológicos. Todavia, esta dificuldade em se reconhecer o que é específico da profissão parece-nos passível de ser articulada com a forma como o Serviço Social, em algumas situações, teve dificuldades em afirmar a sua própria especificidade, com discursos algo vagos e imediatistas, nos quais não é feita referência a uma prática reflexiva, nem tão-pouco à dimensão política da profissão, na senda do tal “obscurantismo identitário” (Amaro, 2015). Daqui, e a nosso ver, resultam as perspectivas de “finitude” atribuídas externamente ao Serviço Social, nos pontos três e quatro (*Vide* Quadro V.31, referente à síntese da análise dos discursos dos profissionais da Gestão).

Quadro V.31 - Síntese da análise dos discursos dos gestores - profissionais com atividade na área do empreendedorismo social

	Gestor 1	Gestor 2	Gestor 3
Empreendedorismo (Social)	Parte integrante da gestão; Inovação; Criação; Mudança de paradigma	Transformação individual e coletiva	Identificação de oportunidades; Criar e desenvolver negócios;
Perfil Empreendedor	Não é transversal: passível de se desenvolver; Resiliência; Capacidade de assumir riscos	Competências transversais ao funcionamento da sociedade: espírito crítico, empatia, iniciativa, sentido de oportunidade; Competências técnicas e instrumentais: gestão e análise	ADN do indivíduo: elevado potencial de afirmação e concretização
Entraves ao empreendedorismo	Raiz cultural: medo de arriscar, medo da mudança; Falta de respostas;	Não abordou	(Ausência de) Garantias de ordem financeira, técnica ou social; Conjuntura.

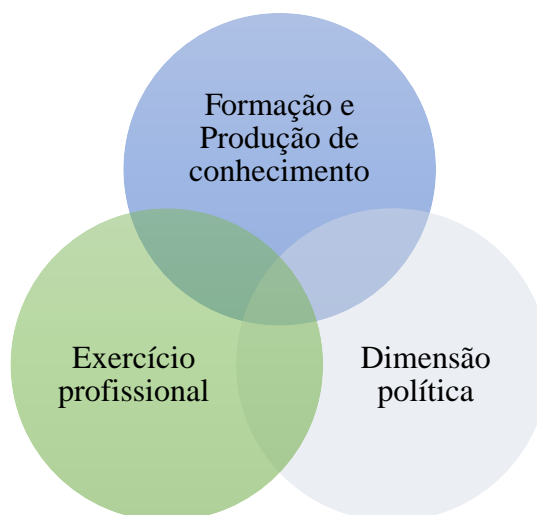
	Gestor 1	Gestor 2	Gestor 3
Serviço Social (SS) e ES	Relação desnecessária: não se reconhece a mais-valia	Relação necessária: quando se trata de intervenção com públicos vulneráveis; potenciar o impacto das soluções para problemas sociais; garantir sustentabilidade	Relação essencial: engrenagem para o saber-ser, saber-fazer e saber-estar; Desenvolvimento de competências.
Assistente Social e empreendedor social	Poucos pontos coincidentes: SS assistencialista; AS: “espécie em vias de extinção”	Não abordou	Não abordou
Serviço Social e conhecimentos de gestão, gestão social, ...	Urgente: SS mantém-se associado a um Terceiro setor assistencialista	Não abordou	Não abordou
Desafios ao SS	Questões de inovação, empreendedorismo social, competências de gestão; Repensar o papel do SS	Não abordou	Não abordou

Fonte: Elaboração própria, a partir das entrevistas a gestores-profissionais com atividade na área do empreendedorismo social (2019).

Depois de consideradas as vozes de todos os participantes da dimensão empírica da investigação, e atendendo aos conteúdos até aqui apresentados, parece-nos evidente fazer-se emergir a potencial implicação do empreendedorismo e do empreendedorismo social para o Serviço Social em três domínios centrais: (i) no exercício profissional; (ii) na formação e produção de conhecimento; e (iii) na dimensão política, enquanto parte integrante da profissão. Ainda que identificados em pontos individuais, é de nosso entendimento que os três se retroalimentam e, quando se intersectam, formam aquele que é em nosso entender o núcleo da profissão do assistente social. A definição de tais domínios resulta de velhos e novos desafios que se colocam ao Serviço Social, interna e externamente. Reiterando o pensamento de Amaro (2015) “o desafio do empreendedorismo prende-se, não apenas com a necessidade dos assistentes sociais encontrarem alternativas para a sua empregabilidade, mas também com o facto do campo profissional estar em transformação (...)” (p. 242). Queremos com isto dizer que se, por um lado, o empreendedorismo e o empreendedorismo social vêm reabrir novos e potenciais campos de atuação ao assistente social, dando visibilidade a um conjunto de competências subentendidas aos próprios conceitos – intraempreendedorismo, inovação social, proatividade, resiliência –, seja em lógicas de trabalho por conta de outrem e/ou de trabalho independente ou por conta própria, por outro, parece-nos que estes “vocábulos” vêm chamar a

nossa atenção a domínios de conhecimento – Gestão, Economia, Política económica – que se reconhecem essenciais numa intervenção integrada e comprometida, que por vezes pareceram ter sido descurados ao longo dos anos de formação em Serviço Social em Portugal.

Figura V.20 - (Novas) linhas orientadoras para a profissão: a que níveis?



Fonte: Elaboração própria (2019).

Começamos por nos focar no exercício profissional, perspetivando-o aqui na dimensão interventiva da profissão.

Quando se analisavam os potenciais do empreendedorismo (social) para o Serviço Social, entre os diferentes participantes no estudo, internos ou externos à profissão, foi demonstrada a necessidade e/ou a importância do desenvolvimento do espírito intraempreendedor no seio das diferentes entidades profissionais. Entendendo-se o intraempreendedorismo como a integração da inovação e da inovação social nas organizações, este pode ser, efetivamente, consubstanciado pelos seus trabalhadores e, neste caso particular, pelos assistentes sociais, enquanto profissionais naturalmente catalisadores de mudança social. Desenvolver tal espectro quererá então dizer: projetar novos relacionamentos com instituições de todos os setores e, daí, apoiar e desenvolver esforços para a sustentabilidade de ideias inovadoras (Zaded & Thake, 1997; Nandan, Lond & Bent-Goodley, 2014). Todavia, para que isto ocorra eficazmente o desafio é que as organizações promovam ambientes de inovação dentro da sua própria extensão (Drucker, 2005) e que o assistente social contribua para esse novo contexto organizacional.

Quanto à dimensão política, parece-nos tornar-se evidente através das narrativas dos empreendedores e potenciais empreendedores a mais-valia do envolvimento do Serviço Social

na mesma, assente numa lógica de *policy practice*, que permita dar conta dos reais efeitos e dos desafios das orientações políticas nos domínios da empregabilidade e do empreendedorismo. Conceptualizada como “[the] effort to change policies in legislative, agency and community settings whether by establishing new policies, improving existing ones or defeating the policy initiatives of other people” (Jansson, 2003: 10), a “prática política” no Serviço Social é, por conseguinte, uma abordagem que combina diretamente as políticas sociais com a prática profissional, sendo o seu fundamento profissionais que compreendam e analisem os efeitos das diretrizes políticas sobre os utentes/usuários dos serviços, e participem no (re)desenho de novas políticas sociais (Wyers, 1991). A necessidade de um compromisso da profissão com esta dimensão vê-se assim reconhecida, na senda do paralelismo que estabelece com a prossecução e promoção da justiça social enquanto um dos valores nucleares do Serviço Social (Gal & Weiss, 2000; Jansson, 2003; Weiss-Gal & Gal, 2008).

Ainda que se tenha apresentado como uma dimensão frágil ou pouco explorada no seio das narrativas dos assistentes sociais interventores, assumir este posicionamento no quadro da atividade empreendedora parece-nos vital para a manutenção da conceção do trabalho enquanto direito social, onde todos deverão ter igual acesso ao mesmo e aos serviços que o consubstanciam, independentemente da forma jurídica com que o emprego se constitua.

Se o ensejo aqui é que os assistentes sociais se revejam nestas dimensões, surge, por conseguinte, o eixo da formação e da produção de conhecimento. Neste, propõe-se uma revisão/renovação do currículo académico do Serviço Social, que com a introdução de módulos académicos gerais e específicos em torno das questões do empreendedorismo (social) se desenvolva a atitude proativa e reflexiva dos estudantes, bem como a capacidade de identificar e potencializar recursos capazes de gerar valor social. Além disso, se considerarmos as reformulações pedagógicas ocorridas com a introdução do Processo de Bolonha, em que o tempo de formação é inferior ao que já se praticou, sugerimos o seu complemento com práticas pedagógicas paralelas aos conteúdos programáticos nucleares, promotoras do espírito criativo e inovador dos alunos. Se a inovação é uma ferramenta específica de empreendedores (Drucker, 1985), então, se queremos inovar em Serviço Social, a sua conexão com o empreendedorismo social deve ser realmente eficaz.

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a confiança”. Vale-nos, de facto, este verso de Camões para reiterar que a complexidade da realidade que hoje se apresenta, velozmente mutável, com tendência desigual e individualista, orientada pelo materialismo económico, exige do corpo profissional um olhar, um saber comprometido e

contextualizado, capaz de produzir efeitos e impactos sustentáveis na vida de cada Pessoa, considerando-a na sua dimensão cívica, política e social.

CONCLUSÕES

“O conhecimento une cada um consigo mesmo e todos com todos”
(José Saramago, 2009)

Pretende-se nesta secção do trabalho reunir os resultados da análise de dados, articulá-los com as nossas questões e objetivos de pesquisa, e lançar indicadores de práticas de empreendedorismo social no Serviço Social, mas também diretrizes para as diferentes dimensões da profissão.

O decurso do processo investigativo foi sempre norteado pela interrogação que lhe esteve implícita desde o seu começo: de que forma o empreendedorismo social se apresenta como uma estratégia para a intervenção do assistente social com grupos vulneráveis? Sendo esta uma investigação de Serviço Social “precursora” nestas dimensões em Portugal, era clara a perceção de que alguns constrangimentos se colocariam, mas o pressuposto foi sempre o de problematizar: como é que “dois universos” distintos perfilham tantos elementos aparentemente comuns? Que mais-valias podem surgir desta potencial ligação para o Serviço Social, no seio de dinâmicas societárias instáveis, individualistas, marcadas por hostes de fúria contra a própria humanidade? Perante tais dinâmicas, como se ajusta e reajusta o Serviço Social aos discursos dominantes de outras ciências sociais (Healy, 2014)? Não se pretendia aqui procurar soluções mágicas, mas, de facto, foi sempre nosso intento pensar novos caminhos para a prática profissional, e que, indubitavelmente, fizessem pensar trajetórias possíveis de explorar para a formação académica e, simultaneamente, para a assimilação de uma identidade profissional.

Compreender os desenvolvimentos e a emergência da atividade empreendedora, implica conhecer as próprias dinâmicas sociopolíticas, reguladoras de uma sociedade. Como tal, começámos este estudo a analisar o conceito de Estado de Bem-Estar desde as suas origens e principais propósitos. Passámos ao seu reenquadramento, à luz das novas diretrizes imprimidas nas políticas sociais desde os finais dos anos 90. Viu-se que é no então contexto de ativação e individuação das políticas (Soulet, 1998; Branco & Amaro, 2011) que o Estado Social partilha a sua responsabilidade na produção de respostas sociais com outros atores do espaço público, privado e voluntário (Albuquerque & Luz, 2016). Seguindo este raciocínio conceptualizou-se a atividade empreendedora, compreendida como atividade privilegiada face à crise generalizada do emprego e à crença de que cria valor económico (Saraiva, 2011; Sarkar, 2014), e o empreendedorismo social como ação sustentada na esfera do Terceiro Setor, motivada pela resposta a problemas e necessidades sociais, criando, por isso, valor social. Como elemento

identitário da atividade empreendedora a inovação (Drucker, 1985) foi também desenvolvida nesta secção, dialogando com os seus riscos e potencialidades, e favorecendo uma nova forma de inovar – inovação social –, ligada a uma maior qualidade de vida e bem-estar social (Garcia, 2010).

Feito o enquadramento dos grandes conceitos teóricos que se apresentam no nosso trabalho – Estado Social, empreendedorismo, empreendedorismo social, inovação e inovação social –, passámos a situar a atividade empreendedora no quadro das orientações da União Europeia a partir de 1997, ano em que a UE lançou a Estratégia Europeia para o Emprego, documento onde o empreendedorismo aparece citado pela primeira vez na extensão das próprias políticas europeias. Efetivamente, esta foi a alavanca para o que viria a ser o compromisso da União com o crescimento económico e com a redução das taxas de desemprego, do qual resultou, em 2013, a projeção da estratégia «Empreendedorismo 2020». A par e passo a atenção sobre o empreendedorismo social foi também crescente, e procurámos retratar tal evolução, na senda dos questionamentos em torno da sustentabilidade do Modelo Social Europeu (Silva, 2013). Portugal jamais seria isento a tais orientações e o olhar sobre a atividade empreendedora vai adquirindo relevo, gradualmente, em diferentes domínios da sociedade, conforme se comprova nos conteúdos dos Programas de Governo a partir de 1997.

Estes ventos de mudança nas políticas sociais trazem implicações ao Serviço Social (Branco & Amaro, 2011). Com efeito, o empreendedorismo passa, naturalmente, a apresentar-se como um desafio à profissão, na medida em que a integração da própria categoria profissional no mercado de trabalho é marcada por níveis de precariedade, ao mesmo tempo que se lhe torna urgente encarar as possibilidades do Terceiro Setor, perspetivando-o aqui na lógica da criação do próprio emprego do assistente social, mas também da retração do Estado Social (Amaro, 2015). Todavia, por se procurar neste estudo introduzir outra abordagem do empreendedorismo (empreendedorismo social) no Serviço Social – na senda da necessidade de renovação das práticas do Serviço Social (Mouro, 2006) – examinam-se os contributos de Jane Addams e de Mary Parker Follett, assistentes sociais cujo legado nos dá fortes pistas ao diálogo que se propõe entre os campos. Se a primeira se configura, ela própria, como uma assistente social empreendedora no âmbito do *Settlements Movement*, a segunda demonstra a relevância do papel do Serviço Social no domínio empresarial e/ou organizacional ao estabelecer novas teorias de liderança e de gestão de conflitos, à luz do que hoje se atribui comumente aos departamentos de responsabilidade social das empresas.

Neste âmbito e atendendo a um dos objetivos centrais da investigação em Serviço Social, demos voz aos sujeitos (Dominelli, 2004; Sposati, 2007). Como tal, recorreremos à aplicação do inquérito por questionário, respondido por potenciais empreendedores/participantes em formações de empreendedorismo e empreendedorismo social, em torno das seguintes categorias: área profissional, motivação para frequentar a formação, situação profissional pré e pós-formação, desenvolvimento de competências e constrangimentos associados a tal experiência formativa.

Verificámos que o acesso ou a aproximação à atividade empreendedora é tanto mais efetivo/a quanto mais escolarizados forem os sujeitos; os contributos da formação prendem-se muito ao desenvolvimento pessoal, reiterando assim o desenvolvimento de competências que nos parecem de carácter transversal a qualquer atividade profissional – capacidade para trabalhar em grupo, capacidade de planeamento, capacidade de liderança, capacidade de identificar problemas e soluções inovadoras, entre outras; reconhecem-se desafios no momento pós-formação, relacionados com a operacionalização e adequação do projeto, ao investimento financeiro indispensável e à necessidade de se criar redes e parcerias; certificámos também que a frequência da formação está muitas vezes associada ao pagamento de uma taxa de inscrição, pelo que a maioria dos participantes nesta modalidade específica de formação (i) detém habilitações de nível universitário, (ii) está integrada no mercado de trabalho, (iii) quando em situação de desemprego, não se apresentam situações de desemprego de longa duração. Igualmente nesta tipologia formativa, são os participantes mais escolarizados que trabalham por conta própria e, adicionalmente, são os participantes com habilitações universitárias que se encontram em situações de emprego mais estáveis, com contratos de trabalho sem termo.

A participação desta categoria de entrevistados alongou-se por via da aplicação de entrevistas semiestruturadas a três potenciais empreendedores e complementou-se com a participação de outros três empreendedores, com negócio conjunto, acompanhados por uma entidade, que sem ter na base processos formativos, apoia o/s empreendedor/es no desenvolvimento e efetivação do seu plano de criação do próprio emprego pautados por lógicas de consultoria. Se por um lado se perspetiva o empreendedor como alguém proativo, com sentido comercial, por outro, é resiliente e persistente; se o principal entrave à consubstanciação da ideia de negócio pelos potenciais empreendedores prende-se aos poucos recursos económicos e, por conseguinte, à necessidade de investimento financeiro, já por parte dos empreendedores com negócio coletivo são identificados alguns constrangimentos, nomeadamente: a morosidade dos serviços, a falta de articulação entre os mesmos, a falta de informação e de

acompanhamento. Assim, aquilo que se vê refletido entre as linhas dos discursos é a recomendação de um ajuste e/ou organização de dinâmicas interinstitucionais no desenvolvimento da atividade empreendedora, que faça diminuir os tempos de espera, a burocracia e as dificuldades de articulação entre os serviços, e que, conseqüentemente, se traduzam em processos de acompanhamento continuados, articulados e concertados.

Posto isto, e fundamentado nos dados empíricos, quando se examinam duas das nossas “sub-questões” – (i) o empreendedorismo social é uma forma alternativa de Serviço Social no quadro das políticas neoliberais para a integração social de grupos vulneráveis?; (ii) a adoção de estratégias/programas de empreendedorismo e empreendedorismo social pelo Serviço Social produz efeitos positivos nos seus destinatários, diretos e indiretos, ao nível da atitude e intenção empreendedora/«intra»empreendedora, do sucesso na procura de emprego, e da consciencialização e aproveitamento de oportunidades? – defendemos a tese de que o empreendedorismo social se configura como uma nova estratégia para a intervenção do assistente social com públicos socialmente mais vulneráveis, promotor de lógicas de *empowerment* e capacitação, na medida em que promove a aquisição e/ou desenvolvimento de competências essenciais à sua (re)integração social, sobretudo quando mesma se vê fundada em lógicas de *workfare*. Tal explanação alia-se à proposta da Comissão Europeia (2018 [2006]) quando aponta o empreendedorismo como uma das Competências-Chave para a Aprendizagem ao Longo da Vida:

“Entrepreneurship competence has become a priority in policy agendas of modern economies and societies with the belief that this is a vital competence within the labour market and for people in their daily lives, even for those who are not classed as 'entrepreneurs' in the sense of reating new business opportunities (...) ‘investing in entrepreneurship education is one of the highest return investments Europe can make’ and that the benefits include essential knowledge, skills and attitudes that help transform ideas into action and also significantly increase an individual's employability” (COM, 2018: 57, 58).

Todavia, na extensão do empreendedorismo “puro” vê-se efetivamente confirmado o pendor neoliberal, onde o

“(…) empreendedor aparece cada vez mais como substituto do «cidadão» enquanto figura de referência da ordem social. Onde o cidadão se construía a partir de uma vontade comum, de escolhas coletivas e do «bem público», o empreendedor edifica-se segundo o princípio único da competição individual” (Campos & Soeiro, 2016: 11)

Isto leva-nos ao posicionamento do Serviço Social em processos de empreendedorismo, no qual foi então dada voz a assistentes sociais com carreira acadêmica e a assistentes sociais ligados/as a práticas interventivas, através da realização de dois grupos focais. Entre os acadêmicos vimos o empreendedorismo conceptualizado enquanto retórica própria da pós-modernidade, na extensão daquela que é uma cultura neoliberal, que dá ênfase ao indivíduo e às suas competências – criatividade, proatividade –, mas também a trajetórias individuais na resposta a necessidades sociais; que promove a mudança por meio de práticas inovadoras, sem temor dos perigos a elas associados, com o objetivo de criar valor sustentável. Recorde-se: “[o empreendedorismo] tem a mesma capacidade de revolução do que significou a revolução industrial no sentido de mudança de paradigma, de mudança de comportamento, de mudança do ponto de vista das dimensões de emprego e não só (...)” (AC2). Em oposição aos tais perigos aqui decorrentes, quando perspectivado o empreendedorismo na dimensão social, os processos de inovação desenvolvem-se com o desígnio de responder a necessidades e problemas sociais, criando assim valor social:

“Mais do que um modelo de atuação, acaba por ser uma necessidade de pensar a inovação mas não apenas ligada à dimensão do capital (...) há um acentuar do que é o valor social, ou seja, uma procura pelo valor social, mas numa lógica de sustentabilidade, utilizando aqui dimensões de *management*, de gestão, de criar-se uma estrutura, uma lógica, um plano de trabalho” (AC3).

Na visão dos assistentes sociais interventores o empreendedorismo foi identificado com um processo de reestruturação e adaptação à realidade, sem que isso produza obrigatoriamente lucro, sendo representativo disso a criação de novas respostas sociais e parcerias. Já sobre o empreendedor, é percebido como alguém que acrescenta valor, que explora oportunidades e promove a mudança, que é resiliente e proativo, e com capacidade de assumir riscos. Aqui estabelece-se um paralelismo com as vias que Meneses (2016) identifica para a criação de valor, nomeadamente: melhorar ou fazer crescer algo que já existe; criar/lançar algo novo e reduzir ou abandonar algo.

Retome-se, nesse sentido, algumas linhas dos seus discursos: “do empreendedorismo espera-se que a pessoa seja ou queira provocar a mudança em alguém” (AS1); “empreender não tem que ser numa lógica com fins lucrativos (...) eu considero-me uma profissional empreendedora no sentido em que me reajustei a princípios, dentro daqueles que são os meus valores profissionais, àquilo que o contexto exigia” (AS2); “procuramos criar sinergias para criar respostas novas” (AS3). Seguindo esta linha de raciocínio, foi considerado que a relação

Serviço Social-Empreendedorismo será um risco, considerando, por um lado, os valores identitários da profissão, e por outro, a orientação para o lucro do empreendedor. Porém, e distante do que poderia ser uma empresarialização das práticas, a relação Serviço Social-Empreendedorismo Social mostrou ser complementar e necessária pela orientação para a resolução de problemas negligenciados pela sociedade, pela capacidade de gestão de recursos e de atenção à sustentabilidade do projeto e pelo potencial da inovação. Com efeito, pensar no perfil do assistente social num paralelismo com as competências e/ou características do empreendedor social, será essencial para o desenvolvimento de processos de intraempreendedorismo, resultando naquele que é um “assistente social empreendedor”, que contribui para novas abordagens e novas formas de fazer, para o planeamento e desenvolvimento de microprojectos coerentes e participativos, assentes numa visão integrada e integradora das pessoas. Portanto, se retomarmos uma outra das nossas indagações – o empreendedorismo social assume-se como uma estratégia de intervenção do Serviço Social, que promove práticas inovadoras experienciadas em programas de exclusão social, vulnerabilidade, desigualdade e precariedade? – podemos considerar que a mesma se vê afirmativamente respondida. Paralelamente ao que nos sugere a literatura

“social workers can be a source of innovative practice identifying and implementing new ways to address social problems. They can be intrapreneurial within organizations, designing more effective and efficient operations and partnerships (...) they can be social entrepreneurs, joining forces with community member, government, and business partners to start ventures that creatively meet social needs (Nandan, Lond & Bent-Goodley, 2014).

Considerar a participação do Serviço Social em projetos de empreendedorismo revelou-se essencial durante os desenvolvimentos empíricos, sobretudo pela sua ausência ou pelo que nos pareceu ser o pouco reconhecimento nesta extensão. Analisadas as narrativas da própria classe profissional, passámos assim à auscultação de profissionais da Gestão ligados a projetos de empreendedorismo e de empreendedorismo social, com a pretensão de se apreender que representações se tem sobre o “assistente social empreendedor”. Nesse âmbito, identificaram-se quatro categorias representativas do modo como tais entrevistados perspetivam, “de fora”, a relação Serviço Social-Empreendedorismo (social), designadamente: (i) reconhecimento e validação do Serviço Social em projetos de empreendedorismo social, sobretudo quando estes se dirigem a públicos socialmente mais vulneráveis, mas também em processos de capacitação e empoderamento de competências pessoais, profissionais e sociais; (ii) desconhecimento do

potencial do Serviço Social em “questões emergentes”, em que por um lado se vê atribuído à intervenção do assistente social um carácter assistencialista desprovida de uma base teórica própria e de um compromisso ético e deontológico, e por outro, vê-se desconsiderada a sua atuação em campos que se apresentam de emergente resolução no século XXI, tais como as questões ambientais, postuladas por Dominelli (2012) como parte integrante do mandato do Serviço Social; (iii) visão fatalista do Serviço Social, na qual se considera a profissão obsoleta especialmente quando examinada a sustentabilidade da sua intervenção – somente – através de métricas e quantificações; (iv) visão dicotómica entre as possibilidades e o distanciamento do empreendedorismo social e o Serviço Social, perspetivando-os orientados para o mesmo fim, mas estando o Serviço Social algo despido de preocupações com a sustentabilidade financeira.

A partir daqui, procuramos dar sentido à circularidade das análises sobre o objeto de estudo a diferentes níveis, entrecruzando as diferentes visões para aquelas que defendemos ser as perspetivas futuras do Serviço Social:

I. No exercício profissional

Saliente-se que aqui por exercício profissional referimo-nos à dimensão interventiva da profissão. Conforme já abordado, foi demonstrada a necessidade de se desenvolver o espírito do assistente social numa lógica de intraempreendedorismo – empreender no seio das organizações profissionais.

Se o conceito de inovação é hoje ubíquo e faz-se presente em diferentes áreas do conhecimento, ele é também perspetivado como panaceia para diversos problemas das organizações (Saraiva, 2011) e reflexo disso é a sua presença em distintas extensões das políticas públicas. Portanto, se a inovação e a criação de valor são chave do empreendedorismo (Drucker, 1985; Dees, 2001) e se queremos efetivamente inovar o/no Serviço Social, projetar e trabalhar a sustentabilidade das instituições, propõe-se um compromisso do assistente social com tais dimensões, convictos de que se construirão novos caminhos orientados pelos princípios éticos do Serviço Social – Direitos Humanos, responsabilidade coletiva, integridade profissional, confidencialidade profissional e sustentabilidade do ambiente e da comunidade (Código Deontológico dos Assistentes Sociais – CDAS, 2018).

Each year, the nature and complexity of clients’ problems and challenges experienced by communities continuously evolves and grows. The economic, social, and political climate, nationally and globally, calls for social workers to lead and facilitate social change that can have a lasting impact on communities and in people’s lives (Lawler & Bilson, 2010)

Posto isto, apresentamos a seguir uma primeira proposta de indicadores que nos parecem centrais a uma intervenção/atuação empreendedora e potenciadora de trajetórias de integração.

Quadro V.32 - Matriz de indicadores de empreendedorismo potenciadores de trajetórias de integração

Domínios	Subdomínios	Indicadores
Educação e formação do profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de conhecimentos; • Áreas de atuação; • Setor de atuação 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso à formação contínua; • Diversidade da formação frequentada; • Constrangimentos à formação contínua;
Intraempreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> • Área de atuação; • Atitude investigativa; • Conhecimento sólido e sustentado da realidade social; • Conhecimento de (novas) políticas sociais; • Conhecimento de fundos de financiamento; • Desenvolvimento comunitário participado/participativo; • Sustentabilidade: gestão de recursos, acesso a recursos (financiamentos, etc.); • Setor de atuação 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de novas ações/novos projetos formalizadas/os; • Número de reuniões de equipa; • Número de reuniões alargadas/ parceiros/ novas parcerias; • Número de participações em grupos de discussão; • Número de publicações; • Número de participações em eventos de carácter científico; • Constrangimentos à investigação;
Empreendedorismo Social	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de respostas sociais; • Áreas de atuação; • Setor de atuação; • Sustentabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de projetos formalizados; • Perceção do impacto social: criação de indicadores; • Tempo de atuação; • Número de postos de trabalho criados; • Investimento/Funcionamento. • Eficácia: resultados previstos/resultados atingidos.

Fonte: Elaboração própria, adaptado de GEM (2016) e Albuquerque, Santos & Almeida (2017)

Não podemos ainda deixar de salientar que esta ênfase no empreendedorismo parece-nos resultar de uma mudança de paradigma que vem conjugar lógicas de individuação e de desresponsabilização do Estado, invocando também assim a presença do Serviço Social. Com efeito, partimos para o nível seguinte: dimensão política.

II. Na dimensão política

Conforme se vê postulado no CDAS a dimensão política é parte integrante das competências específicas do assistente social: “exercer influência no sistema político e na

opinião pública, visando a definição de políticas públicas, consciencializar e mobilizar pessoas e grupos para a defesa dos direitos” (CDAS, 2018: 6). Ainda que esta tenha sido uma dimensão pouco explorada pelos assistentes sociais interventores, este perímetro do empreendedorismo e de novas dinâmicas da empregabilidade pede a participação do Serviço Social, não só numa ótica de demonstrar os reais efeitos dessas orientações políticas, mas também para reivindicar os seus fundamentos baseados em princípios de dignidade e justiça social. Esta é uma preocupação já defendida por duas seminais autoras do Serviço Social: Jane Addams, no âmbito da reforma social do *Settlements Movement*, demonstrou que uma prática orientada pela dimensão política era intrínseca e central a um Serviço Social societário; e apesar de esta não ser uma dimensão reconhecida em Mary Richmond, a mesma liderou e advogou campanhas para a regulação da saúde, educação, habitação, do emprego e envelhecimento (Agnew, 2004; Branco, 2017). Viam-se então criadas nos inícios do século XX bases para a conceptualização da *policy practice* no Serviço Social e para a compreensão do desenvolvimento de atividades de nível micro numa prática política (Branco, 2016). “This phase of the ‘policy life cycle’ implies a direct relationship between public actors in the political and administrative structure, the target groups, final beneficiaries and third-party groups, positively and negatively affected” (Knoepfel *et al.*, 2011).

Sobre isto, salientamos ainda que nas diferentes formas que a atividade empreendedora pode assumir mostra-se aqui estabelecido espaço para a *policy practice* do assistente social ao nível macro, considerando a sua participação na (re)formulação de políticas sociais com o empreendedorismo e empreendedorismo social, e meso com o intraempreendedorismo, quando considerada a sua intervenção em contextos organizacionais.

III. Na formação e produção de conhecimento

Se queremos tornar as dimensões anteriores efetivas, não podemos deixar de olhar para a formação e para os processos de produção de conhecimento em Serviço Social. Assim, em traços gerais, o que se sugere é a delineação de um currículo académico que desenvolva e promova a atitude proativa dos alunos, a capacidade de identificar e potencializar recursos capazes de gerar valor social. Para isso, propõe-se a introdução do empreendedorismo social em módulos académicos gerais e específicos, os quais devem também ser complementados com práticas pedagógicas que promovam o espírito criativo e inovador dos estudantes. Se a inovação é uma ferramenta específica de empreendedores (Drucker, 1985), então, se pretendemos inovar em Serviço Social, a sua relação com o empreendedorismo social deve ser realmente eficaz, não só pelo potencial que a Economia Social e o Terceiro Setor representam

para a profissão, mas no domínio da responsabilidade empresarial. Ainda que possa parecer “excêntrico” aquilo que se apresenta, não nos estamos a referir a uma reformulação dos planos curriculares destituída de suporte teórico. É sim um retomar de caminhos que a nosso ver já foram trilhados por uma profissão com mais de cem anos de existência, que é também disciplina académica, e que urge entendê-los e analisá-los criticamente à luz daquela que é a contemporaneidade. Em boa verdade, os assistentes sociais têm um envolvimento histórico com a atividade empreendedora e tal enquadramento surge nos currículos como dimensão da história do Serviço Social. Neste sentido, valerá a pena recordar os legados de: (i) Mary Richmond, que com o seu trabalho nas *Charity Organization Society* e com a sua chamada de atenção à deficiente coordenação entre serviços e utente estabeleceu a base para o que hoje se designa de gestão de caso (Santos & Nunes, 2013), mas também, e como já referenciado, para uma prática política do assistente social, estabelecendo assim a conceção do gestor de caso distante da hoje se examina - orientado por métricas e indicadores quantitativos de avaliação; (ii) Jane Addams, que nos mostrou desde cedo o sentido empreendedor da profissão ao criar uma nova resposta social sustentada e ao assumir o compromisso com a prática política dando sentido ao *ethos* da profissão; (iii) Mary Parker Follett que nos introduziu teorias para a administração, gestão e organização de serviços, que hoje se veem referenciadas por outras Ciências Sociais e aparentemente algo negligenciadas pelo Serviço Social, como nos demonstrou a sua pertinência em diferentes setores de atividade. Sublinha-se assim o que diz Amaro (2009: 393)

“o que pode ser verdadeiramente alternativo num Serviço Social voltado para o futuro é não ter a veleidade de criar ruturas radicais com o seu passado e a sua herança, assumindo a coragem de manter uma utopia enraizada no real numa era que, se não é distópica, será pelo menos anti-utópica”.

Ainda nesta extensão, parece-nos pertinente evocar a oportunidade/responsabilidade do Serviço Social em preparar assistentes sociais do futuro a assumir um compromisso com o legado do empreendedorismo social. “In light of this, social work curriculum need to infuse programs with social entrepreneurial training in order to effectively meet the needs of an ever-changing society and student body” (Fernando, 2015).

Percorrido este caminho, é também momento de se refletir sobre as mais-valias e limitações do estudo. Ora, o tema aqui trabalhado, quando iniciado em 2014, era ausente na investigação em Serviço Social em Portugal, como tratava um objeto de estudo que se encontrava/encontra presente nos discursos políticos internacionais e nacionais, num contexto

e com implicações que importava compreender. Se por um lado isso traduz o seu caráter inovador, por outro, tal invisibilidade fundamentou efetivamente alguns dos nossos principais constrangimentos no desenvolvimento da dimensão empírica, sobretudo com a definição da amostra, tanto qualitativa como quantitativa. Aliado a isso, a dimensão quantitativa revelou-se essencial para a produção do conhecimento que se pretendia realizar. Pelo maior domínio e maior proximidade à dimensão qualitativa, enveredou-se assim por “caminhos menos conhecidos”, ainda que com alguma insegurança. O desenvolvimento de novas competências nesse âmbito foi então indispensável à consubstanciação da análise e interpretação dos resultados quantitativos, contribuindo também para o nosso olhar crítico sobre tal abordagem, sendo que atualmente se reconhecem as suas fragilidades e possibilidades de aprimoramento para trabalhos futuros.

A relação Serviço Social-Empreendedorismo Social que aqui se analisou além de nos dar pistas sobre como renovar a matriz do Serviço Social, vem também reforçar o seu valor enquanto disciplina do saber com implicações ao nível das políticas públicas, fundado em competências ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas. Todavia, jamais poderemos descurar os riscos imprimidos a tal *link*, que “apenas” representam aquela que é uma orientação societária, que nos obscurantismos da “cegueira da ilusão tecnocrática” tenderá a minorizar os valores da democracia e da liberdade (Beck, 2011). É neste contexto que os desafios que hoje se colocam ao assistente social são de diversas naturezas e exigem, naturalmente, um novo modo de agir-refletido sobre o funcionamento da economia, sobre as dinâmicas socioeconômicas, sobre o funcionamento das organizações, sobre o papel e responsabilidade do individual e coletivo. Com efeito, surgem-nos novas e futuras perspectivas de continuidade desta investigação: com a pretensão de se “particularizar” os trabalhos aqui iniciados, consideramos importante analisar de que modo o empreendedorismo se afigura como uma estratégia de integração social para públicos específicos, nomeadamente para a pessoa com deficiência e pessoa com poucos rendimentos, já que hoje se apresentam políticas de incentivo ao empreendedorismo específicas a tais populações; ao encontro das nossas pretensões iniciais neste percurso, pensamos também agora ser exequível estudar a participação do Serviço Social em projetos de empreendedorismo social nacionais e internacionais, que nos permita numa perspectiva de co-construção marcar a presença da profissão neste domínio; com base no legado das três autoras seminais aqui abordadas, propomos ainda consubstanciar tais conhecimentos a partir de análises de conteúdo aos trabalhos das autoras, capazes de (re)criar novas bases teóricas do currículo em Serviço Social e, nesse sentido, procurar trazer novos contributos em

torno dos temas da administração e gestão de organizações sociais, e sobre as questões da sustentabilidade.

Com a reflexividade inerente ao conhecimento do risco (Beck, 1992), que este seja um caminho em constante construção.

BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, C. P. & Arcoverde, A. C. (2017). *Serviço Social Contemporâneo - Reflexividade e Estratégia*. Lisboa: Pactor.
- Albuquerque, C. P. (2011). Legitimidade e reconhecimento da prática de serviço social. Abordagem construtivista. *Serviço Social em Revista*, 13 (2), pp. 104-118. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/9496/9113>.
- Albuquerque, C. P., & Luz, H. A. (2016). *Políticas Sociais em tempos de crise*, 1ª Edição. Lisboa: Pactor.
- Albuquerque, C. P., Santos, C. C. & Almeida, H. N. (2017). Análise estratégica do empoderamento social. In Albuquerque, C. P. & Arcoverde, A. C., (Eds.) *Serviço Social Contemporâneo – Reflexividade e Estratégia* (pp. 71-89). Lisboa: Pactor.
- Almeida, R. C. & Chaves, M. (2015). Empreendedorismo como escopo de diretrizes políticas da União Europeia no âmbito do ensino superior. *Educação e Pesquisa*, 41 (2), pp. 513-525. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n2/1517-9702-ep-41-2-0513.pdf>.
- Alves, A. Pereira, R. & Bucha, A. (2015). *Economia, Gestão e Empreendedorismo*. Lisboa: Editora RH;
- Alvord, S.; Brown, D. & Letts, C. (2004). Social Entrepreneurship and Societal Transformation. *The Journal of Applied Behavioral Science* (40), pp. 260-282.
- Amaro, M. I. (2008). Os campos paradigmáticos do serviço social: proposta para uma categorização das teorias em presença. *Locus SOCI@L* [online], (1), pp. 65–80. Disponível em: http://locussocial.cesss-ucp.com.pt/page4/files/page4_13.pdf.
- Amaro, M. I. (2009). *Urgências e Emergências do Serviço Social Contemporâneo: Contributos para a discussão dos fundamentos da profissão*. (Tese de Doutoramento). Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- Amaro, M. I. (2012). *Do indivíduo moderno ao Individualismo contemporâneo: algumas anotações reflexivas*. Texto Policopiado.
- Amaro, M. I. (2015). *Urgências e Emergências do Serviço Social: Fundamentos da profissão na contemporaneidade* (2ª Edição). Lisboa: Unversidade Católica Editora.
- Amaro, M. I. (2018). Conocimiento, acción e investigación en Trabajo Social: Cuestiones de um campo en construcción. In Floréz, R. (Dir.), *Protección de Menores y Trabajo Social – Un análisis comparado entre España y Portugal*, pp. 111–136. Madrid: Editorial Dykinson, S. L.
- Amway Europe (2018). *Global Entrepreneurship Report*. Gfk Nuremberg: Technische Universität München.
- André, I. & Abreu, A. (2006). Dimensões e Espaços da Inovação Social. *Finisterra*. XLI, 81, pp. 121-141. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1465>.
- Arendt, H. 2001. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Univesitária.
- Arretche, M. (1995). Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, 39, pp. 3–40. Disponível em: https://www.academia.edu/6604680/emerg%C3%8ancia_e_desenvolvimento_do_welfare_state_teorias_explicativas.

- Astier, I.; Duvoux, N. (2006). L'institution de la dignité dans la société contemporaine: réflexions à partir du cas français. In: _____ (Ed.) *La société biographique: une injonction à vivre dignement* (pp. 15-31). Paris: L'Harmattan.
- Audretsch, D. (2003). Entrepreneurship: a survey of the literature. *European Commission Enterprise Directorate General. Enterprise Papers*, 14. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities. Disponível em https://ec.europa.eu/growth/content/entrepreneurship-%E2%80%93-survey-literature-0_ga.
- Audretsch, D., Lehmann, E. & Plummer, L. (2009). Agency and Governance in Strategic Entrepreneurship. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 33 (1), pp. 149-166. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1321538.
- Azevedo, C., Franco, R. F., & Meneses, J. W. (2010). Gestão de Organizações sem fins lucrativos. Porto: Vida Económica. In Bacq, S., & Janssen, F. (2011). *The multiple faces of Social Entrepreneurship: A review of definitional issues based on geographical and thematic criteria*. *Entrepreneurship & Regional Development*, 23: 5-6, (pp. 373-403). Disponível em https://www.researchgate.net/publication/232965690_The_Multiple_Faces_of_Social_Entrepreneurship_A_Review_of_Definitional_Issues_Based_on_Geographical_and_Thematic_Criteria
- Banks, S. (2003). *Ethics, Accountability and Social Professions*. London: Palgrave Macmillan.
- Banks, S. (2006). *Ethics and Values in Social Work* (3rd Edition). United Kingdom: Palgrave-Macmillan.
- Bassand, M. (1986). *Innovation et Changement Social*. Paris: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes.
- Batista, R. & Thurik, R. (2007). The relationship between entrepreneurship and unemployment: is Portugal an outlier?. *Technological Forecasting & Social Change*, 74(1),75-79. doi: 10.1016/j.techfore.2006.04.003.
- Bauman, Z. (1997). Globalização - *As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Bauman, Z. (2001). Identity in the globalising world. *Social Anthropology*, 9(2), pp. 121-129. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1469-8676.2001.tb00141.x>.
- Bauman, Z. (2008). *Amor Líquido*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Beck, U. (1992). *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: Sage.
- Beck, U. (2011). Une politique intérieure globale: les cinq aveuglements de la politique nationale à l'ère globale. In Aubry, M. (2011) *Pour changer de civilisation*. France: Odile Jacob.
- Bent-Goodley, T. (2014). Defining and conceptualizing Social Work Entrepreneurship. *Journal of Social Work Education*, pp. 291-302. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10437797.2002.10779098>.
- Berzin, S. C. (2012). Where Is Social Work in the Social Entrepreneurship Movement?. *National Association of Social Workers*, 57 (2), pp. 185–189. Disponível em: <https://academic.oup.com/sw/article-abstract/57/2/185/193655here-Is-Social-Work-in-the-Social?redirectedFrom=fulltext>.
- Blaikie, N. (2007). *Approaches to Social Enquiry: Advancing knowledge* (2nd Edition). Cambridge: Polity Press.
- Blaikie, N. (2010). *Designing Social Research* (2nd Edition). Cambridge: Polity Press.
- Boeije, H. (2010). *Analysis in Qualitative Research*. London: Sage Publication.

- Bornstein, D. (2007). *How to Change the World: Social Entrepreneurs and the Power of New Ideas*. Nova Iorque: Oxford University.
- Bouquet, B. & Garcett, C. (2005). *Assistante Sociale Aujourd'hui*. Paris: Maloine.
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1998). *Practical reason: on the theory of action*. Stanford: University Press.
- Branco, F. & Amaro, M. I. (2011). As práticas do “Serviço Social activo” no âmbito das novas tendências da política social: uma perspetiva portuguesa. *Serviço Social & Sociedade*, (108), pp. 656-679. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n108/a05n108.pdf>.
- Branco, F. (2008). Acção Social, Individualização e Cidadania. *Cidades - Comunidades e Territórios*, (17), pp. 81-91. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3321/1/Cidades2008-17_Branco.pdf.
- Branco, F. (2016). The circle of social reform: the relationship social work-social policy in Addams and Richmond. *European Journal of Social Work*, 19: 3-4, 405-419. DOI: 10.1080/13691457.2015.1084272.
- Branco, R. (2017). Entre Bismarck e Beveridge: Sociedade Civil e Estado Providência em Portugal. *Análise Social*, I,II, 535–558.
- Breviglieri, M. (2008). L’individu, le proche et l’institution: travail social et politique de l’autonomie. *Informations Sociales*, (145), pp. 92-101.
- Bygrave, W. D. (1997). *The portable MBA in entrepreneurship*. New York: Wiley.
- Caetano, A., Santos, S. & Costa, S. (2012). *Psicologia do Empreendedorismo-Processos, Oportunidades e Competências*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Campos, A. e Soeiro, J. (2016). *A Falácia do Empreendedorismo*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Cantelli F. & J.-L. Genard (dir.) (2007). *Action publique et subjectivité. Droit et société*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence.
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Lisboa: Celta Editora.
- Carrol, D. A. & Stater, K. J. (2009). Revenue diversification in nonprofit organizations: Does it lead to financial stability? *Journal of Public Administration Research and Theory*, 19 (4), pp. 947-966.
- Carsrud, A. & Brännback, M. (2011). Entrepreneurial Motivations: What do we still need to know?. *Journal of Small Business Management*, 49 (1), pp. 9-26.
- Carvalho, L. & Costa, T. (2015). *Empreendedorismo – Uma visão global e integradora*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Carvalho, M. I. (2014). A Pesquisa do Serviço Social em Portugal: evidências e provocações. *Textos & Contextos*, 13, (2), pp- 325-336.
- Casa-Nova, M. J. (2004). Políticas sociais e educativas públicas, direitos humanos e diferença cultural. In *VIII Congresso Luso – Afro – Brasileiro de Ciências Sociais*, Universidade de Coimbra.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social. Uma crónica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Castel, R. (2009). *La montée des incertitudes. Travail, protections, statut de l'individu*. Paris: Éditions du Seuil.
- Cloutier, Julie (2003). *Qu'est-ce que l'innovation sociale? Études théoriques*. CRISES (Centre de Recherche sur les innovations sociales).

- Comeau, Y. (2007); Les contributions des sociologies de l'innovation à l'étude du changement social. *Innovations Sociales et Transformations des Conditions de Vie*. Actes du Colloque – 16 Avril, Cahiers du CRISES, Collection Études Théoriques.
- Comissão Europeia (1995). *Livro Verde para a Inovação*. Bruxelas: COM.
- Comissão Europeia (2013). *Guia para a Inovação Social*. Bruxelas: COM.
- Comissão Europeia (2018). *Proposal for a Council Recommendation on Key Competences for LifeLong Learning*. Bruxelas: COM.
- Conselho Europeu (2004). *Estratégia de Lisboa*, 1–11. Disponível em: http://www.euroid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=1079&p_est_id=5266.
- Conti, D. (2010). Uma abordagem do tema: Gestão Social. *Revista Iluminart*. 1 (4), pp. 162-170. Disponível em: <http://revistailuminart.ti.srt.ifsp.edu.br/index.php/iluminart/article/view/85/90>.
- Costa, A., Barros, D. & Martins, P. (2012). A alavanca que move o mundo: o discurso da mídia de negócios sobre o capitalismo empreendedor. *Cad. EBAPE.BR*, 10 (2), pp. 357-375. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v10n2/v10n2a07>.
- Creswell, J.W. (2007). *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing among Five Approaches* (3rd Edition,). Los Angeles: Sage.
- Creswell, J.W. (2014). *Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches*. Los Angeles: Sage.
- Cumming, B. S. (1998). Innovation overview and future challenges. *European Journal of Innovation Management*, 1(1), pp. 21-30.
- Dees, J. G. & Anderson, B. (2006). Framing a Theory of Social Entrepreneurship: Building on two schools of practice and thought. In Mosher-Williams, R. (edit.), *Research on Social Entrepreneurship: Understanding and contributing to an emerging field* (pp. 39-33), Indianapolis: Association for Research on Nonprofit Organizations and Voluntary Action.
- Dees, J. G. (2001 [1998]). *The Meaning of "Social Entrepreneurship"*. Disponível em <https://entrepreneurship.duke.edu/news-item/the-meaning-of-social-entrepreneurship/>.
- Dees, J. G. (2004). Rhetoric, reality and research: building strong intellectual foundations for the emerging field of social entrepreneurship. *Presented at the 2004 School World Fórum on Social Entrepreneurship*, Oxford.
- Defourny, J. (2001). From third sector to social enterprise. In Borzaga, C. & Defourny, J. (Eds), *The Emergence of Social Enterprise*. London: Routledge.
- Dominelli, L. (2004). *Social work: theory and practice for a changing profession*. Cambridge: Polity Press.
- Dominelli, L. (2012). *Green Social Work. From Environmental crises to Environmental Justice*. Cambridge: Polity Press.
- Dornelas, J. (2003). *Empreendedorismo Corporativo*. São Paulo: Editora Campus.
- Drayton, B. (2002). The citizen sector: Becoming as entrepreneurial and competitive as business. *California Management Review*, 44(3), 120–132.
- Drucker, P. (1985). *Innovation and Entrepreneurship: Practice and Principles*. New York: Harper Business.
- Drucker, P. F. (1991). *Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios* (4ª Edição). São Paulo: Pioneira.

- Dubois, Vincent (2008). Estado social activo e controlo dos desempregados: uma viragem rigorista entre tendências europeias e lógicas nacionais. *Revista Sociologia*, 17/18, 11-31. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2342/2143>.
- Dumitru, V., Alves, M. & Costa, J. (2012). Empreendedorismo Social em Portugal. In Félix, S., Alves, L. & Sirghi, V. (coords), *Manual de Empreendedorismo Social – Uma abordagem sistémica*. Leiria: Associação Industrial da Região Oeste e Instituto Politécnico de Leiria.
- Elkington, J. & Hartingan, P. (2008). *The power of unreasonable people: how social entrepreneurs create markets that change the World*. Boston: Harvard Business Press.
- Esping-Andersen, G. (1990). *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Cambridge: Polity Press.
- European Comission 2007. *Key competences for lifelong learning–A European Framework*, Belgium, European Union.
- Faleiros, V. P. (2001). Desafios do Serviço Social na era da globalização. In Mouro, H. & Simões, D. (org. s), *100 anos de Serviço Social*. Coimbra: Quarteto.
- Faleiros, V. P. (2006). O Serviço Social no mundo contemporâneo. In Freire, L., Freire, S. & Castro, A. (org. s), *Serviço Social, Política Social e Trabalho – Desafios e perspetivas para o século XXI*. São Paulo: Cortez.
- Fargion, S., Gevorgianiene, V. & Lievens, P. (2011). Developing Entrepreneurship in Social Work Through International Education. Reflections on a European Intensive Programme. *Social Work Education*, 30 (8), pp. 964-980. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02615479.2010.532206>.
- Félix, S., Alves, L. & Sirghi, V. (2012). *Manual de empreendedorismo social – Uma abordagem sistémica*. Leiria: Associação Industrial da Região Oeste e IPL – Instituto Politécnico de Leiria.
- Fernando, R. (2015). Social Work and Social Entrepreneurship: Opportunities for Synergy and Social Change. *The Journal of Baccalaureate Social Work*, 20. DOI: 10.18084/1084-7219.20.1.189.
- Ferreira, J. (2009). *Serviço Social e Modelos de Bem-Estar para a Infância: Modus Operandi do Assistente Social na Promoção e Proteção à Criança e à Família* (Tese de Doutoramento). Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3590>.
- Ferreira, J. (2014). Serviço Social: profissão e ciência. Contributos para o debate científico nas ciências sociais. *Cuadernos de Trabajo Social*, 27, pp. 329–341. DOI: http://dx.doi.org/10.5209/rev_CUTS.2014.v27.n2.44782.
- Ferreira, J. e Pena, M. J. (2014). Research in Social Work: Education, Process and Practice in Portugal. *Social Work Research Across Europe: Methodological Positions and Research Practice* (pp. 83-98). Ostrava: University of Ostrava.
- Ferreira, S. (2006). *Empreendedorismo, capacitação e mudança social*. Boletim de Vozes do Centro, NRC REAPN.
- Ferrera, M. (2006). *The Boundaries of Welfare: European Integration and the New Spatial Politics of Social Protection*. Oxford: Oxford University Press.
- Fletcher, D. (2006). Entrepreneurial processes and the social construction of opportunity. *Entrepreneurship & Regional Development*, 18(5), pp. 421-440.
- Flick, U. (2009). *Desenho da Pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Fook, J. (2003). *Critical Social Work: The current issues in Qualitative Social Work*, 2 (2). Londres: Sage, pp. 123-130.

- Fortin, M. (2003). *O processo de investigação: Da concepção à realização* (3ª edição). Loures: Lusociência.
- Gal, J., & Weiss, I. (2000). Policy-practice in social work and social work education in Israel. *Social Work Education*, 19(5), pp. 485–499.
- Garcia, J. L. (2010). Tecnologia, mercado e bem-estar humano: para um questionamento do discurso da inovação. *Alicerces*, III (3), pp. 19-31. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.21/578>.
- Gaspar, F. (2009). *O Processo Empreendedor e a Criação de Empresas de Sucesso*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Germak, A. & Singh, K. (2009). Social Entrepreneurship: Changing the Way Social Workers Do Business. *Administration in Social Work*, 34 (1), pp. 79-95, DOI: 10.1080/03643100903432974.
- Giddens, A. (1996). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta, Editora.
- Giddens, A. (1998). *As consequências da modernidade*. 4ª Edição. Editora Celta.
- Glaser, B., & Strauss, A. (1967). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Mill Valley, CA: Sociology Press.
- Glaser, B. (1999). The future of grounded theory. *Sage Journals*, 9 (6), pp. 836-845.
- Glaserfeld, E. (1992). Constructivism reconstructed: A reply to Suchting. *Science & Education*, I, pp. 379-384.
- Global Entrepreneurship Monitor - GEM (2007). *Global Entrepreneurship Monitor*. Executive Report. Babson, London Business School. Disponível em: <https://www.gemconsortium.org/report>.
- Global Entrepreneurship Monitor - GEM (2011). *Global Entrepreneurship Monitor: Entrepreneurs and Entrepreneurial Employees Across the Globe*. Executive Report. Babson, London Business School. Disponível em: <https://www.gemconsortium.org/report>.
- Global Entrepreneurship Monitor - GEM (2012). *Global Entrepreneurship Monitor*. Executive Report. Babson, London Business School. Disponível em: <https://www.gemconsortium.org/report>.
- Global Entrepreneurship Monitor - GEM (2013). *Global Entrepreneurship Monitor: Fifteen Years of Assessing Entrepreneurship Across the Globe*. Executive Report. Babson, London Business School. Disponível em: <https://www.gemconsortium.org/report>.
- Global Entrepreneurship Monitor - GEM (2014). *Global Entrepreneurship Monitor*. Executive Report. Babson, London Business School. Disponível em: <https://www.gemconsortium.org/report>.
- Global Entrepreneurship Monitor - GEM (2015/16). *Global Entrepreneurship Monitor*. Executive Report. Babson, London Business School. Disponível em: <https://www.gemconsortium.org/report>.
- Global Entrepreneurship Monitor - GEM. (2016/17TE). *Global Entrepreneurship Monitor*. Executive Report. Babson, London Business School. Disponível em: <https://www.gemconsortium.org/report>.
- Godinho, M. M. (2013). *A inovação em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Greenhalgh, C. & Rogers, M. (2010). *Innovation, Intellectual property, and Economic Growth*. New Jersey: Princeton University Press.
- Grimm, H. M. (2011). The Lisbon agenda and entrepreneurship policy: Governance implications from a German perspective. *Public Administration*, 89 (4), pp. 1526–1545.
- Guerra, P. et al. (2014). O empreendedorismo social no quadro das políticas europeias. In Parente, C. (coord), *Empreendedorismo Social em Portugal: As políticas, as organizações e as práticas de educação/formação*. Universidade de Porto – Faculdade de Letras.
- Hawking, S. (2017, novembro). *A nova revolução*. Apresentada no Web Summit 2017, Lisboa.

- Healy, K. (2014). *Social Work Theories in Context - Creating frameworks for practice* (2ª Edição). Nova Iorque: Palgrave MacMillan.
- Hespanha, P. (2000). *Entre o Estado e o Mercado. As fragilidades das Instituições de Proteção Social em Portugal*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Howe, D. (2009). *A Brief Introduction to Social Work Theory*. London: Palgrave Macmillan.
- Hubert, A., Thébault, J.-C. (sup.) & Schinas, M. (2010). *Empowering people, driving change: Social innovation in the European Union*. European Commission.
- Hughes, M. & Wearing, M. (2017). *Organisations and Management in Social Work*. 3rd Edition. London: Sage Publications.
- Hugman, R. (2010). *Understanding International Social Work*. Australia: Red Globe Press.
- Iamamoto, M. V. (1996). O Serviço Social na contemporaneidade: os fundamentos teórico-metodológicos e técnico-operativos do trabalho profissional. In Iamamoto, M. V. et al., *Metodologias e Técnicas do Serviço Social*. Brasília: Sesi-DN.
- Iamamoto, M. V. (2000). *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social* (5ª Edição). Ensaios Críticos. São Paulo: C. Editora.
- Iamamoto, M. V. (2009). Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In *Serviço Social: Direitos e Competências profissionais*, V. 1. Brasília: CFESS/ABEPSS.
- IAPMEI (2016) – *Manual do Empreendedor*. IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.
- IFSW. International Federation of Social Work (2014). Definição Global da Profissão de Serviço Social. Disponível em: <https://www.ifsw.org/what-is-social-work/global-definition-of-social-work/>.
- Jansson, B. S. (2003). *Becoming an effective policy advocate: From policy-practice to social justice* (4th ed.). Pacific Grove, CA: Thomson, Brooks/Cole Pub.
- Jesus, A. F., & Santos, C. P. C. (2018). Entrepreneurial parents and their sons' university academic trajectory: a comparative approach Portugal – Brazil. *Trabajo Social Global-Global Social Work*, 8, pp. 26–55. Disponível em: <https://doi.org/10.30827/tsg-gsw.v8i14.6641>.
- Jobert, B. (org.) (1994). *Le tournant néo-libéral en Europe*. Paris: L'Harmattan.
- Kao, J. (2007). *Innovation Nation: How America is Losing Its Innovation Edge, why it matters, and what we can do to get it back*. Free Press.
- Klein, J.-L., Laville, J.-L. & Moulaert, F. (2014). *L'innovation sociale*. France: Eres.
- Knoepfel, P., Larrue, C., Varone, F. & Hill, M. (2011). *Public policy analysis*. Bristol: Policy Press.
- Kovács. I. (2002). *As metamorphoses do emprego: Ilusões e Problemas da Sociedade da Informação*. Oeiras: Celta Editora.
- Kuhn, T. (1991). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspetiva.
- Lawler, J. & Bilson, A. (2010). *Social Work Management and Leadership: Managing Complexity with Creativity*. London: Routledge.
- Le Bossé, Y. (2003). De l'«habilitation» au «pouvoir d'agir»: vers un apprehension plus circonscrite de la notion d'empowerment. *Nouvelles pratiques sociales*, 16 (2), pp. 30-51. DOI: <https://doi.org/10.7202/009841ar>.
- Lombard, A. (2015). Global agenda for social work and social development: A path toward sustainable social work. *Social Work/Maatskaplike Werk*, 50 (4). DOI: <http://dx.doi.org/51-3-462>.
- Lopes, M. (2012). *Empreendedorismo. Dicionário das crises e alternativas*. Coimbra: Almedina, CES.

- Lopez-Ruiz, O. (2004). *O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo*. (Tese de Doutoramento em Sociologia). Universidade de Campinas-Unicamp. São Paulo.
- Lundstrom, A. & Stevenson, L. (2005). *Entrepreneurship Policy: Theory and practice*. New York: Kluwer Academic Publishers.
- Mair, J., & Marti, I. (2006). Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight. *Journal of World Business*, 41(1), pp. 36–44. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1090951605000544>.
- Marshall, T. H., & Bottomore, T. B. (1992). *Citizenship and Social Class*. London: Pluto Press, Ed. (Reprint).
- Martin, R. & Osberg, S. (2007). Social Entrepreneurship: The Case for Definition. *Stanford Social Innovation Review*, (5), pp. 27-39. Disponível em: https://ssir.org/images/articles/2007SP_feature_martinosberg.pdf.
- Martins, J. E. (2015). O Estado Social ativo: Um novo paradigma legitimador das políticas públicas em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 108, pp. 157-174. DOI: 10.4000/rccs.6150.
- Martins, P. H. (2005). A Sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73, pp. 45–66.
- McClelland, D. (1972). *A sociedade competitiva: realização e progresso social*. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura.
- Melo Neto, F. de & Froes, C. (2002). *Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Meneses, J. W. (2016). *Gestão de Organizações e Criação de Valor Partilhado*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Mitjavila, M. & Jesus, C. (2004). Globalização, modernidade e individualização social. *Katálysis*, 7 (1), pp. 69-79. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2926070.pdf>.
- Morgan, D. (1988). *Focus Groups as qualitative research*, Volume 16. London: Sage Publications.
- Mouro, H. (2006). *Serviço Social e Modelos de Intervenção: da sociedade industrial à sociedade do risco* (Tese de Doutoramento em Ciências do Serviço Social). Universidade do Porto, Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Porto.
- Mozzicafreddo, J. (1997). *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Mozzicafreddo, J. (2017). *Reorganização do Estado e da Administração Pública*. Texto Policopiado.
- Mulgan, G. (2012). Social Innovation Theories: Can Theory Catch Up with Practice? In Franz, H. & Hochgerner, J. *Challenge social innovation: Potentials for business, social entrepreneurship, welfare and civil society* (pp. 19-42). Austria: Springer.
- Nandan, M., & Scott, P. A. (2013). Social Entrepreneurship and Social Work: The Need for a Transdisciplinary Educational Model. *Administration in Social Work*, 37 (3), pp. 257–271. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03643107.2012.684428>
- Nandan, M., London, M. & Bent-Goodley, T. (2014). Social Workers as Social Change Agents: Social Innovation, Social Intrapreneurship, and Social Entrepreneurship, Human Service Organizations. *Management, Leadership & Governance*, pp. 39:1, 38-56, DOI: 10.1080/23303131.2014.955236
- Netto, J. P. (2001). *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. Brasil: Cortez Editora.
- Newman, M. & Guy, M. (1998). Taylor's Triangle, Follett's Web. *Administrative Theory & Praxis*, Vol. 20, Nº 3, pp. 287-297.

- Nicholls, A. (2006). *Social Entrepreneurship. New models of sustainable social change*. Oxford: Oxford University Press.
- Ninacs, W. (1995). Empowerment et Service Social: approches et enjeux. *Service Social*, XXIV (1), pp-70-78.
- Nobre, N. (2012). (Des)emprego e empreendedorismo: repensar as políticas públicas. *Configurações*, 10, pp. 95-108. DOI: 10.4000/configuracoes.1410.
- Nogami, V. et al. (2015). Innovation in low-income market: A study based on the symbolic production and cultural reproduction. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 12(4), pp. 331–342.
- Nogueira, V. (2001). Estado de Bem-estar Social – origens e desenvolvimento. *Katálysis*, 5, pp. 89-103. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2928221.pdf>.
- OCDE (2007). *A Framework for Addressing and Measuring Entrepreneurship Entrepreneurship Indicators Steering Group*. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/21/51/39629644.pdf>.
- Oliveira, E. M. (2004). O empreendedorismo social como indutor de auto-organização no enfrentamento das questões sociais e no desenvolvimento intergrado e sustentável: notas introdutórias e aproximativas. *Informe GEPE*, Cascavel: Edunioesre, 8 (1), pp 63-90.
- Parente, C. & Quintão, C. (2014). Uma abordagem eclética ao empreendedorismo social. In Parente, C. (coord.), *Empreendedorismo Social em Portugal* (pp. 11-69). Porto: Universidade do Porto – Faculdade de Letras.
- Parente, C. (2014). *Empreendedorismo Social em Portugal*. Porto: Universidade do Porto – Faculdade de Letras.
- Parente, C. et al. (2011). Empreendedorismo Social: contributos teóricos para a sua definição. *XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho Emprego e coesão social: da crise da regulação à hegemonia da globalização*, Lisboa. Disponível em <http://web3.letras.up.pt/empsoc/index.php/produtos/category/12-apresentacoes>.
- Parente, C., Diogo, V. & Costa, D. (2014). Educação para o empreendedorismo social. In Parente, C., *Empreendedorismo Social em Portugal* (pp. 370-392). Universidade do Porto – Faculdade de Letras.
- Parente, C., Lopes, A. & Marcos, V. (2014). Dos perfis de empreendedorismo social aos retratos organizacionais: vocação, direções e modelos de governança. In Parente, C. (coord.), *Empreendedorismo Social em Portugal* (pp. 11-69). Universidade do Porto – Faculdade de Letras.
- Parks, S. (2006). *How to be an entrepreneur. The six secrets of self-made success*. Pearson Education.
- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative research & evaluation methods*, 3rd Ed. California: Sage Publications.
- Paugam, S. (org.) (2007). *Repenser la Solidarité - L'apport des sciences sociales*. Paris: PUF.
- Paula, L. & Pires, M. (2017). Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Revista de Estudos Avançados*, 31 (89), pp. 125-144. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890013>.
- Pereirinha, J., & Carolo, D. (2009). Construção do Estado-Providência em Portugal: evolução da despesa social de 1935 a 2003, *Working Paper*, 36. Lisboa: ISEG – GHES. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/916?locale=en>.
- Pereirinha, J. (2003). *Economia Social e Estado-Providência. Intervenção Social*, 27, pp. 233-240.

- Pires, R. (2015). O que é a inovação social? Aproximação ao conceito na sua relevância para o Direito Social, Financeiro e Fiscal. *Paper nº 1/BD/iLab/Cedis/2015*. Disponível em: https://ilab.cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2015/09/paper_bd1_ilab_2015.pdf.
- Portela, J. (2008). *Microempreendedorismo em Portugal Experiências e Perspetivas*. Lisboa: INSCOOP- Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.
- Powell, J. & Ramos, B. (2010). The Practice of Social Work Research. In Shaw, I., Briar-Lawson, Orme, J. & Ruckdeschel, R., *The SAGE Handbook of Social Work Research*. London: SAGE Publications.
- Quintão, C. (2004, abril). Empreendedorismo Social e oportunidades de construção do próprio emprego. *Seminário Trabalho Social e Mercado de Emprego*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Quintão, C. (2011). O Terceiro Setor e a sua renovação em Portugal – Uma abordagem preliminar. *IS Working Papers*, 2 (2). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/54358/2/ISWP22011000122410.pdf>.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reichertz, J. (2007). Abduction: The Logic of Discovery of Grounded Theory. In Bryant, A. & Charmaz, K. (edit.), *The SAGE Handbook of Grounded Theory*. London: SAGE Publications Ltd..
- Richmond, M. (1917). *Social Diagnosis*. New York: The Free Press, 1965 (1ª Ed). Russel Sage Foundation, 1917).
- Rodrigues, M. J. (2009). *Europe, Globalization and the Lisbon Agenda*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Rosanvallon, P. (1984 [1981]). *A crise do Estado de Providência*. Lisboa: Inquérito.
- Rosanvallon, P. (1995). *La Nouvelle Question Sociale*. Paris: Ed. du Seuil.
- Rullac, S. (2018). *L'innovation en travail social: un objet à définir et des processus à caractériser*. Texto Policopiado.
- Santos, B. de S. (2002). *Pela Mão de Alice* (4ª Edição). Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. & Ferreira, S. (2001). A Reforma do Estado-Providência Entre Globalizações Conflitantes. In Hespanha, P. & Carapinheiro, G. (orgs.), *Risco Social e Incerteza - Pode o Estado Social Recuar Mais?* (pp.177-225). Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. (1999). *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Coimbra: Oficinas do CES. Disponível em: <https://ces.uc.pt/pt/publicacoes/outras-publicacoes-e-colecoes/oficina-doces/numeros/oficina-135>.
- Santos, Boaventura S. (1990). *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Afrontamento.
- Santos, C. C. & Nunes, V. C. (2013). Desafios da gestão social no serviço social. In Santos, C. C., Albuquerque, C. P. & Almeida, H. N. *Serviço Social – Mutações e Desafios* (pp. 87-102). Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/29876/1/ServicoSocial_cap3.pdf?ln=eng.
- Saraiva, P. M. (2011). *Empreendedorismo. Do conceito à aplicação, da ideia ao negócio, da tecnologia ao valor* (2ª Edição). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Sarkar, S. (2014). *Empreendedorismo e Inovação*, 4ª Edição. Lisboa: Escolar Editora.
- Schön, D. (1983). *The reflective practitioner: How professionals think in action*. New York: Basic Books.
- Schumpeter, J. A. (1939). *Business Cycles*. New York: McGraw-Hill.
- Selber, K. & Austin, D. M. (1997). Mary Parker Follett: epilogue to or return of a social work management pioneer? *Administration in Social Work*, 21 (3-4). Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J147v21n03_01.

- Shane, S. & Venkataraman, S. (2000). The promise of entrepreneurship as a field of research. *Academy of Management Review*, (25). Disponível em <http://www.jstor.org/discover/10.2307/259271?uid=3738880&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102407941057>.
- Silva, F. C. da. (2013). *O Futuro do Estado Social*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Silva, P. A. & Pereira, M. (2015). *Cuidar do Futuro. Os mitos do Estado Social Português*. Lisboa: Clube do Autor.
- Silva, P. A. (2002). O modelo de welfare da europa do Sul: Reflexões sobre a utilidade do conceito. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 38 (1990), pp. 25–59.
- Soulet, M. H. (1996). Crise do Estado-Providência e Recomposição da Intervenção Social. *Intervenção Social*, 13/14, pp. 107-125. Disponível em: <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/is/article/view/1323>.
- Soulet, M. H. (1998). Les raisons d'agir. In Soulet M.-H. (dir.), *Urgence, souffrance, misère: lutte humanitaire ou politique sociale?* (pp. 9-22). Fribourg, Éditions universitaires.
- Soulet, M. H. (2005). Vers une solidarité de responsabilisation. In Ion J., *Le Travail social en débat[s]* (pp. 86-103). Paris, Éditions la Découverte.
- Soulet, M. H. (2008). Vers une nécessaire individualisation des politiques sociales? In Vrancken D. & L. Thomsin (dir.) *Le Social à l'épreuve des parcours de vie* (pp. 59-76). Bruxelles, Academia Bruylant.
- Sposati, A. (2007). Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. *Revista Katálisis Florianópolis*, (10), pp. 15-25.
- Stevenson, H. H. (1983). A perspective on entrepreneurship. *Harvard Business School Working Paper*, (9), pp. 384-131.
- Tan, N. (2004). Social Entrepreneurship: Challenge for Social Work in a changing world. *Asia Pacific Journal of Social Work and Development*, 14 (2), pp. 87-98. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21650993.2004.9755956>.
- Tan, W. L. (2012). Entrepreneurship Education Policies in Singapore. UNESCO-APEID Meeting on Entrepreneurship Education, Hangzhou, 11-12. *Research Collection Lee Kong Chian School of Business*. Disponível em: https://ink.library.smu.edu.sg/lkcsb_research/3222/.
- Thalhuber, J. (1998). The Definition of a Social Entrepreneur. *The National Center for Social Entrepreneurs*, 1-3.
- Tidd, J., Bessant, J. & Pavitt, K. (1997). *Managing Innovation: Integrating technological market and organisational change*. London: Wiley.
- Timmons, J. (1994). *New venture creation* (4ª Edição). Irwin: Burr Ridge.
- Tomé, L. (2007). O Grande Jogo Geopolítico nos Espaços do “Espaço Pós-Soviético”. *Geopolítica*, 1, Centro Português de Geopolítica, pp. 187-240.
- Varela, N. (2013). *O empreendedorismo na União Europeia: da estratégia de Lisboa à economia do empreendedorismo* (Dissertação de mestrado em Políticas de Desenvolvimento dos Recursos Humanos). Lisboa: ISCTE-IUL. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7626>.
- Waddock, S. A. (1988). Building successful partnerships. *Sloan Management Review*, 29(4), pp. 17–23.
- Webb, S. (2006). *Social Work in a Risk Society – Social and political perspectives*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

- Weiss-Gal, I. & Gal, J. (2008). Social workers and policy practice: The role of Social and Professional Values. *Journal of Social Service Research*, 34 (4), pp. 15-23. DOI: 10.1080/01488370802162301.
- Wuhl, S. (1996). *L'insertion. Les politiques en crise*. Paris: PUF.
- Wyers, N. (1991). Policy-Practice in Social Work: Models and Issues. *Journal of Social Work Education*, 27 (3), pp. 241-250. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10437797.1991.10672196>.
- Zahra, H. et al (2008). Globalization of Social Entrepreneurship Opportunities. *Strategic Entrepreneurship Journal*, 2, pp. 117-131. Disponível em: <http://socialeconomyaz.org/wp-content/uploads/2011/01/zahra.pdf>.
- Zamanillo, T. & Gáitan, L. (1997). *Para comprender el Trabajo Social*. Estella: Editorial Verbo Divino.

FONTES

Decreto-Lei n.º 119/2013 de 28 de agosto - Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional.

Decreto-Lei n.º 126-C/2011 de 22 de janeiro - Lei Orgânica do Ministério da Economia e do Emprego.

Decreto-Lei n.º 266/2012 de 28 de dezembro - Lei Orgânica do IAPMEI.

Lei n.º 49/2005 - Lei de Bases do Sistema Educativo.

Portaria n.º 151/2014, de 30 de julho - Programa Investe Jovem.

Portaria n.º 42/2011, de 19 de janeiro - Programa de Apoio à Economia Social (Social Investe).

Portaria n.º 985/2009, de 4 de setembro - Programa de Apoio ao Empreendimento e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE).

Programa do XIII Governo Constitucional.

Programa do XIV Governo Constitucional.

Programa do XIX Governo Constitucional.

Programa do XV Governo Constitucional.

Programa do XVI Governo Constitucional.

Programa do XVII Governo Constitucional.

Programa do XVIII Governo Constitucional.

Programa do XX Governo Constitucional.

Programa do XXI Governo Constitucional.

ANEXOS

Anexo A - Inquérito por questionário

Anexo B - Guião de entrevista Empreendedores

Anexo C - Guião de entrevista Profissionais Gestão

Anexo D - Guião de *Focus Group* para académicos

Anexo E - Guião de *Focus Group* para interventores

Anexo F - Termo de Consentimento Informado | Documento modelo

Anexo G - Termos de Consentimento Informado | Utilização do nome das entidades participantes

Anexo A. Inquérito por Questionário | Participantes em formação de empreendedorismo (social)

*Obrigatório

1. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

1.1. Género: *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino

1.2. Nacionalidade: *

Marcar apenas uma oval.

- Portuguesa
- Outra:

1.3. Concelho de residência: *

Marcar apenas uma oval.

- Aveiro
- Beja
- Braga
- Bragança
- Castelo Branco
- Coimbra
- Évora
- Faro
- Guarda
- Leiria
- Lisboa
- Portalegre
- Porto
- Santarém
- Setúbal
- Viana do Castelo
- Vila Real
- Viseu
- Região Autónoma da Madeira
- Região Autónoma dos Açores

1.4. Ano de Nascimento: *

1.5. Estado civil: *

Marcar apenas uma oval.

- Solteiro(a)

- Casado(a)
- Divorciado(a)
- Viúvo(a)
- Em união de facto

1.6. Habilitações: *

Marcar apenas uma oval.

- Sem habilitações
- Até 4ª classe (1º ciclo)
- Até 6º ano (2º ciclo)
- Até 9º ano (3º ciclo)
- Até 12º ano (Ensino Secundário)
- Licenciatura
- Pós-Graduação
- Mestrado
- Doutoramento

1.7. Área de habilitação: *

Caso não tenha, indique "Não Aplicável".

2. DETALHES DA FORMAÇÃO NO AUDAX-ISCTE

2.1. Como conheceu o Audax-ISCTE? *

Marcar apenas uma oval.

- Redes Sociais
- Contexto Académico
- Contexto Profissional
- Indicação de amigos/colegas ou familiares
- Outra:

2.2. Ano que frequentou a formação: *

Marcar apenas uma oval.

- 2005
- 2006
- 2007
- 2008
- 2009
- 2010
- 2011
- 2012
- 2013
- 2014
- 2015
- 2016

2.3. Indique a formação/programa que frequentou no Audax-ISCTE: *

Marcar apenas uma oval.

- Amadora Empreende
- SCML - Programa de Apoio ao Empreendedor
- Mouraria Empreende
- Mulher Criadora
- Lisboa Empreende
- Urban Market
- Bairro Empreende
- ABOTA
- Outra:

2.4. O que o(a) motivou a frequentar? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Desenvolvimento pessoal
- Progressão na carreira
- Integração no mercado de trabalho
- Novos conhecimentos técnicos e teóricos
- Outra:

3. ANTES DA FORMAÇÃO NO AUDAX-ISCTE

3.1. Qual a sua situação profissional antes da formação do Audax-ISCTE? *

Marcar apenas uma oval.

- Empregado(a) por conta própria
- Empregado(a), com contrato a termo
- Empregado(a), com contrato sem termo
- Desempregado(a), há menos de um ano
- Desempregado(a), há mais de um ano
- Recém-formado(a)
- Outra:

3.2. Se estava empregado(a), nos 2 anos anteriores ao início da formação, em que setor(es) exerceu a sua atividade e durante quanto tempo? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	0 meses	Até 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 e 24 meses
Público				
Privado				
Terceiro Setor				

3.3. Área profissional dominante: *

3.4. Função desempenhada: *

4. DURANTE A FORMAÇÃO

4.1. Como avalia os seguintes aspetos relativos à formação frequentada? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Muito Insuficiente	Insuficiente	Razoável	Bom	Muito Bom
Utilidade do material disponibilizado					
O tempo dedicado à exposição de conteúdos teóricos					
O tempo dedicado à exposição de conteúdos práticos					

5. DEPOIS DA FORMAÇÃO NO AUDAX-ISCTE

5.1. Que contactos/accompanhamento/relação mantém com o Audax-ISCTE? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Não mantém qualquer tipo de contacto
- Colaboração em projetos
- Contexto de "supervisão"
- Frequentar eventos (conferências, workshops, ...)
- Outra:

5.2. Periodicidade:

Marcar apenas uma oval.

- Semanal
- Mensal
- Trimestral
- Esporádica
- Outra:

5.3. Qual a sua situação profissional atual? *

Marcar apenas uma oval.

- A mesma que antes da formação
- Outra:

5.4. Função desempenhada: *

Marcar apenas uma oval.

- A mesma que antes da formação
- Outra:

5.5. Área profissional atual: *

Marcar apenas uma oval.

- A mesma que antes da formação
- Outra:

Se está empregado(a) pode passar à questão 5.8.

5.6. O que tem feito para encontrar trabalho?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Enviado CV's
- Respondido a anúncios
- Candidatado a concursos públicos
- Solicitado ajuda a familiares e amigos
- Estou a pensar criar o meu próprio trabalho
- Não estou à procura
- Outra:

5.7. Há quanto tempo está desempregado?

Marcar apenas uma oval.

- Até 6 meses
- Entre 6 e 12 meses
- Entre 12 e 24 meses
- Mais de 24 meses

5.8. Como contribuiu a formação para o seu percurso? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não contribuiu	Pouco contribuiu	Contribuiu	Contribuiu muito
Desenvolvimento pessoal				
Progressão na carreira				

Integração no mercado de trabalho				
Novos conhecimentos técnicos e teóricos				
De um modo geral				

5.9. Qual a sua opinião sobre as competências que a formação obtida proporcionou relativamente aos seguintes aspetos? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
Capacidade para trabalhar em grupo				
Capacidade de liderança				
Capacidade de identificar problemas e soluções inovadoras				
Capacidade de planeamento				
Capacidade para elaborar um plano de negócios				
Capacidade para estabelecer contactos e parcerias				
Capacidade de identificar oportunidades				
Capacidade de gerar receitas				

5.10. Enumere 3 dos aspetos mais importantes da formação: *

5.11. Diga-nos como aplicou/pensa aplicar os conteúdos apreendidos: *

5.12. Se não ficou satisfeito com a formação, indique os motivos: *
Marcar apenas uma oval.

- Programa não correspondeu às expectativas
- Sem aplicabilidade prática real
- Falta de motivação
- Outra:

5.13. O que poderia ser melhorado? *

5.14. Enumere os principais 3 desafios com que se deparou após a formação: *

5.15. Globalmente a formação foi: *
Marcar apenas uma oval.

- Muito Insuficiente
- Insuficiente
- Razoável
- Boa
- Muito Boa

5.16. Recomendaria a formação? *
Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

5.17. Se respondeu sim na 5.16., a quem recomendaria?

Obrigada pela sua participação!

Anexo B. Guião de Entrevista a Participantes de Formação em Empreendedorismo E Empreendedorismo Social

Identificação

- i. Código: _____
 - ii. Idade: _____ Sexo: _____ Área de formação: _____
 - iii. Situação profissional _____
 - iv. Há quanto tempo frequentou a formação/é acompanhado no domínio do empreendedorismo? _____
-

- Background

- Área de formação académica e experiência formativa e profissional
- Motivação para a formação

- Concetualização

- Definição de Empreendedorismo
- Definição de Empreendedorismo Social
- Perfil do Empreendedor
- Empreendedor

- Caraterização da formação, sua organização e funcionamento

- Caraterísticas do modelo de aprendizagem
- Contributos
- Limitações
- Desafios
- Competências treinadas
- Relação entre formador e formando

- Efeitos/Resultados da formação

- Complementaridade entre a formação de empreendedorismo e o background do(a) participante
- Competências adquiridas

Anexo C. Guião de entrevista | Profissão de Empreendedorismo (Social) - Gestão

Identificação

Código: _____

Sexo: _____

Cargo ocupado: _____

Período que está no cargo: _____

Há quanto tempo trabalha na área? _____

Há quanto tempo trabalha na instituição? _____

-
- A primeira questão acaba por ser de âmbito mais pessoal e amplo, então queria que começasse por se apresentar e à entidade que representa.
 - Que premissa esteve na base deste foco da entidade no empreendedorismo social?
 - Como é que caracteriza a sua atuação? O empreendedorismo/empreendedorismo social é trabalhado de que forma?
 - Ter um perfil empreendedor será uma questão de trabalhar e desenvolver competências?
 - Que retorno tem obtido das pessoas que apoiadas por Vós? e das entidades?
 - O que é para si o empreendedorismo e o empreendedorismo social?
 - Constrangimentos na sua atuação? Considera que haveria outro potencial se fosse um trabalho partilhado entre profissionais? Da mesma área ou de áreas distintas?
 - Daquilo que conhece da intervenção do Serviço Social, como é que perspetiva as potencialidades que o empreendedorismo social poderá dar ao Serviço Social e vice-versa?
 - A nível estrutural e conjuntural que obstáculos pensa que se colocam ao empreendedorismo?

Anexo D. Guião do *Focus Group* | Assistentes Sociais Académicos

Local: ISCTE-IUL

Previsão de duração: 1.30h

Identificação

Código: _____

Sexo: _____

Cargo ocupado: _____

Há quanto tempo trabalha na instituição? _____

-
- Pedir a cada docente que se apresente: Instituição, ligação ao empreendedorismo/lógicas de gestão/...;
 - Iniciar com citação:
 - *“O empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que a Revolução Industrial foi para o século XX”* (Jeffrey Timmons, 1990)
 - Que leitura fazem desta afirmação?
 - O que justifica/o que há de novo nesta conceção do empreendedorismo como “retórica pós-moderna”?
 - A ideia de que o empreendedorismo é a panaceia para o desemprego e crescimento económico coloca-o (ao empreendedorismo) como uma expressão da “democratização dos riscos” das sociedades contemporânea?
 - Transpor para o SS com a seguinte citação:
 - *“Perante a urgente necessidade de se definir soluções para os complexos problemas sociais de hoje, considera-se ser hora de os assistentes sociais abraçarem o sentido comercial encontrado no Empreendedorismo Social, considerado este um fenómeno híbrido de prática macro de princípios do Serviço Social e atividades de inovação empresarial”* (Germak & Karun, 2009: 80).
 - Que relação é/será esta?
 - Como é que estas iniciativas surgem/se inscrevem na trajetória pessoal e profissional dos Assistentes Sociais?
 - Como se equilibra esta ligação do ponto de vista ético do Serviço Social? (Processos de empreendedorismo inscritos numa lógica de Direitos Humanos e Justiça Social)

- Tendo em consideração a formação e preparação teórico-prática dos assistentes sociais, que ganhos pode dar o Serviço Social ao campo empresarial? E por outro lado, o que potencia a atividade empreendedora no Serviço Social/ nos Assistentes Sociais?
- Nos últimos anos tem-se assistido, nos diferentes planos curriculares do Serviço Social à integração do Empreendedorismo. O que o justifica? O que se pretende?
- Que desafios se colocam ao Serviço Social neste contexto?

Anexo E. Guião do *Focus Group* | Assistentes Sociais Interventores

Local: ISCTE-IUL

Previsão de duração: 1h-1.30h

Identificação

Código: _____

Sexo: _____

Cargo ocupado: _____

Período que está no cargo: _____

Há quanto tempo trabalha na área? _____

Há quanto tempo trabalha na instituição? _____

-
- Apresentar-me; expor os objetivos do FG;
 - Pedir a cada assistente social que se apresente: Instituição, área de intervenção...;
 - Iniciar com citação:
“(...) o desafio do empreendedorismo prende-se, não apenas com a necessidade dos assistentes sociais encontrarem alternativas para a sua empregabilidade, mas também com o facto do campo profissional estar em transformação (...)”
 - Que leitura fazem desta citação? Esta necessidade de se encontrar alternativas para a sua integração laboral, decorrerá do quê?
 - Como é que estas iniciativas surgem/se inscrevem na trajetória pessoal e profissional dos Assistentes Sociais?
 - Como se equilibra esta ligação do ponto de vista ético do Serviço Social? (Processos de empreendedorismo inscritos numa lógica de Direitos Humanos e Justiça Social)
 - Tendo em consideração a formação e preparação teórico-prática dos assistentes sociais, que ganhos pode dar o Serviço Social ao campo empresarial? E por outro lado, o que potencia a atividade empreendedora no Serviço Social/ nos Assistentes Sociais?
 - Aplicou-se previamente questionário a indivíduos que participaram em formações de empreendedorismo e empreendedorismo social e quando se questionou sobre a motivação para a sua frequência o maior foco é sobre o desenvolvimento pessoal e a integração no mercado de trabalho.
 - Nas entrevistas referiram:
 - *“A convivência e o espírito de entreatajuda, o processo de mentoria, foi realmente um fator muito importante nesta experiência”.*
 - *“Alguma familiaridade com os conceitos e mostra-vos a importância de ter alguém ao vosso lado que vos ajude a “desbloquear” e vos possa explicar as coisas de forma diferente”*

- Como podemos transpor esta análise para o domínio da intervenção do SS?
- Que desafios se colocam ao Serviço Social neste contexto?

Anexo F. Termo de Consentimento Informado | Documento modelo

Investigadora: Antonela Jesus

Orientadora: Professora Doutora Maria Inês Amaro

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E DECLARADO

Afirmo ter sido suficientemente informado(a) a respeito dos objetivos da pesquisa “Inovação em Serviço Social: potencialidades e limites do Empreendedorismo (Social) como estratégia de integração social”. Confirmando que tirei todas as minhas dúvidas sobre o estudo e sobre a minha participação e colaboração com a pesquisadora responsável pelo mesmo. Ficaram claros os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade. Ficou claro também que tenho garantia de acesso aos resultados junto da pesquisadora e esclarecimento de dúvidas em qualquer tempo. Concordo voluntariamente em participar neste estudo sabendo que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, no decurso desta recolha de informação.

Data:

(Assinatura do Entrevistado)

Data:

(Assinatura da Investigadora)

Anexo G. Termos de Consentimento Informado | Utilização do nome das entidades participantes

DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos, o Audax - ISCTE, com sede em Av. Forças Armadas, Edifício ISCTE-IUL 1649-026 Lisboa, consente que Antonela Filipa Spínola Rodrigues Pereira Jesus utilize o nome da entidade em epígrafe, no âmbito da tese de doutoramento em Serviço Social “Inovação em Serviço Social: Potencialidades e Limites do Empreendedorismo Social como estratégia de Integração Social”, sob orientação da Professora Doutora Maria Inês Amaro, pelo ISCTE-IUL.

11 de fevereiro de 2019

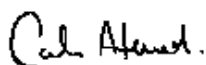


(A Coordenação)

DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos, o IES-Social Business School, com sede em Rua do Colégio, N.º 5, 2750-323 Cascais, consente que Antonela Filipa Spínola Rodrigues Pereira Jesus utilize o nome da entidade em epígrafe, no âmbito da tese de doutoramento em Serviço Social “Inovação em Serviço Social: Potencialidades e Limites do Empreendedorismo Social como estratégia de Integração Social”, sob orientação da Professora Doutora Maria Inês Amaro, pelo ISCTE-IUL.

19 de Fevereiro de 2019



(CEO, Carlos Azevedo)

DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos, a SEÁcoop – Social Entrepreneurs Agency, CRL., com sede em Rua Piaget nº47, R/C Esq – Loja 150, Adroana 2645-626 Alcabideche, consente que Antonela Filipa Spínola Rodrigues Pereira Jesus utilize o nome da entidade em epígrafe, no âmbito da tese de doutoramento em Serviço Social “Inovação em Serviço Social: Potencialidades e Limites do Empreendedorismo Social como estratégia de Integração Social”, sob orientação da Professora Doutora Maria Inês Amaro, pelo ISCTE-IUL.

Cascais, 05 de Abril de 2019


SEÁCOOP - SOCIAL ENTREPRENEURS AGENCY, CRL.
(Presidente da Direção)